



CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

José Victor de Lara

**REVOLUÇÃO ÀS MARGENS DO CAPITALISMO: A ALIANÇA PARA
O PROGRESSO NO NORDESTE DO BRASIL, 1961-1964**

Maringá

2019



CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

José Victor de Lara

**REVOLUÇÃO ÀS MARGENS DO CAPITALISMO: A ALIANÇA PARA
O PROGRESSO NO NORDESTE DO BRASIL, 1961-1964**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM), como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz

Maringá

2019

José Victor de Lara

**REVOLUÇÃO ÀS MARGENS DO CAPITALISMO: A ALIANÇA PARA O
PROGRESSO NO NORDESTE DO BRASIL, 1961-1964**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM), como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Banca Examinadora



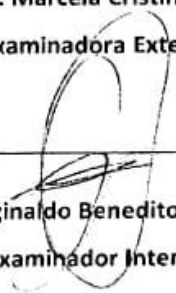
Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz

Orientador



Prof.ª Dr.ª. Marcela Cristina Quinteros

Examinadora Externa



Reginaldo Benedito Dias

Examinador Interno

Ficha de identificação da obra elaborada pela Biblioteca UNESPAR/Campus de
Campo Mourão

L318r Lara, José Victor de
Revolução às margens do capitalismo: a aliança para o progresso no Nordeste do
Brasil, 1961-1964. / José Victor de Lara. – Maringá, PR: UEM, 2019.
193f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Sidnei J. Munhoz
Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade
Estadual de Maringá (PPH-UEM), 2019.
Inclui Bibliografia

1. Política Externa. 2. Golpe de 1964 . 3. Capitalismo. I. Munhoz, Sidnei J. (orient).
II. Universidade Estadual de Maringá – III.. UEM. IV. Título.

CDD 21.ed. 327.1
321.9
330.122

Resumo

Em 1961 o governo John F. Kennedy anunciou a criação da Aliança para o Progresso que se consistiu num programa de ajuda externa específico para a América Latina. No Brasil, a Aliança teve como área prioritária de ação a região Nordeste. Esta dissertação apresenta como tese central a ideia de que a região nordestina foi parte fundamental do processo decisório dos EUA em apoiar o golpe de 1964 no Brasil. Demonstrou-se como a política externa estadunidense atuou na região, com a interpretação de o Nordeste como a área potencialmente mais perigosa da América Latina no contexto da Guerra Fria. Num primeiro momento, apresentamos como se deu a formação das concepções que orientaram o ideário dos diplomatas no engendramento dos programas de ajuda externa desde o fim da Segunda Guerra Mundial. No segundo capítulo, pontuamos quais as singularidades presentes no Nordeste que a levaram a ser prioridade de ação do serviço diplomático estadunidense. Por fim, apresentamos uma narrativa das principais ações do governo estadunidense na região, pontuando como a intervenção estrangeira no Nordeste influenciou sobre os eventos que levaram ao golpe civil-militar de 1964.

Palavras-chave: Aliança para o Progresso, política externa dos Estados Unidos, Nordeste, golpe civil-militar de 1964.

Abstract

In 1961 the John F. Kennedy administration announced the creation of the Alliance for Progress which was of a specific foreign aid program for Latin America. In Brazil, the Alliance had the Northeast region as its priority area. This dissertation presents as its central thesis the idea that the northeastern region was a fundamental part of the US decision-making process in support of the 1964 coup in Brazil. It was demonstrated how US foreign policy acted in the region, with the interpretation of the Northeast as the potentially most dangerous area of Latin America in context of the Cold War. At first, we present how were formed the conceptions that guided the ideals of diplomats in the development of foreign aid programs since the end of World War II were formed. In the second chapter, we pointed out the singularities present in the Northeast that made it the priority of action of the US diplomatic service. Finally, we present a narrative of the main actions of the US government in the region, stating how foreign intervention in the Northeast influenced the events that led to the 1964 civil-military coup.

Keywords: Alliance for Progress, US foreign policy, Northeast, civil-military coup of 1964.

Agradecimentos

Li em algum agradecimento de tese que ninguém passa ileso pela pós-graduação. Na época, pensei ser uma visão exagerada de alguém que possivelmente passou por uma experiência ruim no doutorado. Hoje, compreendo melhor essa assertiva. Com toda certeza termino essa dissertação muito diferente do que a comecei, mas as lesões foram todas positivas e enriquecedoras graças as pessoas que estiveram comigo nesses dois anos de trabalho.

Pesquisar envolve basicamente duas dimensões. A primeira é solitária, se resume a você e a páginas em branco no editor de texto, os dias nos arquivos, na biblioteca, no laboratório. É na solidão onde as ideias vão surgindo ao longo das leituras, das caminhadas na rua, nas filas do banco, nos minutos finais do dia antes de adormecer. Há dias em que quase nos sentimos transportados para a realidade do passado que tentamos reconstruir, imaginando as cenas, os eventos, o calor da hora, sempre contaminados pelos problemas de nosso próprio tempo. A segunda dimensão é social, essencialmente humana, e é composta pelos diálogos, pelas disciplinas cursadas, as discussões com os colegas, sejam nas reuniões, congressos, cafés ou nas mesas dos bares. É a essa segunda dimensão que se dirige esses agradecimentos.

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais e minha irmã, suportes da minha vida, que foram e são absolutamente tudo. Foram minha agência de fomento nos meses sem bolsa, meus terapeutas nos dias de crise, meus orientadores quando eu tive dúvidas, minha motivação em tempos de obscuridade. Pai, mãe e Carol, obrigado por todo o apoio e confiança que vocês depositaram em mim. Por muitas vezes eu enxerguei em seus olhos uma incompreensão sobre os caminhos que sigo, mas jamais vocês me questionaram, jamais me pediram para desistir.

Agradeço ao amigo e orientador Sidnei Munhoz. Sim, amigo vem primeiro, porque tudo o que fez por mim nesses últimos anos vão muito além de simples orientações de pesquisa. Me faltaria palavras para agradecer.

Minha trajetória até aqui só foi possível pela minha segunda família, aquela que me acolheu nos anos de graduação em Maringá. Praxeds, Aghatta, Ranei, Lore, Igor e Tutti. Além deles, agradeço também a todos os meus amigos e amigas que militaram

comigo no movimento estudantil e enriqueceram substancialmente a minha formação política e acadêmica.

Um agradecimento especial deve ser feito ao grupo mais brilhante das redes sociais. Felipe Alexandre, Guilherme Tadeu e Eide Abreu. Eternos professores. Em cada ponto deste texto tem um pouco de vocês e das longas horas que passamos discutindo assuntos do cotidiano e as formas de escrever história.

Aos meus colegas do Laboratório de Estudos do Tempo Presente, Natália, Leonardo, Giceli e Luana. Os anos de reuniões e de discussões enriquecedoras foram fundamentais para minha formação. Um agradecimento especial deve ser feito ao camarada Pedro Carvalho, que ao longo dessa pesquisa contribuiu com discussões elementares me auxiliando no trabalho de indexação e em todo o processo de sistematização dos documentos.

Devo muito as funcionárias das bibliotecas da UEM e da Unespar de Campo Mourão, onde passei muitos dias bagunçando as estantes. Também não posso deixar de mencionar a sempre atenciosa Marcia, secretária do Programa de Pós-graduação em História da UEM, pelas instruções e pelo atendimento solícito.

Agradeço a Capes pela concessão da bolsa que possibilitou essa pesquisa.

Por fim, a ela, minha companheira de toda as horas, Vanessa Mayumi, devo tanto a você que deveria escrever outra dissertação só para te agradecer. Por hora, só peço desculpas pelos dias que fiquei ausente ou ansioso demais. Sem você essas páginas não existiriam.

Lista de abreviaturas

ABI - Associação Brasileira de Imprensa.

AFL-CIO – *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations.*

AMFNB – Associação dos Marinheiros e Fuzileiro Navais do Brasil.

CCC – *Civilian Conservation Corps.*

Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores.

CIA - *Central Intelligence Agency.*

CIS – *Center for International Studies.*

Clapcs – Conselho Latino-americano de Pesquisa e Ciências Sociais.

Codeno – Conselho de Desenvolvimento do Nordeste.

CMBEU – Comissão Mista Brasil-EUA.

Consintra – Conselho Sindical dos Trabalhador do Pernambuco.

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

ERP – *European Recovery Plan.*

EUA – Estados Unidos.

Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

FDR – Franklin Delano Roosevelt.

FTC – *Federal Trade Commission.*

IAA – Instituto do Açúcar e Alcool.

Iseb – Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

JFK – John F. Kennedy.

MCP – Movimento de Cultura Popular.

MIT – *Massachusetts Institute of Technology.*

NARA – *National Archives and Records Administration.*

ONU – Organização das Nações Unidas.

OPA – Operação Pan-Americana.

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte.

PCB – Partido Comunista Brasileiro.

PDC – Partido Democrata Cristão.

PEI – Política Externa Independente.

PR - Partido Republicano.

PRT – Partido Republicano Trabalhista.

PSB – Partido Socialista Brasileiro.

PSD – Partido Social Democrático.

PSP – Partido Social Progressista.

PST – Partido Social Trabalhista.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

PTN – Partido Trabalhista Nacional.

SAPPP – Sociedade Agrícola e Pecuária do Plantadores de Pernambuco.

Sorpe – Serviço de Orientação Rural de Pernambuco.

Supra – Superintendência de Política Agrária.

TCA – *Technical Cooperation Administration.*

UDN – União Democrática Nacional.

USAID – *United States Agency for International Development.*

Sumário

Introdução	1
------------------	---

PARTE I

Alicerces

Capítulo 1 – Revolução às Margens do Capitalismo	12
As Experiências Passadas.....	19
Ciência Política e Política Externa.....	31
O Engajamento Mítico do Discurso.....	38
Capítulo 2 – As Singularidades do Nordeste	46
A Retomada do Comércio Mundial de Açúcar	52
Quem Eram os Camponeses?	58
Os Proprietários e o Poder.....	62
Os Descaminhos da Modernização no Brasil	69

PARTE II

Influxo

Capítulo 3 – Aliança Contra o Progresso.....	78
1960: o ano do monitoramento	78
1961: o ano dos estudos	91
1962: o ano decisivo.....	128
1963: o ano da radicalização.....	146
1964: o ano da tragédia.....	168
Conclusão	182
Referências Bibliográficas	188

Introdução

Quando João Goulart partiu da Guanabara em direção a Brasília na madrugada de primeiro de março de 1964, o presidente já tinha prévio conhecimento do apoio dos Estados Unidos (EUA) ao golpe que colocava fim no seu governo. Horas antes, em reunião com os seus ministros no Palácio Laranjeiras, o presidente pensava que as tropas deslocadas de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro sob o comando do general Olympio Mourão Filho, não passavam de uma simples rebelião e que logo seria suprimidas pelas forças apoiadoras de seu governo quando fosse acionado o dispositivo militar¹. Goulart acreditava que assolaria rapidamente o levante de Minas Gerais e estava disposto a tomar medidas enérgicas contra o governo insurgente do governador mineiro Magalhães Pinto, umas das principais lideranças civis do golpe.

Foi seu ex-ministro das Relações Exteriores, San Tiago de Oliveira Dantas, um dos seus conselheiros mais próximos, que o alertou dizendo:

Não devemos nos deixar perturbar pelas emoções. É hora de manter a cabeça fria. Não podemos nos dar ao luxo de sermos imprudentes. Como o senhor deve saber, presidente, o Departamento de Estado norte-americano hoje não sofre mais a influência da política de Kennedy. Sofre influências bem diversas. Não é improvável que esse movimento em Minas Gerais venha a ser apoiado pelo Departamento de Estado. Não é impossível que ele não tenha se deflagrado com o conhecimento e a concordância do Departamento de Estado. Não é impossível que o Departamento de Estado venha a reconhecer a existência de outro governo no território livre do Brasil².

Goulart, espantado com a avaliação de San Tiago Dantas, perguntou se ele estava apenas especulando. Ele respondeu que não. Horas antes, Dantas telefonou do gabinete

¹ Nome dado a um conjunto de oficiais que, teoricamente, apoiariam a legalidade do governo de João Goulart em caso de um golpe. O dispositivo se mostrou frágil ou quase inexistente assim que as movimentações de tropas começaram. Naquele momento o General Jair Dantas de Oliveira, Ministro da Guerra de Goulart, estava internado em um hospital, tornando acéfalo o frágil apoio ao presidente nos meios militares.

² Esse diálogo se reproduziu em diversas obras. A primeira descrição foi feita pelo jornalista Araújo Netto em ensaio jornalístico ainda em 1964, NETTO, Araújo. A Paisagem. In: DINES, Alberto. *Os Idos de Março e a Queda em Abril*. Rio de Janeiro, José Alvaro Editor, 1964, p. 62-63; posteriormente Moniz Bandeira confirmou o conteúdo das informações em entrevistas com Valdir Pires e Abelardo Jurema, ambos se encontravam no Palácio Laranjeiras durante a reunião, MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 7ª ed, Rio de Janeiro, Brasília, UNB, 2001, p. 178-179; Elio Gaspari também cita esse diálogo na íntegra em seu livro GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 98-99; por fim, o historiador Jorge Ferreira a utiliza em sua biografia sobre João Goulart, FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 471-472. Carlos Fico alerta que o aviso de San Tiago Dantas aparece de forma truncada e de maneira romanceada, mas todos os indícios apontam para a veracidade do aviso, mesmo que ele não tenha ocorrido da forma como se descreve, FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de Chumbo, o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008, p. 72.

presidencial para Afonso Arinos, seu amigo, auxiliar administrativo de Magalhães Pinto e ex-ministro das Relações Exteriores do governo Jânio Quadros. Dele, ouviu que o governo estadunidense apoiava o levante e que não apenas forneceria apoio diplomático, mas também interviria militarmente no país, caso fosse necessário³.

De fato, as declarações de Afonso Arinos se mostraram reais. Na manhã de primeiro de abril, tropas dos EUA partiram da base de Norfolk, na Virgínia, em direção ao porto de Santos. O plano preventivo já havia sido elaborado numa ação conjunta de contingência entre a Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro e o Departamento de Defesa. A Operação *Brother Sam*, comandada pelo General de Divisão George S. Brown, contava com um porta-aviões da classe *Forrestal*, um porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado, seis contratorpedeiros (alguns equipados com mísseis teleguiados) carregados com mais de 100 toneladas de armas e munições, incluindo um tipo de gás lacrimogêneo conhecido como *CS Agent* – o que demonstrava a preparação dessas forças para conter revoltas populares – e quatro navios petroleiros bélicos, caso houvesse um boicote ao acesso dos combustíveis aos insurgentes⁴.

O historiador Jorge Ferreira aponta que esta informação de que o governo dos Estados Unidos estava apoiando o golpe pesou consideravelmente na decisão de João Goulart em não resistir, apesar do presidente desconhecer qual era o tipo de apoio, o tamanho da operação militar e seus objetivos. Contudo, era o envolvimento da maior potência econômica do mundo e as consequências em dar prosseguimento a um conflito poderiam ser catastróficas considerando a conjuntura da Guerra Fria. Carlos Fico argumenta que a decisão de Goulart de não resistir era uma “avaliação realista e prudente⁵”, mas esse evento teria galvanizado entre os opositores e críticos de Goulart a imagem de um homem fraco, incompetente e covarde.

Além da Operação *Brother Sam* outro “dispositivo” foi acionado nas horas posteriores ao golpe. Um jovem funcionário de diplomacia chamado Robert Bentley estava em Brasília para garantir o reconhecimento do novo governo. Findada as esperanças de uma resistência e com Goulart se dirigindo para Porto Alegre, uma sessão

³ FERREIRA, Jorge Op. Cit. p. 472.

⁴ PARKER, Phyllis R. 1964: *o papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1977, p. 103. FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de Chumbo, o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008, p. 99.

⁵ FICO, Carlos, op. Cit. p. 72.

conjunta secreta do Senado e da Câmara dos Deputados foi convocada para as 2h da manhã, já no dia 2 de abril. Às 2h45min formou-se o quórum mínimo e pôde se dar início à sessão. Os eventos desse episódio, uma segunda fase do golpe, foi um movimento parlamentar que legitimou a ação dos militares. Naquele momento, foi declarada vacância da Presidência da República pelo presidente do senado, Auro de Moura Andrade, sob forte protesto de alguns parlamentares⁶.

Bentley era funcionário do *Embassy Office* em Brasília, havia chegado no Brasil em março de 1963. A recém-inaugurada capital do Brasil não sediava a Embaixada dos EUA, que permanecia em um prédio de treze andares no centro do Rio de Janeiro. Bentley era um jovem diplomata de 24 anos que conhecia os deputados federais em detalhes, possuía extrema familiaridade com a União Democrática Nacional (UDN) e outros partidos de direita. Carlos Fico lembra que a tarefa de conhecer os 182 deputados e senadores não era difícil já que a recém-inaugurada capital era pouco movimentada, com poucos automóveis em circulação, sendo fácil detectar a presença de qualquer autoridade no local. Em entrevista concedida para Carlos Fico, Bentley relatou que o ambiente em Brasília era de informalidade e de muito contato com os políticos brasileiros e passou os últimos dias de março no Congresso Nacional relatando por telefone tudo o que ocorria para a Embaixada no Rio de Janeiro. O jovem diplomata acompanhou a chegada do então presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, às 3h da manhã, com o Palácio do Planalto às escuras, a fim de proferir o juramento de posse como presidente interino⁷.

Bentley com medo de ser fotografado foi até uma sala contígua ao gabinete presidencial e ligou para a embaixada que estava com linha aberta para o Rio e o Rio, com linha para Washington. O jovem diplomata relatou o que havia presenciado. Na capital dos EUA, a preocupação dos decisores era saber se o processo poderia ser considerado legal. Bentley respondeu: “Eu disse que pensava que o que eu vi tinha toda a forma legal”. Doze horas depois o governo dos EUA reconheceria o novo regime⁸. Carlos Fico relata que em Washington, naquele momento, estava o subsecretário de Estado, George W. Ball, na qualidade de secretário de Estado, já que Dean Rusk estava ausente. O embaixador Lincoln Gordon recomendou fortemente o reconhecimento rápido

⁶ FICO, Carlos, Op. Cit. p. 106.

⁷ FICO, Carlos, Op. Cit. p. 107-108.

⁸ FICO, Carlos, Op. Cit. p. 108.

do novo governo. O presidente Lyndon B. Johnson ficou irritado por não ter sido acordado para opinar sobre o assunto.

Consumada a queda de João Goulart, os eventos que se seguiram mostram um intenso trabalho feito por Dean Rusk e Lincoln Gordon para dar ares de legalidade ao reconhecimento quase instantâneo do governo golpista. Era necessário que a imagem do ocorrido não fosse vista pela comunidade internacional como mais um golpe militar latino-americano com apoio do governo estadunidense. Dean Rusk dizia que era preciso preservar pelo menos *the color of legitimacy*⁹.

A Operação *Brother Sam* e o reconhecimento automático do regime golpista pelo governo dos Estados Unidos são dois episódios marcantes da trama daquele final de março e começo de abril de 1964. No entanto, esses são eventos finais de um movimento amplo, gradual e tectônico que se iniciou no Brasil ainda em 1961. Ali, findava-se uma fase de um longo processo de intervenção estrangeira em território brasileiro. Esta dissertação versa sobre uma dessas dimensões, ainda pouco explorada, que pretende revelar um elemento que pesou consideravelmente nas decisões dos *policy-makers* de Washington. Nossa hipótese parte da ideia de que o epicentro desses eventos ocorreu longe dos grandes centros econômicos e políticos do Brasil, fora do eixo Rio-São Paulo-Brasília. Foi no interior do Nordeste, na zona canavieira que circundava as capitais nordestinas, que fez acender as luzes de alerta do governo estadunidense. O Nordeste, mais precisamente a Zona-da-Mata e o Agreste, foram vistos pelo governo dos EUA como uma região potencialmente revolucionária que hospedava um perigoso movimento camponês em crescente expansão que se chocava violentamente com os interesses históricos de uma elite agrária retrógrada.

O golpe civil-militar pôs fim às crescentes lutas camponesas no Brasil. O contexto era de intenso debate sobre a urgência da reforma agrária e envolvia políticos, governantes e intelectuais sobre temas como a extensão das leis trabalhistas ao campesinato, a reforma agrária como pauta central das chamadas Reformas de Base de João Goulart. Uma das principais equações a ser solucionada era o caráter histórico da concentração fundiária e a melhora na condição dos camponeses. Em confluência com

⁹“as cores da legalidade”. FICO, Carlos, op. Cit. p. 128.

essas discussões, em 1961 os Estados Unidos deram início a um ambicioso programa de ajuda externa destinado à América Latina denominado Aliança para o Progresso.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, lideranças latino-americanas almejavam um programa de desenvolvimento econômico nos moldes do Plano Marshall. No caso do Brasil, a participação no conflito mundial do lado das forças Aliadas possuiu claros propósitos de alcançar uma relação especial com os Estados Unidos e, assim, angariar recursos para avançar no projeto de industrialização nacional. O programa, porém, só chegou em 1961, em Punta del Leste, quando o governo de John F. Kennedy (JFK) apresentou aos países da América Latina a Aliança para o Progresso. O objetivo do programa era promover o rápido crescimento econômico – fundamentado na construção de acordos regionais de comércio de commodities e na integração econômica regional com financiamento de fontes de capital estatal e privado. A Aliança consistia na aplicação de cerca de 20 bilhões de dólares¹⁰ em 10 anos, destinados à construção de hospitais, portos, estradas, moradias, usinas de energia e escolas¹¹. Em contrapartida os países beneficiários dos recursos deveriam promover a reforma agrária e fiscal para aumentar a eficácia dos recursos alocados ao desenvolvimento e promover a extensão de direitos políticos. Esses objetivos eram fruto de um consenso historicamente construído entre os *policy-makers* estadunidenses: que o crescimento econômico, a equidade social, a estabilidade política e a democracia constitucional poderiam levar a América Latina a uma década de prosperidade¹².

A Aliança para o Progresso deve ser vista principalmente como uma reação urgente à Revolução Cubana de 1959. Após a vitória das forças de Fidel Castro contra Fulgêncio Batista e sua entrada no bloco soviético – que se formaliza em 1961 – os EUA passaram a temer que o descontentamento social se espalhasse pela América Latina, principalmente nas grandes cidades em expansão, entre trabalhadores e camponeses organizados em movimentos radicais de caráter nacionalista. Exemplos como o de Castro

¹⁰ Em valores convertidos pela inflação acumulada atualmente esse valor equivale a aproximadamente 1 trilhão e setecentos bilhões de dólares. Todas as conversões equivalentes forem feitas pela ferramenta *inflation calculator* no site Dollars Times. <https://www.dollartimes.com/inflation/> Acesso em 03/01/2019.

¹¹ TAFFET, Jeffrey F. *Foreign aid as foreign policy: the Alliance for Progress in Latin America*. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2007, p. 5.

¹² LOWENTHAL, Abraham F. *Alliance Rhetoric versus Latin American Reality*. Foreign Affairs. 5 Sept. 2017. Web. 5 Sept. 2017.

poderiam surgir em outros lugares do Hemisfério Ocidental, ameaçando a segurança nacional dos EUA.

Outro espectro rondava as Américas naquele momento. A crença mais ou menos consistente na necessidade de modernização. Para os *policy-makers* de Washington era clara a conexão entre a desigualdade social e a efervescência política. As mazelas sociais que atingiam os países latino-americanos eram entendidas como consequência dos graves problemas gerados pela pobreza. Um grande número de intelectuais, políticos, funcionários de diplomacia, estadunidenses e latino-americanos, se reuniam em torno desse ideário, traduzido em duas palavras: modernização e desenvolvimento¹³.

O historiador temporalmente afastado do evento histórico pode facilmente enxergar como a Aliança para o Progresso se distanciou profundamente de seus objetivos iniciais. A série de ditaduras militares que se instauraram na América Latina a partir da década de 1960, promovidas com o amplo apoio do governo dos EUA, vai na direção contrária de todos os pressupostos básicos da Aliança. No entanto, numa perspectiva crítica, o objetivo central do programa foi cumprido: impedir o surgimento de novos governos socialistas ou comunistas na América Latina, mesmo que freados por golpes militares. Pode-se observar como a Aliança para o Progresso, mesmo representando uma mudança na política externa estadunidense, não abandonou preceitos básicos da Doutrina da Contenção do comunismo elaborada no limiar da Guerra Fria por George Frost Kennan¹⁴. Em outras palavras, a Grande Estratégia elaborada pelos *cold warriors*, ainda era parte fundamental de suas concepções.

Michael Dunne corrobora com essa perspectiva. Para ele, deve-se levar em consideração a visão de Washington: não importava os métodos, a base fundamental da Aliança para o Progresso para Kennedy e os *new frontiersmen* poderiam ser expressos em três palavras: *no second Cuba*. Kennedy teria lançado uma aparente ambiguidade no

¹³ A teoria da modernização, como não deixaria de ser, possuía diversas vertentes e se expressava de forma diferenciada em cada país. Na Argentina a partir de 1956, no pós-peronismo, a ideia de modernização se apresenta com pujança nos meios intelectuais, em clássicos como de Gino Germani *Sociología de la Modernización*, de 1969, que continua a ser uma das principais referências. No Brasil, o debate travado entre Eugênio Gudim e Roberto Simonsen nos anos de 1945-1947 definiu os caminhos da modernização no país. Posteriormente, o economista Celso Furtado assumiu o papel de debatedor divergindo dos teóricos da modernização, argumentando que esse pensamento levaria à continuidade do subdesenvolvimento brasileiro. No entanto, nossa preocupação se concentrará em como esse pensamento se originou nos Estados Unidos, mais especificamente a vertente apresentada por Walt W. Rostow.

¹⁴ Para uma análise mais detalhada sobre a Doutrina da Contenção de George F. Kennan ver MUNHOZ, Sidnei J. *George Frost Kennan e a arquitetura da política externa dos EUA na gênese da Guerra Fria*. Revista Diálogos, v.22, n.1, p. 26-43, 2018.

discurso, como por exemplo, quando na sua fala na OEA lançou mecanismos de incentivo econômico ao mesmo tempo em que autorizou a invasão à Baía dos Porcos em Cuba. Dunne, aponta como os sucessores de Kennedy seguiram essa linha aparentemente contraditória. Em 1965, Lyndon Johnson autorizou a invasão a República Dominicana; em 1973, o governo de Richard Nixon deu sinal verde aos militares chilenos no golpe contra Salvador Allende. O grito permanecia o mesmo: *no second Cuba*¹⁵. Não havia nenhuma ambiguidade.

O Nordeste brasileiro, com todas as suas contradições inerentes, representou ao governo estadunidense a região mais propícia para a implementação de um programa de ajuda externa. Seria o batismo fogo da nova política do governo Kennedy. Entre 1960 e 1961, a região foi palco de uma intensa disputa na correlação das forças políticas no Brasil. A extrema pobreza dos trabalhadores e trabalhadoras rurais contrastava com a pujança e a modernidade das capitais em expansão e com a riqueza ostentada pelo baronato do açúcar. A partir de movimentos camponeses contestatórios, que visavam à reforma agrária e à extensão dos direitos trabalhistas ao campesinato, um levante deu início a um longo processo de lutas camponesas no Nordeste. O vigor da ação popular só iria cessar com a chegada dos militares ao poder em 1964 e com a repressão imediata que dizimou as lideranças do movimento e minou as mobilizações.

A maior dessas mobilizações no campo foi sem dúvida as Ligas Camponesas. Resumidamente, as Ligas surgiram em 1955 a partir da Sociedade Agrícola e Pecuária do Plantadores de Pernambuco (SAPPP), fundada no Engenho Galileia, em Vitória do Santo Antão, nos arredores de Recife. Sua liderança mais conhecida, o deputado federal Francisco Julião, a chamou de Liga-mãe, a que inspirou as outras dezenas que surgiram pelo Nordeste e por outras regiões do país. Julião tem uma trajetória complexa dentro das Ligas, que precisa ser compreendida e matizada. Ele não esteve envolvido em sua fundação, mas se tornou uma figura central ao movimento após ser convidado a defender os interesses dos camponeses do Engenho Galileia. No entanto, o deputado é responsável por inserir outros tons de inspiração e por criar um discurso político que ganhou o cenário nacional e internacional, principalmente quando passou a reivindicar a Revolução Cubana

¹⁵ DUNNE, Michael. *Kennedy's Alliance for Progress: countering revolution in Latin America. Part I: from the White House to the Charter of Punta del Este*. International Affairs, Oxford-UK, v. 89, issue 6, p. 1389-1409, November 2013, p. 1408.

e a Revolução Chinesa como caminhos a serem seguidos pelos camponeses latino-americanos. Julião afirma que:

A vitória da Revolução Cubana trouxe ao movimento camponês do Nordeste notável reforço [...] tendo sido a reforma agrária a espinha dorsal daquela Revolução, seu eixo, sua alma, os camponeses nordestinos imediatamente passaram a defendê-la nas demonstrações de massas, passeatas e comícios¹⁶.

Não é possível dizer que a inspiração cubana tenha surgido no interior do movimento. Afinal a grande maioria dos camponeses era composta por analfabetos mobilizados em torno de pautas e problemas cotidianos relacionados às condições execráveis de trabalho e à exclusão do direito à terra. Até onde a documentação e a historiografia nos mostram, os camponeses nordestinos não se entendiam como partícipes do mundo bipolar da Guerra Fria. Essas simbologias e discursos vieram das lideranças de esquerda, de Francisco Julião e de membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que atuaram no interior das Ligas, mas serviram imensamente como fator mobilizador.

Nossa análise, portanto, se concentra na Aliança para o Progresso no Nordeste brasileiro entre 1961 e 1964. A partir da documentação produzida pelos diplomatas estadunidenses¹⁷ que atuaram no Brasil durante o período, buscamos reconstruir os fatos e o ideário que conduziu suas ações, buscando compreender as decisões em seu contexto, reconstruindo essa dimensão da intervenção da maior potência global no Brasil durante a Guerra Fria. No processo decisório dos diplomatas estadunidenses em 1961, como consta na documentação, a região Nordeste era a prioridade e os dispositivos acionados em 1964, tanto militarmente (a Operação *Brother Sam*) e diplomaticamente (o reconhecimento automático do regime golpista e as tentativas de construir uma aparente legalidade do processo perante a comunidade internacional) são ações finais de um longo e profundo processo de intervenção que teve como foco a questão nordestina.

Nossa tese orbita em torno da problemática de que no processo decisório dos *policy-makers* do Departamento de Estado, o Nordeste representava a maior ameaça aos interesses do governo dos Estados Unidos no Brasil. A luta camponesa que se radicalizava

¹⁶ JULIÃO, Francisco. *O que são as Ligas Camponesas?*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962, p. 42.

¹⁷ Quando nos referimos no texto ao termo “diplomata” estamos a falar de todo o serviço diplomático do governo dos Estados Unidos no Brasil. Integramos todos os indivíduos que de alguma forma contribuíram para elaboração, implementação e condução da Aliança para o Progresso, sejam eles funcionários do Departamento de Estado, adidos especiais, embaixadores, cônsules, etc.

paulatinamente, se chocando com os extremos contrastes sociais da região, levou os diplomatas a buscarem ações mais duras até o ponto de aceitar a saída pelo apoio ao golpe civil-militar. Essa problemática não partiu de constatações apriorísticas. Durante nossa pesquisa de iniciação científica vinculada ao projeto *Opening the Archives*¹⁸, propusemos uma investigação sobre as relações entre Brasil e os EUA durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, partindo da documentação disponibilizada pelo projeto. Uma das primeiras questões que se apresentaram durante a pesquisa documental foi analisar e sistematizar a quantidade exponencial de memorandos, relatórios e telegramas relacionados ao Nordeste brasileiro.

Durante os últimos anos do curso de graduação até a aprovação do projeto de pesquisa no programa de pós-graduação em História, realizamos a leitura sistemática e a seleção de uma grande quantidade de documentos relativos ao Nordeste a partir do *Opening the Archives*. Ademais, buscamos sustentações na historiografia disponível para compreender o que estava a ocorrer nessa região no momento em que essa documentação foi produzida. As evidências documentais demonstram o Nordeste como a principal preocupação do Departamento de Estado, no Brasil, durante os anos de 1961 e 1963. Ao longo do processo de construção do projeto de mestrado vimos que outros historiadores, jornalistas e cientistas sociais já haviam apontado para essas questões¹⁹, mas faltava um estudo substancial, apoiado em uma ampla base de documentos que pudesse perscrutar com profundidade essas relações. Este trabalho está direcionado nesse sentido.

Ao longo da pesquisa, os documentos diplomáticos foram confrontados com uma série de outras fontes primárias e com a historiografia sobre o tema. Esse procedimento foi fulcral para que não nos tornássemos prisioneiro da própria documentação. A crítica

¹⁸ O *Opening the Archives Project* é esforço conjunto entre a *Brown University* e a Universidade Estadual de Maringá, tendo como principais instituições parceiras o *National Archives and Records Administration* – NARA e o Arquivo Nacional para digitalizar e indexar documentos do governo dos Estados Unidos sobre o Brasil e torná-los disponíveis para o público em um site de acesso livre. Os documentos podem ser consultados em sites espelho criado por ambas as universidades:

https://repository.library.brown.edu/studio/collections/id_644/ e <http://www.comcap.uem.br/cdo/>. Participei dos projetos de indexação tanto nos repositórios da Brown como da UEM e atualmente sou um dos coordenadores da equipe de apoio encarregada de indexar e digitalizar os documentos no Brasil. O projeto é coordenado pelos professores James N. Green, professor da Brown University e Sidnei J. Munhoz, da UEM, orientador desta dissertação.

¹⁹ O historiador Luiz Alberto Luiz Bandeira em seu livro *Presença dos Estados Unidos no Brasil* dedicou algumas páginas sobre a atuação da Aliança para o Progresso no Nordeste. O sociólogo Francisco de Oliveira em seus ensaios *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste: planejamento e conflitos de classe* e *A Noiva da Revolução* também apontou questões importantes. O jornalista do Diário do Pernambuco, Vandek Santiago, lançou em 2016 o livro *Pernambuco em Chamas: a intervenção dos EUA e o golpe de 1964*.

do historiador às fontes exige que os dados coletados sejam postos à prova com outras narrativas do mesmo período. Por esse motivo, fizemos uso de biografias, autobiografias e obras literárias escritas sobre ou por protagonistas, sempre que possível confrontamos as informações contidas nos relatórios diplomáticos com reportagens de jornais da época e com a historiografia sobre o golpe civil-militar de 1964. Esse processo nos levou a manipular uma grande variedade de documentação.

A primeira parte da dissertação, intitulada *Alicerces*, visa construir as bases para a análise documental. Sem um amplo conhecimento das questões internacionais no início dos anos de 1960 e sem o entendimento profundo do que compunha o ideário dos diplomatas – sob quais termos eles pensavam o Nordeste e, principalmente, os camponeses nordestinos – é impossível compreender essas ações com a devida objetividade. Pode-se resumir grosseiramente que esses funcionários da diplomacia estavam apenas a pensar sob termos imperialistas, anticomunistas e paternalistas, na dicotomia típica do mundo bipolar engendrado pela Guerra Fria. Nesse caso, o Nordeste não passaria de uma região qualquer do quintal latino-americano, passível de intervenção do poder estadunidense, sem a necessidade de critérios pré-definidos. Essas questões, quando postas ao crivo rigoroso da análise documental dissolvem-se. O governo dos Estados Unidos não possuía onipresença e onisciência na América Latina e reconhecia isso.

Apesar da gigantesca capacidade financeira, seus programas de ajuda externa não alcançaram os objetivos políticos e econômicos planejados. Assim, é necessário construir uma base para a análise documental que seja aberta às volatilidades e à reação dos países onde esses programas foram implementados. Desse modo, é imprescindível compreender como essas missões diplomáticas se envolveram com a política nacional, tornando os diplomatas atores políticos do cenário brasileiro e, por isso, passíveis de erros, de medidas inconsequentes, de derrotas e, principalmente, de reformulações profundas. Sem esse recurso heurístico é impossível compreender o processo decisório que levou um programa de ajuda externa que visava fortalecer as democracias capitalistas e desenvolver economicamente a América Latina a apoiar regimes militares de caráter autoritário. Importante salientar que essas avaliações foram feitas a partir de conceitos, ideias e problemas apresentados pelos atores políticos envolvidos no processo de formulação da Aliança para o Progresso e seus princípios foram retirados exclusivamente da análise documental.

No primeiro capítulo realizamos um exercício de construir o ideário presente no *New Frontier* do governo John F. Kennedy, tentando demarcar as linhas que compuseram a Aliança para o Progresso como um projeto de modernização dentro das margens do capitalismo estadunidense. Apesar do comprometimento com a contenção do comunismo, ela marcou uma nova forma de pensar a América Latina, no campo da teoria da modernização desenhada no interior das universidades estadunidenses. Assim, buscamos definir suas origens históricas – a partir das experiências das políticas de ajuda externa no pós-Segunda Guerra Mundial – e teóricas – com a coordenação entre a ciência política nos EUA na década de 1950 e a condução da política externa a partir de debates internos. Outro componente importante para a reconstruir esse ideário são as releituras de discursos míticos do imaginário estadunidense como a teoria da Nova Fronteira e o significado de *wilderness*.

No segundo capítulo da primeira parte, pretendemos responder a algumas indagações elementares: por que o Nordeste? Quais aspectos presentes naquela região a tornaram prioridade da Aliança para o Progresso na América Latina? Por que os conflitos camponeses chamaram a atenção dos Estados Unidos a ponto de conduzirem amplos recursos financeiros e humanos para a região? A partir disso, buscamos compreender como o Nordeste estava inserido no contexto econômico global e as motivações que levaram a se desencadear na região uma tensão social no campo, com novas formas de organização dos trabalhadores rurais, novos contornos de pressão e o surgimento das Ligas Camponesas. Esses dois primeiros capítulos constroem o cenário para a narrativa que se segue.

A segunda parte, intitulada *Influxo*, demarca a influência dos Estados Unidos no Nordeste, o estudo propriamente dito da documentação. No terceiro capítulo, iniciamos ainda em 1960 com os primeiros relatórios e as primeiras notícias que ocuparam colunas de importantes jornais, que buscavam mostrar para a sociedade estadunidense o Nordeste brasileiro como um barril de pólvora revolucionário prestes a explodir, onde se organizava um gigantesco exército camponês doutrinado pelo marxismo. Passamos então a uma análise minuciosa dos principais eventos que ocorreram de 1961 até o golpe de 1964, como as viagens de importantes figuras políticas do governo Kennedy, o desenho de programas específicos para a região, a atuação política dos diplomatas e a enorme preocupação com os camponeses nordestinos.

PARTE I

Alicerces

Capítulo 1

Revolução às Margens do Capitalismo

“To our sister republics south of our border, we offer a special pledge – to convert our good words into good deeds – in a new alliance for progress – to assist free men and free governments in casting off the chains of poverty”²⁰.

John F. Kennedy, Discurso de Posse de 20 de janeiro de 1961.

A Revista Alianza e a Task Force

Richard Naradof Goodwin ficou conhecido na história dos Estados Unidos por ter escrito os mais emblemáticos discursos de John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson. Se juntou ao grupo de escritores de discursos quando Kennedy ainda era senador, em 1959, e teve como mentor outro grande *speechwriter*, Ted Sorensen. Foi o jovem Goodwin, com apenas 29 anos na época, que batizou o novo programa de política externa do governo Kennedy. Ainda durante a campanha presidencial, o então senador de Massachusetts tinha esboçado seu interesse particular pela América Latina em diversas ocasiões, mas era necessário criar uma proposta consistente sobre as relações entre a América Latina e os EUA.

Richard Goodwin estava em um ônibus com outros membros da campanha presidencial de Kennedy no Texas, enquanto tentava rascunhar um discurso sobre a política externa na América Latina. Em seu pensamento duas questões foram fundamentais²¹: 1) os episódios da desastrosa viagem de Richard Nixon – então vice-

²⁰ “Para as nossas republicas irmãs ao Sul de nossa fronteira, ofereceremos uma promessa especial – de converter nossas boas palavras em boas ações – em um nova Aliança para o Progresso – para ajudar os homens e os governos livres a se livrarem das correntes da pobreza.” Todas as traduções nas notas de rodapé foram traduzidas pelo autor, por isso me abstive de indica-las como “tradução livre”. <https://www.jfklibrary.org/learn/about-jfk/historic-speeches/inaugural-address>. Acesso em 04/01/2019.

²¹ GOODWIN, Richard N. *Remebering America: a voice from the sixties*. New York, Open Road Integrated Midia, 1988, p. 113-115.

presidente do governo Eisenhower – por algumas cidades latino-americanas. A passagem foi marcada por uma onda de manifestações anti-estadunidenses. Em Lima, Nixon sofreu cusparadas por onde passou, fato amplamente explorado pela imprensa da época. Em Caracas, o vice-presidente foi cercado e apedrejado, fazendo com que as forças armadas dos EUA posicionadas no Caribe entrassem em estado de alerta. Para Washington tratava-se de uma evidência clara da disseminação do comunismo na região, considerando o padrão aparentemente coordenado das manifestações. 2) a segunda questão coincidia temporalmente com a viagem de Nixon, era a revolução e o novo regime instaurado em Cuba que, naquele momento, representava pouca ou nenhuma ameaça real à segurança dos Estados Unidos²².

Ambos os eventos demonstravam a importância da região, que segundo Goodwin, havia sido negligenciada por Eisenhower e os republicanos. Era necessária uma ação afirmativa das intenções de Kennedy no Hemisfério. Para ele, também era evidente que os Estados Unidos estavam sendo confrontados com uma realidade de descontentamento crescente e o agravamento das tensões sociais na América Latina. Para superar esses conflitos precisavam de uma ação que visasse não só ao crescimento econômico, mas também à justiça social, eliminando sistemas tributários desiguais e o monopólio da terra que enriquecia uma pequena parcela da população enquanto relegava a uma maioria vidas incessantemente pobres, curtas e brutais²³.

Goodwin pensou então que precisava de um nome capaz de dramatizar os latino-americanos; que fizesse da política de Kennedy uma sucessora coerente da política de Boa Vizinhança de Franklin D. Roosevelt – que, segundo ele, era o último dos presidentes a dar uma atenção séria ao Hemisfério Ocidental. Um nome que representasse a parceria pela reforma democrática e não apenas paternalismo generoso. Goodwin imaginou que o *slogan* deveria ser em espanhol, mas era um completo ignorante no idioma. Foi quando olhou para o acento vazio ao seu lado e viu uma revista publicada por uma sociedade de descendentes de mexicanos nos EUA intitulada *Alianza*. Na primeira parada do ônibus, ele ligou para o seu amigo Karl Meyer, um jovem repórter do Washington Post que tinha um grande interesse pela América Latina. Goodwin perguntou a Meyer se havia algum

²² SMITH, Peter H. *Talons of the Eagle: Dynamics of U.S – Latin American Relations*. New York: Oxford University Press, 1996, p. 195.

²³ GOODWIN, Richard N. *Remebering America: a voice from the sixties*. New York, Open Road Integrated Midia, 1988, p. 113.

perigo no nome, ele respondeu que não. Mas era preciso algo mais, uma aliança para quê? Pensou. Goodwin perguntou como se dizia “*development*” em espanhol, desacreditado em que Kennedy pudesse pronunciar a palavra “*desarrollo*” corretamente em discursos, ele sugeriu “*progress*”, “*progrezo*”. A “*alianza para progrezo*” foi corrigido mais tarde pelos consultores de língua espanhola da Casa Branca que adicionaram o conectivo “*el*”²⁴.

O relato de Goodwin é interessante para elucidar duas questões: primeiro, nos traz o que se passava nos debates durante a candidatura, quais eram os motes na mente de Kennedy e seus assessores em relação à América Latina; segundo, o certo tom romântico com que o livro de Goodwin é construído, narrando atitudes épicas e falas heroicas de John Kennedy, nos revela parte de uma historiografia construída pelos primeiros biógrafos do presidente. Como afirma Henrique Alonso Pereira, nomes como Roger Hilman, Arthur Schlesinger Jr, Theodore Sorensen e o próprio Robert F. Kennedy construíram a imagem de John Kennedy como um habilidoso estadista. Por um lado, os eventos marcantes de seu governo, como a Crise dos Mísseis em Cuba em 1962, narram Kennedy como um grande diplomata, capaz de abster-se da confrontação e prudentemente persuadir Nikita Krushev a assinar o Tratado de Contenção de Testes Nucleares; por outro, revelam que a campanha presidencial de Kennedy foi construída em intenso debate e críticas à política externa de Eisenhower²⁵.

Essa primeira linha de interpretação criada por autores próximos a Kennedy imperou até o fim da década de 1960. Entre as obras mais famosas dessa fase temos *Mil Dias: John Fitzgerald Kennedy na Casa Branca*, do historiador Arthur Schlesinger Jr., vencedor do prêmio Pulitzer de 1966 na área de biografias e autobiografias. Schlesinger deixa claro as suas limitações na abertura do livro. Trata-se de um registro pessoal que oferece uma visão parcial do governo Kennedy, principalmente dos assuntos de política externa, no qual esteve envolvido como Assistente Especial para Assuntos latino-americanos²⁶.

²⁴ GOODWIN, Op. Cit. p. 115-116.

²⁵ O historiador Henrique Alonso Pereira trata de fazer uma discussão sobre as diversas interpretações historiográficas sobre o governo John F. Kennedy, apontando as principais correntes desde os 1960. PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. *Criando Ilhas de Sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 36-45.

²⁶ SCHLESINGER JR, Arthur. *Mil Dias: John Fitzgerald Kennedy na Casa Branca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 1, 1966, p. 10.

Schlesinger narra os eventos seguintes do discurso escrito por Goodwin. A fala foi proferida em Tampa, na Flórida em 18 de outubro de 1960. Após o evento, sentindo a necessidade de tornar o discurso uma base de seu programa de governo, Kennedy pediu a Goodwin que organizasse uma força-tarefa com o objetivo de estruturar e formalizar uma política externa para a América Latina. A *Task Force on Immediate Problems of Latin America* teve uma composição peculiar. Adolf Berle foi o presidente da comissão. Na época, Berle era um experiente diplomata e consagrado como um *brain trust* de Roosevelt e um dos mais influentes *new dealers*, havia atuado como embaixador no Brasil entre 1945 e 1946; Arturo Morales-Cárrion e Teodoro Moscoso, ambos porto-riquenhos com forte atuação no governo de Luis Munõz Marín em Puerto Rico; e três professores: Lincoln Gordon, professor de economia em Harvard, havia sido um dos principais *marshall planners* na Grã-Bretanha; Robert Alexander, professor de ciência política e história da *Rutgers University*, especialista em movimentos comunistas e sindicais na América Latina; e Arthur P. Whitaker, historiador e professor da *University of Pennsylvania* especialista em História latino-americana, dedicava-se ao estudo do Império Espanhol durante os séculos XVII e XVIII²⁷.

É interessante notar algumas similaridades entre as obras de Arthur Schlesinger Jr. e de Richard Goodwin. Ambas se referem ao *staff* do governo Kennedy e a si mesmos como *New Frontier*. Ambas trazem no âmago do pensamento a Revolução Cubana, a desastrosa viagem de Richard Nixon, a crítica ao governo Eisenhower e à sua política externa. Tanto um quanto o outro trazem o desenho de uma América Latina explosiva e em acelerada mudança. Schlesinger diz:

A velha ordem na América Latina estava, evidentemente, em decomposição. Já não havia como preservar o status quo. A única questão agora era a forma que teria no futuro. Ali estava Fidel Castro, o líder apaixonado da Revolução Cubana, e, atrás dele, os sofrimentos inarticulados de gerações, e atrás dele também a força do comunismo vindo de fora do hemisfério; e ali estava o novo presidente dos Estados Unidos, cuja subida ao poder já despertara novas esperanças nas Américas, tendo atrás de si as energias desiguais e descoordenadas de homens sensatos e da democracia latina nativa [...] se os Estados Unidos não estivessem prontos a oferecer um programa afirmativo de modernização democrática, novos Castros surgiriam, sem dúvida, pelo continente. Era essa a natureza da crise.²⁸

²⁷ SCHLESINGER JR, Op. Cit. p. 198-199.

²⁸ SCHLESINGER JR, Op. Cit. p. 190.

No relatório intitulado *Report From the Task Force on Immediate Latin American Problems to President-elect Kennedy*, de 4 de janeiro de 1961, os membros da força tarefa trazem uma síntese do que imaginavam ser um caminho de ação. No documento, eles sublinham que para Moscou e Pequim a América Latina passava a ser área prioritária de ação na Guerra Fria, principalmente após a Revolução Cubana. Nesse xadrez global, os EUA não podiam mais enxergar as nações latino-americanas como “enteados”. Segundo o relatório, até aquele momento, os comunistas tinham logrado êxito em converter as revoluções sociais na América Latina em um ataque marxista contra os EUA. O governo dos EUA não tinha nenhuma filosofia clara e nem maquinário efetivo para disseminar qualquer outro pensamento na região. Era preciso fornecer esse *philosophical principle* que tanto os latino-americanos procuravam e, segundo o documento, ele devia ser baseado em quatro pontos: a) o princípio imperativo da liberdade humana; b) a compreensão que a liberdade genuína exige o progresso do bem-estar social e econômico para todos; c) a compreensão de que os únicos governos legítimos são aqueles democraticamente eleitos; e, por fim, d) o princípio que os EUA não podem se tornar prisioneiros ou instrumentos da política externa de outros países²⁹.

A partir dessa linha filosófica, partiam também de outras seis suposições básicas: 1) que a América Latina era área primordial para os Estados Unidos; 2) que construiriam uma nova abordagem para lidar com os problemas graves da região; 3) ao mesmo tempo, reconhecer que os EUA não são onipresentes nem oniscientes e, portanto, o projeto estava fadado a limitações; 4) que os EUA manteriam sua atuação nos órgãos internacionais como a OEA e a ONU; 5) A fermentação que ocorria na América Latina era fruto de forças externas de mudanças sociais e políticas que os EUA não podiam e nem deviam controlar; e, por último, 6) que enfrentar o comunismo na América Latina se assemelhava, mas era mais perigoso que a ameaça do nazi-fascismo no período de Roosevelt e exigia uma resposta ainda mais ousada e imaginativa³⁰.

Em um memorando de Lincoln Gordon para Richard Goodwin em 6 de março de 1961, o futuro embaixador dos EUA no Brasil compara a Aliança para o Progresso com o Plano Marshall. As comparações eram inevitáveis, muitas pessoas haviam falado desde

²⁹ Foreign Relations of the United States (FRUS), 1961-1963. Vol. XII, *American Republics, 1961-1963*. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1996. Kennedy Library, Pre-Presidential Papers, Transition Series, Task Force Reports 1960, Latin America. No classification marking. p. 87-90.

³⁰ FRUS, Op. Cit. p. 88.

o pós-guerra sobre necessidade de um Plano Marshall para a América Latina, mas Gordon lembra que na maioria das vezes essa analogia é enganosa. Enfrentar problemas de uma pobreza historicamente construída, analfabetismo generalizado e graves desequilíbrios sociais, econômicos e geográficos eram fundamentalmente diferentes do que engendrar a recuperação econômica em países industrializados que só estavam temporariamente paralisados em consequência da guerra. O esforço na América Latina deveria ser muito mais dispendioso e demorado, o volume de dinheiro seria menor e a cooperação técnica desempenharia um papel mais importante³¹.

Muitos desses homens de Estado³², com vasta experiência em questões diplomáticas, viviam o auge de suas carreiras e eram formados pelas mais prestigiadas universidades estadunidenses. Alguns deles como Gordon, Whitaker e Alexander haviam construído carreiras universitárias estudando a América Latina. O anticomunismo era visceral em seus pensamentos, afinal estamos falando de *cold warriors*, mas uma indagação é fundamental: como diplomatas com tanta formação, pensando em termos tão contundentes dentro da ideologia liberal estadunidense daquele século, apoiaram forças golpistas que mergulharam a América Latina em regimes autoritários? O imperialismo econômico e o anticomunismo são as bases desse pensamento, mas há elementos mais densos e profundos. Nosso esforço vai no sentido de entender as *forças profundas* que agiam no interior desse ideário, colocando à prova da realidade todos os *philosophical principles*. Para que possamos entender como eles faziam seus cálculos é preciso saber sob quais bases eles enxergavam a realidade social da América Latina³³.

³¹ Foreign Relations of the United States (FRUS), 1961-1963. Vol. XII, *American Republics, 1961-1963*. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1996. *Draft Memorandum From the Consultant to the Task Force on Latin America (Gordon) to the President's Assistant Special Counsel (Goodwin)*. p. 95-98.

³² Nos permitimos usar esse termo pois se tratavam literalmente de homens. Não encontrei durante a pesquisa qualquer documento produzido ou assinado por mulheres, apesar do grande emprego da mão de obra feminina em serviços nos escritórios diplomáticos. Felizmente esse quadro vem mudando aos poucos. O Itamaraty, por exemplo, tem direcionado esforços para que o quadro diplomático brasileiro seja preenchido por mais mulheres. Estudo pioneiros tem apontado as questões entre gênero e relações internacionais. É o caso de trabalho como de MENDES, Maria Macêdo. *Gênero e Relações Internacionais – a inserção das mulheres na esfera política e na carreira diplomática*. Monografia de conclusão de Especialista em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da UNB: Brasília, 2011.

³³ Nota metodológica: optamos por não empreender nesse estudo um longo tópico ou mesmo um capítulo descrevendo nossas leituras metodológicas. Nossos estudos sobre a História das Relações Internacionais se vinculam sobretudo a uma tradição inaugurada na França e seguida em outros países europeus por Pierre Renouvin, Jean-Baptiste Duroselle e Federico Chabod expressadas em três livros fundamentais. RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967; DUROSELLE, Jean B. *Todo Império Perecerá*. Brasília: Editora da UNB, 2000; e CHABOD, Federico. *Storia della politica estera italiana dal 1870 al 1896*. Roma: Laterza, 1971. Seguindo esse grupo de historiadores da Relações Internacionais, para compreender a ação

Para isso, voltamos a uma questão feita por Ricardo Allagio Ribeiro em seu pioneiro estudo sobre a Aliança para o Progresso no Brasil. Para Ribeiro o programa não foi concebido como uma ajuda externa convencional utilizando os meios tradicionais como dinheiro, recursos humanos e materiais. Apesar de alicerçada nos planos de ajuda externa anteriores – que discutiremos a frente – o que se pretendeu realizar não tinha precedentes na história dos programas de desenvolvimento econômico estrangeiro. O que os Estados Unidos propuseram era uma verdadeira reforma nas estruturas sociais, políticas e econômicas das nações latino-americanas em direção ao desenvolvimento capitalista³⁴. Em outra tese recente, Henrique Alonso de A. R. Pereira sublinha que na ânsia de modernizar a América Latina, o governo estadunidense, implicitamente, afrontou tradições e instituições latino-americanas. As soluções para os problemas proviam dos Estados Unidos, seguindo modelos externos. Para Pereira, os *policy-makers* além de não considerarem as diferenças culturais óbvias, a Aliança para o Progresso, principalmente durante os anos de Kennedy no poder, adotou perspectivas muito mais ambiciosas que o Plano Marshall na Europa³⁵.

Tanto os relatos de Goodwin quanto os de Schelinger Jr. são fontes primárias da análise desse ideário que dominou os membros da *New Frontier*. Apesar de todas as problemáticas que podem surgir do relato memorialístico, não podemos negar que esses elementos de necessidade de modernização e a crença na possibilidade de transformar as estruturais arcaicas da América Latina eram reais e consistentes. Nos documentos mais burocráticos como os relatórios citados, essas percepções também são latentes. Esses homens contaminados desse espírito de modernização iriam propor por intermédio da Aliança para o Progresso uma verdadeira revolução às margens do capitalismo. Experiências históricas tinham demonstrado a eficiência extraordinária da coordenação entre setores estratégicos do Estado incentivando e investindo no fluxo de capital privado, e foi alicerçada nessa experiência de um liberalismo desenvolvimentista nos EUA e na

diplomática é preciso procurar penetrar nas influências que lhe orientam o curso. Nesses intelectuais encontramos o conceito de *forças profundas* que é definido como o conjunto das condições geográficas, dos movimentos demográficos, dos interesses econômicos e das grandes correntes sentimentais que agem sobre os funcionários de Estado. Não obstante, o passo seguinte é observar os traços de temperamento e procurando compreender por quais processos concretos as forças profundas exercem sua impulsão sobre os diplomatas e, reciprocamente, como estes tentam modificá-las.

³⁴ RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-EUA*. Tese (Doutorado em Ciência Política) Universidade de Campinas. São Paulo, 2006, p. 13.

³⁵ PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. *Criando Ilhas de Sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 36-45.

Europa durante o século XX que a Aliança para o Progresso se constrói. Há, portanto, uma forte dissonância entre essas perspectivas e a realidade latino-americana, e é isso que pretendemos demonstrar nesse capítulo.

As Experiências Passadas

A coalizão do New Deal e o Plano Marshall

O *European Recovery Plan* (ERP), mais conhecido como Plano Marshall, vigente entre 1947 e 1952, em conjunto com o Tratado do Atlântico Norte (OTAN), assinado em 1949, marcaram o fim de uma era isolacionista nos EUA e o começo do que a historiografia chama de *O Século Americano*. No pós-Segunda Guerra Mundial, enquanto a União Soviética tentava se recompor das enormes perdas humanas e materiais ocasionadas pelos anos de luta contra o Terceiro Reich, os Estados Unidos mantinham-se intocados, usufruindo de um *boom* econômico nunca visto em sua história. Essa posição criou a possibilidade da construção de uma ordem internacional liberal de comércio e segurança mútua que os EUA podiam dominar completamente. Perry Anderson, ao mapear as tensões históricas entre os teóricos da política externa estadunidense, sublinha que ao longo do século XX existiu uma crise no interior do pensamento expansionista estadunidense entre condenar o separatismo hemisférico ou seguir uma linha mais intervencionista. Separatismo e intervencionismo se cruzaram ou colidiram ao sabor da conjuntura durante toda história dos Estados Unidos. Até o fim da Segunda Guerra Mundial essas perspectivas nunca haviam se unido para formar um ponto de vista estável acerca do mundo exterior. O conflito mundial unificou esses dois lados³⁶.

Anderson argumenta que essas duas perspectivas nacionalistas de isolacionismo e intervencionismo finalmente se fundiram numa síntese durável. Trata-se do verdadeiro advento do imperialismo estadunidense, incrementado com elementos vindos do passado, mas com a cristalização de um projeto para refazer o mundo à imagem e semelhança dos EUA³⁷. Porém, esse ímpeto pela construção de uma ordem global não se criou no vácuo. Michael Hogan sublinha que um projeto abrangente de política externa começou a se construir num processo único que vai da Primeira Guerra Mundial até o Plano Marshall. Foi durante esse período que nos EUA gestaram importantes inovações políticas. Nesse

³⁶ ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. Trad. George Komikiaris. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 29-32.

³⁷ ANDERSON, Op. Cit. p. 30.

processo, uma progressão nos interesses de forma elementar: o novo pacto entre Estado e a iniciativa privada construído durante o *New Deal*³⁸.

Hogan argumenta que essa nova construção possibilitou um tipo de sociedade específica. É durante esse período que se cria um novo modelo de economia política estadunidense baseada em grupos econômicos autogovernados, integrados por coordenadores institucionais e regulados por mecanismos de mercado, sob lideranças de uma elite pública e privada que cooperavam entre si. Esses segmentos eram alimentados por um poder governamental limitado, mas positivo aos seus interesses, voltados especificamente a busca do crescimento econômico na crença de que todos poderiam compartilhar os resultados do capitalismo. Hogan chama atenção para como esses esforços se casaram com tradições mais antigas da economia política típica do século XIX, incorporando valores indispensáveis aos estadunidenses como o individualismo, a iniciativa privada, a concorrência e o antitruste. A ênfase era na autorregulação privada, mas o governo tinha um papel fundamental a desempenhar, fornecendo informações e serviços úteis, defendendo interesses legítimos dos grupos econômicos, promovendo atividades associativas e defendendo os interesses nacionais em países estrangeiros. Membros do governo e as elites privadas podiam colaborar em um sistema organizado de compartilhamento de poder, alcançando maior produtividade e padrões de vida mais elevados, precedentes necessários para evitar os conflitos de distribuição de renda no interior das sociedades³⁹.

O que Michael Hogan junto com outros historiadores vinculados a escola corporatista propõem é uma nova forma de enxergar o capitalismo estadunidense no século XX. Sidnei Munhoz, ao debater o papel da escola corporatista na historiografia da Guerra Fria, afirma que a política externa vista desta perspectiva é profundamente influenciada pela pressão dos grupos organizados internamente: “setor público e privado colaboram em uma certa harmonia, criando um complexo sistema de interpenetração que torna difícil identificar onde um setor termina e onde outro começa⁴⁰”.

³⁸ HOGAN, Michael J. *The Marshall Plan: America, Britain, and the reconstruction of Western Europe, 1947-1952*. New York: Cambridge University Press, 1987, p. 2.

³⁹ HOGAN, Op. Cit. p. 3.

⁴⁰ MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *O Século Sombrio*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004, p. 261-281.

A tese de Hogan corrobora com uma questão teórica apresentada por Perry Anderson no preâmbulo de seu livro: a existência de um distanciamento dos cidadãos das decisões externas de seu país. No caso específico dos Estados Unidos, Anderson salienta que o que ocorre fora das fronteiras tem consequências mais diretas para banqueiros e diplomatas, funcionários de governos e industriais do que para os eleitores comuns, o que resulta, proporcionalmente, em efeitos mais focados e coerentes aos interesses desses grupos. No Brasil, desde o segundo governo Vargas, passou a inserir a sociedade civil nos debates sobre política externa como forma de pressionar certos setores para a aprovação de recursos em âmbito internacional. Segundo Rubens Ricupero, foi Juscelino Kubitschek quem pôs em prática uma “diplomacia pública”, inserindo temas de relações internacionais na sociedade como forma de mobilizar sustentação doméstica, numa espécie de diplomacia presidencial⁴¹.

No caso estadunidense, a estrutura do poder Executivo detém a condução da política externa quase de forma irrestrita. A partir da metade do século XX, desenvolve-se em torno da presidência uma pequena elite responsável pela política externa, dotada de um vocabulário ideológico característico sem correspondentes na política interna. O efeito final desse processo é a cristalização de concepções acerca de uma “Grande Estratégia” a ser seguida pelos EUA em suas tratativas com o mundo. Perry Anderson afirma que “os parâmetros destas foram traçados à medida que a vitória na Segunda Guerra Mundial surgiu no horizonte e, com isso, a expectativa de um poder planetário”. Portanto, a política externa ficou destinada a pequenos grupos que pensam e formulam as estratégias de política internacional, obviamente não sem sofrer a influência das *forças profundas*.

O *New Deal* foi formulado por Franklin Delano Roosevelt e seu *brain trust* para superar a crise econômica de 1929. O programa tornou-se um paradigma de um tipo de política pública, sendo retomado como elemento norteador em empreendimentos futuros. Porém, o fator primordial para nossa análise é seu legado: a consolidação de uma geração de técnicos e burocratas de carreira afeiçoados ao planejamento público, que durante um longo período atuaram nas mais diversas frentes do governo estadunidense.

⁴¹ RICUPERO, Rubens. *A Diplomacia na Construção do Brasil, 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017, p. 404-405.

As políticas praticadas durante o *New Deal* se fundiram com uma noção global de segurança que espalhou suas concepções para o restante do globo por intermédio do Plano Marshall. Kiran Klaus Patel, ao propor uma visão a partir da perspectiva da *Global History* para o *New Deal*, diz que o Congresso dos EUA foi majoritariamente Democrata até 1952, mas a coalizão política em torno do legado de Roosevelt continuou até pelo menos o final do anos de 1960. Outros autores afirmam que o rompimento com a visão de um Estado trabalhando num conjunto harmônico com a iniciativa privada só se desfaz com a chegada de Ronald Reagan à Casa Branca, em 1981. Para Patel, John Kennedy e Lyndon Johnson aprofundaram a agenda do *New Deal*, os *Peace Corps* de Kennedy eram inspirados no *Civilian Conservation Corps*⁴² (CCC) da época de Roosevelt, mas agora mundialmente expandido. Durante o governo Johnson há uma descendência direta do slogan da *Great Society* dos tempos de *New Deal*. Programas de habitação, a tentativa de criar um sistema federal de seguros de saúde, a preocupação com o bem-estar social foram temas centrais nesses governos e, adicionando o tempero de seu próprio tempo, passaram a incorporar as pautas dos direitos civis nos anos de 1960⁴³.

A composição dessa coalizão do *New Deal* e a experiência do Plano Marshall é fulcral para entendermos a Aliança para o Progresso. Grosso modo, vários dos elementos discutidos por Michael Hogan que compuseram os debates dos anos 1920 e 1930 nos Estados Unidos foram colocados como práticas de uma política externa eficiente durante os anos de vigência do Plano Marshall. Figuras emblemáticas que estiveram envolvidas na implementação da Aliança para o Progresso no Brasil estavam contaminados desse ideário proveniente do *New Deal* e do Plano Marshall.

Poderíamos trazer a trajetória individual de vários personagens – para a sorte dos historiadores, há uma tradição muito forte entre os funcionários de diplomacia estadunidenses de escreverem, ao fim de suas carreiras, longos livros sobre as experiências que vivenciaram, dando aos pesquisadores um rico material de análise – mas uma trajetória em particular é emblemática e resume bem o que estamos a argumentar. Lincoln Gordon, embaixador no Brasil durante o governo John F. Kennedy, foi

⁴² Os *Civilian Conservation Corps* foi um amplo programa de auxílio aos trabalhadores que vigorou entre 1933 e 1942 nos EUA, destinados para homens solteiros e desempregados. Foi uma importante peça do *New Deal*, dando emprego sem necessidade de mão de obra qualificada como forma de enfrentar os efeitos da Grande Depressão.

⁴³ PATEL, Kiran Klaus. *New Deal: a global history*. New Jersey: Princeton University Press, 2016, p. 278.

personagem central do golpe de 1964, e se consagrou na história brasileira como um símbolo do intervencionismo estadunidense no país. Na biografia intitulada *Lincoln Gordon: Architect of Cold War Foreign Policy*, Bruce L. R. Smith destaca a formação intelectual do diplomata. Na obra, o autor retoma toda a carreira universitária de Gordon em Harvard e a influência fundamental de alguns intelectuais em sua formação, entre eles William Yandell Elliott autor do clássico *Pragmatic Revolt in Politics* e membro do *brain trust* de Roosevelt entre 1930 e 1940. A obra de Elliot teria despertado em Gordon o ímpeto pela luta contra o fascismo e contribuído para suas concepções anticomunistas do futuro. Gordon escreveu seu trabalho de conclusão do curso de economia em Harvard sobre a *Federal Trade Commission* (FTC), criada durante o governo de Woodrow Wilson. O estudo tratava de questões vitais para a década de 1930, em particular, sobre as poderosas correntes progressistas do *New Deal* que levaram as amargas batalhas da administração Roosevelt com a Suprema Corte sobre o alcance do poder federal. Lincoln Gordon argumentava que os tribunais federais eram totalmente incompetentes para lidar com questões complexas antitruste e deveriam ser substituídos por um novo tribunal composto de especialistas técnicos⁴⁴.

Em 1936, Gordon finalizou seu PhD em Oxford, na Inglaterra. Essa experiência foi primordial em sua formação acadêmica. Em Oxford, Gordon teve contato com os escritos de John Maynard Keynes. Smith afirma que durante esses anos ele tornava-se cada vez mais um *new dealer* entusiasmado. Apesar de não ter um contato direto com os intelectuais formuladores do *New Deal*, Gordon ficou excitado com as conquistas do governo Roosevelt em seus últimos anos em Harvard e se interessava cada vez mais pela política fiscal de Keynes e de George Norris, criador do *Tennessee Valley Authority*, programa que combateu os efeitos da Crise de 1929 no Vale do Tennessee, combinando as virtudes de uma ação governamental vigorosa com a eficiência das práticas empresariais corporativas⁴⁵.

Depois de seu retorno aos EUA, Lincoln Gordon assumiu uma cadeira de História Econômica em Harvard, pouco tempo depois foi convidado pelo Secretário de Estado Robert Lovett, em 20 de novembro de 1947, para compor o esforço de reconstrução europeia na Inglaterra. Lincoln Gordon acreditava na coalizão política do *New Deal*,

⁴⁴ SMITH, Bruce L. R. *Lincoln Gordon: Architect of Cold War Foreign Policy*. University Press of Kentucky, 2015, p. 38-41.

⁴⁵ SMITH, Op. Cit. p. 50-52.

como consequência do realinhamento político dos anos de 1930, tendo como modelo de eficiência administrativa a tecnocracia corporativa dos anos 1920 com as adaptações ideológicas dos anos 1930 em uma síntese política que vislumbrava a reorganização do capitalismo mundial por meio do Plano Marshall⁴⁶.

O *New Deal* é central como uma síntese do consenso construído no Plano Marshall, de uma economia integrada da Europa Ocidental com os Estados Unidos. Hogan argumenta que o consumo interno era visto como uma poderosa ferramenta de desenvolvimento, a ideia era criar um mercado mundial único e integrado, que prometia os benefícios inerentes às economias de grande escala no capitalismo. O resultado final seria uma comunidade europeia próspera e estável, segura contra os perigos da subversão comunista e capaz de se unir aos Estados Unidos em um sistema multilateral de comércio. Para alcançar esse objetivo, os *marshall planners* combinaram abordagens de livre comércio e planejamento estatal. Uma das principais tarefas era reduzir as barreiras ao livre fluxo de bens, serviços e capital, colocar o comércio e os pagamentos intereuropeus numa base multilateral e permitir que os mecanismos naturais do mercado promovessem uma integração racional, crenças que as forças do mercado operariam livremente⁴⁷.

Hogan sublinha que a agenda que os *marshall planners* tinham em mente era um compromisso com o crescimento econômico compartilhado com toda a sociedade. A ideia de crescimento econômico, que constituía a síntese do *New Deal*, era para os *marshall planners* a chave para a harmonia social. Isso significava a sobrevivência do capitalismo e a preservação da democracia, diante das ameaças do comunismo. Ao focar no crescimento econômico, parecia possível ampliar as áreas de colaboração e diminuir as áreas de conflito entre grupos ostensivamente competitivos no interior das sociedades. O desenvolvimento econômico contínuo evitava disputas redistributivas e a excessiva expansão do poder estatal.

Claramente esses discursos foram postos à prova. A Guerra das Coreias e a entrada da China ao lado do Norte, em novembro de 1950, causou grande impacto na formulação da política externa dos EUA e, segundo Ribeiro, precipitou o fim do Plano Marshall⁴⁸. A

⁴⁶ SMITH, Op. Cit. p. 73-75.

⁴⁷ HOGAN, Michael J. *The Marshall Plan: America, Britain, and the reconstruction of Western Europe, 1947-1952*. New York: Cambridge University Press, 1987, p. 23.

⁴⁸ RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-EUA*. Tese (Doutorado em Ciência Política) Universidade de Campinas. São Paulo, 2006, p. 13.

Guerra da Coréia fortaleceu a coalizão conservadora no Congresso estadunidense, sendo adotada uma abordagem demasiadamente militar em divergência com a diplomacia econômica exercida até aquele momento. Outros problemas internos atingiram o potencial de investimento dos EUA, o *dólar gap* e pressões inflacionárias levaram ao assolamento do Plano Marshall.

O Point Four

Quando Harry Truman foi eleito em 1948, em seu discurso de posse destinou um tópico aos países que não tinham sido contemplados pelos 12 bilhões de dólares do Plano Marshall. Antonio Pedro Tota chama de um “prêmio de consolação” aos chamados países subdesenvolvidos⁴⁹. Esse prêmio é o *Point Four*, um programa específico para o auxílio tecnológico aos países do Terceiro Mundo. Truman informou as linhas gerais da nova política no quarto ponto de seu discurso:

*Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas. For the first time in history, humanity possesses the knowledge and skill to relieve the suffering of these people. The United States is pre-eminent among nations in the development of industrial and scientific techniques. The material resources which we can afford to use for assistance of other peoples are limited. But our imponderable resources in technical knowledge are constantly growing and are inexhaustible.*⁵⁰

Esse era o quarto ponto do discurso, a ideia de que o progresso tecnológico alcançado pelos EUA deveria ser compartilhado em todo o mundo como uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento das nações mais pobres. Mesmo o *Point Four* sendo uma estratégia comprometida com a contenção do comunismo, ela era parte de outros três

⁴⁹ TOTA, Antonio Pedro. *Um Plano Marshall para os pobres ou os caminhos da modernização brasileira*. Revista USP: São Paulo, n.115, p. 69-76, out-dez 2017.

⁵⁰ TRUMAN, Harry. *Inaugural Address*. January 20, 1949.

https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr_archive/inagural20jan1949.htm. Acesso em 10/05/2018.

“Quarto, devemos embarcar em um novo e corajoso programa para levar o progresso industrial às áreas subdesenvolvidas que necessitam de melhorias para crescer. Mais da metade das pessoas do mundo vivem em condições próximas da miséria. Sua comida é inadequada. Eles são vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é uma desvantagem e uma ameaça para eles e para áreas mais prósperas. Pela primeira vez na história do conhecimento, as conquistas e as habilidades serão usadas para aliviar a pobreza desses povos. Os Estados Unidos são proeminentes entre as nações no desenvolvimento de técnicas industriais e científicas. Os recursos materiais que podemos usar para assistência de outros povos são limitados. Mas nossos recursos imponderáveis em conhecimento técnico estão em constante crescimento e são inesgotáveis.”

pontos destinados à contenção da esquerda no mundo. Truman enfrentou algumas resistências internas. A principal questão era superar um argumento técnico, o programa tinha como principal ponto a manutenção do capital privado, mas com garantias do Tesouro Nacional. Jornais como *Wall Street Journal* e *The New York Times* argumentavam que, nesse caso, com o governo garantindo empréstimos internacionais o dinheiro deixava de ser privado e passava a ser um gasto governamental. A estratégia de Truman foi se comprometer com acordos bilaterais com os países beneficiários a fim de garantir a seguridade dos investidores estadunidenses⁵¹. Era esperado que o capital privado fosse suficiente para cobrir todas as necessidades dos países em desenvolvimento. Os dois bancos de investimentos *Export-Import Bank* – Eximbank e o Banco Mundial estariam à disposição para fornecer esses recursos.

Mesmo com alguns percalços, Truman conseguiu uma ampla base de apoio no Senado, incluindo muitos republicanos, e por 60 votos a favor e apenas 8 contrários conseguiu a inclusão do orçamento do *Point Four* na quota anual do Plano Marshall. O programa rapidamente alcançou projeção internacional e recebeu apoio de países aliados como Inglaterra e França. Nos países em desenvolvimento, as expectativas foram ainda maiores. Na América Latina, Brasil, Chile, Equador, Paraguai e Nicarágua declararam interesse no Point Four. No Oriente Médio, Líbano, Egito, Turquia e Iraque também assinalaram interesse. Esse quadro demonstra que o programa possuía um amplo apelo internacional no chamado Terceiro Mundo. Do lado dos soviéticos, o governo em Moscou foi cauteloso com o discurso de Truman e não emitiu nenhum ataque imediato. Já nas Nações Unidas diversos representantes dos países da órbita soviética adotaram discursos mais incisivos e denunciaram o *Point Four* como um plano imperialista e expansionista de Truman, que disfarçava ambições de domínio mundial⁵².

No campo liberal-conservador, críticos de Harry Truman também atacaram o *Point Four*. Henry Hazlitt economista e jornalista ligado a Escola Austríaca, famoso pela escrita de livros como *Economics in One Lesson* (1949) e *The Foundations of Morality* (1964), dedicou uma obra ao programa: *The Illusions of Point Four*, de 1950. Nele, o autor argumenta que o *Point Four* nada tinha de fomentador do mercado internacional e da iniciativa privada, mas era apenas um projeto de Truman e dos burocratas de

⁵¹ WINTERHALF, Kevin Ray. *Truman's New Deal: Point Four and the Genesis of Modern Global Development*. University of Saskatchewan Undergraduate Research Journal, vol. 4, issue 2, 2018, p. 1-9.

⁵² WINTERHALF, Op. Cit. p. 4.

Washington para concentrar mais poderes no Estado. Os interesses eram, sobretudo, militaristas e estatais. Hazlitt dizia que eram os países interessados em investimentos dos EUA que deveriam propor reformas internas a fim de garantir a segurança e a confiança do mercado e não o contrário. Para ele “cada país tomador devia ser digno do crédito”. A posição de Hazlitt era marginal. Mas qual o interesse em mostrá-la? Justamente por ser uma posição fora das linhas debatidas no período. A Guerra Fria destinava vultosos recursos para gastos militares e com ajuda externa e isso era um consenso construído e formulado nos anos de FDR no poder⁵³.

O historiador Kevin Ray Winterhalt afirma que se limitarmos as análises do *Point Four* como uma resposta ao mundo não soviético e dentro das margens de uma reação da política doméstica dos EUA, o programa tem diversas semelhanças com os pressupostos do *New Deal*. A Doutrina Truman, o Plano Marshall e a política de contenção do comunismo são parte da compreensão do *Point Four*. É evidente, levando em conta os interesses descritos anteriormente, que as elites públicas e privadas se uniram novamente. Truman e seus apoiadores usavam o tema da agressão soviética para transferir vultosas quantias de capital para a Europa e os países subdesenvolvidos. Winterhalt se apoia em uma historiografia feita por historiadores como William Appleman Williams, Charler S. Meier e Gilbert Rist⁵⁴ para afirmar que a prioridade era manter os interesses econômicos dos EUA em âmbito global, mas não apenas isso, a compreensão de que a pobreza era a fonte das desigualdades sociais e o ímpeto em aumentar a prosperidade e o padrão de vida objetivando criar um terreno menos fértil para o florescimento do comunismo é fator central a partir desse momento⁵⁵.

Assim, entre 1950 a 1953 funcionou no Departamento de Estado o *Technical Cooperation Administration* (TCA), encarregado de elaborar e executar os projetos de cooperação técnica. Foi nessa perspectiva que o projeto da Comissão Mista Brasil-EUA (CMBEU) foi elaborada no fim do governo Eurico Gaspar Dutra e entrou em

⁵³ HAZLITT, Henry. *Illusions of Point Four*. Irvington-on-Hudson, NY: Foundation for Economic Education, 1950, p. 44-46.

⁵⁴ Essas questões estão presentes em WILLIAMS, William Appleman. *Open Door Policy and the Cold War*. In: *The Cold War: A Conflict of Ideology and Power*. 2nd Edition, ed. Norman A. Graebner. Lexington, Massachusetts: D.C. Heath and Company, 1976; MEIER Charles S. *The World Economy and the Cold War in the Middle of the Twentieth Century*. In: *The Cambridge History of the Cold War*, Volume I: Origins, ed. Melvyn P. Leffler and Odd Arne Westad. Cambridge: Cambridge University Press, 2010; RIST Gilbert. *The History of Development: From Western Origins to Global Faith*. 3rd Edition London: Zed Books, 2008.

⁵⁵ WINTERHALF, Op. Cit. p. 8-9.

funcionamento durante o segundo governo de Getúlio Vargas. O objetivo era criar um grupo de técnicos de ambos os países que produziriam relatórios sobre projetos econômicos a serem empreendidos no Brasil em áreas primordiais como agricultura, energia e transportes.

A Aliança para o Progresso foi fortemente baseada nessas experiências passadas. Apesar do *Point Four* ter sido duramente criticado nos anos posteriores pela sua ineficácia em transferir o progresso tecnológico e desenvolver o campo econômico nos países do Terceiro Mundo, com toda certeza o programa contribuiu para a criação do ideário político que descrevemos no início do capítulo.

Ao tratarmos do Plano Marshall e do *Point Four* observamos apenas aquilo que eles representaram no imaginário de seus formuladores, não caberia aqui detalhar os percalços de cada plano ou o que eles enfrentaram pontualmente em cada país da América Latina. Importante pontuar que a política externa dos EUA se militariza dramaticamente a partir da Guerra da Coreia, e com a chegada de Eisenhower ao poder a formação de uma momentânea coalizção conservadora formada no interior do Congresso o *Point Four* tornou-se um programa fraco em suas metas. Porém, o que nos importa aqui é a consolidação de uma burocracia nas agências de assistência internacional que tinha como pressupostos básicos a defesa de um governo ativo e engajado na tarefa do crescimento econômico e crente numa noção de que para a segurança do capitalismo nos Estados Unidos, todo o hemisfério deveria compartilhar os benefícios dessa expansão. Esse *staff* público, que durante o governo Eisenhower se voltou a adensar suas teorias econômicas em sincronismo com os grandes centros universitários, reuniu-se durante os anos de John F. Kennedy no poder para pensar e colocar em prática a Aliança para o Progresso.

Contribuição Brasileira: a Operação Pan-Americana

Em documento citado anteriormente, Lincoln Gordon, ao relatar os pressupostos históricos da Aliança para o Progresso, diz que o programa não foi concebido no vácuo. Segundo ele, vários problemas do desenvolvimento econômico e social da América Latina haviam sido estudados de perto pelos governos e por organizações privadas, agências da ONU, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), pela Organização dos Estados Americanos, funcionários da diplomacia estadunidense, por empresas privadas, fundações e pela iniciativa individual de alguns pesquisadores. Havia, portanto, uma sólida base de onde se partir, e os brasileiros tinham

contribuído consideravelmente com esse projeto ao evocarem uma iniciativa que serviu de estímulo e chamou a atenção de todo o hemisfério para os problemas latino-americanos. Gordon estava a falar da Operação Pan-Americana (OPA).

A Operação Pan-Americana foi formulada durante o governo Juscelino Kubitschek. Trata-se de uma proposta de cooperação internacional no âmbito hemisférico, na qual se insistia que o desenvolvimento e a erradicação da miséria eram ferramentas eficazes para evitar a penetração de ideologias comunistas que se apresentavam como solução para os países em desenvolvimento. Sua idealização começou a partir de uma troca de cartas entre JK e o presidente Eisenhower, entre 28 de maio e 5 de junho de 1958. O objetivo era reformular um ideal pan-americanista que, por intermédio da cooperação econômica, reuniria a população do hemisfério em direção ao desenvolvimento e formaria um escudo de proteção contra o comunismo⁵⁶.

Seu diferencial estava na concepção de que somente a ajuda econômica não resolveria os graves problemas da América Latina, pois era necessário complementar aspectos políticos, sociais e econômicos. A OPA marca também uma reviravolta do governo Eisenhower (1953-1961), que até o momento negligenciava as exigências latino-americanas. Com a Operação Pan-Americana um novo esforço foi iniciado para trazer as nações do Terceiro Mundo⁵⁷ para o bloco ocidental.

Após 20 anos de governos democratas, Eisenhower se diferenciava de seus predecessores por substituir as doações de ajuda externa por empréstimos, além de colocar o capital privado como principal eixo condutor do desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, era a tentativa de ressuscitar uma política de expansão do capitalismo dirigida pelo setor privado ao invés do capital estatal. Sua negligência e o fato de não reconhecer que as desigualdades sociais possuíam um potencial disruptivo na América Latina, engendrou um período de intensos movimentos anti-estadunidenses na região, bem como alimentou um forte sentimento nacionalista – elemento que as lideranças

⁵⁶ CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 5ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015, p. 308-311.

⁵⁷ As origens do termo datam das pesquisas do demógrafo francês Alfred Sauvy, em 1952. Em 1955, durante a I Conferência de Solidariedade Afro-Asiática, conhecida como Conferência de Bandung, o conceito se generalizou no âmbito internacional. Terceiro Mundo acabou por caracterizar o Movimento dos países Não-Alinhados, formalizada em 1961. Porém, o conceito também pode designar o conjunto de países que saíram das amarras do colonialismo e se encontravam em trajetórias virtuosas de desenvolvimento no período da Guerra Fria. O conceito perdeu seu sentido com o fim da União Soviética.

estadunidenses tinham grandes dificuldades de compreender e quase sempre interpretavam ações nacionalistas como ações da esquerda.

Para entender a OPA como uma força importante no debate do fim da década de 1950, é preciso compreender essa conjuntura. O governo JK em seus dois primeiros anos manteve a política tradicional de alinhamento com os EUA, tentando manter a ajuda financeira para o seu Programa de Metas. De forma cautelosa, a OPA tornou-se uma iniciativa no sentido de redirecionar a política externa bilateral estadunidense para acordos de âmbito hemisférico. Foi um importante passo em direção a uma independência da política externa brasileira que se concretizou anos depois com Jânio Quadros e João Goulart.

A iniciativa de Kubitscheck veio em resposta à mencionada viagem de Richard Nixon pela América Latina. Como afirma Henrique Alonso, era uma ótima oportunidade de apresentar uma proposta para desfazer o constrangimento da situação e minimizar o dano causado pelos eventos na Venezuela. Na proposta, JK tinha a intenção de reunir várias nações latino-americanas sob a liderança brasileira⁵⁸.

A Operação Pan-Americana foi o pináculo da política externa de Kubitscheck, porém, não obteve os resultados esperados, apesar do ímpeto que suscitou. Em 1960 era mais intenção do que um projeto concreto. Para Cervo e Bueno, isso se devia por falta de consistência para a sua implementação, sendo uma ideia feliz, aceita em quase todo o hemisfério, mas que carecia de projetos específicos para passar à ação. A questão que se deve salientar é que a OPA, mesmo não tendo logrado seus objetivos iniciais, lançou bases tanto para o que viria a ser a Política Externa Independente no Brasil, como para a Aliança para o Progresso nos EUA⁵⁹.

A OPA sintetizou esse desejo hemisférico de desenvolvimento econômico como escudo contra o comunismo. Essas noções, como vimos anteriormente, já vinham sendo sintetizadas nos EUA, mas a grande diferença era que a OPA propunha investimentos e empréstimos estatais, enquanto a maioria dos programas de ajuda externa dava ênfase à atuação do capital privado no interior das economias da América Latina.

⁵⁸ PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. *Criando Ilhas de Sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 192.

⁵⁹ CERVO; BUENO, Op. Cit. p. 312.

Do global ao local, voltamos as questões do Nordeste. Essas concepções de crescimento econômico e da pobreza como fonte principal do descontentamento social, que poderiam ser direcionados pelos comunistas no sentido de minar os interesses estadunidenses no Terceiro Mundo, percorreu todo esse processo até tornar-se um consenso. A partir desse movimento, é possível compreender o porquê o Nordeste que, no início dos anos 1960, era uma das regiões mais pobres de toda a América Latina tenha sido escolhido como prioridade do programa de Kennedy. No entanto, apenas essas motivações de política internacional não são suficientes para entender a visão dos diplomatas dos Estados Unidos em relação ao Nordeste brasileiro, principalmente, no que se refere aos movimentos camponeses em efervescência. Até o presente fornecemos uma síntese do panorama histórico que precedeu a Aliança para o Progresso. Cabe agora destrinchar quais as suas origens teóricas. Dois elementos que já foram mencionados deram base a essas ações: a teoria da modernização e a tese da Nova Fronteira.

Ciência Política e Política Externa

A teoria da modernização de Walt W. Rostow

Desde o final da década de 1940 até meados da década de 1960 os elaboradores da política externa dos EUA estavam convencidos de que o mundo atravessava um momento crucial. Com a crise na Europa após a Segunda Guerra Mundial, diversas localidades presenciaram a criação de dezenas de novos Estados nacionais. Michael Latham afirma que após cinco anos do fim do conflito global Índia, Paquistão, Ceilão Britânico, Birmânia, Filipinas, Indonésia, Israel e Síria se tornaram independentes. Em 1954 Laos, Camboja e Vietnã se libertam da França. Em 1960, cerca de quarenta novos Estados emergiram de processos de independência e juntos somavam mais ou menos 800 milhões de pessoas⁶⁰. Esses países partícipes desse acelerado processo necessitavam urgentemente de recursos. É quando a palavra modernização ganhou espaço nos círculos acadêmicos dos Estados Unidos e de outros países do mundo. Dos grandes centros de pesquisa estadunidenses, como na Universidade de Harvard, Princeton e no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), engendrou-se um novo padrão de pesquisa científicas na área das Ciências Humanas: pesquisas induzidas e financiadas pelo Estado,

⁶⁰ LATHAM, E. Michael. *Modernization as Ideology: american social science and "Nation Building" in the Kennedy Era*. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 2000.

para uso do Estado, desenvolvendo políticas públicas em torno do desenvolvimento econômico, cultural e ideológico.

Como se observou anteriormente, a ideia de que crescimento econômico e equidade social eram ferramentas eficazes para evitar que países subdesenvolvidos caíssem nas mãos de lideranças comunistas ou ultranacionalistas, essas novas teorias construídas no bojo das universidades estadunidenses, deram o suporte teórico e o vocabulário de conceitos que foi amplamente utilizado nos documentos que esse trabalho analisa⁶¹.

A Aliança para o Progresso tem uma fonte teórica bem demarcada. Foi construída sob a base da teoria econômica de Walt Withman Rostow⁶² que esteve diretamente envolvido com a condução da política externa de John Kennedy e Lyndon Johnson. A teoria da modernização de viés rostowiano nasceu em um momento de febre ideológica, no contexto da Guerra Fria. Ela foi formulada para conter o apelo do marxismo-leninismo para os países do Terceiro Mundo, sedução ampliada pelas aparentes conquistas econômicas da União Soviética no início dos anos de 1960. Ricardo A. Ribeiro destaca que o medo de que os soviéticos estivessem providenciando um exemplo superior de desenvolvimento animou o pensamento dos cientistas sociais e do governo dos EUA em prover soluções econômicas eficazes aos países do chamado Terceiro Mundo⁶³.

Essa relação entre os cientistas sociais e o Departamento de Estado tem início logo no fim da Segunda Guerra com a criação do *Center for International Studies* (CIS) no MIT, em uma negociação que ocorreu entre o presidente do Instituto, James Killian e o subsecretário de Estado James Webb em julho de 1950. O CIS começou a funcionar em 1951 e seu primeiro projeto secreto tinha o objetivo de solucionar o problema de interferências nas transmissões de rádio que os EUA destinavam à União Soviética e

⁶¹ Aqui discutimos questões na área da ciência econômica, porém, nas demais áreas esse ímpeto esteve presente. Na sociologia, por exemplo, o funcionalismo de Talcott Parsons, combinando as estruturas com a atividade humana, tentou construir modelos eficazes para mudanças sociais e a solução de conflitos no interior das sociedades, sem optar por vias revolucionárias.

⁶² Em 1904, o judeu russo Victor Aaron Rostowsky imigrou da Rússia para Nova York com apenas 18 anos de idade. Abreviou o seu sobrenome para Rostow. Victor A. Rostow conheceu Lillian Hellman, também judia russa e imigrante. Casaram-se em 1912. O primeiro filho veio em agosto de 1913 e foi batizado de Eugene Victor Rostow, em homenagem ao líder socialista Eugene Victor Debs, candidato cinco vezes à presidência dos EUA. O segundo filho, nascido em 1916 foi Walt Whitman Rostow, uma homenagem ao poeta estadunidense autor de *Leaves of Grass*. O terceiro filho nasceu em 1920, Victor e Lillian o chamaram de Raph Emerson Rostow, em homenagem ao filósofo transcendentalista Raph Waldo Emerson.

⁶³ RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-EUA*. Tese de Doutorado em Ciência Política apresentada na Universidade de Campinas. São Paulo, 2006, p. 64.

Europa Oriental por meio do programa *Voice of America*. Logo os projetos envolveram cientistas sociais, além dos físicos e engenheiros, com a finalidade de produzir diretrizes para políticas de Estado e meios de guerra psicológica⁶⁴.

Não demorou para Rostow ser convidado pelo coordenador do Centro, Max Millikan, com quem teria uma longa parceria na produção de livros importantes. Rostow, em 1951, já estava a desenvolver as bases de seu trabalho mais famoso, *The Stages of Economic Growth: a non-communist manifesto* (1960), mas que foi antecipado por outras obras como *The Process of Economic Growth* (1952).

Antes de analisarmos alguns aspectos importantes da teoria da modernização de Rostow, é válido desenhar o círculo de convivência e a trajetória intelectual desse importante *policy-maker* estadunidense. Em grande parte das nossas discussões anteriores um dos objetivos foi demonstrar que esses indivíduos que futuramente formariam o círculo mais próximo na condução da política externa dos EUA para a América Latina, compartilhavam ideias e conceitos, teorias, discursos e mitos sobre a formação e o papel dos Estados Unidos no contexto global. O escopo não é explicar se a teoria de Rostow foi eficaz ou não, mas como ela se constituiu como discurso prático na condução da *foreign aid* naquele período.

Com toda certeza Rostow foi o principal intelectual no fornecimento de uma teoria econômica da modernização que sintetizava os anseios da política externa dos EUA nos anos de 1960. Walt Whitman Rostow era um nova-iorquino do Brooklyn, nascido em outubro de 1916. Originário de uma família de judeus russos, seu nome é abreviação de Rostowsky, feita pelo seu pai, Victor Aaron Rostow, quando chegou aos EUA em 1904. Ele graduou-se simultaneamente em História e Economia na Universidade de Yale em 1936, passou um período de dois anos na Universidade de Oxford, na Inglaterra. E logo que retornou aos EUA, conseguiu seu Ph.D. em Economia também pela Yale, em 1940.

Foi durante a Segunda Guerra que se iniciou a sua longa relação com cargos públicos. Rostow atuou no *Research and Analysis Economic Group* no *Office of Strategic Services* (OSS), uma espécie de predecessor da CIA. Após o fim do conflito global, ingressou como *assistant chief* da *Division of German and Austrian Economic Affairs*.

⁶⁴ RIBEIRO, Flávio Diniz. *Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria*. Tese de Doutorado em História apresentada na Universidade de São Paulo, 2007, p. 180.

Em 1950, assumiu o cargo de professor de História Econômica no MIT e passou, a partir de 1951, a integrar o CIS.

Sua carreira no governo iniciou com a chegada de Kennedy à Casa Branca, quando foi nomeado assistente especial adjunto do presidente para assuntos de segurança nacional, em janeiro de 1961. Em dezembro do mesmo ano passou para o Departamento de Estado como *Chairman Policy Planning Council*. Em maio de 1964, o presidente Johnson o nomeou representante do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso. Rostow retornou ao Departamento de Estado em 1966 para o mesmo cargo para o qual Kennedy havia nomeado em 1961, tornando-se um personagem decisivo na condução do conflito no Vietnã.

Em *Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista*, Rostow propõe um esquema para pensar as sociedades ao longo da história. Uma generalização em forma de etapas de desenvolvimento. Para o autor, as sociedades perpassam cinco estágios de desenvolvimento: a sociedade tradicional, sociedades em transição, o *take-off*, a era do consumo em massa, até alcançar uma sociedade para além do consumo. Para Rostow, no conturbado mundo pós 1945, diversas sociedades em diferentes estágios de desenvolvimento econômico conviviam, e essa era a fonte das convulsões sociais, portanto, haveria formulas técnicas de avançar em direção à próxima etapa, fazendo com que nações de economias arcaicas avançassem em direção à condições mais modernas, diluindo as revoltas internas⁶⁵.

O que Rostow entende por sociedades tradicionais são aquelas de economia essencialmente agrícola e com modelos fixos de produção. Os níveis de produtividade aumentam a partir de colheitas maiores ou de melhorias simples no uso da terra. Suas limitações em ciência e tecnologia fazem com que essas sociedades tenham um teto de crescimento, e o vínculo com a terra cria castas políticas em torno da propriedade – seria o caso das aldeias no interior da China e na Índia, sociedades no Oriente Médio e no Mediterrâneo e a Europa Medieval. Essa condição só é superada na próxima etapa: o *take-off*.

As pré-condições para esse empuxo surgiram primeiro na Europa Ocidental, mais especificamente, na Inglaterra no início do século XVIII. Ocorre, portanto, a

⁶⁵ ROSTOW, Walt W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 13.

disseminação da ideia de crescimento econômico e que esse progresso é indispensável para outras finalidades benéficas, como a dignidade nacional, o lucro privado, o bem-estar geral, uma vida melhor para os filhos. Há desenvolvimentos na educação, na economia privada e na burocracia estatal, dispostos a correr riscos em busca do lucro e da modernização. A partir dessas condições ocorre a decolagem propriamente dita.

Walt W. Rostow apresenta uma série de condições que podem ser aferidas para indicar quando uma sociedade caminha para o desenvolvimento regular em direção “a um grande manancial na vida das sociedades modernas” e apresenta uma tabela com datas aproximadas dos arrancos econômicos de alguns países, como Inglaterra (1783-1802), França (1830-1860), Estados Unidos (1843-1860), até Argentina (1935), Turquia (1937) e China (1952).

Flávio Diniz Ribeiro, em sua tese de doutoramento, afirma que, do ponto de vista teórico, as concepções de Rostow são de fato muito frágeis se postas diante de uma metodologia séria. Vários historiadores apontaram para as graves fragilidades de sua teoria, entre eles Pierre Vilar e Ciro Flamarion Cardoso⁶⁶. Porém, isso seria, de certa forma, proposital. Para Flávio Diniz Ribeiro, Rostow não construiu uma teoria de análise histórica, mas uma ideologia política, apresentada com créditos acadêmicos e científicos para facilitar sua aceitação e eficácia. Ribeiro diz que o triunfo da teoria da modernização rostowiana foi transformar o desenvolvimento em um problema que foi amplamente adotado pelos países subdesenvolvidos nas décadas de 1950 e 1960. A ideia de necessidade de modernização nasceu, contraditoriamente, na esteira de uma nova expansão do capitalismo no pós-guerra e tornou-se parte decisiva da estratégia dos EUA na América Latina⁶⁷.

Nesse sentido, o que Rostow propôs foi instrumentalizar o poder do Estado em políticas públicas, criando quadros de pensamento e de reflexão com os quais se pode intervir na realidade social. Ou seja, era um pensamento com certas contribuições do Plano Marshall – transformar problemas políticos em técnicos – sendo assim de “fácil” solução. A penetração do comunismo na América Latina era, sob essa visão, um problema

⁶⁶ Ver VILAR, Pierre. *Desenvolvimento econômico e análise histórica*. Lisboa: Editorial Presença, 1982 e CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector Perez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

⁶⁷ RIBEIRO, Flávio Diniz. *Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria*. Tese de Doutorado em História apresentada na Universidade de São Paulo, 2007, p. 75-76.

de desenvolvimento econômico, solucionável com a dosagem certa de capital estrangeiro, infraestrutura, incentivos ao mercado e capacitação técnica.

Michael Latham vai além, ao afirmar que não se tratava apenas de um instrumento político ou retórico para justificar a adoção de uma política externa. Segundo o autor, a teoria da modernização forneceu um quadro cognitivo por intermédio do qual os intelectuais e diplomatas dos EUA promoveram e interpretaram suas próprias ações. O cerne da argumentação de Latham é demonstrar como a Aliança para o Progresso, os Corpos de Paz e o programa Hamlet no Vietnã deram aos *policy-makers* estadunidenses a crença de que eles haviam encontrado a chave para resolver o problema do desenvolvimento econômico no Terceiro Mundo. O autor demonstra também como essa abordagem científica de Rostow era tão forte que, quando os programas não se desenvolviam como esperado, os obstáculos eram atribuídos ou à maneira como eles eram administrados ou, mais comumente, às limitações das populações onde esses programas eram implementados. É o caso das alegações contra as lideranças letárgicas da América Latina, consideradas incapazes e inábeis na condução do projeto de desenvolvimento proposto ⁶⁸.

A mais importante obra de Rostow para a construção da política externa dos anos Kennedy é *A Proposal: Key to an Effective Foreign Policy*, escrita no âmbito de um extenso programa de pesquisa do *Center for International Studies* do MIT, em parceria com Max Millikan. O livro foi um dos primeiros a examinar sistematicamente os problemas da política estadunidense para as regiões subdesenvolvidas e redigir uma proposta concreta. Na segunda metade dos anos de 1950, os autores, e especialmente Rostow, se encontravam no apogeu de suas carreiras acadêmicas, realizando uma intensa fase produtiva publicando ensaios e participando de palestras nas mais renomadas universidades do mundo.

A obra é bem estruturada e facilmente compreensível até mesmo para um público leigo em conceitos econômicos ou Relações Internacionais. *A Proposal* expressa uma nova perspectiva liberal que veio tornar-se a principal visão governamental nos anos Kennedy, influenciando o pensamento e a política do presidente estadunidense sobre o papel dos EUA em relação ao mundo subdesenvolvido. Arthur Schlesinger credits a

⁶⁸ LATHAM, E. Michael. *Modernization as Ideology: american social science and "Nation Building" in the Kennedy Era*. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 2000, 106-107.

Rostow a articulação do principal propósito da Aliança para o Progresso: empurrar as nações pós-coloniais para o *take-off* em direção ao crescimento autossustentado. De acordo com Rostow e Millikan

A tese deste livro é que um vasto programa a longo prazo de participação americana no desenvolvimento econômico das áreas subdesenvolvidas poderia ser um dos principais meios para fazer avançar os objetivos da política externa americana. Nós acreditamos que tal programa é um dos poucos instrumentos concretos disponíveis para alcançar o duplo resultado de (1) aumentar a consciência de que os fins, aspirações e valores do povo americano são os mesmos de outros países, (2) desenvolver sociedades democráticas viáveis, enérgicas e confiantes através do Mundo Livre⁶⁹.

A Proposal: Key to an Effective Foreign Policy, publicado em 1957, era a versão final de uma série de conferências realizadas por Rostow e Millikan em Princeton Inn em 1954. Esses rascunhos que deram origem ao livro foram revisados várias vezes entre maio e julho de 1954, circulando entre membros da Casa Branca e sendo foco de intenso debate⁷⁰. O pressuposto central do livro é que os Estados Unidos haviam alçado a posição de líder global, produzindo metade de toda a renda do chamado mundo livre, portanto, era sua responsabilidade fornecer essa liderança diplomática, militar, econômica e ideológica. Para Rostow e Millikan, no campo militar e diplomático isso já ocorria, faltava compreender completamente a responsabilidade pela liderança econômica e ideológica⁷¹.

⁶⁹ *It is thesis of this book that a much-expanded long-term program of American participation in the economic development of the underdeveloped areas can should be one of the most important means for furthering the purposes of America foreign policy.* MILLIKAN, M.; ROSTOW, W. *A Proposal: Key to an Effective Foreign Policy*. New York: Harper & Brothers, 1957, p. 2.

⁷⁰ Flávio Diniz Ribeiro faz uma discussão entre duas versões do texto *Notes on Foreign Economic Policy*, que foi apresentada em Princeton, e a obra final. Ele constatou mudanças substanciais. Na primeira versão o tema do desenvolvimento econômico aparece como uma necessidade imperiosa, mesclando diversos interesses militares, políticos e econômicos. Em *A Proposal* essas questões não aparecem com tanta clareza e os argumentos são colocados em termos ideológicos com o objetivo de convencer o público das necessidades de investir nos países subdesenvolvidos e, principalmente, convencer as lideranças desses países que o crescimento econômico era o único caminho para superar essa condição. RIBEIRO, Flávio Diniz. *Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria*. Tese de Doutorado em História apresentada na Universidade de São Paulo, 2007, p. 225-227.

⁷¹ MILLIKAN, M.; ROSTOW, W. *A Proposal: Key to an Effective Foreign Policy*. New York: Harper & Brothers, 1957, p. 23.

No cerne de *A Proposal* a política exterior tinha um papel além do campo da diplomacia convencional, passava a ser prioritariamente um campo orientado para a construção e fortalecimento das sociedades democráticas. O momento sensível pelo qual passava o Terceiro Mundo, abria uma oportunidade de moldar e dirigir as mudanças que as populações pobres tanto clamavam. A perspectiva de etapas de desenvolvimento econômico já está presente no livro, apesar de Rostow só sistematiza-la quatro anos depois, em *The Stages of Economic Growth: a non-communist manifesto*. *A Proposal* é imbuída com a expectativa de uma “grande transição” das sociedades tradicionais que saíram da apatia diante de um mundo em ebulição. Ao mesmo tempo advoga que o crescimento das potências econômicas do capitalismo eram dependentes do desenvolvimento do Terceiro Mundo. A expansão constante é uma necessidade do capitalismo. Esse argumento tinha o propósito de combater as perspectivas isolacionistas fundamentando o expansionismo internacional como interesse econômico dos EUA.

Rostow foi um dos mais influentes *new frontiers* de Kennedy, esteve na Casa Branca e participou da condução e implementação da Aliança para o Progresso. Não era apenas o fornecedor de um arcabouço ideológico, era um intelectual atuante no governo, que circulou ativamente no Departamento de Estado e seus textos eram lidos por todos os integrantes do restrito círculo de elaboradores da política externa dos EUA. Schelesinger Jr., Lincoln Gordon, Goodwin, todos marcam a importância crucial das teorias de Rostow para a política externa de Kennedy. *Mutadis mutandis*, a teoria de Rostow transformava o Nordeste brasileiro em um verdadeiro laboratório para o crescimento econômico, era o espaço perfeito, uma sociedade tradicional com as contradições necessárias para o *take-off*. Precisava apenas do empuxo do poder econômico estadunidense.

O Engajamento Mítico do Discurso

New Frontier e Wilderness

Uma parte importante do ideário dos diplomatas estadunidenses provém de uma compreensão do universo simbólico baseado na ideia do Oeste dos Estados Unidos. O lema da campanha e slogan de governo de John Kennedy, *New Frontier*, provém desse imaginário político⁷². É comum na documentação que os diplomatas, como Lincoln

⁷² Dentro do ideário dos diplomatas, o sentido de fronteira é ampliado. Não é apenas as linhas que demarcam um país ou um simples limite físico, onde a tradução mais adequada seria *border*. *Frontier* é dotado de um sentido mais figurativo, de um local inóspito, virgem, um lugar a ser explorado.

Gordon e Richard Goodwin, se autodenominem como *new frontiers*. Em seu discurso na Convenção Nacional do Partido Democrata em Los Angeles, Kennedy diz:

Pois hoje me encontro voltado para o Oeste, no que já foi um dia a última fronteira. Pelas terras que se estendem por 3000 milhas atrás de mim, os pioneiros abriram mão da sua segurança, de seu conforto e, algumas vezes, de suas vidas, para construir um mundo novo aqui no Oeste [...] Seu lema não era “cada um por si”, mas “todos por uma causa comum”. Hoje alguns diriam que as lutas são findas, que todos os horizontes já foram explorados – que todas as batalhas já foram vencidas – que já não existe mais a fronteira americana [...] Mas eu acredito que ninguém nesta vasta assembleia irá concordar com tais sentimentos [...] hoje nós nos encontramos no limiar de uma Nova Fronteira – a fronteira dos anos 60 – uma fronteira de oportunidades e perigos desconhecidos – uma fronteira de esperanças e ameaças não concretizadas⁷³.

Para Cecília Azevedo ao escolher o tema da Nova Fronteira como nome de seu programa de governo, Kennedy demonstrava reconhecer o valor simbólico daquele discurso para os estadunidenses⁷⁴. Esse discurso poderia dar maior vigor à luta contra o comunismo. O que o jovem presidente buscou fazer foi envolver-se na aura heroica dos pioneiros que conquistaram o Oeste, como se a ação dos Estados Unidos no mundo adquirisse sustentação mítica, ao ser colocada sob os termos de um contínuo processo de desbravamento de fronteiras. Azevedo sublinha que tratava de um imperativo moral, uma missão diante da qual os estadunidenses não deviam recuar⁷⁵.

Frederick Jackson Turner é o intelectual por trás da ideia do mito da fronteira, sua tese foi levada para a condição de explicação histórica em 1893, no famoso livro *The Significance of the Frontier in American History*. Segundo Turner, a democracia e a identidade dos Estados Unidos residiriam na experiência da fronteira móvel, que no fim do século XIX avançou paulatinamente para o Oeste. Seria nesse movimento com uma dialética própria que os padrões comportamentais e os valores verdadeiramente estadunidenses teriam sido engendrados. Liberdade individual, simplicidade, igualdade,

⁷³ *The New Frontier*. Bush Papers - Box 3, Folder, JFK Speechs. JFK Library. Citado e traduzido por AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América: os Corpos de Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 25.

⁷⁴ De fato, esses discursos imperam no imaginário dos cidadãos dos EUA e podem ser encontrados nos mais diversos campos. No cinema, essa narrativa dominou os filmes de faroeste na década de 1930, como o clássico *New Frontier* estrelado por John Wayne. Na música, Donald Fagen, no álbum *The Nightfly*, de 1982, narra uma história de amor em meio a uma hecatombe nuclear causada pela *New Frontier* de John Kennedy. Mais recentemente o canal de TV a cabo HBO produziu a série *Westworld*, que tornou-se um grande sucesso, no parque temático futurístico, num cenário da expansão para o Oeste, a terra sem lei, os indivíduos encontram o seu lado mais sombrio e sangrento. A série poder ser lida como a desconstrução da teoria da Nova Fronteira de Turner.

⁷⁵ AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América: os Corpos de Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007, p. 26-27.

mobilidade, pragmatismo e o espírito empreendedor e contestador seriam filhos desses pioneiros que avançaram para territórios selvagens. A “América” não era fruto da cultura ocidental europeia, seus fundamentos não residiam na Nova Inglaterra. Era uma sociedade que produziu a si mesma, criando algo novo e independente da Europa, distinguindo-se por seu crescimento inabalável em direção a um futuro grandioso⁷⁶.

Até a formação da tese de Turner, o que imperava na historiografia era que a sociedade estadunidense era o resultado do estabelecimento de valores puritanos e individualistas em uma terra nova, sem um o passado feudal. Robert Wegner afirma que os EUA eram pensados como uma “válvula de segurança” para os conflitos sociais, com o aumento das cidades e das vilas, os indivíduos tinham a oportunidade de partir para um território selvagem e por seus próprios esforços construir uma nova sociedade. A tese de Turner começou a ser questionada a partir da década de 1930, com duras críticas por ser isolacionista e não contribuir para uma visão conjunta das Américas⁷⁷. Entretanto, assim como a teoria da modernização de Rostow, nosso objetivo não é sua comprovação teórica como explicação da formação social dos Estados Unidos, mas de que modo essa teoria foi manejada como discurso político de legitimação da Aliança para o Progresso, como parte importante do ideário que procuramos descrever.

Nesse sentido, o estudo de Mary Anne Junqueira sobre a revista *Seleções* é de fundamental importância. Ao trabalhar a simbologia do Oeste associada a América Latina, a historiadora compôs a ideia do *wilderness*, uma terra selvagem que deveria ser “civilizada”. O termo *wilderness* tem difícil tradução para línguas latinas. Porém, Junqueira conclui que esse termo nos Estados Unidos, usado muitas vezes como adjetivo, tem sentido sobreposto e imbricado com Oeste e Fronteira. De fato, não encontramos na documentação qualquer menção à região nordestina do Brasil como sendo *wilderness*, mas a relação com a ideia de nova fronteira é recorrente⁷⁸.

A partir da revista *Seleções*, Mary Anne Junqueira investigou os melindres desse imaginário profundamente enraizado na cultura dos estadunidenses e que imprimiu uma visão negativa para com os latino-americanos. O processo de conquista e domínio do

⁷⁶ AZEVEVO, Cecília, Op. Cit. p. 36-37.

⁷⁷ WEGNER, R. *A Conquista do Oeste: a Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

⁷⁸ JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande – imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000, p. 16-17.

wilderness, os EUA transformaram um mundo selvagem em uma civilização pujante, onde o sentido do *self made man* era completamente afluente. No lugar primitivo vivia o homem primitivo, portanto, a América Latina e seu povo eram ignorantes, supersticiosos, vivendo de uma forma natural e instintiva, nesse local estaria a fonte da vontade controle e de domínio da região. Junqueira também sublinha que esse conjunto de representações justificaram e legitimaram as ações estadunidenses na região fosse em nome da Segurança Nacional, dos interesses do Departamento de Estado ou da iniciativa privada⁷⁹.

É interessante notar que esse imaginário descrito por Cecília Azevedo e Mary Anne Junqueira para o período que vai dos anos 1950 até 1970 é um processo de longa duração. Lars Scholtz em seu livro *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina* trata dessas questões em uma perspectiva que vai desde o século XVIII, e assim, identifica um *mind-set* poderoso, uma estrutura mental que dirige o olhar estadunidense na interpretação das culturas latino-americanas. Além dos interesses econômicos, haveria uma *mission civilisatrice*, para falar em moldes coloniais franceses, num processo que um povo superior ajuda uma civilização mais fraca a superar a sua triste condição. Scholtz diz:

Por exemplo, quando um funcionário do Departamento de Estado abre uma reunião com o comentário “temos um problema com o governo do Peru”, em menos de um segundo é evocada uma imagem mental de um Estado estrangeiro que é completamente diferente daquela que teria sido lembrada se o funcionário em questão tivesse dito, em contraste, “temos um problema com o governo da França⁸⁰”.

A crítica de Lars Shoultz para a Aliança para o Progresso é implacável. Para o historiador estadunidense, o programa de Kennedy era “uma versão extravagante da grosseira hipótese da Diplomacia do Dólar de Huntington Wilson: ‘a prosperidade significa contentamento e o contentamento significa repouso’”. Shoultz diz que se colocarmos de lado a “vitrine decorativa das ciências sociais na Aliança e sua retórica arrogante”, o que a diferencia do resto é a fonte do dinheiro, antes eram os bancos de Wall Street, agora era o contribuinte estadunidense que fornecia o capital. Foi por esse motivo que se criou no interior do Estado uma burocracia, com o Ato de Assistência Estrangeira de 1961 e a criação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) cercadas por instituições corporativas como o *Peace Corps* e o Instituto

⁷⁹ JUNQUEIRA, Mary Anne, Op. Cit. p. 271.

⁸⁰ SHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: São Paulo, 2000, p. 14.

Americano para o Desenvolvimento do Trabalho Livre da AFL-CIO⁸¹. Omitimos aqui o que Cecília Azevedo chama de “braço guerreiro” desse movimento: os Boinas Verdes. Schoultz, menciona-os como parte de uma política dupla na América Latina, de um lado programas como o *Food for Peace*, alimentando os desnutridos; de outro, um amplo programa de assistência militar para deter o comunismo.

Lawrence Freedman notou algo interessante ao tratar do que ele chama de *Kennedy's Wars: a New Frontier* enfrentou simultaneamente desafios lancinantes na política internacional, como Berlim, Cuba, Laos e o Vietnã⁸². Todos esses episódios tensos da Guerra Fria – como a construção do Muro de Berlim, a estratégia da guerra nuclear, a Crise dos Mísseis e a escalada do conflito na Indochina – foram administrados, mais ou menos ao mesmo tempo pelos mesmos *policy-makers*. Então qual era o lugar do Brasil, mais especificamente, do Nordeste na longa pauta do governo dos Estados Unidos na Guerra Fria?

Freedman aponta para essa questão ao falar sobre a Aliança para o Progresso. Para ele, Kennedy estava excessivamente consciente do caminho que Fidel Castro percorreu para chegar ao poder, e por isso determinou que mesmo lideranças democráticas, e não apenas marxistas, podiam ser um perigo, já que Castro no início da revolução não era considerado uma ameaça comunista. Ações nacionalistas ou reformistas como as de João Goulart no Brasil, Cheddi Jagan na Guiana Inglesa, Jacobo Arbenz Guzmán na Guatemala, entre outras, eram interpretadas como um perigo para os interesses e a segurança dos Estados Unidos⁸³. Antes da Revolução Cubana esse tipo de interpretação já vigorava no Departamento de Estado, porém, a partir de 1959, ganha um novo impulso.

Um outro ponto importante a sublinhar é que com exceção de Berlim, todos os outros problemas emanavam do chamado Terceiro Mundo e tinham um personagem em comum: os *peasants*. Cuba representava naquele momento o poder de expansão da ideologia comunista que se alastrava pela América Latina. Ao se fazer uma análise a frio dos movimentos revolucionários ao longo do século XX alguns pontos se iluminam diante de nós: todas as grandes revoluções não se deram em países industrialmente

⁸¹ SHOULTZ, Lars, Op. Cit. p. 394-395.

⁸² FREEDMAN, Lawrence. *Kennedy's Wars: Berlin, Cuba, Laos and Vietnam*. New York: Oxford University Press, 2000, p. 11.

⁸³ FREEDMAN, Lawrence, Op. Cit. p. 229.

desenvolvidos tendo o proletariado à frente, seguindo o receituário de Karl Marx, mas se deram essencialmente em países agrários e foram protagonizadas por camponeses.

Esse *insight* de Eric Wolf em *Guerras Camponesas do Século XX* deixa a ideia de Lawrence bem evidente. A Revolução Mexicana de 1910, que rompeu com o arcaísmo do século anterior teve participação essencial dos camponeses; a Revolução Russa de 1905 e de 1917 tiveram participação central dos camponeses e suas pautas – a genialidade política de Lênin residiu na capacidade de integrar as pautas camponesas ao discurso revolucionário do proletariado urbano; a China, em 1949, engendrou o maior processo revolucionário envolvendo mais de 160 milhões de pessoas na época, em essência, uma revolução camponesa; em 1961, ocorre a escalada do conflito no Vietnã e no Laos, uma guerra feita por camponeses, tornando-se paulatinamente uma das maiores preocupações do governo dos EUA; por fim, a Revolução Cubana e o papel fundamental dos camponeses partícipes da cadeia de produção açucareira, que se organizaram com os comunistas.

Não é sem motivo a intensa comparação que os *policy-makers* faziam entre o Nordeste e Cuba. O principal movimento camponês da região, as Ligas Camponesas, passou a se inspirar abertamente na Revolução Cubana e no exemplo de Fidel Castro. Os documentos estão impregnados desse discurso. Obviamente não se trata de pensar o Nordeste como Cuba ou um Vietnã, mas se o centro decisório da *New Frontier* estava a lidar com os mesmos problemas em outras localidades do mundo, trabalhando com o mesmo ideário, com o mesmo conjunto de conceitos, é evidente que comparações assim aconteciam na rotina das embaixadas.

Por fim, resumimos alguns pontos. Primeiro, os elementos apresentados buscaram elucidar a formação de um ideário comum entre os diplomatas do *New Frontier*. Logicamente não podemos estender esses conceitos a todos os funcionários da diplomacia estadunidense que atuaram no exterior, mas a doutrina construída nesse processo – que vai desde a síntese do *New Deal* até a formação de um corpo de pensamento que pretende vascularizar a ideia da modernização como escudo de defesa contra o comunismo – produzindo um *staff* burocrático que respirava um oxigênio comum. Esses diplomatas enxergaram a América Latina e, portanto, o Brasil com as lentes do sucesso do Plano Marshall, da crítica à ineficiência da política externa de Eisenhower, dos perigos da Revolução Cubana. Também acreditavam no modelo explicativo das etapas de

desenvolvimento e num imaginário mítico da teoria da Nova Fronteira e do sentido de *wilderness*, associando o camponês nordestino a um soldado revolucionário. Na análise documental que se segue no capítulo três, é possível identificar, às vezes de forma evidente, outras de forma indireta, a presença desses elementos que compõem esse ideário.

Diante das questões colocadas, nosso esforço não foi dirigido no sentido de comprovar uma teoria geral – algumas já apresentadas pelo quadro de historiadores citados. A razão dessas páginas foi dar sentido ao trabalho documental e buscar compreender como e por que a Aliança para o Progresso atuou de uma tal maneira. Buscamos não recorrer a “modelos” teóricos, ou padrões construídos. Tentamos seguir um recurso heurístico proposto por Adalberto Marson, de negar a construção de categorias e resultados amarrados em “pontos” de início e chegada, com a finalidade de que o objeto aflore todas as suas mediações e contradições, entendendo a objetividade como o ato de fazer emergir a trama das relações que tecem a síntese histórica⁸⁴.

Seguindo a trilha de Marson, o documento não é inteiramente explicativo em si, ao lado das significações explícitas temos as implícitas, sendo o papel do historiador identificar esses pontos que por vezes não são manifestados abertamente. O documento não é um reflexo do real – uma imagem refletida em um espelho – mas fragmentos de um momento particular e de uma realidade específica. Marson afirma que, ao seguir esse procedimento criticamente, o historiador dispõe de recursos teóricos e informativos mais amplos, podendo criar interpretações que contraponham às versões dadas pelos argumentos da memória instituída. Assim, recuperam-se outros sujeitos e outros objetos vencidos ou dominados no processo histórico, seja pela contraposição dos discursos, seja dando luz às formas de dominação e a figura dos dominados no interior do próprio discurso dominante⁸⁵.

No caso dessa investigação, o exercício exige um segundo passo: tentar construir uma visão de conjunto entre o local e o global, entre a História das Relações Internacionais – entendida aqui como um ramo da Ciência Histórica – e o movimento social camponês Nordeste entre 1955 e 1964. É nesse ponto sensível que encontramos

⁸⁴ MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos A. da (org.). *Repensando a História*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984, p. 37-64.

⁸⁵ MARSON, Op. Cit. p. 51-53.

a relação entre diplomatas estadunidenses e toda a munição teórica e as experiências históricas da modernização. Destarte, esse é o objetivo do capítulo que segue.

Capítulo 2

Singularidades do Nordeste

A exclusão do camponês do pacto político [...] é tão profunda, tão radical, que alguns dos mais importantes acontecimentos políticos da história contemporânea do Brasil são camponeses e, não obstante, desconhecidos não só da imensa massa do povo, como também dos intelectuais.

José de Souza Martins – *Os Camponeses na Política do Brasil*

No area in this hemisphere is in greater or more urgent need of attention than Brazil's vast Northeast. Covering more than 600,000 square miles and containing almost 25 million people, Northeast Brazil is one of South America's most crowded and poverty-stricken regions.

John F. Kennedy – *Statement by the President Concerning a Plan for the Development of Northeast Brazil. July 4, 1961*⁸⁶.

Contextura: a Chacina de Mari

Ódio entre Camponeses e a Polícia: Paraíba em clima de Revolução, esse é o título estampado nas primeiras páginas do jornal *Última Hora* do Recife, em 17 de janeiro de 1964. Na cidade de Mari, próxima a João Pessoa, reuniam-se mais de dois mil camponeses dispostos a vingar seus companheiros mortos dias antes em uma das Usinas de Açúcar do grupo Ribeiro Coutinho. Na Delegacia, o chefe da polícia tentava conter os ânimos de cerca de quarenta policiais dispostos a derramar sangue. O padre da pequena cidade, Cornélio Belo, declarou: “a qualquer momento pode haver outro choque entre a polícia e os camponeses. Só Deus pode evitar uma chacina de maiores proporções”. O repórter do *UH*, Plínio Telmo de Souza, relatou que enquanto se encontrava no interior da delegacia colhendo informações para o artigo do periódico, um caminhão passou carregado de camponeses, incluindo mulheres e crianças, que iam para o enterro dos trabalhadores assassinados. No momento em que o caminhão passava em frente a

⁸⁶ Nenhuma área neste hemisfério necessita de mais atenção e urgência do que o vasto Nordeste do Brasil. Cobrindo mais de 600.000 milhas quadradas e contendo quase 25 milhões de pessoa, o Nordeste do Brasil é uma das regiões mais populosas e pobres da América do Sul. KENNEDY, John F. *Public Papers of the Presidents of the United States: John F. Kennedy, 1961*. In: *Public Papers of the Presidents of the United States*, p. 508-509.

delegacia, os soldados pularam em cima de seus fuzis e os engatilharam, temerosos com a movimentação. O jornal classificava a situação como pré-revolucionária⁸⁷.

Num dos depoimentos colhidos pelo delegado, o camponês José Barbosa, que participou da desavença, disse que tudo começou quando o gerente da Usina, o Sr. Fernando Gouveia, chegou com dois jipes e um caminhão dizendo: “não estremeçam e suspendam as enxadas!”. O Sr. José largou o eito e se reuniu com os trabalhadores da fazenda. Gouveia tentou colocar um chocalho⁸⁸ no pescoço do presidente das Ligas Camponesas de Mari, Antonio Galdino, num sinal claro de provocação. Imediatamente o homem deu-lhe uma enxadada na cabeça e começou um intenso conflito que resultaria na morte do chefe da Usina, três policiais que o acompanhavam e dois camponeses. Antonio Galdino foi ferido por tiros e arrastado por companheiros até a beira da estrada, mas não morreu. Era o único dos camponeses que estava armado com um revólver. Dez minutos depois um vendedor de abacaxis, conhecido como Durval, acompanhado de um cabo da polícia e mais homens a paisana, voltou para se vingar. Abriram fogo contra o grupo que socorria Galdino na estrada, matando-o junto com outros três camponeses com tiros a queima roupa, totalizando dez mortos⁸⁹.

O governador da Paraíba, Pedro Godim, do Partido Social Democrático (PSD), saiu em discurso dizendo que manteria a qualquer preço a ordem e a paz das famílias paraibanas. Não tardou a juntar-se na frente do Palácio do Governo mais de cem proprietários exigindo medidas duras contra os camponeses. Um deputado local, o udenista Joacil Pereira, acusou Godim de se transformar “num elemento dos comunistas e dos agitadores” e foi aplaudido pelos presentes⁹⁰.

Numa outra fonte importante desse episódio sangrento, o livro *Nordeste: o Vietnã que não houve, Ligas Camponesas e o golpe de 64*, de autoria do agrônomo Francisco Assis Lemos, um dos membros mais ativos das Ligas Camponesas na Paraíba, o conflito teria como pivô uma arma em posse de Galdino, um revólver modelo Colt 45 – na época, de uso restrito das Forças Armadas – que estava com o presidente da Liga Camponesa de Mari. Lemos narra a Chacina de Mari sob outro ponto de vista, divergente dos jornais da

⁸⁷ Jornal *Última Hora* de 17 de janeiro de 1964.

⁸⁸ O chocalho é um instrumento comum entre os criadores de bodes e cabritos no Nordeste, utilizado principalmente para encontrar os animais no pastoreio, essa ação tinha um sinal claro de humilhação.

⁸⁹ Jornal *Última Hora*. Op. Cit.

⁹⁰ Jornal *Última Hora* Op. Cit.

época. Os camponeses, conhecedores dos sinais da natureza na região, estavam temerosos com a chegada antecipada da temporada de chuvas e apreensivos para iniciar as negociações de arrendamento de terras com os proprietários da região, pois teriam que começar logo o plantio de suas culturas de subsistência antes que a temporada de chuvas chegasse. Para isso, a Liga Camponesa de Mari havia organizado com seu presidente, Antonio Galdino, comissões de camponeses que iriam acertar os contratos de arrendamento que permitissem acelerar as plantações e garantir as culturas de feijão, milho e mandioca para as famílias camponesas⁹¹.

Quando trabalhadores chegaram na Usina Ribeiro Coutinho para negociar os acordos foram ameaçados por um dos administradores da fazenda com um revólver Colt 45. Os camponeses reagiram e se apoderaram da arma. Rapidamente se dirigiram para a sede da Liga e entregaram o revólver para o presidente. Segundo Lemos, aquele revólver era a prova definitiva da existência de armas privadas das Forças Armadas em poder de usineiros e latifundiários, sendo que até mesmo um simples administrador as possuía. A direção do grupo Ribeiro Coutinho imediatamente se mobilizou para reaver o revólver, entre eles estava Fernando da Cruz Gouveia, gerente da Usina São João, em Santa Rita, cidade próxima de Mari.

Gouveia era contador, economista e gerente da Usina, ele teria assumido o comando de um grupo que, de acordo com Assis Lemos, era composto pelo agrônomo José Daniel Vieira e seu filho, dois sargentos do destacamento de polícia de Santa Rita, Cleuton Pinto e Abdias Alves, e também três “vigias” da Usina: José Feliciano, Antonio Barbosa e Vicente Amaro. Todos armados, inclusive, relata o autor, com uma metralhadora de origem belga⁹².

⁹¹ LEMOS, Francisco de Assis. *Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponesas e o golpe de 64*. Londrina: Editora UEL/Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1996, p. 171-174.

⁹² Discutiremos mais adiante as problemáticas que envolvem o livro de Francisco Assis Lemos, de início sublinho que apesar de uma fonte memorialística ela tem sido de grande ajuda, comparei os seus relatos com os jornais da época disponíveis do banco de dados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Os nomes dos envolvidos estão corretos, porém, nada mencionam sobre o caso do revólver em posse dos camponeses. A uma divergência em relação ao nome do presidente da Liga Camponesa de Mari morto no conflito, no *Jornal Última Hora* de 17 de Janeiro de 1964 o nome aparece como Pedro Cardoso; Assis Lemos o chama de Antonio Galdino, no *Diário do Pernambuco* de 17 de janeiro de 1964 afirma que dois camponeses morreram, seriam eles “Manoel do Fumo” e “Carioca”, segundo o periódico, esse último era um conhecido líder camponês e presidente do Sindicato de Mari. Já o nome de Fernando Gouveia é amplamente contemplado nos jornais, inclusive destacando sua formação em economia e sua devoção religiosa, destacam o fato dele ser casado e ter cinco filhos e que seus pais eram de boa família. O *Diário* relata um amplo comício realizado no centro de João Pessoa para homenageá-lo com a participação de proprietários e parlamentares, vários da família de usineiros Ribeiro Coutinho. Creio que este ponto demonstra como os

Quando localizaram Galdino, que estava em posse da arma, Gouveia pediu a devolução do revólver e foi atendido sem contestações. Por um momento tudo parecia solucionado, mas um dos membros do grupo da usina resolveu colocar um chocalho no pescoço de Galdino. Os camponeses protestaram e um dos vigias da Usina atirou, a bala atingiu o coração do presidente da Liga, matando-o imediatamente, ao contrário da versão do jornal *Última Hora*. Assim, teria iniciado uma luta generalizada com os camponeses armados de enxadas e foices. Por fim, segundo Lemos, onze pessoas foram mortas: Galdino e três camponeses e, do lado dos usineiros, Gouveia e mais seis⁹³.

O governo dos Estados Unidos, como não deixaria de ser, acompanhava os eventos de perto. No dia 17 de janeiro de 1964, logo quando a notícia saiu em jornais da região, a Embaixada no Rio de Janeiro emitiu um telegrama ao Secretário de Estado dos EUA informando o que chamou de “*invasion of farm by some 200 workers allegedly linked ‘Ligas Camponesas’*”⁹⁴, o cônsul do Recife havia relatado dez mortos e doze feridos. Segundo o documento, a situação parecia sob controle, porém, ainda era tensa. Um *Foreign Service Officer* (FSO), de nome Lowell C. Kilday, se deslocou de Recife para João Pessoa a fim de investigar o caso. As duas capitais são bem próximas, cerca de 130km. Segundo o telegrama da embaixada, a suspeita era de que uma crescente agitação estava ocorrendo na Paraíba com liderança emanada de Pernambuco. Logo surge um nome conhecido. Segundo a imprensa Francisco Julião haveria realizado reuniões em 12 de janeiro em Sapé, próximo a Mari⁹⁵.

Oito dias depois do telegrama, em 20 de janeiro, os resultados das investigações do consulado de Recife chegaram à Embaixada do Rio de Janeiro. O informe foi assinado por Edward Rowell, cônsul dos EUA em Recife⁹⁶. Ele relata que era a primeira vez que Mari estava envolvida em conflitos de terra, pois as atividades das Ligas Camponesas na Paraíba geralmente se concentravam em Sapé, detectando, portanto, um movimento de

periódicos tratavam os camponeses e sua morte com desdém, inclusive sem checar o verdadeiro nome dos assassinados publicando apelidos. Por isso adotei o nome Antonio Galdino, relatado por Assis Lemos, um dos personagens envolvidos e que esteve em intensa atividade na região.

⁹³ LEMOS, Francisco de Assis. *Nordeste, o Vietnã que não houve*. p. 174-175.

⁹⁴ “invasão da fazenda por cerca de 200 trabalhadores supostamente ligados as Ligas Camponesas” (tradutor livre do autor).

⁹⁵ “*US Armed Forces Network History (1964)*”. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

Acesso em 11/07/18: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:360743/>

⁹⁶ Edward Rowell é um nome comum nos jornais de Recife. Participava de eventos da alta sociedade pernambucana, inclusive como jurado do concurso de Miss Pernambuco de 1963. Foi onde encontramos o seu nome completo.

expansão das Ligas pelo Nordeste. A situação era tensa na região e, segundo ele, a qualquer momento parecia que novos conflitos poderiam ocorrer. O documento diz ainda que as tropas policiais juraram vingança e que um destacamento de João Pessoa foi deslocado até Mari para auxiliar na segurança da cidade. O côsul avaliava que se o padrão de violência típico da região continuasse, era possível a ocorrência de assassinatos por emboscadas, seguido por outras invasões de propriedades e confrontos violentos. Segundo Rowell, Pedro Godim prometeu solicitar intervenção federal caso necessário, mas o diplomata não acreditava numa ação nesse sentido, pois isso poderia impactar a candidatura de Godim nas eleições estaduais contra Abelardo Jurema, Ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo Goulart, e provável candidato ao governo da Paraíba em 1965⁹⁷.

O ponto central da investigação era saber se as ordens das agitações teriam partido das Ligas Camponesas em Recife, mais especificamente de sua liderança mais destacada, Francisco Julião. A conclusão é que não havia evidências confiáveis. Porém, o documento cita o nome de Francisco Assis Lemos, considerado pelo diplomata como chefe das Ligas na Paraíba. Segundo o documento, ele estaria incitando ativamente os camponeses há mais de dois anos. Rowell afirma que Assis Lemos teria ligações íntimas com João Goulart, mas nada indicava que a ação em Mari fora coordenada por Francisco Julião. Porém, haveria indícios de que Lemos recebia orientações de Julião e de Miguel Arraes. Por fim, o documento conclui que a maior evidência de que os camponeses paraibanos eram dirigidos de fora são os frequentes relatos de que alguns dos agitadores não são conhecidos na região⁹⁸.

No *O Diário de Pernambuco*, de 18 de junho de 1964, ou seja, alguns meses após o golpe de Estado, o correspondente Arthur Queiroz sugeriu ao governador que concedesse uma promoção aos policiais envolvidos na Chacina de Mari. Segundo o jornalista, esses policiais haviam sido “vitimados pela sanha de incautos camponeses, doutrinados para o mal pelos lacaios de Moscou”⁹⁹.

97 "*Mari, Paraíba conflict*" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

Acesso em 11/07/ 2018: <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:360734/>

⁹⁸ Op. Cit.

⁹⁹ *Diário de Pernambuco* de 18 de junho de 1964.

Esse episódio trágico e sangrento da luta camponesa paraibana fornece uma imagem prévia da situação do Nordeste poucos meses antes do golpe de 1964. Trata-se de apenas um dos inúmeros casos de conflitos entre camponeses e latifundiários, observados de perto pelo governo dos Estados Unidos. Este retrato do intenso conflito social que havia se engendrado nos últimos anos no Nordeste. Naquele momento, a Zona da Mata e o Agreste eram o foco e a prioridade das ações da Grande Potência na América Latina. Centenas de técnicos, burocratas e funcionários de diplomacia circulavam na região, mantendo intensos laços de relação com a elite agrária, o empresariado urbano e os políticos regionais, tentando por em prática um projeto de desenvolvimento e ao mesmo tempo lutar contra a subversão comunista que emanava, segundo suas concepções, da luta camponesa. Nesse cenário de intensa efervescência social, podemos encontrar os atores que buscamos analisar: diplomatas e camponeses, mas além deles, proprietários de terra, usineiros, religiosos, forças policiais, políticos e trabalhadores urbanos. A ideia desse capítulo é responder a uma indagação elementar: por que o Nordeste? Quais os aspectos singulares que fizeram com que o governo Kennedy escolhesse essa região para o batismo de fogo da Aliança para o Progresso?

Segundo Fernand Braudel, em *História*, as escalas determinam tudo. A raiz geográfica da historiografia braudelianiana demonstra como História é indissociável do conceito de espaço; necessário para conduzir histórias do particular para o global, aproximando indivíduos e ambientes e, ao mesmo tempo, propondo desafios e soluções. Esse trabalho, portanto, adotar uma perspectiva global sobre os acontecimentos regionais do Nordeste. Ao longo da pesquisa documental, os impasses se mostraram incompreensíveis em suas motivações se não adotássemos uma perspectiva da conjuntura internacional, não apenas para a América Latina, mas levando em consideração os conflitos globais no Terceiro Mundo, entendendo qual era a posição brasileira e, especificamente, a do Nordeste na longa pauta estadunidense na Guerra Fria, descritas no primeiro capítulo¹⁰⁰.

Nossa argumentação ganha outra potência ao adotarmos essa escala global dos conflitos. Acreditamos ser possível construir uma mediação mais ou menos precisa sobre o que compunha a realidade da sociedade nordestina e como foi posto em prática o ideário presente nos diplomatas que conduziram a Aliança para o Progresso. Esse esforço

¹⁰⁰ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

interpretativo se sustenta na ideia, já apresentada pelas autoras Cecília Azevedo e Mary Anne Junqueira, de que o governo dos Estados Unidos diante de um programa com as proporções da Aliança não conseguiria alcançar seus objetivos econômicos e políticos porque partiram de pressupostos de desenvolvimento baseados nas sociedades ocidentais e pensaram em diretrizes que não correspondiam com as dinâmicas regionais, forçando soluções em um contexto completamente diferente do que imaginavam.

A presença de enviados do governo dos Estados Unidos no Nordeste acirrou dramaticamente os conflitos de classe na região, contribuindo para o aprofundamento as tensões sociais e acelerando a crise agrária e política. Os interesses estadunidenses, inseridos numa concepção global de segurança que ultrapassava fronteiras, considerava problemas regionais, como os do Nordeste, como sendo desafios à própria segurança interna dos EUA. Casos como este puderam ser observados ao longo da toda a segunda metade do século XX. Em alguns locais, como na Coreia, no Vietnã e em Cuba, assumiu traços mais desastrosos com o envolvimento direto do governo dos EUA em guerras abertas ou ações militares pontuais; em outros, como na América Central, algumas regiões da América Latina e da África, seu modelo de ação foi outro, mais silencioso, porém, com resultados devastadores, apoiando grupos militares em golpes contra regimes democraticamente eleitos, como no caso de João Goulart, no Brasil, e de Salvador Allende, no Chile, entre outros.

Assim, forneceremos um diagnóstico prévio daquilo que compunha o Nordeste brasileiro no início dos anos 1960. Dessa forma, é possível apontar com melhor precisão essas interpretações da realidade social da região por parte do governo dos Estados Unidos e como seus relatórios foram construídos com base em concepções que desconheciam os aspectos mais importantes daquelas sociedades.

A Retomada do Comércio Mundial do Açúcar

No início da década de 1960, o Nordeste passava por dois processos internos importantes: primeiro, uma reconfiguração econômica por conta elevação do preço internacional do açúcar, principal fonte de riqueza na região e que tem a centralidade econômica desde o século XVI; e, segundo, a modificação nas formas de luta e organização dos camponeses, que passaram a adotar as associações de classe como prática contestatória e posteriormente o sindicalismo, abandonando antigos padrões de protesto como o messianismo e o cangaço, imperante em décadas anteriores. Alguns elementos

constitutivos desses antigos padrões permaneceram. Trata-se de dois processos em sincronia, que juntos definem o que chamamos de *singularidades do Nordeste*.

O primeiro processo advém de um antigo e duradouro problema: o monopólio da terra. O segundo é consequência do primeiro, resultado de um processo de modernização com traços contraditórios muito característicos daquela região, chamado por Peter Eisenberg de *A Modernização sem Mudança*, frase que deu título ao seu clássico trabalho¹⁰¹. Alguns sociólogos, como Stuart Schwartz e Christiane Dabat, demarcam que as características estruturais da sociedade nordestina são extremamente duradouras. Para Schwartz a história da Zona da Mata oferece um desafio aos historiadores, pois, a História como disciplina, é focada na apreensão das mudanças, e essa região se distingue por ser uma “história de persistências”. Entre as características duráveis o monopólio da terra é um dos mais notáveis¹⁰².

A grande concentração fundiária tornou-se um dos mais graves problemas do Nordeste, principalmente nas áreas de elevada densidade demográfica como a Zona da Mata e no Agreste. Com efeito, engendrou-se uma forte tensão social na região açucareira e conseqüentemente, a ocorrência de casos constantes de violência envolvendo proprietários e camponeses. O geógrafo Manuel Correia de Andrade efetuou um importante mapeamento da concentração fundiária entre 1950 e 1960. Mesmo na Zona da Mata, Agreste e Litoral Oriental, onde se localizam as grandes capitais de vários Estados, a população rural atingia a porcentagem de 60,6% dos habitantes. Os desníveis econômicos são marcantes. De um lado, uma grande massa de trabalhadores rurais assalariados e de outro um pequeno grupo de grandes e médios proprietários com elevado padrão de vida. Porém, Andrade demarca uma porcentagem ponderável de pequenos proprietários que oscilam drasticamente nesse meio. Ora têm um padrão de vida razoável como os colonos do Centro-Sul, ora labutam em terras sem condições de plantio e vão

¹⁰¹ EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

¹⁰² SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. DABAT, Christiane Paulette Yves Rufino. *Moradores de Engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Tese (Doutorado) apresentada na Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

trabalhar como assalariados dos grandes e médios proprietários em situações semelhantes aos trabalhadores sem terra¹⁰³.

Andrade afirma que a concentração fundiária se mantinha por meio de um amplo aparato estatal que garantia aos grandes proprietários crédito fácil, estipulação de preços mínimos, assistência de estações experimentais, comercialização organizada e outros mecanismos que mantinham o caráter essencialmente comercial da agricultura nordestina, beneficiando as grandes lavouras de cana-de-açúcar, café e cacau. Em contradição, havia um completo desprezo pela agricultura de subsistência, comumente chamadas de “lavouras de pobre”¹⁰⁴.

Entre 1950 e 1960, por ocasião da euforia econômica do açúcar, é possível observar uma grande expansão do latifúndio. Os dados produzidos pela Sudene indicam que as terras disponíveis para quase um terço das famílias rurais agrícolas tornaram-se, em dez anos, quase duas vezes mais exíguas¹⁰⁵. Na área açucareira durante a primeira metade do século XX ocorreu a aglutinação dos antigos engenhos banguês¹⁰⁶ em torno de pequenas e médias usinas. No mesmo período, usinas maiores passam a absorver engenhos pequenos e também usinas menores. Segundo Andrade, esse processo se explica pela mentalidade do proprietário de terras que é mais agrária do que industrial, portanto, aglutinar mais terras em torno de sua fábrica é um símbolo de poder e progresso¹⁰⁷.

A concentração fundiária trazia imensos benefícios aos proprietários como o aumento de lucros, as facilidades de crédito e o emprego de capitais oriundos de outras atividades, permitindo a formação de grandes conglomerados econômicos que controlavam várias usinas. O grupo Ribeiro Coutinho, por exemplo, citado na introdução

¹⁰³ ANDRADE, Manoel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª Ed., 1973, p. 56-57.

¹⁰⁴ Op. Cit. p. 58-59.

¹⁰⁵ FIGUEROA, Manuel. *Cuestiones de Política Agrícola Regional no Nordeste do Brasil*. MINTER/Sudene, Recife, 1972, p. 107.

¹⁰⁶ Engenho Banguê é a tradicional unidade de produção de açúcar que mantém mecanismos mais antigos, como a moenda de tração animal e a casa de purgar. A substituição dos banguês pelas usinas, de produção mais modernizada, se iniciou no Nordeste nos anos de 1930. O açúcar de usina era mais claro e de melhor qualidade, portanto, comercialmente mais rentável. Logo o açúcar de banguê passa a não ter mais valor no comércio mundial, obrigando o baronato do açúcar a modernizar-se. Ver: EISEINBERG, Peter. *A Modernização sem Mudança*.

¹⁰⁷ ANDRADE, Manoel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª Ed., 1973, p.61.

deste capítulo, controlava cinco das oito usinas da Paraíba e três das quatro usinas do Rio Grande do Norte. Casos parecidos são encontrados em todo o Nordeste.

A queda nos preços do açúcar no início do século XX levou os senhores de engenho a arrendar as suas terras a foreiros, tornando-se absenteístas e vivendo nas cidades. Mesmo com o avanço significativo da mecanização a partir dos anos 1930 – quando os antigos engenhos banguês foram substituídos pelas usinas – o cultivo da cana-de-açúcar empregava grande quantidade de mão-de-obra, sobretudo, no período das safras. As áreas de cultivo encontravam-se nos arredores das cinco grandes capitais do Nordeste, o que contribuiu consideravelmente para a elevação da população urbanas nessas cidades¹⁰⁸.

Após a Segunda Guerra Mundial a produção da cana de açúcar voltou a tornar-se rentável e com as altas nos preços do produto ocorreu a expulsão de foreiros arrendatários. Naquele contexto, consumou-se o tempo das usinas e quando os foreiros não foram expulsos, acabaram obrigados a destruir suas culturas e a plantar cana. Foi nessa situação mais recente de expulsão de foreiros que surgiram as Ligas Camponesas, em 1955. Assim, com o apertar as amarras da exploração, colocando duras restrições à roça do morador da usina, um aumento dos dias de serviço que deveria oferecer ao usineiro para permanecer na terra e outras intensificações exploratórias emergiram, paulatinamente, as associações e os sindicatos rurais.

A Segunda Guerra Mundial influenciou significativamente sobre a economia açucareira global. O conflito desorganizou o comércio e o transporte brasileiro de açúcar, desativando o ciclo internacional de mercadorias, em virtude da ação dos submarinos alemães que torpedearam numerosos navios brasileiros nas proximidades do litoral. Sem uma rede rodoviária e ferroviária que ligasse o Nordeste ao Centro-Sul do país, a região viu-se isolada e privada da venda de seu produto principal. A Tabela 1 demonstra uma sensível queda na produção açucareira de 1940 a 1945 no Nordeste enquanto no Centro-

¹⁰⁸ As grandes massas de dados produzidos pela Sudene fornecem subsídios fundamentais para compreender esses processos. O caso da Microregião de Recife é emblemático, em 1950 a região possuía uma população absoluta de 785.271 habitantes e em 1960 passa para 1.197.045 habitantes, um crescimento substancial para uma década. ANDRADE, Manoel Correia de. *Área do Sistema Canavieiro*. Recife, SUDENE-PSU-SRE, 1988, p. 94.

Sul ocorreu um crescimento exponencial e no início de 1950 já ultrapassava a região Nordeste e continuando a subir nos anos seguintes¹⁰⁹.

Tabela 1

Crescimento da Produção de Açúcar no período de 1939-1960

<i>Safra</i>	<i>Brasil</i> <i>(produção em</i> <i>sacas de 60kg)</i>	<i>Norte-Nordeste</i>	<i>Centro-Sul</i>
1939-1940	14.406.000	9.133.000	5.273.000
1944-1945	14.897.000	8.195.000	6.712.000
1949-1950	21.140.000	10.083.000	11.057.000
1959-1960	50.864.000	20.133.000	30.731.00

Fonte: SZMRECSÁNYI, Tamás. *Planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*, p. 498.

Concluída a guerra, novas perspectivas se abriram para ao mercado internacional de açúcar graças à desorganização da produção europeia. A década de 1950 e 1960 é fulcral para a agroindústria açucareira mundial e nordestina. É possível notar uma verdadeira *Guerra Fria* do açúcar mundial. Cuba manteve-se por muitos anos como a maior produtora mundial do produto, sendo a maioria de suas usinas propriedade de empresas estadunidenses. Com a Revolução Cubana e a expropriação das empresas estrangeiras, os EUA perderam o seu principal fornecedor. Em 1960, o governo cubano redirecionou sua produção para a URSS, obrigando os soviéticos a adquirir o açúcar cubano por razões políticas, já que a ilha estava sofrendo o bloqueio econômico imposto pelos EUA. Muitas áreas de plantio de beterraba destinadas ao açúcar, foram transformadas em campos de cereais na URSS. Os EUA por sua vez, ao perderem o controle sobre Cuba, distribuíram suas cotas de importação a outros países latino-americanos, principalmente para o Brasil, Peru, República Dominicana e Porto Rico, além de estender os campos de beterraba para as regiões antes alagadas do rio Missouri, a fim de alçar uma independência do mercado externo. Na Luisiana e no Havaí, onde já

¹⁰⁹ ANDRADE, Manoel Correia de. *Estado, Capital e Industrialização no Nordeste*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1981, p.68-69.

se produzia açúcar a partir da cana, a cultivo foi ampliado a fim de atender à enorme demanda interna da potência capitalista¹¹⁰.

No âmbito nacional, com o crescimento espantoso da produção açucareira na região Centro-Sul, o Nordeste não tinha condições de competir com as áreas desenvolvidas do país, onde se aplicava uma tecnologia mais avançada, mais suporte de infraestrutura onde, conseqüentemente, se obtinha maior produtividade. Para a indústria do açúcar nordestina se manter competitiva no mercado, sem o apoio do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) que se encontrava agora ao lado dos Estados mais desenvolvidos, as elites agrárias conseguiram obter lucros, sobretudo, em função dos baixos salários pagos aos trabalhadores rurais e à adoção generalizada, de relações arcaicas de trabalho.

Esse processo é muito caro para essa análise. No contexto da retomada mundial da economia açucareira e da tentativa dos barões do açúcar em manter a competitividade diante de um mercado crescente no Centro-Sul do país, pressões maiores foram exercidas sob os trabalhadores do campo. Desse modo, ocorreu o aumento da exploração e o incremento das tensões nas relações entre capital e trabalho; e é nesse contexto que surgiram as *novas* formas de contestação dos trabalhadores rurais, ventiladas pela crescente expansão dos direitos aos trabalhadores urbanos, que apesar de se estenderem aos trabalhadores rurais, em 1960 ainda era letra morta.

Fernando Antônio Azevedo salienta que a face desse Nordeste dividido pela luta de classes e pelos conflitos sociais só se revelou por inteiro na medida em que se iniciou o processo de expropriação completa e definitiva do produtor e a expulsão de trabalhadores de suas terras. É nessa contextura, diz Azevedo, que se encontram os elementos da gênese do Nordeste agrário, perigoso e explosivo em 1960 e o surgimento do próprio movimento camponês¹¹¹, fornecendo os elementos para conflitos como o que descrevemos no início do capítulo.

A crise do açúcar e a conseqüente baixa dos preços fez com que muitos proprietários encerrassem suas atividades industriais nas décadas de 1930 e 1940. Naquele cenário, muitos dos antigos engenhos bangues, de “fogo morto” – para usar a expressão de José Lins do Rego – se tornavam fornecedores de cana-de-açúcar as usinas.

¹¹⁰ ANDRADE, Manuel Correia de. *Área do Sistema Canavieiro*. Recife – SUDENE – PSU-SER, 1988, p. 38-39.

¹¹¹ AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 44-45.

Porém, havia outro caminho. Os proprietários que eram incapazes de arcar com os custos da modernização usineira costumavam dividir suas terras em pequenos sítios e alugar a foreiros. Seu dono ia, portanto, viver “de foros”. Esse fato ocorreu principalmente em regiões mais distantes das usinas e de difícil acesso por estradas. Manuel Correia de Andrade afirma que municípios como Vitória do Santo Antão, Amaraji e Bonito, em Pernambuco, se prestaram muito a esses aforamentos. Não é coincidência que em 1954 no Engenho Galileia, em Vitória do Santo Antão, tenha surgido a Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP) considerada a primeira Liga Camponesa.

Quem Eram os Camponeses?

Segundo o sociólogo José de Souza Martins as palavras “camponês” e “campe sinato” são recentes no vocabulário brasileiro, elas chegaram ao país no século XX pelo caminho da importação política feita pelas esquerdas. Era o contraponto ao seu adversário na luta de classes, o “latifundiário”. Trazidas da Europa, essas palavras vieram para designar o que aqui classificava-se por muitos nomes, específicos de cada região. O *caipira*, palavra de origem indígena, era usada para identificar o camponês das regiões de São Paulo, Goiás, Paraná, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. No litoral paulista, empregava-se o termo *caičara*, em algumas regiões do Nordeste chamam-no de *tabaréu* ou *caboclo*. Em geral, palavras que se modificam ao longo do tempo e que tem significados diferentes em épocas e lugares específicos. Porém, mantêm sempre o tom depreciativo, referem-se àqueles que vivem longe, no campo, fora das cidades, e que por isso são rústicos, atrasados, ingênuos, inacessíveis e até mesmo preguiçosos¹¹².

Assim, o camponês se define como aquele que está em *outro lugar*, em outro espaço, geograficamente às margens. Por esse motivo, sempre que os militantes, os partidos e os grupos políticos foram ao encontro do camponês, esses foram encarados como um perigo ou como incapazes de fazer a sua própria história. Os constantes entrecruzamentos de movimentos messiânicos e milenaristas com o movimento sindical no campo causavam em parte das militâncias de esquerda um choque de incompreensão. Para Souza Martins, isso se deve provavelmente ao forte caráter de classe média que as

¹¹²MARTINS, José de Souza. *Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 8.

lideranças de esquerda sempre tiveram no Brasil e com o forte materialismo racionalista que decorre dessa condição.

Não é sem sentido a citação relativa à exclusão dos camponeses do processo histórico no início deste capítulo. A tese de José de Souza Martins no livro *Os Camponeses e a Política no Brasil*, grosso modo, trata do descompasso que tolhe as lutas camponesas e que tem origem no interior dos partidos políticos que resistem a reconhecer a importância política das lutas camponesas e seu papel no processo de construção de uma democracia política no Brasil¹¹³.

Ao buscarmos a sociologia como ferramenta para a compreensão desse camponês, nos deparamos com uma concepção mais ampla do mundo cultural, político, econômico e social em que o trabalhador do campo produz e reproduz. É um agente social que constitui uma categoria política, se reconhece na própria organização e na luta por objetivos comuns, coexistindo com outros atores. Assim, os camponeses participaram e participam da construção da sociedade nacional, mesmo que muitas vezes não sejam reconhecidos¹¹⁴.

O historiador Antonio Torres Montenegro tem se dedicado ao estudo do período que abarca a criação das Ligas Camponesas até o golpe militar de 1964. Para ele, o Nordeste nesse período vivenciava um momento peculiar que suscitou o interesse da imprensa nacional e internacional, como na série de reportagens feitas por Antonio Callado em setembro de 1959. Ou ainda, as reportagens do jornalista estadunidense Tad Szulc, para o *New York Times*, publicadas em 1960 e que tiveram importância fulcral para alertar o governo Kennedy dos problemas no Nordeste brasileiro¹¹⁵.

Montenegro entrevistou em 1987 alguns dos camponeses que participaram do movimento das Ligas no Nordeste. Segundo o historiador, seria possível por intermédio das trilhas da memória projetar uma descrição das relações entre patrões e trabalhadores rurais nordestinos na década de 1940. A partir dos relatos de João Lopes da Silva, conhecido como Bubu, o autor revela o processo de expropriação da terra do camponês, marcando uma ruptura de um dos elos que cimentaram a secular relação entre os senhores

¹¹³ MARTINS, Op. Cit. p. 32.

¹¹⁴ WELCH, Clifford Andrew; Malagoldi, Edgard... [et.al.] (orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora: Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, V.1, 2009, p. 11-15.

¹¹⁵ Discutiremos esse ponto no capítulo três.

e os trabalhadores. Bubu relata um caso de quando sua mulher adoeceu e que é emblemático para demonstrar os rompimentos desses pactos sociais:

Quando a mulher adoeceu aí eu fui lá; disse: ‘Seu Júlio, eu quero que o senhor me empreste dez mil réis, para comprar um vidro de remédio para mulher’. Seu Júlio respondeu: ‘... é, João Lopes, eu vou’... eu ganhava naquele tempo, dois mil e quinhentos réis, naquela época. Ele disse: ‘...é, eu vou aumentar para três mil réis, não posso emprestar dinheiro, não!’ Eu digo, tá certo...vim para casa. Papai disse: ‘João, vá lá em casa buscar o dinheiro’, aí eu fui, papai me emprestou dez mil réis, fui em Aldeia de São Sebastião, comprei um vidro de água inglesa para a mulher, ela tomou e ficou boa¹¹⁶.

Aquele evento o fez romper com o proprietário e entregou sua enxada na casa do patrão. Montenegro traz a narração de uma promessa que ele fez a si próprio.

Eu vou mostrar a Seu Júlio o que é um trabalhador...quando chegava no serviço, metia a enxada para cima. A gente estava no mês de São João cavando rego de cana. Eu metia na frente, puxava o eito assim, eu gritava: ‘puxa a beira o canto, deixa o meio pra dia santo, corre o canto e a beira, deixa o meio pra segunda-feira’, pá, pá, pá...os outros homens limpando, quase cem homens, pra cavar rego...pá, pá, pei, pei, pei...quando foi no mês de agosto, encontrei o compadre Roseno no rancho, e ele disse: compadre, sua vaga na usina tá arrumada. Você vai segunda-feira falar’...eu fui, cheguei lá arrumei a vaga. Voltei para Mamulenga, trabalhei mais quatro dias, quando foi na sexta-feira, nesse dia trabalhei que só não sei o que. Quando cheguei no serviço disse: ‘olhe! Só sou morador de Mamulenga até hoje! De hoje em diante, não sou mais. Aí o pessoal dizia: Tu bebesse água do açude de Mamulenga, tu não sai mais nunca! Eu digo: tá certo’. Vou, aí comece eu vou me embora, peitei, quando larguei de cinco horas, peguei a enxada, só sou morador do senhor até hoje, de hoje em diante não sou mais’. Aí ficou: O que é isso Seu João?’ Digo: ‘...é sim senhor, Seu Júlio, porque eu quero patrão para quando eu precisar da minha necessidade, precisar dele, mas de um patrão quando chega minha necessidade, ele não me serve, pra mim não dá¹¹⁷.

Para Montenegro é possível compreender algumas relações de dominação no meio rural do Nordeste a partir dos fragmentos de memória da história de João Lopes. O Nordeste vinha se transformando. Havia agora algumas possibilidades de ruptura, já que os senhores parecem não atender as antigas relações históricas com o trabalhador rural.

¹¹⁶ MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (org.). *O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Terceira República (1945-1964). (Coleção O Brasil Republicano). 8ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, v. 03, p. 266.

¹¹⁷ MONTENEGRO, Antonio Torres Op. Cit. p. 267.

Alguns autores, como Mario Correa de Andrade, Lygia Sigaud e Christiane Dabat¹¹⁸ chamam esse processo de proletarização da mão-de-obra camponesa. Anteriormente atrelado à condição de morador, o camponês nordestino não estava integrado ao sistema capitalista e só a partir da modernização das usinas é que ocorre um avanço do capitalismo no campo. Essa condição, numa visão etapista, estaria no interlúdio entre o trabalho escravo e o proletário. Entre 1930 e 1960 o Nordeste vivenciava a última fase dessa transformação. Fernando Azevedo também recorre a essa simplificação para explicar as modificações das relações de trabalho no campo.

Nesse processo, houve a monetarização de uma relação de trabalho que antes se dava sob outras formas de renda. O avanço das lavouras de cana que destruíam os sítios dos moradores causou o empobrecimento do camponês. Há diversas formas de relação de trabalho no campo nordestino, com condições e formas que variavam muito. É o caso, por exemplo, do *barracão*, onde o trabalhador não recebe em dinheiro, mas em mercadorias que poderiam ser adquiridas no barracão da fazenda. Geralmente esses produtos tinham um valor muito superior em comparação com outros locais, obrigando os camponeses a manter sempre uma dívida com o proprietário e, portanto, eram incapazes de romper o padrão.

Gilberto Freyre se dedicou a estudar os processos de subordinação, acomodação e tradições de cultura brasileira, onde se caracteriza a formação do patriarcado rural a partir do fim do século XVIII e o seu declínio ou prolongamento, menos severo, com o desenvolvimento das cidades. Essas questões foram trabalhadas nas suas principais obras como *Casa-Grande e Senzala*, *Sobrados e Mocambos* e *Ordem e Progresso*. Freyre também redigiu o livro *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*, onde trata, entre muitos assuntos, dos aspectos negativos da industrialização a partir de meados do século XIX, quando as usinas passam a engolir os engenhos e sítios de foreiros, intensificando a monocultura e poluindo as águas. Esse “sistema de latifúndio moderno”, diz Freyre, “é o da usina: sua ânsia, a de ‘emendar’ os campos de plantação de cana, uns aos outros, formando um só campo, formando cada

¹¹⁸ Em SIGAUD, Lygia. *A Idealização do Passado numa área de plantation*. In: Contraponto, Ano II, Nº 2, Niterói, Rio de Janeiro, 1977. ANDRADE, Manoel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª Ed., 1973. DABAT, Christiane Paulette Y. R. *Moradores de Engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Tese de Doutorado em História apresentada na Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

usina um império”. Sua capacidade de análise, característica de um dos maiores interpretes do Brasil, sintetiza a nossa explicação:

O açúcar de usina parece que deixou de entrar com qualquer contingente na valorização da vida e da cultura do Nordeste, para ser apenas o sinal de – em tudo: a diminuição da saúde do homem; a diminuição das fontes naturais da vida regional; a diminuição da dignidade e da beleza da paisagem; a diminuição da inteligência, da sensibilidade, ou da emoção da gente do Nordeste, que hoje quando se manifesta é quase sempre em atitudes de crispação, de ressentimento e de revolta¹¹⁹.

Elide Rugai Bastos afirma que os membros das Ligas Camponesas não compunham uma categoria homogênea. Havia no seu interior, foreiros, moradores de engenhos, trabalhadores em regime de cambão, posseiros e assalariados, o que levava em reivindicações distintas. Porém, a reforma agrária – pertencente a proposta das reformas de bases de João Goulart – tornou-se elemento galvanizador dessas reivindicações, possibilitando uma coerência nas ações do movimento¹²⁰.

Os Proprietários e o Poder

Uma das características do modelo político brasileiro é ter secretado uma classe política vinculada simultaneamente aos interesses agrários e ao desempenho de funções do Estado. Segundo Ângela de Castro Gomes [et. al.], tal simbiose garantiu a manutenção do monopólio de terras, acompanhada de um rígido enquadramento político das populações rurais, gerando essa exclusão dos camponeses do pacto político¹²¹.

Entre 1930 e 1964 os grupos de pressão oriundos das antigas oligarquias rurais mantiveram-se ativos no interior do poder. E dentre da correlação de forças ocupavam no Congresso posições regionais que tornavam os numerosos projetos de reformulação da estrutura agrária inoperantes, seja através de artifícios legais ou por recusa frontal aos projetos. No poder Executivo, mais sensível à pressão das massas, tentou-se de forma mais contundente encaminhar soluções que combatessem o latifúndio e defendessem a reforma agrária. Desde Vargas, em 1954, até o golpe civil-militar todos os presidentes de alguma maneira defenderam reformas, mas todos esbarraram na resistência da sociedade

¹¹⁹ FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Editora Global, 2013, p. 172.

¹²⁰ BASTOS, Elide Rugai. *Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 114-115.

¹²¹ GOMES, Angela de Castro [et. al.]. *O Brasil Republicano, v. 10: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 147-155.

civil ou do Congresso, sendo obrigados a escolher prioridades sob pena de desestabilizar seu cargo¹²².

Em linhas gerais, o pacto agrário seguiu uma lógica própria até o seu esgotamento durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart. O pináculo no desenvolvimento das lutas camponesas ocorreu em 1960. Reivindicações de difícil absorção institucional como a Reforma Agrária, que garantiriam melhores condições de vida para os camponeses, seriam reforçados pela cobrança no alargamento da participação política, por intermédio do voto do analfabeto e da organização sindical.

Fernando Azevedo sublinha que para entender as profundas transformações e a intensificação da luta de classes no Nordeste nos anos de 1950 e 1960 e que levaram à expulsão dos camponeses de suas terras ocorria, concomitantemente, a formação de uma ampla frente progressista que alterou a correlação de forças e culminou na eleição de Miguel Arraes no Pernambuco. Por outro lado, as forças reformistas em torno de João Goulart galvanizaram um movimento social no campo unificado em torno da bandeira da reforma agrária, embora as vias para se chegar a esse objetivo fossem distintas e duramente debatidas¹²³.

Antônio Callado publicou uma série de reportagens nos anos de 1958 e 1964 que foram editadas em dois livros com o título *Industriais da Seca e os galileus de Pernambuco* e *Os Tempos de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*. Os casos relatados pelo jornalista ilustram bem a relação entre órgãos governamentais, políticos, latifundiários e os camponeses. Na primeira obra, editada em 1960, Callado narra a desapropriação do Engenho Galileia e os debates que ela suscitou na Assembleia Legislativa com o projeto apresentado pelo deputado Francisco Julião. As matérias também cobrem a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE, sob a chefia do economista Celso Furtado. As reportagens têm um caráter denunciativo do que Callado chama de “indústria da seca”. Um amplo esquema de venda e compra de terras inundadas pelas baixas e altas dos rios nordestinos com a única finalidade de receber as indenizações do governo federal. Callado narra como esses esquemas funcionavam no Ceará a partir das oscilações do rio Jaguaribe. O esquema produziu uma “classe de proprietários ausentes”, que deixam a terra irrigada rendendo e

¹²² GOMES, Angela de Castro [et. al.]. Op. Cit. p. 155.

¹²³ AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 117-118.

vão para as capitais, quando a estiagem chega, recebem indenizações e abandonam as famílias camponesas trabalhavam nas propriedades¹²⁴.

Em *Industriais da Seca e os galileus de Pernambuco* as reportagens denunciativas têm um tom de debate. Callado afirma que seu trabalho não inaugurou as discussões sobre o Nordeste, mas ajudou a transformá-lo de uma preocupação regional para algo um problema de âmbito nacional. De fato, o que mais se encontra nos textos são denúncias de funcionamento de esquemas corruptos no interior do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), numa ampla articulação entre proprietários de terras e políticos – na sua maioria os políticos eram também grandes latifundiários – e como esses se articulavam para aprovar e barrar projetos na Câmara conforme seus interesses. Em linhas gerais, o jornalista mostra como funcionava essas articulações que a historiografia detectou entre as oligarquias rurais e o poder estatal¹²⁵.

Num caso específico, Callado narra os acontecimentos do açude de Pilões, na Paraíba e demonstra bem esses conluios. Jacó Guilherme Frantz, deputado federal paraibano pelo Partido Social Progressista (PSP), era chamado de “major” em Pilões. Ele era dono de um imenso território que, segundo os camponeses que lá trabalhavam, fazia questão de manter isolado, sem estradas de fácil acesso. Frantz era gaúcho nascido em Rio Pardo, chegou na Paraíba em 1930 como oficial do exército para lutar pela Revolução que depôs Washington Luís e impediu a posse de Júlio Prestes. Pobre e sem perspectivas, entrou para a Polícia Militar onde ficou sabendo da desapropriação de 7000 hectares de terra pelo DMOCS em Pilões para a construção de um açude por parte do governo da Paraíba. O açude inundado criou uma área arável ao seu redor, que seria arrendada pelo governo. Naquela época, os contratos de arrendamento de terras eram feitos para 4 anos, renováveis, não se podia comprar ou vender a terra. O limite máximo por rendeiro era de 10 alqueires, Frantz arrendou em nomes de parentes no Rio Grande do Sul mais de 30 alqueires, depois fez a “broca” – queimada feita para limpar o terreno para o plantio -, acabou por queimar o cercado dos vizinhos e, ao reconstruir os palanques, anexou as

¹²⁴ CALLADO, Antonio. *Os industriais da seca e os galileus do Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p. 6-8.

¹²⁵ CALLADO, Antonio Op. Cit. p. 112.

terras ao redor. Callado diz que ele fez seu *anschluss*, palavra alemã utilizada para referir-se à anexação da Áustria pela Alemanha Nazista em 1938¹²⁶.

Frantz entrou para a política em 1947 como deputado estadual. Foi eleito deputado federal em 1958. Assim, o rendeiro se aliou a outros grileiros de Pilões e juntos ficaram conhecidos por enfrentarem várias Comissões de Inquérito que foram instauradas para investigar as irregularidades na obtenção de terras, mas ninguém foi preso ou punido, pelo contrário, na maioria das vezes Frantz converteu as CPI em benefícios para si e para seus aliados. Callado menciona a existência de um verdadeiro “sindicato dos gângsteres”. Além disso, todos os pequenos proprietários que conseguiram terras arrendadas em Pilões com contratos do DMOCS foram expulsos por Frantz e ameaçados de morte. Os camponeses diziam: “o major pode mais que o governo”¹²⁷.

Os textos do jornalista narram bem a articulação entre governo, proprietários e políticos contra os camponeses. Isso reforça a simbologia do Engenho Galileia e da criação da Sudene que trouxeram novas esperanças para solucionar os graves problemas da região. Para Callado esses dois eventos eram o início da derrota dos industriais da seca. Os livros podem ser lidos em sequência, como a continuação de uma história que vai da esperança à tragédia. *Tempos de Arraes* é a decepção de ver o que ele chamou de “mais viva experiência social já tentada no Brasil” ser freada pelo golpe civil-militar. No prefácio Callado afirma:

Estas reportagens, tão recentes, não se referem a mais nada que exista. Nada. Os fatos aqui narrados deixaram de ser. Uma severa intervenção militar torna difícil até mesmo saber o que está acontecendo a alguns dos principais criadores da revolução social que se realizava no Pernambuco: seus vultos andam esfumados e vagos como se a poeira dos séculos tivesse caído sobre eles em meses¹²⁸.

Callado fala pouco sobre a Aliança para o Progresso, seu objetivo era outro, narrar o processo revolucionário que emanava da realidade social do Nordeste. No entanto, ele cita uma reunião convocada pela USAID, administradora da Aliança, para conhecer a real situação da lavoura canavieiras no Nordeste e dos 52 proprietários convidados apenas três compareceram. Não havia interesse nas ideias reformistas da Aliança, segundo Callado, reforma era negócio de comunista, mesmo que venha de padre ou de gringo. Não é

¹²⁶ CALLADO, Antonio Op. Cit. p. 114.

¹²⁷ CALLADO, Antonio Op. Cit. p. 116.

¹²⁸ CALLADO, Antonio. *Tempos de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*. Rio de Janeiro: editor José Amaro, 1964, p. 12.

possível saber qual reunião é essa que Callado menciona, porém, mesmo se tratando de um texto jornalístico, é possível observar algo que a documentação demonstra diretamente: havia um conflito nos projetos de modernização apresentados pela Aliança, Sudene e aqueles que eram desejados pelos proprietários.

Durante a experiência democrática de 1946 a 1964, os partidos agiram ativamente em torno da formação de alianças, coligações e frentes para disputar o voto do eleitorado. Em Pernambuco, Agamenon Magalhães dominou o governo estadual desde o fim do Estado Novo. Em 1955, PCB¹²⁹, PSB e PTB formaram uma poderosa aliança política para concorrer às eleições municipais. Formou-se então o que é conhecido na historiografia como *Frente de Recife*, que mesmo com suas disputas internas e articulando interesses antagônicos, conquistou todos os cargos executivos que disputou, com exceção do cargo de vice-prefeito nas eleições de 1963. Os camponeses participaram ativamente desse momento político, mesmo com os imbróglis entre as Ligas Camponesas e o PCB, a chegada de Miguel Arraes ao governo do Estado foi comemorada como uma grande vitória política da esquerda.

Essa organização atrelada aos novos tempos da experiência democrática elevaram os camponeses a uma categoria política a ser conquistada e disputada. Há um ponto importante a ser destacado, a grande maioria dos camponeses era composta por analfabetos, portanto, proibidos de votar. As pressões exercidas iam nessa direção, de estender o voto ao analfabeto, o que transformaria essa força de mobilização que crescia no interior nordestino em uma importantíssima força eleitoral, capaz de eleger representantes nos mais diversos níveis. Esse ponto não foi conquistado, sendo duramente freado pelo golpe civil-militar em 1964.

Joseph A. Page escreveu a mais importante obra sobre esse movimento no Nordeste do Brasil. *The Revolution That Never Was*, traduzida no Brasil para *A Revolução que Nunca Houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*¹³⁰ trata justamente da presença dos

¹²⁹ É importante lembrar que o PCB tinha sido cassado em maio de 1947 na esteira da intensificação da Guerra Fria. Entretanto, o partido possuía uma boa base eleitoral no Pernambuco, que foi amplamente utilizada pela Frente de Recife. Para Flávio Brayner, PCB e a Frente são quase sinônimos, e o partido teria usado a aliança como forma de reconquistar sua legitimidade. Já Roberto Aguiar ressalta a importância do apoio de outros partidos para os candidatos da Frente conquistarem o êxito. Ver: SANTOS, Taciana Mendonça. *Alianças Políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)*.

¹³⁰ Há um fato curioso sobre o livro, a tradução é atribuída ao escritor Ariano Suassuna, que não tinha domínio algum da língua inglesa. O jornalista Vandek Santiago afirma que isso foi uma jogada editorial para a publicação da obra em 1972, durante a Ditadura Militar, já que Suassuna se consagrava com um grande escritor brasileiro.

Estados Unidos na região nordestina. Page era professor na *Georgetown University* especializado em História do Brasil, viveu aqui por alguns anos e circulou por todo o Nordeste no período narrado em seu livro¹³¹.

Page constrói uma narrativa centrada na ideia de que naquele momento o Nordeste havia ganhado uma projeção mundial. A Aliança para o Progresso havia encontrado ali o seu maior desafio e por de trás de seus objetivos humanitários e reformistas, escondia uma razão de ser oculta sobre a segurança dos Estados Unidos. O autor estadunidense viajou por todo o Nordeste entre 1963 e 1971, inclusive sendo preso em Recife logo após o golpe, suspeito de ser um agente comunista dos EUA atrelado a Francisco Julião.

Page acompanhou diversos comícios de Julião pelo Nordeste, sua descrição dos mocambos e da condição de extrema pobreza das populações ribeirinhas do rio Capibaribe, demonstram uma sensibilidade e um conhecimento das condições do povo nordestino. Frequentemente ele evoca autores como Graciliano Ramos e Euclides da Cunha para interpretar suas visões. Naquele cenário, Page destaca três grandes personagens desse tempo: Francisco Julião, Miguel Arraes e Celso Furtado. Mas é a descrição dos camponeses que nos interessa mais.

Joseph Page identifica o *morador* como o trabalhador mais comum na zona canavieira do Nordeste. Ao redor das usinas ou das plantações de açúcar famílias moravam em casebres, onde tinham o direito de usar um pequeno lote para plantar culturas de subsistência. Não havia qualquer direito legal sobre a terra e o trabalhador podia ser expulso a qualquer momento, ao gosto do proprietário. Longas horas de seu dia eram dedicadas ao corte de cana, pouco tempo sobrava para cuidar de sua sobrevivência. Esses foram os principais protagonistas das Ligas Camponesas. Page sublinha que suas atitudes, motivações e reações eram a expressão de um ambiente que havia mudado muito pouco durante os séculos¹³².

Essas afirmações confluem com a tese já citada de Peter Eisenberg, uma modernização das relações havia ocorrido no início do século XX, porém, sem alterar estruturalmente o monopólio da terra. Ao contrário, houve a criação de mecanismos

¹³¹ PAGE, Joseph A. Page. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972, p. 11-13.

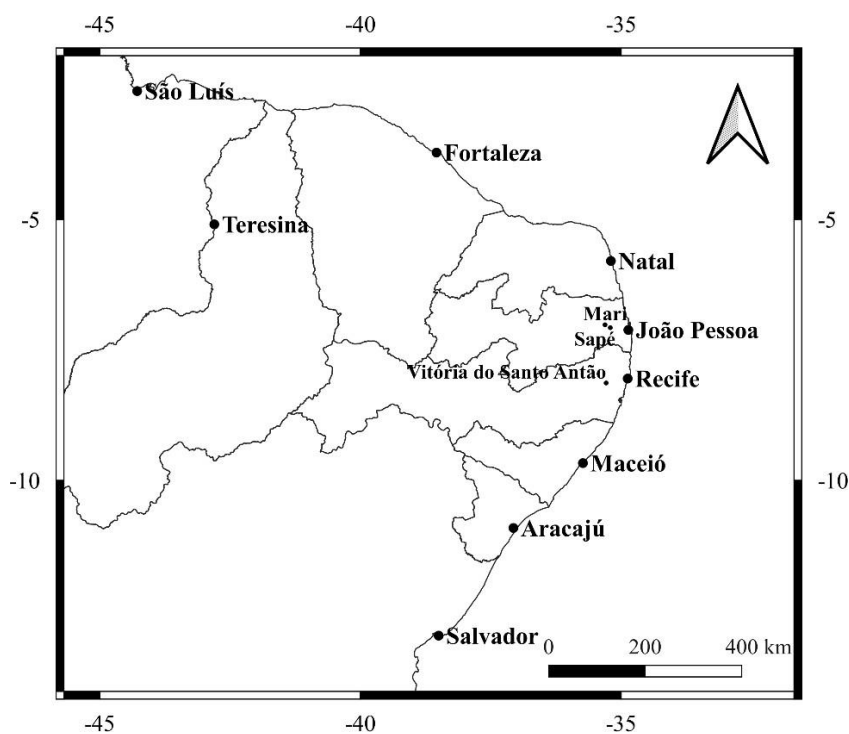
¹³² PAGE, Joseph. Op. Cit. p. 172.

institucionais como o Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DMOCS e o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, que beneficiavam a elite agrária em detrimento dos trabalhadores rurais.

A necessidade de aprofundar as explicações e adensar as noções da condição do camponês nordestino no início dos anos 1960 é tarefa para os sociólogos rurais e os historiadores dedicados ao movimento no campo. A nós, o elemento central era descrever esses dois processos pelos quais o Nordeste passava entre 1955 e 1964. 1) o econômico, atrelado ao movimento mundial de retomada do comércio do açúcar e as suas consequências na política regional do Nordeste, principalmente, nas relações de trabalho no campo e na intensificação das relações de exploração que levam a revoltas cada vez mais violentas e radicais. 2) o político, demonstrando como essas revoltas, agora configuradas com o seu tempo, em formas de organização associativa e sindicatos rurais se construía como mecanismos de pressão pelos direitos trabalhistas no campo, a reforma agrária e a extensão do voto para analfabetos. Dois processos que não se separam como azeite e água, mas que são distintos e pertencem à mesma totalidade.

Mapa 1

Nordeste em 1964 e as principais sedes das Ligas Camponesas



Os Descaminhos da Modernização no Brasil

A Teoria da Modernização de W. W. Rostow serviu como uma poderosa ferramenta aplicada pela Aliança para o Progresso. Todavia, esse pensamento econômico teve que competir com outras vertentes do desenvolvimentismo capitalista produzida no interior dos países latino-americanos. O nacional-desenvolvimentismo foi extremamente forte como ideologia política que visava transformar os países periféricos de economia agroexportadora em nações desenvolvidas e com autonomia política no cenário internacional, incrementando a participação do Estado em um planejamento global com o objetivo de criar grandes indústrias nacionais.

A ideologia modernizadora não foi simples importação dos Estados Unidos. Intelectuais latino-americanos estavam há décadas comprometidos com as suas ideias e, particularmente no Brasil, entre 1944 e 1959 esse debate foi ferrenho. O fato de demonstrarmos essa contradição tem por objetivo preparar o campo dos debates entre a Sudene e a Aliança para o Progresso, que serão constantes no próximo capítulo. Esse preâmbulo é fulcral para demonstrar os pontos de aproximação e distanciamento entre a teoria da modernização de Rostow e aquelas desenvolvidas por intelectuais brasileiros na Sudene, no interior do Instituto Superior de Estudo Brasileiros (Iseb). Ou seja, quando os estadunidenses chegaram apresentando um amplo pacote de medidas e financiamento a longo prazo para a modernização do Brasil, há tempos um forte núcleo de governantes e intelectuais engajados já discutiam esses caminhos e tinham suas próprias convicções e planos.

A ajuda externa casava perfeitamente com o nacional-desenvolvimentismo em seus termos e objetivos, desde que não ultrapassasse certos limites. Nada impedia que recursos advindos de nações estrangeiras pudessem ser direcionados para o projeto nacional de desenvolvimento. Ao contrário, para a política externa dos governos que adotaram as linhas do desenvolvimentismo, os empréstimos estrangeiros eram fundamentais para o avanço da industrialização. O segundo Governo Vargas, a gestão de Juscelino Kubitschek e João Goulart praticaram no campo das relações internacionais a constante barganha e a associação ao capital estrangeiro com objetivos claros de promover a industrialização e modernização tecnológica em áreas específicas¹³³. O que

¹³³ VISENTINI, Paulo G. O Populismo e as relações Brasil-EUA (1945-1964): a dialética do alinhamento e da autonomia. In: MUNHOZ, Sidnei J.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI*. Maringá: Eduem, 2011, p. 211-244

pretendemos demonstrar é que ao longo de algumas décadas brasileiros estiveram comprometidos com as ideias do desenvolvimento tanto quanto seus amigos do Norte.

A Grande Depressão, que se iniciou em 1929 e seguiu por toda a década de 1930, produziu feridas profundas nas economias do mundo capitalista. No entanto, a União Soviética, que rompeu com o capitalismo em 1917, pareceu não sofrer as graves consequências da crise mundial. Como afirma Eric Hobsbawm, de 1929 a 1940 a produção industrial soviética triplicou enquanto as economias dos EUA, França e Inglaterra decaíram vertiginosamente. Os observadores estrangeiros de todas as ideologias buscaram no planejamento econômico soviético soluções para resolver a crise interna de seus países. Inspirados nos Planos Quinquenais da URSS, os termos *plano* e *planejamento* se tornaram moda nos discursos políticos¹³⁴.

Seguindo os ventos das teorias econômicas de John M. Keynes, os países latino-americanos começaram a elaborar as suas próprias interpretações sobre os caminhos do desenvolvimento econômico por intermédio do planejamento estatal. É no anseio de superar a fragilidade da dependência agroexportadora, tão sensível às crises capitalistas, bem como nas tentativas de alcançar o estímulo econômico gerado pela renda dos trabalhadores urbanos a pleno emprego a partir da industrialização que surge a ideologia desenvolvimentista.

Segundo Guido Mantega, o desenvolvimentismo foi o ideário que mais influenciou a intelectualidade brasileira e latino-americana durante as décadas de 1940 e 1950, formando um conjunto de forças sociais heterógenas direcionadas à industrialização e à consolidação do desenvolvimento capitalista nos países da América Latina. Desse processo lançou-se a semente do intervencionismo econômico em diversos países capitalistas, criando uma cisão na economia política burguesa em pelo menos duas grandes correntes relativamente antagônicas: o intervencionismo e o liberalismo econômico¹³⁵.

Pretendemos tratar brevemente neste subtítulo do debate que surge no Brasil nos anos de 1930, mas ganha corpo na década de 1940 sobre os rumos do desenvolvimento econômico no Brasil. Destarte, realizaremos uma breve análise dos principais

¹³⁴ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914,1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 99-101.

¹³⁵ MANTEGA, Guido. *Economia Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984, p. 24-27.

personagens e institutos que debateram e influenciaram a condução da economia no governo com essas perspectivas ao longo de 1944 até o golpe civil-militar de 1964.

Os Precursores do Debate: o industrialista e o economista

No bojo dessa cisão da econômica política burguesa no Brasil, duas figuras lançaram as bases de um debate pioneiro que cimentou o paradigma do desenvolvimento econômico no Brasil nas décadas seguintes: Roberto Cochrane Simonsen e Eugenio Gudin.

Antes de um estudo pormenorizado desses embates, vale recorrer à pergunta: quem eram esses sujeitos e pelo que combatiam? Simonsen ganhou o prestígio por ser um dos maiores industrialistas do Brasil, além de um dos principais ideólogos do desenvolvimentismo. Formou-se em engenharia na antiga Escola Politécnica de São Paulo. Após terminar o curso, atuou como engenheiro na *Southern Brazil Railway* e como diretor-geral de obras na prefeitura da cidade de Santos. Porém, sua vida se destacava a partir de 1928 quando ajudou a fundar o Centro das Indústrias – que se transformaria mais tarde na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Com o fim do primeiro governo Vargas, foi eleito deputado pelo PSD paulista em 1945 e senador em 1946, cargo que ocupava quando veio a falecer. Simonsen também idealizou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Social da Indústria (Sesi), fundou a Escola Livre de Sociologia e Política, onde lecionou a disciplina de História Econômica do Brasil¹³⁶.

Importante sublinhar que apesar de uma visão ampla e sistematizada sobre a realidade e a história econômica do Brasil, Roberto Simonsen não era um economista de formação. Havia adquirido um conhecimento sobre História Econômica como um autodidata, mas possuía sérias limitações no campo técnico. Ricardo Bielschowsky afirma de o pensamento de Simonsen não se utilizava da teoria econômica, a não ser em um nível bastante primário. Esse fato o tornava suscetível à crítica de economistas conservadores como Eugenio Gudin¹³⁷.

¹³⁶ MARINGONI, Gilberto; GENTIL, Denise Lobato; TEIXEIRA, Aloísio. *Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945*. Brasília : Ipea, 2010, 37-40.

¹³⁷ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 41.

Gudin foi um economista, considerado um dos grandes expoentes da escola monetarista no Brasil, redigiu o projeto de lei que institucionalizou o curso de economia no país em 1941. Foi fundador da Sociedade Brasileira de Economia Política, tornando-se, junto com Otavio Gouveia Bulhões, um dos principais nomes na área econômica da Fundação Getúlio Vargas, da qual também foi presidente. Teve uma atuação importante como delegado brasileiro na Conferência de Breton Woods. Ocupou o cargo de Ministro da Fazenda no governo Café Filho, promovendo uma política de estabilização baseada no corte de despesas públicas e na contenção da expansão monetária e do crédito¹³⁸.

Ambos representaram uma cisão no pensamento econômico brasileiro sobre os rumos do desenvolvimento econômico. Simonsen foi o industrialista pautado no planejamento, Gudin o ortodoxo crente na vocação agrária do Brasil. O debate entre os dois iniciou-se em 1944, quando o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio solicitou ao Conselho Nacional de Política Industrial um estudo para subsidiar a formulação da política industrial e comercial do país. O referido Conselho indicou Roberto Simonsen para a elaboração do relatório¹³⁹.

Nesse período, o Brasil sofria com uma séria deficiência de dados macroeconômicos. O governo não possuía nem mesmo dados completos sobre a balança de pagamentos de pessoal. Roberto Simonsen apresentou ao Conselho em agosto de 1944 o estudo intitulado *A Planificação da Economia Brasileira*, um documento direcionado a uma firme posição em favor da industrialização e da intervenção do Estado no planejamento econômico. Ao chegar na Comissão de Planejamento Econômico, coube a Eugenio Gudin examinar a proposta. Em março de 1945, o economista apresentou seu parecer, *Rumos da Política Econômica*. Era uma crítica pautada nas perspectivas neoclássicas do liberalismo, afirmando que só o aumento de produtividade era o caminho possível para o crescimento equilibrado da economia brasileira, além de questionar os dados utilizados por Simonsen em seu estudo.

Como dito anteriormente, Simonsen não era um economista de formação técnica. Ao utilizar-se dos precários dados do Ministério do Trabalho e de noções vulgares de

¹³⁸ MARINGONI, Gilberto; GENTIL, Denise Lobato; TEIXEIRA, Aloísio. *Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945*. Brasília : Ipea, 2010, 55-57.

¹³⁹ SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Brasília: Ipea, 2010, 38-181.

econômica, o industrial paulista deixou seus flancos abertos para as duras críticas de Gudin. Porém, como bem lembra Carlos Von Doellinger, o estudo de Simonsen tinha mais um caráter político doutrinário do que argumentações técnicas sobre economia¹⁴⁰. Em julho de 1945, Roberto Simonsen apresentou uma defesa de seu relatório. Gudin em uma carta enviada à Comissão de Planejamento Econômico defendeu suas perspectivas e deu por encerrado o debate¹⁴¹.

Ao se ler os quatro textos que compõe essa argumentação pioneira – o estudo de Simonsen, o parecer de Gudin, a réplica do industrial e a carta do economista – podemos notar escaramuças em quase todos os pontos propostos. No entanto, algumas questões se destacam. De início, ao detalhar a suas concepções de planificação, Simonsen propõe que o planejamento econômico deve ser acompanhado de uma mudança profunda na ação governamental com um tipo de planejamento completamente voltado para a melhora das condições sociais da população¹⁴².

No parecer, Gudin ataca justamente esse ponto no que ele chama de “mística da planificação”, afirmando que a experiência do *New Deal* nos Estados Unidos foi uma medida fracassada para superar a crise econômica da década de 1930 e teria sido rapidamente abandonada. Como demonstramos no primeiro capítulo, ao dissertarmos sobre o consenso formado pelo *New Deal*, defendemos uma posição completamente contrária, o legado da política de Roosevelt durou até pelo menos a década de 1980. O economista afirmava também que a planificação estava diretamente ligada as ditaduras nazifascistas na Alemanha e na Itália e nos planos quinquenais dos comunistas soviéticos, portanto, nada disso servia de modelo ao Brasil, que buscava um caminho dentro das margens da democracia¹⁴³.

Em resposta a Gudin, Roberto Simonsen defendeu o modelo de intervenção profunda adotado pelos países Aliados durante o período da Segunda Mundial como exemplo de planejamento eficiente. Afirmou ainda que a União Soviética era o país com a maior experiência em planificação econômica e foi a sua indústria que sustentou o gigantesco esforço de guerra contra a Alemanha de Hitler, após o esgotamento dos países europeus. Entretanto, ele salientava que era preciso separar as ações do governo

¹⁴⁰ SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. Op. Cit. p. 19-33

¹⁴¹ SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. Op. Cit. p. 35-47

¹⁴² SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. Op. Cit. p. 37-38

¹⁴³ SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. Op. Cit. p. 51-119

comunista da ação técnica do planejamento para demonstrar as massas que havia outros caminhos para salvar o mundo do colapso sem ser o comunismo. Simonsen dizia que era necessário utilizar-se das ferramentas e dos ensinamentos do planejamento econômico soviético nos países capitalistas¹⁴⁴.

O ponto mais candente do conflito era a respeito da importância da indústria e da produtividade agrícola como fatores essenciais ao desenvolvimento. Para Simonsen, o Brasil só poderia romper as amarras da dependência econômica por intermédio da industrialização, aumentando a renda nacional e, conseqüentemente, a qualidade de vida da população. Gudin dizia que as indústrias no Brasil eram perda de tempo e de recursos, pois essas não tinham maturidade nem capacidade técnica de competir no mercado internacional. E afirmou categoricamente: “se continuarmos a expandir indústrias que só podem viver sob a proteção das ‘pesadas’ tarifas aduaneiras e do câmbio cadente, continuaremos a ser um país da pobreza”. O economista continuava a apostar na vocação agrícola do Brasil. Gudin argumentava que o foco deveria ser no aumento da produtividade de produtos que já tinham mercado externo garantido, essa seria a melhor via para o desenvolvimento econômico brasileiro¹⁴⁵.

No debate entre o industrialista da planificação e o economista neoclássico é possível observar o vencedor pelo crivo da História. Gudin estava preocupado em mostrar as virtudes do livre mercado, considerando uma adaptação da economia agroexportadora, ele não possuía completa aversão ao planejamento, mas pensava que era necessário o mínimo de intervenção estatal, restrita na organização e na distribuição riqueza em setores fragmentados da economia. Simonsen lançou o debate em um momento muito singular. Sua atuação parlamentar o colocou na vanguarda dos debates sobre o desenvolvimento econômico, no período em que o Brasil caminhava para um projeto nacional de desenvolvimento com sustentação nas indústrias durante o segundo governo de Getúlio Vargas e que foi seguido por Juscelino Kubitscheck. Em 1947, pela primeira vez na história do Brasil, a produção industrial ultrapassou o valor da produção agrícola. Planejamento e intervenção foram sistematicamente incorporados nas economias dos países capitalistas devastados pela Segunda Guerra e as ideias de Simonsen ganharam

¹⁴⁴ SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. Op. Cit. p. 64-65.

¹⁴⁵ SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. Op. Cit. p. 127-174.

projeção nacional, bem como sustentação em âmbitos externos. Ele veio a falecer em meio a um discurso na Academia Brasileira de Letras em maio de 1948, aos 59 anos.

Esse debate não ocorria apenas no Brasil, a centralidade da industrialização como meio de desenvolvimento econômico se expandia por todos os intelectuais da América Latina, entre esses economistas temos Pedro Aguirre Cerda, no Chile, e Adolfo Dorfman, na Argentina. Com essa base intelectual em formação, foi possível a construção de um tipo de economia política ativa na defesa dos interesses dos países latino-americanos contra o imperialismo dos centros hegemônicos. É nesse processo que o conceito de desenvolvimento ganha corpo¹⁴⁶.

Ao final da década de 1940 surge a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) encabeçada pelo economista argentino Raul Prebisch. De início a Cepal tinha como objetivo compreender o atraso dos países latino-americanos em relação aos centros desenvolvidos do capitalismo e projetar formas de superar essas desigualdades. A partir da construção do conceito de *desenvolvimento* como centro da superação do atraso econômico, os cepalinos passaram a criticar a divisão internacional do trabalho no mundo capitalista e o destino atribuído aos países subdesenvolvidos pela Teoria Liberal que dava suporte a essa divisão¹⁴⁷.

Eduardo Devés Valdés afirma que o caso brasileiro é o mais emblemático para entender como o paradigma desenvolvimentista ganhou corpo no meio intelectual. No Brasil do fim dos anos de 1940, os cursos de ciências econômicas e sociais possuíam uma ampla inserção no mundo político. Em comparação com o México, por exemplo, mesmo sendo um centro de produção de ideais elementar para o pensamento latino-americano, ainda estava muito apegado a uma tradição ensaística e humanista das Ciências Sociais, questão que era vista com pouco apreço pelas novas correntes que surgiam fortemente baseadas em teorias econômicas e nas metodologias quantitativas¹⁴⁸.

Nesse sentido, Devés Valdés afirma que, no Brasil, o conceito de desenvolvimento foi inserido em três grandes frentes: 1) nos ecos do debate entre Roberto Simonsen e Eugenio Gudín, onde já havia sido introduzido conceitos como planificação,

¹⁴⁶ DEVÉS VALDÉS, Eduardo. *El pensamiento latino-americano em el siglo XX: desde la Cepal al Neoliberalismo 1950-1990*. Buenos Aires: Biblos, 2003, p. 26-28.

¹⁴⁷ VALDÉS, Eduardo Devés. Op. Cit. p. 29.

¹⁴⁸ VALDÉS, Eduardo Devés. Op. Cit. p. 31.

industrialização e intervenção estatal na estratégia de combater as teses do liberalismo clássico; 2) se introduzindo em correntes de debate político já existentes – onde sofreu profundas modificações –, é o caso dos setores nacionalistas, integralistas e comunistas que fazem a sua própria interpretação da ideia de desenvolvimento extremamente marcada por elementos ideológicos; 3) por fim, em setores acadêmicos como no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), que falaremos adiante, e no Conselho Latino-americano de Pesquisa e Ciências Sociais (Clapcs), sediado na Universidade de São Paulo¹⁴⁹.

O maior expoente do pensamento cepalino no Brasil foi, sem sombra de dúvidas, o economista Celso Furtado. Ele é creditado como o intelectual que caracterizou a transição da econômica agromercantil para a acumulação urbano-industrial, sendo também um dos principais teóricos do desenvolvimentismo no mundo. Há dois textos-chave que sintetizam a evolução do pensamento de Celso Furtado das interpretações cepalinas de crença no potencial da industrialização até desenvolver com mais precisão o Modelo de Substituição de Importações. Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento e Dialética do Desenvolvimento* ele expande a compreensão de desenvolvimentismo ao desatrelar seu significado apenas a crescimento econômico e acumulação primitiva. Para Furtado, somente quando os benefícios da produtividade transbordam para os trabalhadores é que se caracteriza o desenvolvimento¹⁵⁰. Essas perspectivas são fundamentais para compreender sua atuação na Sudene.

Os países latino-americanos engendraram uma poderosa noção de economia política nos moldes do nacional-desenvolvimentismo. No caso brasileiro, esses debates atingiram os altos níveis do segundo governo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubistchek. A necessidade de englobar em conjunto com a teoria da modernização um pacote ideológico e um princípio filosófico para se contrapor ao projeto de modernização soviético que, de acordo com a avaliação dos diplomatas poderia ser adotado após a Revolução Cubana, evidencia uma interpretação errônea dos teóricos da Aliança. O governo JK com as suas políticas de um desenvolvimentismo associado ao capital

¹⁴⁹ VALDÉS, Eduardo Devés. Op. Cit. p. 31-32.

¹⁵⁰ MANTEGA, Guido. *Economia Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984, p. 78-79.

internacional era um modelo claro das possibilidades de aproveitar o ímpeto modernizador autóctone com o auxílio econômico estrangeiro.

Voltamos, portanto, à hipótese central deste trabalho. O programa da Aliança, apesar de comprometido com objetivo de desenvolvimento econômico, ao ser colocado em prática se direcionou muito mais para as dimensões políticas. Por esse motivo, o caráter nacionalista do desenvolvimentismo brasileiro foi visto como algo a ser combatido.

PARTE II

Influxo

Capítulo III

Aliança Contra o Progresso

1960: o ano de monitoramento

Francisco Julião representa a hora histórica do Brasil. Afastando os equívocos da vassoura e o reacionarismo da espada, ele trouxe a enxada, símbolo de quatrocentos anos de atraso e opressão rural. Ele quer libertar pelo voto esses milhões de brasileiros que, sai governo, entra governo, continuam indefectivelmente no cabo da enxada.

Jornalista Mario Pedrosa, Jornal do Brasil de 18 de março de 1960.

Esse trabalho foi escrito simultaneamente à disponibilização dos arquivos do *National Archives* feita pelo *Opening Archives Project*, com isso temos descoberto uma dimensão ainda maior da questão do Nordeste nos documentos diplomáticos estadunidenses, onde a região já suscitava preocupações desde pelo menos 1935¹⁵¹. Na tarefa de manter-se nas linhas da hipótese proposta, iniciamos ainda no ano de 1960, pois ele marca dois pontos importantes: primeiro, as eleições presidenciais e governamentais que criaram expectativas e rumores sobre os caminhos que o Brasil seguiria nos anos seguintes; segundo, a gênese do entendimento do Nordeste como uma região perigosa para os interesses estadunidenses na América Latina, tendo como referência a Revolução Cubana.

Com a confirmação dos candidatos à presidência da República, a disputa estava desenhada entre três personagens: Jânio Quadros, do pequeno Partido Trabalhista Nacional (PTN), mas coligado com a poderosa UDN e com o Partido Republicano (PR).

¹⁵¹ Cabe lembrar a dissertação de mestrado e a tese recém defendida de João Gilberto Neves Saraiva de demonstram como a relação dos Estados Unidos com o Nordeste são fundamentadas historicamente, datando desde os anos de 1930. SARAIVA, João Gilberto Neves. *Todo Nordeste que couber a gente publica: o The New York Times e as representações do nordeste brasileiro na era da política da boa vizinhança (1933-1945)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015 e SARAIVA, João Gilberto Neves. *Para Ler a América Latina: Tad Szulc, as relações interamericanas e a política externa dos Estados Unidos (1955-1965)*. Tese (doutorado) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Agradeço ao autor pelos textos que me enviou ao longo da pesquisa.

Na aliança PSD-PTB, vitoriosa nas últimas eleições, o candidato governista era o ex-ministro Marechal Henrique Teixeira Lott, apoiado amplamente pelas forças de esquerda como Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o PCB. O prefeito e ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, se lançou candidato pelo Partido Social Progressista (PSP) sem coligações.

Jânio Quadros tinha feito toda a sua carreira política em São Paulo. Chegava em 1960 como um meteoro político. De um professor de língua portuguesa encorajado por seus alunos a se candidatar a vereador, entrou no mundo da política em 1947 – quando foi eleito suplente pelo Partido Democrata Cristão (PDC), mas com a cassação do PCB em maio de 1947 e posterior perda dos cargos parlamentares, acabou assumindo uma cadeira na Câmara de São Paulo em 1948 – logo se tornou deputado estadual em 1950, prefeito em 1953, governador em 1954, em 1958 deputado federal e em 1960 era candidato à presidência, como uma esperança da ala liberal-conservadora de vencer os trabalhistas.

As polêmicas viagens de Jânio a Cuba e à União Soviética marcaram sua campanha. Além de conexões internacionais, Quadros tinha consciência de que precisava angariar forças internamente, em outras regiões onde ele era praticamente desconhecido, e o Nordeste foi uma delas. Importante salientar que a região nordestina já era vista como um reduto da esquerda no Brasil e Recife aparece nos documentos como a capital comunista do Nordeste. Em 14 de março de 1960, o Consulado de Recife enviou ao Departamento de Estado um longo relatório sobre a campanha de Jânio por Pernambuco. Em *Random Observations of a day with Jânio*, o vice-cônsul Edward T. Walters relatou a passeata do candidato pelo centro da capital pernambucana. A multidão carregava faixas com os dizeres “Aí vem Jânio!”, o diplomata falou em milhares de partidários e curiosos. Quadros chegou a pé por uma avenida do centro, acompanhado do governador Cid Sampaio (UDN) e do Marechal Juarez Távora¹⁵².

¹⁵² *Random Observations of a Day with Jânio* (1960). Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 1, slides 538-540. Todos os documentos consultados a partir dos sites administrados pela Universidade Estadual de Maringá e do repositório da Brown University, ambos pertencem ao *Opening the Archives Project*. A documentação foi citada contendo o número do lote, conforme descrito pelo *National Archives and Records Administration*, número do rolo e os slides dos microfimes de onde se tirou as informações. O conteúdo está disponível ao acesso público no site:

<http://www.comcap.uem.br/cdo/>

No site repositório da Brown University, como os documentos foram indexados um a um, diferente do site brasileiro onde a indexação foi feita por rolos, citaremos o link para acesso direto ao documento.

Enquanto esperava a chegada do candidato, Walters relatou algumas conversas aleatórias que teve com as pessoas presentes. Um membro do PSD e funcionário público que tinha algum poder político no interior do Nordeste, disse ao diplomata que mesmo sendo do partido de oposição iria votar e trabalhar pela vitória de Jânio. A esposa de um comandante militar da região suspeitava que toda a Força Aérea, a Marinha e 50% do Exército estavam esperando a vitória de Quadros¹⁵³.

Um rapaz que se identificou como estudante e que, segundo o diplomata, tinha uma aparência estranha, chegou contando que era independente de qualquer partido, mas que por *hobby* tentava assistir a todos os comícios importantes que podia. Ele esteve com Jânio em Petrolina, Arcoverde e Garanhuns dias antes. Particularmente em Petrolina a recepção teria sido razoavelmente boa, mas por todas as cidades do interior por onde passou Jânio saiu como um herói. O estudante ainda arriscou dizer que de cada 10 votos em Pernambuco, 7 eram de Jânio, 2 de Lott e 1 de Adhemar. As informações pareceram animar o diplomata¹⁵⁴.

Com a chegada dos candidatos, a passeata deu início a uma caminhada pelo centro de Recife, o Walters relata a típica imagem do político sorrindo e cumprimentando pessoas. Das janelas dos prédios choveu papel picado algumas vezes. No centro da Praça da Independência, Jânio subiu em um caminhão de som e se dirigiu até o Comitê Estudantil Pró-Jânio, onde ele foi recepcionado por estudantes e iniciou um discurso para a multidão. Walters relata que no meio do pandemônio, em uma rua contígua a avenida principal, iniciou-se uma briga entre janistas e partidários do Marechal Teixeira Lott. Cocos foram arremessados pelo ar, atingindo a cabeça de algumas pessoas, quebrando os para-brisas de alguns carros e janelas próximas. O diplomata fez questão de traduzir o xingamento mais ouvido “*get those Communist S.O.B's*”¹⁵⁵. O diplomata salienta que Jânio manteve a compostura com uma expressão confusa e um sorriso de Mona Lisa¹⁵⁶.

Quando a confusão se dissipou, o candidato retomou seu discurso. Condenou o governo Federal por negligenciar o Nordeste e parabenizou o governador Cid Sampaio por suas ações. No discurso, Jânio se referiu a necessidade de taxar empresas estrangeiras

¹⁵³ *Random Observations of a Day with Jânio* (1960). Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 1, slides 538-540.

¹⁵⁴ *Random Observations of a Day with Jânio* (1960). Op. Cit. slide 538.

¹⁵⁵ “Peguem esses comunistas filhos da puta”. S.O.B é uma abreviação para *son of a bitch*.

¹⁵⁶ *Random Observations of a Day with Jânio* (1960). Op. Cit. slide 539.

com uma lei para o controle de remessas de lucros que, segundo ele, secavam a economia do Brasil enviando dinheiro ao exterior. O vice-cônsul relatou que apesar de algumas escusas patéticas Jânio era um orador eficaz. Gesticulava sua mão direita para enfatizar e conduzir – o diplomata o comparou ao maestro grego Dimitri Mitropoulos – o tremor de seu penteado indisciplinado, o brilho de seus óculos professorais, seu físico magro e seu controle magistral da língua portuguesa faziam com que Jânio chamasse a atenção do público até o fim do discurso¹⁵⁷.

Quão verídicos podem ser esses relatos com detalhes tão minuciosos? Bem, os documentos diplomáticos são fontes confidenciais, partem de um intenso fluxo de informações entre a embaixada, os consulados e Washington. São fontes preciosas para a reconstrução do ambiente político do período. Como afirma Felipe Loureiro, o acesso privilegiado dos funcionários do serviço diplomático à elite econômica brasileira possibilita uma proximidade com os eventos e com pessoas importantes. Obviamente que esses relatórios possuem elementos de subjetividade, porém, por serem documentos nos quais a fidedignidade da exposição dos acontecimentos é elementar para a elaboração de estratégias e para a tomada das decisões, é possível supor que seu grau de objetividade seja elevado¹⁵⁸. O serviço diplomático fazia questão de observar esses eventos de perto sempre que possível, além de manter contatos diários com políticos, lideranças, empresários ou qualquer figura que pudesse interessar a formulação de suas estratégias.

Destarte, os documentos eram divididos em várias categorias, desde longos estudos sobre temas específicos, a relatórios semanais ou mensais (*weekly, monthly summaries*), recortes de jornais anexados, análises políticas, memorandos de reuniões com pessoas-chave, até enormes planilhas de dados econômicos. Há uma infinidade de tipos de documentação. O resumo semanal é a categoria mais abundante enviado dos consulados para a Embaixada no Rio, e relatam diariamente tudo o que ocorria na região. Eles geralmente seguiam um esquema burocrático, eram divididos em três categoriais: *political* onde tratavam das ações do governo local, dos movimentos partidários e registram a ação de figuras importantes; *economic* que trata dos assuntos de interesse financeiro, monitorando portos e aeroportos, a política monetária, os efeitos das oscilações inflacionárias ou da alta do dólar, por exemplo; e *psychological issues*,

¹⁵⁷ *Random Observations of a Day with Jânio*. Op. Cit. slide 539.

¹⁵⁸ LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresário, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 20.

geralmente esse tópico extremamente influenciado pela imprensa, era feito a partir da leitura de diversos jornais – classificados entre conservadores, moderados, esquerdistas, nacionalistas ou comunistas – onde o diplomata tentava captar o temperamento da sociedade ou monitorar a condição do sentimento antiestadunidense em um determinado local ou evento. Outros temas podiam aparecer a depender da necessidade, *labor*, *consular affairs*, *miscellaneous*, etc. Eram feitos basicamente com a leitura de jornais locais, a partir de observações e estudos *in loco* ou de memorandos de conversação. Qualquer material considerado de suma importância ao Departamento de Estado era imediatamente traduzido pelos funcionários do consulado e enviado para Washington.

Para que tamanha máquina de produção de informação funcionasse, o Consulado em Recife ocupava um enorme prédio no centro, no bairro da Boa Vista. Em 1961, apesar do centro administrativo ter sido alterado para Brasília, a embaixada permanecia no Rio de Janeiro, ocupando um prédio de vários andares próximo ao aeroporto Santos Dumont. Além dos funcionários consulares, secretários e adidos diversos, o corpo diplomático era composto por uma série de outros empregados.

Como era de praxe, ao fim de alguns assuntos importantes o autor do documento comentava o assunto, dando sua opinião pessoal ou uma sugestão a ser seguida. No relatório em questão, sobre a passagem de Jânio por Recife, o vice-cônsul Walters deixou suas impressões gerais. Ele comparou a visita de Quadros com a viagem de Lott e de João Goulart que havia ocorrido nas semanas anteriores, onde houve uma importante combinação de forças da prefeitura, ocupada por Miguel Arraes, que organizou junto com o PCB, o PTB e o PSD uma recepção impressionante aos seus candidatos à presidência e vice-presidência. Mas, segundo Walters, seus esforços foram muito aquém do que Jânio teria conseguido em Recife¹⁵⁹.

O diplomata destacou o importante apoio do governador Cid Sampaio, que teria organizado a viagem de Quadros ao Pernambuco. Cid apoiava Jânio praticamente sozinho no estado. O apoio do governador era fulcral. Segundo Walters, uma grande massa de eleitores permanecia praticamente intocada e ignorante sobre as personalidades e os temas em pauta. Esses eleitores precisavam ser alcançados, pois eram do tipo que só se decidiam no dia da eleição. O vice-cônsul alertou que os discursos de tom nacionalista

¹⁵⁹ *Random Observations of a Day with Jânio* (1960). Op. Cit. slide 540.

seriam usados por todos os lados no Nordeste, criticar investidores estrangeiros vinha se tornando uma prática cotidiana na política brasileira. Walters tentou demonstrar que a dicotomia da reputação de Jânio provinha principalmente da composição de seus assessores. De um lado ele foi acompanhado de Castilho Cabral, líder do Movimento Popular Jânio Quadros, de perfil conservador e tradicional, política e economicamente. Do outro, tinha Seixas Dória, um nacionalista, a favor das leis antitruste com inclinações à esquerda¹⁶⁰.

De fato, Jânio mobilizou profundas esperanças no governo dos Estados Unidos de ter um candidato favorável aos seus interesses no Brasil. Durante a campanha e em grande parte do curto mandato de Jânio, a interpretação do serviço diplomático estadunidense era que a sua postura ambígua seria fruto de uma possível estratégia para demarcar a posição de independência do Brasil em relação aos EUA, consubstanciada posteriormente na Política Externa Independente. Entendia-se ainda, ao menos até certo ponto, que Quadros precisava de apoio de setores da esquerda para vencer e governar, uma vez que ele não havia conseguido formar uma maioria na Câmara e no Senado. Desse modo, tanto funcionários do serviço diplomático quanto integrantes do alto escalão governamental estadunidense avaliaram ao longo da campanha e dos primeiros meses do governo Quadros que muitas das suas ações estavam vinculadas à política doméstica brasileira e à necessidade de manter o suporte das forças de esquerda.

Um exemplo pode ser visto em um *weekly summary* da embaixada de São Paulo enviado no dia 11 de abril para Washington, dias depois da volta de Jânio Quadro de sua emblemática viagem à Cuba. Quadros foi convidado por Fidel Castro e recebido com honras de Chefe de Estado. Estava acompanhado de uma extensa comitiva de políticos e jornalistas, entre eles Francisco Julião, Castilho Cabral, Juracy Magalhães, Afonso Arinos e o então jornalista Luiz Alberto Moniz Bandeira¹⁶¹. O documento afirmou que no dia 7 de abril o candidato fez um discurso na TV em São Paulo, onde passou mais ou menos uma hora defendendo o regime cubano, dizendo que nada do que tinha visto correspondia ao que os jornais brasileiros diziam sobre Fidel Castro. Desde que aceitou o convite, Jânio vinha sendo duramente criticado por alguns setores da imprensa, principalmente pelo jornal O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo por sua simpatia pela Revolução

¹⁶⁰ *Random Observations of a Day with Jânio* (1960). Op. Cit. slide 540.

¹⁶¹ CHAIA, Vera. *A Liderança Política de Jânio Quadros (1947-1990)*. São Paulo: Humanidades, 1991, p. 172

Cubana. Na TV, ele afirmou que Fidel era um homem sereno e de grande cultura e que a revolução teve pleno apoio popular. Tratava-se de um governo equilibrado e que não fazia nenhuma ação sem antes realizar um amplo estudo. Disse também que o regime não era dominado por comunistas e que a igreja mantinha relações íntimas com o governo. Justificou que os ataques de Cuba aos Estados Unidos eram uma reação justa ao domínio imperialista no país e acreditava que logo as duas nações encontrariam um “modus vivendi”. O documento relatou ainda que o candidato a presidência tomou cuidado ao dizer que as terras em Cuba foram desapropriadas e não tomadas a força¹⁶².

Era de se esperar uma reação até mesmo enérgica da Grande Potência contra o discurso de Jânio, mas não foi isso que aconteceu. No comentário final, o cônsul geral de São Paulo, William P. Cochran Jr. tentou moderar o discurso de Quadros. Disse que ainda era cedo para avaliar os efeitos locais da viagem, embora parecesse que Jânio ia alienar certos interesses conservadores e ganhar uma grande dose de simpatia das forças de esquerda. Segundo o diplomata, desde o anúncio de sua viagem a Cuba, Jânio teria sentido a necessidade de corrigir um erro estratégico, sendo provável que tenha decidido que o melhor caminho para a presidência era flertar com possíveis apoios da direita e da esquerda.

Em 6 de outubro de 1960, três dias após as eleições, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, John Moors Cabot, informou ao Departamento de Estado que com aproximadamente 2/3 dos votos apurados Quadros liderava com mais de um milhão e duzentos mil votos a frente do Marechal Lott¹⁶³. No dia seguinte o Secretário Adjunto para Inteligência e Pesquisa, Hugh S. Cumming Jr., emitiu pelo *Bureau of Intelligence and Research* (INR) um informe confirmando a vitória de Jânio Quadros ao Secretário de Estado. O documento é extremamente simpático ao presidente eleito, contém um breve relato da carreira política de Jânio e o classificava como um ótimo administrador e dotado de uma inteligência que faz fronteira com um gênio. Segundo o secretário, Jânio seleciona muito bem seus assessores e apesar de ter sua sanidade mental questionada por alguns amigos e inimigos políticos, seus atos aparentemente errados sempre acabavam

¹⁶² *Presidential Campaign Highlights* (1960). Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 1, slides 420-424.

¹⁶³ *Embassy Telegram 473* (1960). Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 2, slide 132.

resultando em vantagens políticas. Quadros poderia ser melhor descrito como “*crazy like a fox*”¹⁶⁴.

De volta ao Nordeste, em 9 de outubro de 1960, o Consulado em Recife informou os resultados das eleições na região. O documento é de autoria do cônsul Ernest S. Guaderrama que iniciou dizendo: com a poeira assentada e a publicação das tabulações finais, era a hora de comparar resultados com as previsões e tentar tirar as conclusões das tendências de votação mais significativas. Os números eram satisfatórios, Lott venceu no Ceará, mas com uma margem menor do que o previsto (a previsão era de 56% para o Marechal, no fim Lott venceu por 50% enquanto Jânio fez 43% dos votos). A votação na Paraíba também surpreendeu, Jânio venceu com uma margem bem acima das previsões do serviço diplomático (47% contra 39% de Lott). No entanto, a surpresa maior era Pernambuco, onde o Quadros venceu com uma margem de 10% dos votos, em Recife, “*the communist capital of the Northeast*” a vitória foi ainda mais decisiva e inesperada, Jânio venceu com 88.985 votos contra 57.126 de Lott. A vitória era creditada a inestimável ajuda do governador Cid Sampaio¹⁶⁵.

Nem todos os estados nordestinos tiveram eleições para o governo do estado naquele ano. Em Alagoas, o major Luís Cavalcanti chegava ao poder com a UDN, prometendo acabar com as disputas políticas sangrentas que atingiam o estado. No Rio Grande do Norte, Aluizio Alves foi eleito com apoio dos udenistas. Na Paraíba, Pedro Gondim, do PDC, também chegou ao governo com apoio da UDN. Toda essa conquista do udenistas no Nordeste era creditada a poderosa influência de Cid Sampaio. Segundo Guaderrama, foi por causa de seu apoio que Jânio Quadros venceu em quase todos os estados nordestinos e conquistou uma vitória política e simbolicamente importante no principal reduto esquerdista do país: a cidade de Recife. Era a primeira vez em muitos anos que um candidato da esquerda não vencia em Pernambuco e na capital¹⁶⁶.

Em seus comentários, o cônsul afirmou que ainda não era possível saber se a derrota dos comunistas quebrava com o axioma local de que para vencer em Pernambuco

¹⁶⁴ “Louco como uma raposa”. *Memorandum: Intelligence notes: Jânio Quadros, brazilian president-elect* (1960). Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 2, slides 133.

¹⁶⁵ “A capital comunista do Nordeste”. *The election in the Northeast* (1960). Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 2, slides 141-144.

¹⁶⁶ *The election in the Northeast* (1960). Op. Cit. slide 142.

era preciso contar com o apoio de elementos radicais. Um ponto que Guaderrama nota é que Cid Sampaio não fez um discurso anticomunista, mas durante a sua campanha ao governo do estado em 1959 e na de Jânio, havia adotado um tom nacionalista relativamente pró-Estado. O diplomata ainda salienta que, naquele momento, Sampaio alcançava a posição de mais influente político da UDN no Nordeste, sendo a vitória do partido em Alagoas e na Paraíba diretamente influenciadas por seu peso político. Seus esforços no Ceará e no Rio Grande do Norte foram fundamentais para a vitória de Jânio. Segundo o diplomata, Cid Sampaio agora era um protagonista, não apenas na região, mas também em âmbito nacional¹⁶⁷.

Se no cenário político as previsões pareciam boas ao governo dos Estados Unidos, dois nomes começavam a aparecer com mais frequência nos relatórios: Francisco Julião e as Ligas Camponesas. O primeiro relatório substancial sobre o tema data de 5 de agosto de 1960. *Francisco Julião and the Ligas Camponesas of Pernambuco*, traz anexo uma matéria do periódico carioca *Jornal do Brasil*, de 20 de julho, acerca de um discurso do deputado Julião na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no dia 19 daquele mês. Como informado anteriormente, Julião era deputado federal pelo PSB de Pernambuco e principal liderança política das Ligas Camponesas. No documento, ele é descrito como agitador comunista e responsável pela articulação dos camponeses no estado nos últimos cinco anos¹⁶⁸.

O relatório foi assinado pelo segundo secretário do consulado em Recife, George R. Phelan Jr., o relatório acompanha a tradução do artigo publicado no jornal e um resumo da reunião de Julião na ABI. Segundo o diplomata, fontes confiáveis informaram que o objetivo das Ligas eram se expandir para outros estados do Brasil e que seguiam de perto a doutrina marxista colocada por seu líder. No discurso da ABI, Julião teria dito que suas próximas atividades ocorreriam no estado vizinho da Paraíba. Segundo o próprio deputado, seus métodos operacionais se baseavam, sobretudo, na Bíblia. No entanto, alertou o secretário, seu método tradicional é prometer aos camponeses a posse de terra,

¹⁶⁷ *The election in the Northeast* (1960). Op. Cit. slide 143.

¹⁶⁸ *Francisco Julião and the Ligas Camponesas of Pernambuco* (1960). Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 12, slides 909-914.

seja por meio da expropriação governamental de proprietários legítimos, pela posse ilegal e forçada das áreas ou pela reforma agrária¹⁶⁹.

Conforme relatado por várias lideranças civis e militares do Pernambuco, o objetivo mais importante de Julião era promover por intermédio das Ligas a luta de classes no Brasil, considerada, por ele, essencial para o desenvolvimento do movimento comunista no país. Segundo o secretário Phelan Jr. essas informações teriam sido passadas ao consulado pelo governador Cid Sampaio, pelo seu Secretário de Segurança Pública, o coronel José Costa Cavalcanti, e por oficiais da inteligência da Marinha do 3^a Distrito Naval¹⁷⁰.

A avaliação de George Phelan Jr. era de que as autoridades públicas de Pernambuco não acreditavam que as Ligas Camponesas representassem uma ameaça imediata ao Nordeste. Para o secretário essa era uma avaliação equivocada já que o governo não conseguia controlar as atividades de expansão das Ligas no estado. Segundo o diplomata, Julião continuava a exercer um tremendo poder sobre os camponeses e não era improvável que o aumento do custo de vida e as condições cada vez piores dos trabalhadores rurais pudessem causar graves distúrbios civis no Nordeste sob a liderança de Julião. No seu discurso da ABI, o deputado teria anunciado a realização da primeira grande greve dos camponeses nordestinos¹⁷¹.

Em uma análise da matéria do *Jornal do Brasil*, constatamos um curto trecho sobre o debate da reforma agrária em tempos de campanha presidencial. Trata-se de um texto sem assinatura, que comentava uma aparente ambiguidade de Julião ao apoiar o candidato do PSD, Marechal Teixeira Lott. Segundo o editorial, Lott havia afirmado em outras ocasiões que uma reforma agrária no Brasil não era necessária, pois não havia nada para se reformar. O periódico criticou Julião por apoiar Lott ao mesmo tempo que ele condenava a proposta da reforma agrária apresentada pelo governador de São Paulo, Carvalho Pinto. Julião estava a defender uma ideia de Caio Prado Junior de aumentar as taxas sobre as grandes propriedades rurais. O que era discutível, mas não poderia

¹⁶⁹ *Francisco Julião and the Ligas Camponesas of Pernambuco* (1960). Op. Cit. slide 910.

¹⁷⁰ *Francisco Julião and the Ligas Camponesas of Pernambuco* (1960). Op. Cit. slide 911.

¹⁷¹ *Francisco Julião and the Ligas Camponesas of Pernambuco* (1960). Op. Cit. slide 912.

deixar de se abster do debate da reforma apresentada por Carvalho Pinto que, segundo Julião, era puramente eleitoreira¹⁷².

Na sequência, o relatório de Phelan Jr. relata com precisão os acontecimentos do discurso de Julião na sede da ABI. Não fica claro se havia algum agente presente, mas pela qualidade e detalhamento das informações é possível que sim. Segundo o diplomata, Julião iniciou dizendo que logo o Brasil iria conhecer, através das notícias de imprensa e rádio, mais um procedimento a ser adotado pelas Ligas Camponesas na sua luta pela libertação e pelos trabalhadores rurais: uma greve camponesa. A ação seria uma resposta à perseguição de um oficial da polícia a membros das Ligas, em auxílio aos grandes proprietários. Julião afirmou que em um dia pré-determinado nenhum produtor levaria suas mercadorias aos mercados públicos até que o governo de Pernambuco exonerasse o funcionário em questão. Segundo o líder das Ligas, vários piquetes seriam montados para impedir ações de elementos que quisessem furar a greve¹⁷³.

Na reunião estava presente mais ou menos duzentas pessoas, entre jornalistas, militares e políticos. Dois pontos se destacam no relatório do diplomata. Ele chama a atenção quando Julião diz que o argumento mais eficiente que ele usou para unir os trabalhadores e para prevenir os mais desesperados que queriam praticar atos de violência foi utilizando a Bíblia. “Isso porque o camponês brasileiro é, acima de tudo, um homem religioso”, afirmou o deputado. Na sequência, disse que falava ao camponês com palavras simples e parábolas bíblicas, que o verdadeiro Cristo não é o dos grandes proprietários, uma vez que ele nasceu pobre em uma manjedoura e morreu crucificado¹⁷⁴.

Outro ponto que chamou atenção dos diplomatas, inclusive foi grifado à caneta no documento, é o método de propaganda de Julião. Diante da dificuldade de propagar suas ideias pelo Nordeste, já que 90% da população camponesa é analfabeta, Julião recrutou grupos de violeiros e cantores criando assim a Liga dos Tocadores de Viola e Cantadores do Nordeste, que em breve teria seu primeiro congresso interestadual em Recife. O

¹⁷² Buscamos sempre que possível confrontar as matérias citadas nos documentos diplomáticos com as matérias na íntegra nos jornais brasileiros. A imprensa consistia em uma das principais fontes de informação dos diplomatas que classificavam os jornais de acordo com a sua posição política. Há um erro no relato do diplomata, a edição do dia 19 e 20 de julho (um jornal de domingo com quase cem páginas) não consta nenhuma menção a Francisco Julião. É na edição do dia 21 de julho que está presente as informações citadas no documento. *Jornal do Brasil*, 21 de julho de 1960.

¹⁷³ *Francisco Julião and the Ligas Camponesas of Pernambuco* (1960). Op. Cit. slide 912.

¹⁷⁴ *Francisco Julião and the Ligas Camponesas of Pernambuco* (1960). Op. Cit. slide 913.

deputado Julião afirma que duelos musicais entre proprietários e camponeses era uma prática cotidiana no interior de Pernambuco e havia se configurado numa importante ferramenta de propagação da reforma agrária e da luta dos trabalhadores rurais por meio da música¹⁷⁵.

As observações sobre as atividades de Julião continuam por todo o ano de 1960. É relatado sua viagem por trás da Cortina de Ferro, quando em 4 de outubro ele partiu em direção à Bulgária e depois à Pequim, a convite do líder chinês Mao-Tsé-Tung, onde observaria os resultados dos programas e reformas no campo realizadas na China comunista. O relatório aponta que talvez Julião seguiria para a União Soviética.

Em Recife, as Ligas organizaram passeatas em favor do Marechal Lott, carregando facões e faixas estampadas com a face de Fidel Castro e Luís Carlos Prestes. Prestes inclusive esteve presente em passeatas junto com o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, onde ambos discursaram. Na avaliação dos diplomatas, apesar de impressionante, a passeata não reuniu as cinco mil pessoas prometidas por Julião¹⁷⁶.

Por mais próximo que fosse o monitoramento do governo dos Estados Unidos no Nordeste em 1960 ele não passava de um acompanhamento próximo dos eventos. A documentação ainda não é plenamente sensível à situação do Nordeste, a cobertura com os eventos políticos é praticamente a mesma de outros estados brasileiros. A questão central que queríamos demonstrar nessas páginas era o ambiente político do Nordeste aos olhos dos diplomatas estadunidenses. De um lado, havia uma crescente esperança nas eleições que levaram Jânio Quadros a presidência e a UDN a conquistar importantes estados nordestinos. Essas vitórias talvez fossem capazes de frear a suposta expansão comunista na região, *mutadis mutandis*, isso significava bloquear a expansão das Ligas Camponesas em Pernambuco. Naquele momento, a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), encabeçada por Celso Furtado, começava as suas atividades com maior vigor. Julião ainda eram um problema local, concentrado no Pernambuco, apesar de seus anseios de expandir as ações das Ligas por outros estados.

No entanto, essas percepções não foram construídas do dia para a noite. Em 1960 houve um amplo trabalho de divulgação para que opinião pública estadunidense tomasse

¹⁷⁵ *Francisco Julião and the Ligas Camponesas of Pernambuco* (1960). Op. Cit. slide 914.

¹⁷⁶ *Monthly Political Summary* (1960). Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 2, slides 190-194.

conhecimento dos problemas no Nordeste. A preocupação era desenhar a região como a mais potencialmente revolucionária da América Latina. Um barril de pólvora prestes a explodir. Duas matérias do correspondente do *New York Times*, Tad Szulc, reverberaram com grande preocupação entre os estadunidenses.

O jornalista visitou o Nordeste em outubro de 1960 e publicou uma série de reportagens relatando as condições preocupantes da região. Szulc iniciou com a matéria *Northeast Brazil Poverty Breeds Threat of a Revolt*¹⁷⁷ em que retratava as condições do trabalhador rural nordestino. Segundo o jornalista, vinte milhões de pessoas viviam com uma renda de menos de US\$ 100,00 dólares por ano. A miséria estava sendo explorada por forças políticas de extrema esquerda infiltradas nas Ligas Camponesas. Fidel Castro e Mao Tse-Tung eram apresentados como heróis e homens a serem seguidos pelos camponeses, trabalhadores e estudantes do Nordeste. Recife era apresentada como uma fortaleza do comunismo no Brasil com mais de 3000 filiados ao Partido Comunista e Francisco Julião como uma liderança internacional do comunismo.

Segundo Henrique Alonso A. Pereira, os textos de Tad Szulc chocaram os leitores do *The New York Times*. Nos dias seguintes à publicação da matéria, os leitores inundaram a seção de cartas do jornal surpresos com o sentimento antiestadunidense no Nordeste. Segundo Pereira, que teve acesso a essas cartas, as matérias de Szulc omitiram informações importantes, o que produziu uma percepção equivocada nos leitores. Os artigos deram a impressão de que as Ligas Camponesas prosseguiam com à iniciativa de Fidel Castro e da Revolução Cubana, sem mencionar que o movimento surgiu em 1955, um ano antes da guerrilha em Sierra Maestra e que não possuíam vínculos com movimentos comunistas internacionais. O jornalista também não diz que a função das Ligas Camponesas nos anos iniciais era de prover assistência funerária aos camponeses, bem como outras medidas de cunho assistencialista¹⁷⁸.

O livro de Josué de Castro, *Sete Palmas de Terra e um Caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*, é um importante relato desse momento. Castro foi personagem daquele tempo e essa obra foi produzida no calor do momento. O autor narra como o movimento começou por defender o interesse e os direitos dos mortos, não dos vivos. Na

¹⁷⁷ A pobreza do Nordeste do Brasil gera ameaça de revolta. *New York Times*, 31 de outubro de 1960.

¹⁷⁸ PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. *Criando Ilhas de Sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 78.

época os camponeses do Engenho Galileia não possuíam dinheiro para comprar seus próprios caixões. Quando um indivíduo falecia, a prefeitura fornecia um caixão de madeira que devia ser entregue assim que o velório acabasse. Os mortos eram enterrados em valas, sem uma sepultura adequada. A primeira conquista efetiva da associação dos trabalhadores foi custear sepulturas e caixões para falecidos¹⁷⁹.

1961: o ano de estudos

A eleição presidencial nos Estados Unidos, em novembro de 1960, levou John Kennedy a presidência numa apertada e histórica disputa contra Richard Nixon. Nos relatos de Schlesinger Jr., a preocupação do novo presidente no ínterim entre a vitória e a posse foi acalmar a oposição derrotada – já que a margem de vitória de 0,1% levantou várias suspeitas sobre a lisura do processo eleitoral – ademais, o novo presidente precisava escolher os mais de 1200 cargos que teria que indicar. Como demonstra Schlesinger Jr., o tema da América Latina foi quase que imediatamente trazido à tona, na tentativa de costurar o que chamou de “o duro parto da Aliança”. A mudança institucional altera quase que imediatamente as ações do serviço diplomático no Nordeste¹⁸⁰.

Do monitoramento próximo dos acontecimentos, os diplomatas assumem uma posição de intervir diretamente na região. No dia 6 de janeiro de 1961, o cônsul Ernest S. Guaderrama, enviou ao Departamento de Estado um longo memorando de conversação com vários adidos estadunidenses do *U.S Operations Mission* (USOM/Brazil), entre eles os primeiros observadores de Kennedy: Wymberley R. Coerr, que viria a assumir em 20 de abril de 1961 o posto de *Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs* no Departamento de Estado¹⁸¹; e Leonard L. Saccio, diretor da USOM no Brasil e quem, futuramente, assumiria a direção da USAID. Além desses diplomatas que já possuíam posições importantes no *staff* de Kennedy, a reunião contava com Joseph Sconge e James Haynes, esse último um adido agrônomo; dois *extension advisor*, Henry Morrison e

¹⁷⁹ CASTRO, Josué de. *Sete Palmas de Terra e um Caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967, p. 23-24.

¹⁸⁰ SCHLESINGER JR, Arthur. *Mil Dias: John Fitzgerald Kennedy na Casa Branca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 1, 1966, p. 126-165.

¹⁸¹ Wymberley R. Coerr assumiu o posto em abril depois da renúncia de Thomas C. Mann que era contrário a invasão à Baía dos Porcos em Cuba, Mann renunciou ao cargo para assumir a embaixada no México, segundo Schlesinger Jr. ele não queria arcar com o ônus político da invasão.

Eugenia Donahue, além dos cônsules do Recife, Guaderrama, Walters e Maurice Gremillign¹⁸².

A reunião foi reportada em janeiro de 1961, mas ocorreu em 16 de dezembro do ano anterior, ainda durante a transição do governo Eisenhower para o Kennedy. O tema era *Political-Socio-Economic Problems of Northeast*. O documento inicia atualizando o Departamento de Estado com um informe sobre Francisco Julião, classificado como um comunista raivoso que está defendendo a reforma agrária nas linhas do movimento comunista chinês. No informe, depois de confirmar o conteúdo do memorando com os presentes que ainda estavam no Nordeste, Guaderrama entregou para todos dois novos artigos escritos por Cid Sampaio e Julião no *Jornal do Commercio*¹⁸³ – um dos periódicos mais lidos em Recife – nos dias 31 de dezembro e 5 de janeiro, respectivamente. O líder das Ligas Camponesas teria dado uma resposta ao governador sobre sua proposta para a reforma agrária no estado, tema do primeiro artigo de autoria de Sampaio. O diplomata destacou que o ponto mais importante da matéria eram as assertivas do deputado dizendo que uma reforma agrária limitada não seria aceita, um colapso total das grandes propriedades é inescapável e que a propriedade privada não tem status legal quando confrontada com a necessidade dos famintos¹⁸⁴.

Segundo Guaderrama esse artigo é a abertura de uma longa campanha que o líder das Ligas Camponesas estava fazendo nos estados do Nordeste. Para o diplomata, Julião defendia abertamente a violência se os latifundiários ou o Estado tentassem defender a propriedade privada. Para Guaderrama, as Ligas estavam organizadas em forças efetivas e possuíam projeção de poder local para se concentrar em uma única pauta. Essas forças poderiam ser amalgamadas por Julião se o governo não encontrasse uma solução no futuro imediato para a contínua e desesperada fome dos habitantes do Nordeste¹⁸⁵.

A reunião ocorreu poucas horas antes de um encontro com o governador Cid Sampaio. Guaderrama fez um esboço geral do que considerava os principais problemas

¹⁸² *The Brazilian Northeast; State of Pernambuco; Politic-Social-Economic Problem*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 2, slides 557-563.

¹⁸³ Infelizmente não encontramos essa matéria no banco de dados da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. As edições pernambucanas do *Jornal do Commercio* não estão digitalizadas. Verificamos nas edições da Bahia e do Rio de Janeiro se alguma dessas matérias foi reproduzida, mas não as encontramos.

¹⁸⁴ *The Brazilian Northeast; State of Pernambuco; Politic-Social-Economic Problem*. Op. Cit. slide 557.

¹⁸⁵ *The Brazilian Northeast; State of Pernambuco; Politic-Social-Economic Problem*. Op. Cit. slide 558.

econômicos, sociais e políticos que afetavam o Nordeste, o Estado do Pernambuco em particular e os Estados Unidos diretamente através dos resultados previsíveis se a situação da região não fosse amenizada. Na avaliação dos diplomatas, os principais fatores seriam o problema da fome; a superpopulação no sentido da terra – a região não poderia sustentar seus habitantes em termos de produção de alimentos – as atividades bem organizadas do Partido Comunista conduzida por lideranças capacitadas e bem disciplinadas; e as medidas insuficientes do governador Cid Sampaio, classificado como direitista moderado, que não conseguia neutralizar as atividades das forças de esquerda no Nordeste. Segundo o cônsul, uma medida inconsequente do governador do Pernambuco o colocou numa posição extremamente precária. Ele teria anunciado a aquisição de um empréstimo de US\$ 5 a 44 milhões de dólares de uma empresa estrangeira com o objetivo de implementar um programa de reforma agrária e projetos de obras públicas no estado. Chegou a tornar a informação oficial e divulgou para a imprensa sem ter o dinheiro, sendo que, na verdade, Cid não obteve nenhuma quantia¹⁸⁶.

Guaderrama lembrou que se o governador perdesse sua força política, por não conseguir executar uma parte mínima de suas promessas de campanha, a oposição se tornaria automaticamente mais forte. Destarte, teriam que enfrentar Miguel Arraes, prefeito de Recife, e Francisco Julião agitando os camponeses por uma reforma agrária radical aos moldes de Fidel Castro. Pernambuco perderia seu líder mais forte, o Brasil uma importante figura nacional de direita (o cônsul chegou a dizer que Sampaio poderia ser candidato à presidência em 1965) e conclui: “*and the United States will lose Brasil*”. Ele reconhecia que sua visão era a pior possível, mas lembrou que o Nordeste era comparado a “*a tinderbox with hunger the driving force*”¹⁸⁷.

O diretor Saccio tentou acalmar a visão de Guaderrama, lembrou que o problema do Nordeste era histórico e que todos os esforços brasileiros para resolvê-lo foram infrutíferos. Saccio asseverou que qualquer decisão de assistência teria que ser tomada à luz da Resolução de Bogotá¹⁸⁸, fosse para ajudar ou para deixar as coisas como estão. Na

¹⁸⁶ *The Brazilian Northeast; State of Pernambuco; Politic-Social-Economic Problem*. Op. Cit. slide 560.

¹⁸⁷ “E os Estados Unidos perderão o Brasil”; “uma pederneira com fome e força motriz”. *The Brazilian Northeast; State of Pernambuco; Politic-Social-Economic Problem*. Op. Cit. slide 561.

¹⁸⁸ Como ficou conhecido o documento de criação da Organização dos Estados Americanos, assinada em 30 de abril de 1948, em Bogotá.

sua opinião os Estados Unidos podiam continuar simpáticos e prosseguir com programas limitados sem se envolver profundamente¹⁸⁹.

Guaderrama voltou a enfatizar a urgência do problema nordestino, a fome e a condição do povo estavam levando a população a se revoltar. A violência estava mais próxima do que acreditavam, como prova ele usou os constantes embates entre camponeses e proprietários com a queima de canaviais, ameaça de cerco às cidades por parte dos camponeses, invasões de propriedade e repetidos ataques à engenhos e usinas em toda a região. Mais uma vez ele disse que era necessário “salvar” Cid Sampaio com um vultuoso investimento. O governador seria a única personalidade política na região que tomou medidas agressivas contra os comunistas. Por mais que os militares brasileiros fossem fortes na convicção de manter a lei e a ordem, era necessário considerar que se notar que as forças policiais e os soldados são compostos por pessoas humildes. Uma repressão pelas armas de fogo poderia ocorrer uma ou duas vezes, mas depois disso os homens estariam relutantes para disparar contra seus iguais e a situação poderia se tornar insustentável¹⁹⁰.

O diplomata Gremillion concordou com a avaliação de Guaderrama. Os EUA precisavam fortalecer Cid Sampaio, pois perdê-lo era entregar o Nordeste aos comunistas. Julião tinha se tornado extremamente influente, havia acabado de voltar de sua viagem a Pequim, trazendo novas ideias para sua campanha pela reforma agrária radical. Gremillion afirmou que as Ligas possuíam mais de 30 comitês e que a influência de Fidel Castro é evidente em Julião. Segundo o diplomata, Arraes já estava se preparando para concorrer ao governo do Pernambuco. Na opinião do consulado, o Partido Comunista também possuía um plano de ação bem definido no estado pernambucano¹⁹¹.

Depois de algumas tratativas técnicas sobre o solo do nordeste com o agrônomo James Haynes, o diplomata Morrison relatou sua recente viagem pelo interior do Pernambuco e descreveu o que classificou como situação espartana da vida e de trabalho na área. Ele disse que o plano do governo estadual de colonizar 5000 famílias seria uma gota de água num balde vazio¹⁹².

¹⁸⁹ *The Brazilian Northeast; State of Pernambuco; Politic-Social-Economic Problem*. Op. Cit. slide 561.

¹⁹⁰ *The Brazilian Northeast; State of Pernambuco; Politic-Social-Economic Problem*. Op. Cit. slide 561.

¹⁹¹ *The Brazilian Northeast; State of Pernambuco; Politic-Social-Economic Problem*. Op. Cit. slide 562.

¹⁹² *The Brazilian Northeast; State of Pernambuco; Politic-Social-Economic Problem*. Op. Cit. slide 562.

Guaderrama afirmou que o governo dos EUA não poderia mais usar “*white gloves*”¹⁹³ para tratar do Nordeste. Wymberley R. Coerr aparenta certa resistência a ideia e faz uma provocação: perguntou qual seria a reação das Ligas Camponesas se um bom plano de colonização ou de reforma agrária fosse feito. Ele observou que muitos bons planos foram efetivamente sabotados por essas organizações. Coerr respondeu a sua própria indagação: seja qual plano for sugerido, as Ligas tentariam sabotá-lo e enfraquecê-lo para minimizar sua eficácia. Neste ponto a reunião foi encerrada para encontrar com o governador Cid Sampaio¹⁹⁴.

Essa reunião foi extremamente importante. Ainda em 26 de dezembro, a embaixada no Rio de Janeiro encaminhou ao Departamento de Estado outro relatório sobre o problema da reforma agrária no Nordeste. No documento, a embaixada pede a autorização para se comprometer em prestar uma assistência de US\$ 20 milhões de dólares ou o equivalente em cruzeiros ao governador Cid Sampaio para apoiar seus esforços contra o crescente movimento comunista na região. Segundo a embaixada, a ajuda era necessária por quatro motivos: 1) resolver o problema do empréstimo sem sucesso que Sampaio solicitou e não obteve; 2) o sistema de desapropriação feito no Engenho Galileia e em outros dois locais não estavam funcionando e continuavam a dar problemas, era preciso encontrar uma outra solução; 3) o prefeito comunista de Recife, Miguel Arraes, estava indo bem em seus programas de melhoria na educação e de obras públicas; 4) e provavelmente mais plantações de cana de açúcar provocariam o deslocamento de famílias que subsistiam nelas, agravando o problema da habitação no Nordeste¹⁹⁵.

O relatório informou que o diretor da USOM, Leonard Saccio, fez uma viagem por Recife e Fortaleza e entrevistou Sampaio, Gilberto Freyre, Raul Barbosa (do Banco do Nordeste) e Celso Furtado, além de técnicos do programa *Point IV* e outros diplomatas que estavam na região. Saccio e Coerr aprovaram o pedido de ajuda. Após a viagem, Saccio fez uma observação alarmante: a situação era tão grave que todos os esforços do serviço diplomático deveriam ser concentrados no Nordeste, os escritórios, os grupos

¹⁹³ Luvas brancas. Uma expressão que se refere aos mordomos ingleses que vestem luvas brancas para lidar com a prataria. Nesse caso, imagino que o sentido que o diplomata usou significa que o governo dos Estados Unidos deveria deixar de tratar as coisas com meticulosidade e sujar as mãos.

¹⁹⁴ *The Brazilian Northeast; State of Pernambuco; Politic-Social-Economic Problem*. Op. Cit. slide 563.

¹⁹⁵ *Land Reform Northeast*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 4, slides 1025-1029.

técnicos, absolutamente tudo. O problema do Brasil não estava nas grandes capitais do Sul-Sudeste, mas sim no crescente movimento camponês nordestino¹⁹⁶.

No dia 31 de dezembro veio a resposta. O Secretário de Estado para Assuntos Políticos, Livingston Tallmadge Merchant, reconhecia a necessidade de fornecer suporte a Cid Sampaio em sua cruzada contra o comunismo no Nordeste. Porém, informou que o governo brasileiro havia depositado 7,3 bilhões de cruzeiros no Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE) – o equivalente a 35 milhões de dólares. Segundo o secretário, o governo do EUA insistiu que o governo brasileiro solicitasse o empréstimo desses fundos do BNDE para o desenvolvimento econômico no Nordeste. Se essa transferência não tivesse sido efetuada, a Embaixada poderia se comprometer com esses recursos como subsídio do governo dos Estados Unidos, sujeito à aprovação do Gabinete de Orçamento do Departamento de Estado¹⁹⁷.

O que podemos observar nessa sequência de documentos é a reprodução da visão alarmista de um Nordeste revolucionário feita nos meses finais de 1960 acompanhada de uma primeira grande intervenção dos EUA nos assuntos políticos da região. Por hora, não foi possível confirmar se esses 20 milhões de dólares chegaram por alguma via ao governo de Cid Sampaio, mas o fato de ele ter sido autorizado pelo Departamento de Estado como forma de salvar o governador do Pernambuco, visto como bastião na defesa dos interesses estadunidenses no Nordeste, além de ser um contraponto ao crescimento das Ligas e o sucesso do governo de Miguel Arraes, já demonstra como essas vias da intervenção estava sendo utilizadas. Afinal, essa quantia de dinheiro era extremamente alta para o período. Em uma comparação, 20 milhões de dólares em 1961 equivalem a 168,6 milhões em valores atuais corrigidos.

Interessante notar que essa política é anterior a efetivação da Aliança para o Progresso, que só seria anunciada oficialmente em março e efetivada na Conferência de Punta del Este em agosto de 1961. Nesse ínterim, além das medidas paliativas de ajuda financeira ao governo de Pernambuco, os Estados Unidos mantiveram duas frentes de ação: 1) intensificar a presença estadunidense no Nordeste com viagens de técnicos e diplomatas com a finalidade principal de produzir estudos e relatórios propondo soluções

¹⁹⁶ *Land Reform Northeast*. Op. Cit. slide 1029.

¹⁹⁷ *Amembassy Rio de Janeiro, Embtel 818 and 237*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 4, slides 1030-1031.

possíveis para os problemas da região; 2) concentrar-se numa aproximação entre o governo dos Estados Unidos e a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Os newfrontiersmen no Nordeste

Após a chegada da comissão da USOM em dezembro de 1960, logo em fevereiro, o diretor do programa *Food for Peace*, George McGovern, e Arthur Schlesinger Jr. partiram de Nova Iorque em uma viagem de reconhecimento pelo Hemisfério. Schlesinger Jr. relatou essa viagem no seu livro *Mil Dias*. Depois de uma passagem pela Argentina, a comitiva chegou ao Rio de Janeiro onde tiveram conversações produtivas sobre o programa *Food for Peace*. Do Rio, seguiram para Brasília encontrar Jânio, Schlesinger Jr. lembrou seu espanto ao ver a modernidade da nova capital brasileira em meio ao cerrado. O assistente especial de Kennedy afirmou que Jânio Quadros trazia uma atmosfera revigorante e esperançosa para o cenário político do país.

De Brasília, a comitiva voou direto para Recife, onde os seus membros se encontraram com Celso Furtado. Junto com o Diretor da Sudene, Schlesinger Jr. e McGovern percorreram a zona canavieira na costa úmida e o semiárido nordestino. O diplomata disse:

Eu jamais vira uma região de tamanho desespero – uma aldeia miserável e estagnada após a outra, casebres de barro escuro, crianças de pernas tortas e barrigas imensas, onde não se via praticamente nenhum velho. (Furtado informou que a previsão de vida, para os que sobreviviam ao primeiro ano, era de 29 anos.) Numa cabana, uma criança deitada sem qualquer socorro nos braços da mãe, morria de sarampo. O resto de uma família de sete pessoas estava sentado no chão sujo, comendo uma refeição de feijão com farinha. Quando McGovern e eu entramos, olharam-nos apaticamente, exceto um menino pelado, talvez de 18 meses de idade, que correu alegremente para nós, estendendo os braços para que o pegássemos ao colo. Estava coberto de feridas e marcas de sarampo, e não tivemos coragem de tocar nele. Um fotografo, que nos acompanhara a fim de colher provas suficientes para convencer os deputados da miséria existente, registrou várias vezes essa cena terrível¹⁹⁸.

A situação parece ter impactado muito os jovens assessores de Kennedy. Foi uma viagem de nove horas pelo interior de Pernambuco, onde Schelsinger e McGovern

¹⁹⁸ SCHLESINGER JR, Arthur. *Mil Dias: John Fitzgerald Kennedy na Casa Branca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 1, 1966, p. 145.

ficaram impressionados com a magnitude do problema. Segundo o autor, levaram na mala para Washington a causa do Nordeste.

Celso Furtado causou uma ótima impressão, apesar de não ter sido deixado de mencionar o seu passado marxista e possivelmente comunista. Segundo o diplomata estadunidense, o problema do Nordeste parecia uma corrida pessoal entre Furtado e Francisco Julião. Em sua autobiografia, o diretor da Sudene lembra dessa vinda de missão como a primeira vez que o governo dos Estados Unidos não deu preferência para usineiros e empresários: “eles logo perceberam que o Nordeste poderia ser o caso exemplar para pôr em prática a Aliança para o Progresso que vinha de anunciar Kennedy. Pouco tempo depois dessa ida de Schlesinger Jr., Furtado foi convidado para ir a Washington expor seus planos para o desenvolvimento da região¹⁹⁹.

Em 10 de março de 1961, Schlesinger Jr. enviou ao presidente Kennedy um memorando relatando sua visita pela América Latina. Os termos propostos são estritamente pensados no ideário que descrevemos no primeiro capítulo. Schlesinger estava impregnado com a ideia de modernização proposta por Walt W. Rostow. Segundo o assessor especial de Kennedy, a América Latina estava comprometida com a busca pela modernização. Esse processo não iria ocorrer sem uma revisão drástica da estrutura semifeudal que prevalecia em grande parte do subcontinente. Havia, portanto, duas maneiras essa estrutura ser modificada: 1) através de uma revolução da classe média ou por meio de uma revolução proletária-camponesa (comunista ou sindicalista). O governo dos EUA obviamente poderia auxiliar no primeiro caminho promovendo essa revolução sem romper com o capitalismo. Segundo o diplomata, a principal barreira a essa abertura era as velhas oligarquias latino-americanas que não compreendiam a gravidade de sua própria situação. Ele alertou que essas classes poderiam barrar a revolução da classe média e, conseqüentemente, provocar uma revolução proletária²⁰⁰.

Seguindo essa perspectiva, ao propor possíveis soluções, Schlesinger Jr. afirma que a estrutura fundiária que aprisionava os camponeses latino-americanos era a principal barreira para a industrialização. Esse sistema tinha sido aceito quase que como uma lei

¹⁹⁹ SCHLESINGER JR, Arthur. *Mil Dias: John Fitzgerald Kennedy na Casa Branca*. Op. Cit. p. 146.

²⁰⁰ Foreign Relations of the United States (FRUS), 1961-1963. Vol. XII, *American Republics, 1961-1963*. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1996. Kennedy Library, Schlesinger Papers, White House Files, Latin America Report, March 10, 1961. Confidential, p. 102-113. Cópias foram distribuídas para McGeorge Bundy, Walt W. Rostow e Allen Dulles.

natural, mas agora números crescentes se recusavam a suportar tais condições. Desde índios peruanos até as Ligas Camponesas no Nordeste do Brasil, todos estavam se mobilizando para reivindicar direitos. As migrações dessas populações pobres do campo para as grandes capitais como Rio, Caracas e Lima estavam produzindo as chocantes favelas, que para o diplomata prometiam se tornar centros extremamente perigosos de agitação política²⁰¹.

Celso Furtado vai a Washington

Em sua autobiografia, Celso Furtado afirma que o seu projeto de colonização com o objetivo de transladar cerca de 1 milhão de pessoas das áreas rurais mais críticas do Nordeste era um dos pontos mais complexos do Plano Diretor da Sudene. No início de julho de 1961 ele viajou aos Estados Unidos, como convidado especial, visando angariar fundos para esse projeto. Furtado já havia demonstrado uma abertura com os Estados Unidos no ano anterior, em maio de 1960, se reuniu na sede da Sudene em Recife com o diretor da USOM na época, Dale Hoecker, e o vice-cônsul Edward T. Walters.

Em 7 de julho o Departamento de Estado solicitou à Casa Branca um encontro entre John F. Kennedy e o diretor da Sudene. No documento, o secretário L. D. Battle afirma que Furtado estaria em Washington no dia 10 de julho e deveria se encontrar com o presidente dos EUA e com outros assessores para discutir como o governo poderia ajudar o Brasil nos planos para o desenvolvimento do Nordeste. Furtado também entregaria a Kennedy uma carta de Jânio Quadros²⁰².

O secretário Battle lembrou das condições crônicas pelas quais o Nordeste passava e salientou como a região era um campo fértil para a disseminação do comunismo e um centro de agitações em favor de Fidel Castro. Em anexo ao despacho foi colocado uma breve biografia de Celso Furtado. Esse relatório sintetiza a dificuldade que os diplomatas tinham em classificar certas figuras complexas do cenário político brasileiro. Dentro do ideário presente no Departamento de Estado, Furtado era um enigma a ser decifrado. Os documentos nunca deixam de mencionar o seu passado marxista. No despacho em

²⁰¹ Foreign Relations of the United States (FRUS), 1961-1963. Vol. XII, *American Republics, 1961-1963*. Op. Cit. p. 112.

²⁰² JFK Library. Papers of John F. Kennedy. Presidential Papers. President's Office Files. JFKPOF-112-013-p0001. *Brazil: Security, 1961*. 1961: 23 January-23 October, undated. <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/112/JFKPOF-112-013> acessado em 23 de janeiro de 2019.

questão, ele é definido como um proeminente economista que encabeçava a Sudene desde sua criação em 1959. Era um sujeito altamente inteligente e aparentemente muito capaz de conduzir a superintendência. Todavia, também era um marxista que mantinha posicionamentos econômicos e políticos socialistas, apesar de se declarar politicamente neutro e sem vinculações partidárias. O documento lembra que seus adversários mais conservadores o classificavam como um comunista e existia evidências para acreditar nisso. Baseado em alguns documentos, era possível ver que durante a década de 1940, Celso Furtado viajou pela Europa e participou de diversas conferências de partidos comunistas europeus. Entretanto, também havia razões para acreditar que ele havia modificado suas posições e agora era mais um político de centro-esquerda que se opunha aos extremismos. O secretário enfatizou que certamente ele não era pró-Estados Unidos, mas que não se incomodava em trabalhar com o governo estadunidense no combate aos problemas do Nordeste, além de não fazer críticas diretas aos EUA em seus discursos públicos. O documento finaliza: Furtado era visto como um idealista que trabalhava duro, um homem devotado e honesto. Battle lembra se seu papel na CEPAL, era autor de diversos livros sobre economia e falava inglês fluentemente²⁰³.

Era uma dificuldade para o governo entender se Furtado era um aliado, um oportunista ou um inimigo em potencial. As diferentes interpretações dos documentos demonstram que não existia um consenso sobre o superintendente. Entretanto, Furtado recorda com boas memórias sua ida aos EUA. Durante quatro dias ele manteve intensas reuniões com técnicos de diferentes agências governamentais, sendo recebido por três ministros de Estado – Exterior, Finanças e Agricultura – além do presidente do Banco Mundial. Em Washington, Celso Furtado foi convidado a expor o plano diretor da Sudene para um grupo de parlamentares do Senado e do Congresso. No dia 14 de junho, o presidente Kennedy o recebeu na Casa Branca, onde o economista entregou ao presidente uma carta de Jânio Quadros²⁰⁴.

A carta, após uma troca de cordialidades protocolares, seguia reivindicando as raízes da Aliança para o Progresso na iniciativa da Operação Pan-Americana. Logo em

²⁰³ JFK Library. *Papers of John F. Kennedy*. Presidential Papers. President's Office Files. JFKPOF-112-013-p0001. *Brazil: Security, 1961*. 1961: 23 January-23 October, undated. <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/JFKPOF/112/JFKPOF-112-013> acessado em 23 de janeiro de 2019.

²⁰⁴ FURTADO, Celso. *Obra Autobiográfica: a fantasia organizada, a fantasia desfeita, os ares do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras (Ebook), 2009, p. 328.

seguida, versava sobre os problemas do Nordeste. Após a leitura de Kennedy, Furtado iniciou salientando os esforços que o governo vinha fazendo para solucionar os graves problemas políticos e econômicos da região. O diretor da Sudene sublinhou que os diagnósticos foram feitos rigorosamente e que o governo brasileiro dispunha de um dispositivo administrativo eficaz para enfrentar a situação. Kennedy aos olhos de Furtado pareceu um homem pragmático, tentando já encaminhar medidas concretas em relação a ajuda dos EUA, mas lembrou que aguardava no Congresso a aprovação da *Foreign Assistance Act* – lei que foi aprovada em novembro de 1961 e que formalizou a criação da USAID²⁰⁵.

A reunião revelou um ponto fundamental que iria ditar as relações entre a Sudene e o Departamento de Estado durante todo o período que Celso Furtado ocupou a diretoria. Em suas memórias, ele lembra que ao avançar nas discussões, percebeu uma diferença no enfoque entre o grupo da Casa Branca, onde se destacava a personalidade de Richard Goodwin, e o Departamento de Estado. Goodwin considerou mobilizar vários órgãos distintos de ajuda externa – como o Banco Internacional do Desenvolvimento, por exemplo – que assumiriam a totalidade do déficit previsto do plano quinquenal da Sudene. Era um valor gigantesco de recursos: 400 milhões de dólares. A direção do consórcio apreciaria cada projeto em particular definindo qual órgão ficaria a cargo do financiamento. Seria o apoio perfeito para Furtado²⁰⁶.

O Departamento de Estado, por sua vez, pensou em algo bem mais conservador nos moldes da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, onde os funcionários estadunidenses teriam muito mais poder de decisão na elaboração dos projetos até às decisões finais. Furtado insistiu que os planos estavam feitos e os projetos prontos. O único papel necessário era que as agências específicas fizessem uma avaliação final e fornecessem o apoio financeiro necessário. Furtado defendeu que a política era brasileira e de inteira responsabilidade do governo do Brasil²⁰⁷.

Os funcionários do Departamento de Estado passaram a argumentar que seria necessário enviar ao Nordeste uma missão para apreciar *in loco* a real capacidade da Sudene de pôr em prática os projetos e definir quais mereciam apoio. Furtado lembra:

²⁰⁵ FURTADO, Celso. Op. Cit. p. 329.

²⁰⁶ FURTADO, Celso. Op. Cit. p. 330.

²⁰⁷ FURTADO, Celso. Op. Cit. p. 330.

A vitória que significara obter o apoio direto do presidente iria diluir-se à medida que tudo passasse a depender da maquinaria do Departamento de Estado, a qual tudo subordinaria a suas apreciações da situação geral do Brasil. Mas isso, eu somente viria a perceber com clareza algum tempo depois²⁰⁸.

A missão técnica de analisar a capacidade da Sudene e de elaborar um projeto específico para o Nordeste foi designada a um importante diplomata: Merwin Lee Bohan. O diretor da Sudene lembra que como membro da CEPAL, ele cruzou com Bohan algumas vezes, enquanto ele conduzia outras operações delicadas na América Latina. Furtado o descreve como um “homem insinuante, de vasta experiência e falando fluentemente o espanhol, era utilizado pelo Departamento de Estado quando algo verdadeiramente importante estava em jogo²⁰⁹.”

Realmente Bohan era um tipo muito especial de adido econômico. Iniciou sua carreira como funcionário governamental na Secretária de Comércio de Herbert Hoover. Em 1927, atuou em Cuba como adido comercial, seguindo posteriormente para a Guatemala, El Salvador, Honduras, Peru, Chile, Equador, Colômbia, até ser chefe de uma missão na Bolívia. Em 1942, teve um importante papel como conselheiro da embaixada de Buenos Aires em um momento muito sensível nas relações entre os dois países. No governo de Harry Truman, Bohan chegou a participar de várias tratativas na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, chegando a ser indicado para chefiá-la, porém, negou a oferta por ter pouco conhecimento sobre o país, mas viajou ao Brasil algumas vezes. Mesmo aposentado, continuou em serviço durante o governo Eisenhower, até se demitir em 1955, por causa de profundos desacordos com a política externa vigente. Foi chamado por Kennedy em 1961 para vir ao Nordeste e chefiar uma comissão de técnicos que iriam ajudar na elaboração de um plano de desenvolvimento para a região. No entanto, antes de falarmos de Bohan e seu relatório devemos tratar de alguns pontos fundamentais que ocorreram entre a ida de Celso Furtado e a chegada do diplomata no início de novembro de 1961.

Pego com as calças na mão: a renúncia de Jânio Quadros

²⁰⁸ FURTADO, Celso. Op. Cit. p. 332.

²⁰⁹ FURTADO, Celso. Op. Cit. p. 347.

Não caberia no escopo desta dissertação versar longamente sobre a peculiar relação entre Jânio Quadros e o governo de John F. Kennedy²¹⁰. Nós atentaremos em demonstrar dois pontos cruciais para a hipótese central do trabalho: 1) e como a inesperada ação de Jânio Quadros influenciou no endurecimento das relações entre Brasil e o governo dos Estados Unidos; 2) a crise da renúncia radicalizou a situação política no Nordeste.

Começamos delineando alguns pontos cruciais e como eles foram vistos pelos Estados Unidos. Seguindo as ideias de Walt W. Rostow, para uma política de ajuda econômica ser eficiente, era necessário que ela contivesse também um pacote ideológico. Dentro do ideário dos diplomatas estadunidenses havia a crença de que a América Latina não tinha uma orientação política clara e que estava buscando avidamente uma orientação filosófica e ideológica. Assim, a Aliança teria um papel fundamental de inserir nos países latino-americanos uma orientação de cunho capitalista que canalizasse os anseios por crescimento econômico em oposição a ideologia comunista. No Brasil, o partido que parecia se aproximar das visões estadunidenses de desenvolvimento era o partido de oposição ao trabalhismo de Vargas: a União Democrática Nacional (UDN).

Para o Departamento de Estado a UDN tinha um papel central para a revolução que modernizaria o capitalismo no Brasil. Ela congregava as forças políticas necessárias para expandir uma ideologia capitalista modernizadora por intermédio da classe média. A maioria de suas principais figuras políticas, como Carlos Lacerda e Cid Sampaio, tinham visões que iam no mesmo sentido que os planos da Aliança para o Progresso e eram sujeitos conscientes da necessidade de combater com maior vigor a subversão comunista. Era um espaço de abertura aos interesses estadunidenses, seus maiores contatos e colaboradores estavam entre os udenistas. Após as eleições de 1960, impulsionados pela popularidade gigantesca de Jânio Quadros, a UDN conquistou diversas posições importantes entre os governos estaduais e no Congresso. Era a primeira

²¹⁰No momento da escrita deste trabalho também estou a elaborar um livro em parceria com o professor Sidnei Munhoz sobre as relações Brasil-Estados Unidos durante o governo Jânio Quadros. Porém, já discutimos alguns pontos brevemente em trabalhos anteriores como: LARA, José Victor. *A Renúncia de Jânio Quadros nas Páginas do The New York Times*. Anais do Congresso Internacional de História da Universidade Estadual de Maringá, 2017, p. 2776-2783.

<http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/4006.pdf>

LARA, José Victor. *Um novo paradigma? A Política Externa Independente de Jânio Quadros*. Revista Espaço Acadêmico, n. 204, v. 18, 2018, p. 58-69.

<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/42195/751375137710>

vez que a vitoriosa aliança entre o PTB e PSD perdia uma eleição desde o fim do Estado Novo.

No final de fevereiro de 1961, a embaixada no Rio de Janeiro encaminhou um longo relatório sobre a situação da UDN pós-eleições. São dezoito páginas de análises assinadas pelo segundo secretário Harry A. Quinn, com aprovação do cônsul para assuntos políticos, Philip Raine. No documento, os diplomatas afirmam que as conquistas eleitorais da UDN estavam intimamente ligadas ao sucesso de Jânio Quadros, por ele ter finalmente destruído a linha de sucessão de Getúlio Vargas. Porém, o partido nunca se encontrou na posição de governo e estava tentando encontrar uma nova “razão de ser”, pois o antivarguismo tinha sido a filosofia única do partido desde sua fundação. Seria necessário desenvolver um novo programa partidário, conquistar uma unidade nacional, superando os diversos cisões regionais e aprender a operar com eficiência como partido de governo para explorar o potencial que conquistaram²¹¹.

Mesmo assim, as avaliações não eram positivas. Para a Embaixada, a história da UDN demonstrava sua inabilidade nas conduções políticas e o mais provável era que o partido continuasse num caminho de indecisões. Os diplomatas ainda afirmam que o governo Jânio Quadros exerceria uma pressão enorme sobre a UDN, o que poderia enfraquecer o partido e declinar suas perspectivas eleitorais no longo prazo. No entanto, poderia ocorrer o contrário, Quadros também poderia ser forçado a buscar apoio entre os udenistas e, conseqüentemente, fortalecer seus membros. Mesmo com essas ressalvas, a UDN tinha alcançado o seu pico de poder e influência²¹².

O documento inicia com uma longa discussão da história do partido, sempre pontuando o programa que em 1945 abrangeu tanto os conservadores das áreas rurais como as classes empresariais e profissionais liberais das grandes cidades. Após uma análise histórica, os diplomatas mapearam todas as cismas doutrinárias e regionais mais importantes, pontuando a existência de dois grupos: um que sempre cogitou uma oposição intransigente aos governos do PTB e do PSD e aqueles que defendiam uma posição mais flexível. A maior crise nesse processo teria ocorrido durante a campanha de Juscelino que

²¹¹ *The UDN after elections: a victorious party looks to a dubious future*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 2, slides 686-703. Além do relatório o documento contém em anexo uma tradução para o inglês do programa da ala Bossa Nova e uma cópia do programa político da UDN.

²¹² *The UDN after elections: a victorious party looks to a dubious future*. Op. Cit. slide 687.

tentou criar uma aliança de centro com membros mais moderados da UDN e do PSD. Dessas cisões, surgiu durante a campanha de 1960 um grupo conhecido como Bossa Nova, que acreditava que o partido deveria seguir uma linha mais moderada e nacionalista em harmonia com os crescentes anseios populares²¹³.

Maria Victoria de Mesquita Benevides afirma que nesse período podemos ver a UDN sob o prisma da ambiguidade, por um lado, ocorreu um revigoramento do golpismo com base no anticomunismo e no antinacionalismo, que havia se amortecido durante o governo JK. O maior representante dessa ala era Carlos Lacerda, visto como a liderança nacional, reeditando em seus discursos a ideia dos “golpes preventivos”. Por outro lado, ocorreu a ascensão da Bossa Nova, que teria intensa atuação no governo João Goulart em defesa das reformas de base em aliança parlamentar com o PTB. Essa divisão entre os udenistas cariocas ligados a Lacerda e o grupo da Bossa Nova, com José Sarney, José Aparecido de Oliveira, Clóvis Ferro Costa e João Seixas Dória, era, para os diplomatas estadunidenses, a grande questão do partido no início daquele ano de 1961²¹⁴.

A conclusão dos diplomatas em relação ao futuro do partido ia em quatro direções: 1) que a UDN iria fornecer a base do governo Jânio na Câmara dos Deputados, porém, o partido não comandava a maioria dos parlamentares. Na avaliação da Embaixada essa era uma manobra feita intencionalmente por Jânio Quadros para impedir a formação de um bloco majoritário da UDN no congresso que pudesse ser usado contra ele no futuro. O novo presidente estava tentando articular com outras lideranças para consolidar um bloco ocasional por meio de acordos conduzidos por seu ministro da Justiça, Pedroso Horta. 2) As lideranças mais fortes do partido naquele momento eram Juracy Magalhães, Magalhães Pinto e Cid Sampaio. No caso de Pinto, ele tentava chegar à presidência do partido, porém, não possuía força política suficiente. 3) Não haveria grandes mudanças na plataforma da UDN no futuro próximo, nenhuma das frações internas era forte o suficiente para impor uma nova direção. Para os diplomatas o partido se manteria como um amontoado de grupos e personalidades concorrentes que lutam internamente, mas que no âmbito externo conseguem compor compromissos mútuos e transparecer certa unidade. Seria um partido que ofereceria pouco para um eleitor médio. 4) Nessas circunstâncias, qualquer crescimento partidário estava condicionado à capacidade dos

²¹³ *The UDN after elections: a victorious party looks to a dubious future.* Op. Cit. slides 688-689.

²¹⁴ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981, p. 113-115.

novos governadores eleitos de se organizarem; o exemplo mais direto era Cid Sampaio, que teria conseguido uma verdadeira reforma política em Pernambuco nos últimos dois anos. Mas eles reconheciam que poucas lideranças tinham essa capacidade²¹⁵.

O realismo da análise da Embaixada em relação a UDN demonstra uma visão sóbria, além de desfazer o mito de que a os udenistas e o serviço diplomático dos EUA no Brasil conviviam em perfeita harmonia. A prática paternalista dos diplomatas – mesmo aquele partido que aparentava ter maior proximidade com os interesses pragmáticos dos Estados Unidos no Brasil – os levou a enxergar que a UDN não possuía capacidade de conduzir as classes médias a uma revolução pacífica em termos modernizadores. Era necessário mudanças substanciais na organização interna e as apostas iam na capacidade dos novos governadores. É evidente nesse relatório e em outros a busca por um espaço político capaz de absorver as demandas da Aliança com total apoio. Porém, tornava-se cada vez mais difícil para os diplomatas conseguir interpretar o cenário político brasileiro. O grupo Bossa Nova surgia dentro do histórico partido de oposição ao trabalhismo, em defesa de projetos nacionalistas e de interesse popular, como a lei antitruste, a lei de remessa de lucros e na defesa das riquezas minerais.

Na convenção nacional da UDN em abril de 1961, em Recife, os udenistas decidiram pelo apoio a todas as medidas de moralização administrativa de Jânio Quadros. A convenção foi marcada pela mensagem anticomunista e antinacionalista de Carlos Lacerda. Na ocasião, Herbert Levy e Ernani Sátiro assumiram a presidência e a vice-presidência do partido, alertando para um “comunismo disfarçado” no programa da Bossa Nova. Com a chegada dos lacerdistas ao comando da legenda, os liberais tenderam a seguir as medidas administrativas do governo Quadros feitas pelo Ministro da Fazenda, Clemente Mariani, um udenista. Todavia, Lacerda e seus aliados seguiram cada vez mais para uma posição à direita dos demais partidos conservadores, que levaria mais tarde ao rompimento do partido com Quadros durante a crise da renúncia²¹⁶.

Em 5 de julho de 1961, a Embaixada emitiu o relatório *Jânio Quadros five months after*. O cônsul para assuntos políticos, Philip Raine, dedicou doze páginas de telegrama

²¹⁵ *The UDN after elections: a victorious party looks to a dubious future*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 2, slides 702-703.

²¹⁶ BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981, p. 114-115.

para discutir os primeiros meses do governo Jânio. Para Raine, o novo presidente tornou o governo sua própria imagem. O talento que era típico de seu gênio político parecia ter se esvaído no meio de um temperamento incontrolável. Nos cinco primeiros meses, avaliou o diplomata, Quadros não agradou nenhum dos grupos de poder importantes do país, mas também não desagradou o suficiente para que algum desses grupos tomassem medidas diretas contra ele. Raine lembrou que no âmbito da política externa, o Brasil continuava a contrariar o governo dos Estados Unidos. Quadros ainda seguia no discurso de que necessitava de reformas para governar²¹⁷.

A preocupação do cônsul era que a população parecia ter aceitado a mudança radical na política externa do país. Interessante notar que na avaliação de Raine, a orientação tradicional da política externa brasileira era a estreita relação com os Estados Unidos. O diplomata explicou essa mudança em três pontos: 1) um aumento da maturidade política do Brasil e sua indisposição em fazer o papel de *little brother*²¹⁸ dos Estados Unidos no Hemisfério, consequência direta do nacionalismo em ascensão; 2) os incansáveis ataques de comunistas e ultranacionalistas contra o apoio estadunidense estavam fazendo efeito, qualquer liderança política que se declarasse amiga dos Estados Unidos era vista e taxada como entreguista, interessado apenas em ganhos pessoais e não no bem-estar de seu país; 3) Raine reconheceu que os brasileiros estavam desapontados e desiludidos com a política dos EUA em relação à América Latina nos últimos 10 ou 15 anos, o que ele classificou como um fato desagradável.

No âmbito interno, Raine avaliou que o presidente havia demonstrado sua capacidade de impor a autoridade governamental. O diplomata usa como exemplo o Nordeste, quando estudantes em Recife invadiram a universidade, Jânio não hesitou em usar a força militar, transportando inclusive 300 soldados do Rio de Janeiro para a capital pernambucana como apoio, deslocando também um cruzador e dois destróieres para o porto da capital de Pernambuco. Essa greve estudantil ocorreu no início de julho de 1961, quando os estudantes ocuparam o prédio da faculdade de Direito e da sede da Universidade Rural. O movimento começou quando a reitoria da Universidade de Recife

²¹⁷ *Jânio Quadros five months after*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 2, slides 1170-1181.

²¹⁸ “Irmãozinho”. *Jânio Quadros five months after*. Op. Cit. slide 1172.

proibiu uma conferência que seria proferida pela mãe de Ernesto Guevara, Celia de la Serna y Llosa²¹⁹.

O governo agiu com força desproporcional. Além da repressão contra os estudantes passou a perseguir diversos líderes sindicais, vereadores de esquerda e outros classificados como agitadores comunistas, presos por precaução pelas tropas do exército e que nada tinham a ver com as manifestações. Segundo Felipe Loureiro, o ato estudantil se transformou em uma grave crise institucional em razão das ações do presidente. Jânio enviou tropas do Rio de Janeiro para os portos nordestinos e mudou provisoriamente a sede do governo do Rio para São Paulo, no Palácio do Horto Florestal. De lá, fez inúmeras declarações junto com o seu e Ministro da Justiça, Pedroso Horta, à imprensa dizendo que manteriam a lei e a ordem a qualquer custo, mas sem explicar os motivos. Criou-se uma atmosfera de tensão no parlamento de que um golpe de Estado poderia ser eminente. Líderes de oposição reunidos no dia 13 de junho chegaram a combinar a transferência do Congresso Nacional para uma região do país que seria mantida em segredo²²⁰.

Segundo o cônsul Philip Raine, Jânio teria recebido dias antes um relatório excessivamente alarmista, o que o fez lançar mão de uma esmagadora demonstração de força. Era consenso até mesmo entre apoiadores que não era necessário deslocar tropas pelo interior do país. O diplomata ainda disse que a oposição acusou Quadros de criar espetáculo dramático no Nordeste para agradar o governo dos Estados Unidos, já que ele encontraria dias depois com o embaixador na ONU, Adlai Stevenson. Raine termina dizendo que independente da real motivação, o presidente foi bem-sucedido em estabelecer sua autoridade em uma área tradicionalmente difícil e sem precisar realizar concessões prejudiciais²²¹.

Raine finaliza com uma afirmação categórica: Jânio ainda era a melhor esperança para a salvação do Brasil da instabilidade política e o único capaz de conduzir uma transformação do Brasil numa nação poderosa e rica. O presidente é capaz de grandes bens e de grandes maus, diz o diplomata. Os Estados Unidos deveriam, portanto, continuar a ajudar o governo brasileiro. Ao fim sugeriu quatro medidas: 1) ampliar

²¹⁹ Jânio *Quadros five months after*. Op. Cit. slide 1178.

²²⁰ LOUREIRO, Felipe Pereira. *Varrendo a Democracia: considerações sobre as relações políticas de Jânio Quadros com o Congresso Nacional*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, nº 57, 2009 p-187-208.

²²¹ Jânio *Quadros five months after*. Op. Cit. slide 1179.

programas para trazer deputados, senadores e outros líderes políticos aos Estados Unidos para fortalecer suas convicções democráticas; 2) Manter a assistência ao Exército brasileiro para garantir a segurança interna e a defesa hemisférica; 4) Dar ajuda econômica a governadores chave que eram amigáveis antes que eles perdessem a sua influência política, tornando-se dependentes do governo federal para assistência econômica. Seriam eles, Carlos Lacerda, na Guanabara, Cid Sampaio no Pernambuco, Magalhães Pinto, em Minas Gerais, e Juraci Magalhães, na Bahia. Devia-se considerar também uma ajuda ao Rio Grande do Sul, que embora fosse governado por Leonel Brizola, um esquerdista, teria eleições no ano seguinte e possibilidades de uma troca no governo²²².

Ao ler o relatório de um cônsul para assuntos políticos da embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, pouco mais de um mês antes da crise da renúncia, somos tentados a observar que a ação de Jânio foi inesperada. Uma obviedade, pois até mesmo alguns de seus aliados mais próximos não esperavam que o presidente fosse renunciar. Por um lado, a posição privilegiada dos historiadores de conhecer o fim de um processo histórico, às vezes, pode conduzir a leitura de suas fontes para um caminho determinista; ou seja, que pela História ter seguido determinado caminho, só nos resta ler os documentos nesse sentido. Por outro lado, uma distinta forma de interpretar a documentação é observar que durante aqueles episódios haviam outras escolhas possíveis e outras avaliações sobre o que estava a ocorrer e essa leitura talvez seja a mais enriquecedora para o entendimento do episódio em questão.

O caso dos estudantes de Recife é emblemático. As ações desproporcionais de Jânio contra seus opositores nordestinos parecem ter agradado o governo dos EUA, pelo simples motivo de se tratar do Nordeste. Os documentos diplomáticos sempre apontavam que o governo do Brasil não estava ciente da gravidade e da urgência dos problemas na região, uma ação enérgica foi vista como positiva. Quando chegamos às críticas ao presidente Jânio, o tom é de arrogância em alguns pontos; na interpretação dos diplomatas ele agia com tom paternal e moralizador, visto como típicos e necessários aos líderes políticos de países como o Brasil. Na visão do cônsul a solução para o governo era dialogar com as elites nacionais, um requisito mínimo para a manutenção da ordem social. A política externa, no entanto, era vista com certo realismo e constantemente justificada

²²² *Jânio Quadros five months after*. Op. Cit. slide 1180-81.

ao Departamento de Estado. As pontuações mais interessantes, no entanto, são as sugestões do cônsul. Levar lideranças políticas brasileiras amigáveis aos EUA para “aumentar” as suas convicções democráticas. Uma prática integrante do ideário descrito por nós nos primeiros capítulos. Não se trata de democracia no sentido plenamente filosófico, mas no sentido colocado por Raine no relatório. Para o analista, não era possível equiparar os dois mundos da Guerra Fria, os termos em que eles pensavam democracia significava a simples oposição ao comunismo. Aumentar essas convicções, portanto, era aumentar o combate às esquerdas.

O ponto dois aponta para a manutenção das estreitas relações com os militares brasileiros e que seriam intensificadas nos anos seguintes com a vinda de Vernon Walters como adido militar da Embaixada. O último ponto também nos permite reformulações profundas. Em 1977, a historiadora Phyllis R. Parker encontrou nesses mesmos documentos a expressão do embaixador Lincoln Gordon “ilhas de sanidade administrativa” para se referir aos governadores que deveriam receber apoio dos Estados Unidos durante a radicalização de 1962 e 1963. Gordon só iria assumir o posto em outubro de 1961, ou seja, após a renúncia, mas já era possível observar que a política das “ilhas” era uma estratégia presente²²³.

Não cabe no escopo deste trabalho fazer uma longa discussão sobre os elementos envolvidos na ação de Jânio Quadros em agosto de 1961. Aparentemente nenhum plano de contingenciamento foi feito pelo serviço diplomático estadunidense avaliando uma possível renúncia de Quadros.

Tentemos agora demonstrar como o governo dos Estados Unidos lidou com a inesperada crise da renúncia. Dias antes de Jânio deixar a presidência, a preocupação central do serviço diplomático era avaliar as consequências políticas da condecoração do líder revolucionário, Ernesto Guevara, que ocorreu no dia 20 de agosto de 1961. No mesmo dia a Embaixada enviou ao Departamento de Estado um *airgram*²²⁴ curto afirmando que a condecoração de Guevara com a mais alta honraria do Brasil havia

²²³ PARKER, Phyllis R. 1964: *o papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1977, p. 103. FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de Chumbo, o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008, p. 102.

²²⁴ Havia vários tipos de documentos que circulavam entre a embaixada, os consulados e o Departamento de Estado. O *airgram* era um tipo de telegrama curto e informal, utilizado para lidar com assuntos menos burocráticos, escrito de forma rápida e que seguia direto para os aviões. *Action Department 411, august 20*. Opening the Archives Project, rolo 3, slides 45-46, 1961.

desencadeado um movimento de protesto particularmente dos círculos militares. Porém, era Carlos Lacerda quem iniciou os questionamentos ainda no dia 18 de agosto, quando foi a Brasília denunciar a política externa esquerdista de Quadros. Alguns militares deixaram a cerimônia de condecoração em sinal de protesto. Lacerda retornou ao Rio no dia 20 e entregou as chaves da cidade para o líder da oposição de Fidel Castro, Manuel Antonio de Varona. Lacerda também fez uma série de reuniões com lideranças militares com a finalidade de fazer um acordo contra a política externa do presidente. O relatório assinado por Bond, lembrou que Lacerda tinha sido o epicentro da crise que derrubou Vargas em 1954 e suas ações não deviam ser desconsideradas.

Os telegramas do Consulado de Recife chegavam apontando a reação das esquerdas com a condecoração de Guevara. Miguel Arraes tinha acabado de retornar de uma viagem à França. No aeroporto foi organizado uma grande recepção e naquele momento, Arraes declarou oficialmente que seria candidato ao governo do Pernambuco em 1962, algo que todos já esperavam, mas que reverberou com mais potência em meio à crise. No dia 19 de agosto, uma delegação de políticos e jornalistas pernambucanos haviam retornado de uma viagem à Cuba, tendo o vice-governador, Pelopidas da Silveira, como principal membro da comitiva. Ele afirmou ter visto em Cuba a realização verdadeira da democracia: o povo no poder. Além de ter dado entrevistas para jornais cubanos.

No dia 23 de agosto, o cônsul geral do Recife, Albert A. Rabida, afirmou que a combinação desses incidentes provocaria uma explosão de raiva em certos elementos locais. O consulado entrevistou empresários da região e líderes cívicos (sem citar nomes), todos ex-apoiadores de Quadros, e todos revelaram uma forte simpatia por Carlos Lacerda e um desgosto e desconfiança pela política externa conduzida pelo presidente. No documento, o diplomata relatou que o governador Cid Sampaio também apresentou seu descontentamento com Jânio, mas não apoiou a posição anticomunista do governador da Guanabara²²⁵.

No dia 25 de agosto, a embaixada encaminha o telegrama ratificando as informações que já haviam sido passadas por telefone ao Departamento de Estado. Jânio

²²⁵ *Pernambuco Political Pyrotechnics: Guevara, Arraes, and the tourists (Cuba)*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 3, slide 58-60.

Quadros renunciou. Ranieri Mazzilli era o novo presidente. De Recife, Rabida continuava a informar a situação para a embaixada, disse que a capital recebeu a notícia com grande choque. O comandante do IV Exército disse estar pronto para garantir a lei e a ordem na região. A situação era calma, mas tensa. Todos esperavam os próximos passos de Quadros ou das esquerdas. Uma multidão de estudantes contrários à política externa de Quadros se reuniu na faculdade de Direito em Recife, mas agora para dar apoio ao presidente e tentando promover a cumplicidade dos Estados Unidos na defesa de sua permanência no cargo máximo do Executivo²²⁶.

No Rio de Janeiro a situação era mais complexa. O Exército com apoio da Força Aérea começava a organizar a chegada de Goulart em Brasília, o que fez o vice-presidente adiar a sua volta ao Brasil. Cerca de 500 estudantes se reuniram em frente a Embaixada dos EUA e foram dispersados com a chegada da política militar que usou granadas de gás lacrimogêneo e bombas de fumaça. Quinze janelas do térreo do prédio da embaixada foram quebradas com pedras. Até aquele momento, parecia que poucas pessoas haviam realmente entendido que Quadros tentava dar um golpe, a maioria pensava que ele tinha deixado o cargo por pressões de Carlos Lacerda e seus opositores²²⁷.

Como dissemos no início, não é escopo deste trabalho discutir como os EUA interpretaram a renúncia e as negociações para o regime parlamentarista. O fluxo de informações entre os consulados e a embaixada, e da embaixada para Washington foram intensos. Especialmente no Consulado de Recife, Rabida manteve uma conexão direta, enviando vários relatórios sobre a situação, às vezes, mais de uma vez por dia. O cônsul Rabida sempre pontuava no fim desses relatórios que não ocorreram manifestações contra os Estados Unidos, o que demonstrava a preocupação em monitorar o sentimento antiestadunidense.

O primeiro relatório substancial sobre o Nordeste foi feito pelo consulado em 11 de setembro de 1961. Em *Comments on Northeast aspects of recent national crisis*, o cônsul afirmou que, após a renúncia, alguns jornais locais disseram que não havia surpresa na ação de Jânio Quadros para aqueles que o conheciam bem, e atribuíram a

²²⁶ *Action Rio de Janeiro 77, Department 53* Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 3, slide 82, 1961.

²²⁷ *Action Department 107, Information Rio de Janeiro Act 31. I* Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 3, slide 84-85, 1961.

atitude como fruto da instabilidade emocional do presidente. Porém, segundo o cônsul, todos os políticos locais pareciam bem chocados com a renúncia repentina, bem como confusos e apreensivos sobre o que aconteceria em seguida. Os comandantes militares do Nordeste naquele momento eram o general Arthur da Costa e Silva que estava à frente do IV Exército e o general Alberto Ribeiro Sallaberry, que comandava a 7ª Região Militar, sendo os principais comandantes das Forças Armadas sediadas em Recife. Ambos estavam no cargo a pouco tempo, o general Sallaberry, por exemplo, havia assumido o cargo durante as manifestações estudantis de julho e estava comandando o controle das informações na mídia, as reuniões públicas e as atividades políticas com o objetivo de manter a ordem, tudo de forma discreta, diz Rabida. Ele até finaliza dizendo que alguém que chegasse na cidade não perceberia que ali ocorria uma revolução nacional²²⁸.

As coisas ficaram mais tensas em Pernambuco a partir de 29 de agosto, quando a população passou a ter receios sobre o estabelecimento de uma ditadura. Rabida afirma que grupos comunistas fizeram panfletagens pela cidade alertando para o golpismo da Junta Militar e convocando para uma greve geral. As lideranças políticas foram cautelosas e não se pronunciaram abertamente, mas surgiu uma ânsia pela constitucionalidade (o diplomata coloca essa palavra entre aspas) com a opinião pública em apoio à posse de João Goulart²²⁹.

Entre os dias 4 e o dia 7 de setembro, o consulado afirmou que ficava evidente que se não fosse encontrado uma solução pacífica para a posse de Goulart ocorriam distúrbios sociais sérios e generalizados incluindo uma aliança de trabalhadores e estudantes objetivando organizar uma greve geral. Nesse momento, as tropas da região cercaram o palácio do governo em Recife e reforçaram os quartéis, além de bloquear estradas em alguns pontos da cidade. Rabida afirmou que a polícia montou um bloqueio em frente a sua casa, mas ele não sabia se era para a sua proteção ou apenas coincidência, já que essa estrada levava ao aeroporto da capital²³⁰.

Rabida achava difícil que o Nordeste se levantasse em protesto após a posse de Goulart. Estava na memória de todos a eficiência dos militares quando os estudantes

²²⁸ *Comments on Northeast aspects of recent national crisis*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 3, slides 113-116, 1963.

²²⁹ *Weekly summary n° 34*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 3, slides 243-245.

²³⁰ *Weekly summary n° 34*. Op. Cit. p. 245.

tomaram a Universidade de Recife. Além disso, as pessoas da região não seguiam essas volatilidades pois a frágil condição econômica das famílias desencorajava qualquer ação que pudesse ameaçar o sustento ou a segurança dos seus empregos²³¹.

As atividades dos comunistas na região, segundo o cônsul, não tiveram grandes efeitos já que os militares estavam de prontidão. Todavia, os panfletos distribuídos pelo centro da cidade parecem ter surtido efeito na consolidação das posições favoráveis a posse do vice-presidente. Mais uma vez o cônsul utilizasse de aspas ao se referir a constitucionalidade. Nos panfletos, a posição era martirizar Jânio e dizer que ele havia caído por um golpe imperialista dado pelos EUA. Rabida afirmou que esse argumento não teve adeptos, apesar de na Universidade e em alguns muros do centro terem sido pichados com frases como “*dead to imperialistic golpistas*”²³².

A situação do governador Cid Sampaio preocupou o governo dos EUA. Nos primeiros dias da crise da renúncia ele enviou uma carta ao Congresso pedindo para os deputados não aceitarem a saída de Jânio. No evento do dia do Soldado em Recife, diante de vários comandantes militares, ele tentou realizar um discurso demagógico, parecendo um grande estadista preocupado com a democracia e com a constituição, mas não citou o nome de João Goulart. O governador de Pernambuco pareceu confuso sobre que lado tomar. Condenar Quadros ou defender a legalidade constitucional? Dias depois ele esteve na TV onde passou quase uma hora criticando Jânio Quadros, acusando-o de jogar o país no caos. O cônsul avaliou com grande preocupação um certo oportunismo de Sampaio em tentar alçar uma posição de destaque em meio a crise, já que a situação pareceu até mesmo vergonhosa e alguns jornais o chamaram de covarde por não assumir uma posição mais enfática como a de Carlos Lacerda²³³.

Após citar a atitude de algumas figuras importantes sobre a crise. Rabida falou sobre Francisco Julião. Desde a renúncia ninguém sabia de seu paradeiro, inclusive um rumor se espalhou dizendo que ele havia sido preso e estava em Fernando de Noronha, mas logo essas afirmações foram desmentidas. Porém, todos estavam curiosos diante do silêncio de Julião.

²³¹ *Comments on Northeast aspects of recent national crisis*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 3, slides 113-116, 1963.

²³² *Comments on Northeast aspects of recent national crisis*. Op. Cit. slide 114.

²³³ *Comments on Northeast aspects of recent national crisis*. Op. Cit. slide 115.

No comentário final, Rabida diz que todas as tentativas de agitação foram eficientemente controladas pelos militares. Porém, a repressão aos estudantes e alguns trabalhadores (os estivadores do porto de Recife entraram em greve por um curto período de tempo) havia deixado um ressentimento ardente no ar. O cônsul lembrou que com Goulart no poder, se o novo governo não soubesse controlar a população, esse ressentimento poderia causar crises graves no Nordeste, principalmente porque protestos poderiam ser feitos livremente. Lembramos que a Embaixada elogiou a forma violenta como Jânio lidou com as manifestações estudantis²³⁴.

A demonstração de força de Jânio Quadros contra os estudantes de Recife, deslocando tropas e criando um verdadeiro sistema de monitoramento da esquerda no Nordeste, consolidou no comando militar da IV Exército, sediado em Pernambuco, e chefiado por Artur Costa e Silva, um certo consenso em relação a manter a região nordestina sob controle. Esse ponto é fundamental para compreender que, quando o golpe foi acionado em 1964, a ação das Forças Armadas no Nordeste foi extremamente eficaz em prender as lideranças e destituir o governo de Miguel Arraes.

A Chegada da Cavalaria: Merwin Bohan chega ao Brasil

Merwin L. Bohan chegou no Rio de Janeiro em 23 de outubro de 1961, em um momento em que a estabilidade parecia retornar após o caos engendrado pela renúncia de Jânio Quadros. No entanto, as perspectivas futuras aventadas por todo o *staff* diplomático dos EUA no Brasil eram de preocupação. Os documentos indicam que a vinda do diplomata era parte das tratativas feitas com o superintendente da Sudene, Celso Furtado, quando este visitou Washington. Bohan comandaria um grupo de técnicos com o objetivo de realizar um estudo profundo das necessidades de desenvolvimento na região. Esse grupo seria composto por poucos membros, já que o objetivo final era a produção de um relatório o mais rápido possível. O documento final foi entregue no início de 1962 e ficou conhecido como *Bohan Report*, embora o nome oficial fosse *Northeast Brazil: team survey report*. Vários autores já comentaram o relatório do diplomata, entre eles Joseph A. Page, Francisco de Oliveira e mais recentemente o jornalista Vandek Santiago²³⁵, tentaremos trazer algumas contribuições que não foram mencionadas por esses autores.

²³⁴ *Comments on Northeast aspects of recent national crisis*. Op. Cit. slides 115-116.

²³⁵ PAGE, Joseph A. Page. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972. OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste*,

Antes mesmo de Bohan chegar ao Brasil, no Departamento de Estado se discutia as direções do seu trabalho. O subsecretário de Estado, Chester A. Bowles, questionou o Departamento sobre o que poderia ser feito de imediato para começar os trabalhos no Nordeste com o auxílio da Sudene. A resposta foi enviada em 26 de setembro por D. A. Fritzgerald, identificado apenas como *deputy director for operations*. No documento, o autor informa para Bowles que especialistas analisaram os planos apresentados pela Sudene, mas esses careciam de correções e que não havia no Plano Diretor um nível de prioridades, portanto, os EUA não podiam ajudar de imediato. Destarte, Bohan estava sendo enviado ao Brasil e tinha como objetivo observar a região e definir o que era realmente prioritário. Fritzgerald justifica ao subsecretário que a USOM já estava tomando algumas medidas em apoio à agricultura em algumas regiões nordestinas, além das ações dos Corpos de Paz.

Na sequência, há um documento quase ilegível enviado por Dean Rusk para a Embaixada no Rio, porém, conseguimos coletar algumas informações. Rusk diz que os estudos de Bohan, além de abarcar as questões de assistência econômica, deveriam incluir propostas de como dirimir a influência sino-soviética na região e de como lidar com o comunismo doméstico, o castrismo e o movimento das Ligas Camponesas. O Secretário de Estado também lembra a necessidade de enviar com Bohan funcionários fluentes em português que estivessem disponíveis na Embaixada²³⁶.

Merwin Bohan iniciou quase imediatamente os trabalhos conversando com pessoas chave sobre a crise no Nordeste. Conseguimos mapear cerca de cinco dessas reuniões por intermédio de memorandos de conversação, mas pelo conteúdo é possível que tenham acontecido muitas outras consultas com figuras locais que não foram oficialmente documentadas. Uma dessas pessoas consultados pelo diplomata foi o reverendo Pierre W. DuBose Jr., presidente da Cruzada de Ação Básica Cristã (Cruzada ABC) que se instalou no Nordeste por volta de 1961 com a finalidade de se opor ao

planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. SANTIAGO, Vandek. *Pernambuco em Chamas: a intervenção dos EUA e o Golpe de 1964*. Recife: Editora CEPE, 2016.

²³⁶ *Ambassy to Rio de Janeiro*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 4, slide 462, 1962.

método de alfabetização de Paulo Freire²³⁷. DuBose Jr. residia em Campina Grande na Paraíba, área de maior atuação da organização protestante²³⁸.

O líder protestante afirmava que a crise econômica e a crise política levariam o Brasil a uma revolução e, conseqüentemente, a uma ditadura comunista, o reverendo dizia ainda que essa combustão ocorreria em um prazo de seis meses. Rabida, na apresentação do relatório, diz que as visões de DuBose Jr. eram extremas, mas expressavam a opinião de um indivíduo preocupado e consciente do problema no Nordeste²³⁹.

O documento começa pontuando os graves problemas econômicos da região de forma alarmista. DuBose diz que o Nordeste abrigava cerca de 25 milhões de desnutridos, iletrados, brasileiros sem a mínima qualificação. Uma massa inquieta em uma situação deteriorante. A espiral inflacionária que atingiu 400% naquele ano, corroía os salários de miséria e não havia perspectivas de melhora no curto prazo. Assim, essas massas se tornavam presas fáceis para lideranças comunistas que atuavam na região de forma muito disciplinada. Ele sublinha a receita: mil homens famintos, um agitador comunista, uma polícia estéril e um exército dividido são os ingredientes necessários para a ação comunista. Outro ponto que DuBose diz ser preocupante era a presença de comunistas nas universidades nordestinas. Vários estudantes perdidos ideologicamente viam na disciplina do marxismo a saída moral para a crise no Brasil. A consequência direta disso era a fragilização do deficiente sistema educacional nordestino. Muitos desses estudantes estavam servindo a organizações de esquerda e seguindo lideranças rurais e urbanas nas áreas mais críticas do Nordeste²⁴⁰.

Após as constatações alarmantes aos olhos dos diplomatas, DuBose Jr. sugeriu a Bohan algumas soluções. Para ele as medidas que o governo dos Estados Unidos estava

²³⁷ Ver mais em FAÇANHA, Sabrina Carla Mateus. *Alfabetização de Jovens e Adultos no Estado da Paraíba: registro político-pedagógico de experiências da década de 1960*. (dissertação de mestrado) Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013. A autora faz uma longa discussão sobre a oposição da Cruzada ABC contra o método adotado por Paulo Freire. Como diz a autora, o programa era conduzido por estadunidenses protestantes que tentaram contestar Freire política e pedagogicamente na educação de jovens e adultos no Nordeste brasileiro. Façanha faz uma minuciosa análise de todo o material de alfabetização produzido e demonstra como a Cruzada ABC se contrapôs a Campanha da Educação Popular (CEPLAR), que possuía métodos progressistas de educação, classificados por eles como esquerdistas. A Cruzada ABC encontrou terreno fértil após o golpe civil-militar em 1964 para atuar na alfabetização no Nordeste.

²³⁸ *A Private View of Current Conditions*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 3, slides 421-426

²³⁹ *A Private View of Current Conditions*. Op. Cit. slides, 422-423.

²⁴⁰ *A Private View of Current Conditions*. Op. Cit. slides, 422-423.

a tomar eram muito tímidas e chegaram muito tarde. Era preciso ações diretas e paliativas imediatas para solucionar problemas pontuais no campo econômico e político, dando tempo de proporcionar apoio e fortalecer as alas democráticas no Brasil. A primeira medida era um programa massivo contra a fome. DuBose sugeria firmar um convênio de um ano para o fornecimento de alimentos como leite em pó, fubá e trigo. O programa devia começar em janeiro de 1962 enviando cargas a todos os portos do Nordeste e utilizar outras organizações de cooperação para distribuir os alimentos. DuBose enfatiza a necessidade de rótulos coloridos nos pacotes e latas escritos em português para potencializar a propaganda, simbolizando o esforço distinto dos EUA. A segunda medida era o envio de equipes médicas móveis para o Nordeste, atuando em dois grupos em revezamento por 12 até 16 horas por dia. O objetivo era tratar e educar a população pobre em relação a problemas básicos de saúde. Ele sugeria que seis equipes já deviam estar trabalhando no mais tardar em março de 1962. Na área da educação, DuBose enfatizou a necessidade de professores do *Peace Corps* ensinarem cultura e costumes americanos aos jovens pobres como forma de preencher a lacuna cultural dessa população²⁴¹.

Um dos pontos mais interessantes do relatório de DuBose Jr. é a questão da propaganda. Ele sugere a criação de “grupos de ação democrática” em todas as grandes cidades do Nordeste, sem especificar o que fariam. Além disso, pontua a necessidade de criar um jornal impresso no Brasil, já que os periódicos são bem tradicionais no cotidiano dos cidadãos brasileiros. O objetivo do jornal seria interpretar cuidadosamente as condições nacionais e mundiais à luz de uma ação democrática responsável. O relatório ainda sugere a distribuição de panfletos em cidades e vilas com relação a temas como liberdade, reafirmação democrática e para denunciar os crimes dos comunistas, além de apresentar de forma “realista” como vivem as populações dos países do bloco soviético. Além de jornais, os EUA deveriam investir em rádios e cinemas que alcançam a maior parte da população com o mesmo tipo de propaganda. Ele lembra: todos esses meios devem ser empregados com o cuidado de não indicar que há interferência ou origem estadunidense na sua produção. Eles devem ser feitos e distribuídos por empresas brasileiras preocupadas com a ação democrática. DuBose Jr. finaliza seu relatório dizendo que não caberia ali sugerir ações de longo prazo, já que as necessidades eram imediatas e

²⁴¹A *Private View of Current Conditions*. Op. Cit. slides, 423-424.

suas sugestões de fácil implementação. As sugestões de DuBose Jr. foram quase que integralmente colocadas no relatório final²⁴².

Ao mesmo tempo em que continuava seus estudos, Bohan também dava assistência ao Consulado do Recife, enviando dados que estava coletando. Em 19 de dezembro de 1961, ele enviou à Embaixada um longo relatório prévio das condições do Nordeste, *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions* foi preparado a pedido do cônsul Edward T. Walters. O longo relatório estava dividido em dez pontos: *I. General, II. The States, III. the Ligas Camponesas, IV. the Students, V. the Labor Movement, VI. the Church, VII. the Armed Forces, VIII Sudene, IX. Foreign Influences, X. The Revolution*. É interessante notar a estrutura de tal documento. Bohan primeiro faz um apanhado geral, descreve geograficamente e politicamente cada Estado que compõe o vasto Nordeste brasileiro, posteriormente, apresenta os principais atores políticos da região, para ao final afirmar que esse processo resultaria em uma revolução. Vamos ao conteúdo²⁴³.

O diplomata discordava da maioria dos outros membros do *staff* diplomático estadunidense. Para o diplomata, havia passado o tempo quando o Nordeste foi um ameaça à estabilidade política do Brasil. Atualmente era o Brasil que era uma ameaça maior para o Nordeste. O diplomata estava a falar do grande caos econômico, político e social que se instaurou no país desde a renúncia de Jânio Quadros. Ele diz que se a paz for mantida no restante do Brasil não ocorreria violência armada no Nordeste pelo menos até o final de 1962. Os distúrbios políticos, a espiral inflacionária, greves esquerdistas e outros fatores deixaram a região à espera de que algo explodisse, mas ninguém sabe exatamente o quê. O caso da região nordestina só era mais grave por causa da força dos movimentos de esquerda e em decorrência da presença de uma poderosa organização paramilitar: as Ligas Camponesas. É a primeira vez que vimos as Ligas serem tratadas como um movimento paramilitar, todos os relatórios anteriores a classificavam como um movimento de camponeses organizados por Francisco Julião, um líder acusado de ser comunista.

²⁴² *A Private View of Current Conditions*. Op. Cit. slides, 424-425.

²⁴³ *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 17, slides 770-784.

Bohan parece tentar reduzir a preocupação do governo dos EUA com o Nordeste, dizendo que pelos motivos pontuados anteriormente a região era a mais vigiada pelos militares e pelo governo do Brasil e que tudo estaria sob controle caso fosse necessária uma ação rápida para manter a “ordem social”. Esse é mais um ponto que corrobora com a hipótese de que quando o golpe foi acionado, havia uma estrutura militar montada para frear a ação da esquerda no Nordeste²⁴⁴.

Na visão do diplomata uma revolução estava em curso, restava saber se seria a revolução pacífica proposta pela Sudene para reestruturar a econômica regional ou a drástica proposta das Ligas Camponesas para dividir a propriedade e a riqueza. Segundo Bohan só o tempo poderia dizer. Era um momento de transição, o tradicional poder político dos coronéis estava diminuindo e novas tradições liberais estavam sendo formuladas. De início, ele mapeou cada estado do Nordeste destacando as principais lideranças políticas e como essas forças estavam se organizando com vistas às eleições estaduais de 1962²⁴⁵.

Merwin Bohan mapeou todas as células das Ligas Camponesas existentes no Nordeste. Ele observou que no último ano as Ligas tinham ganhado estrutura e fama pelo país. Ainda segundo o diplomata, Francisco Julião agora se concentrava em expandir o movimento para outras regiões, principalmente Goiás, Brasília, e Rio Grande do Sul. O diplomata afirma que a tarefa de administração das Ligas foi entregue a “tenentes” que faziam um magnífico trabalho. Em Pernambuco, eles possuíam 50 células e mais de 10 mil membros, na zona canavieira. No agreste paraibano, mais 20 células somavam cerca de 6500 membros filiados à organização. Outros grupos menores podiam ser encontrados no Ceará, Rio Grande do Norte e estavam se estabelecendo em Alagoas, onde o terreno parecia promissor²⁴⁶.

Em Pernambuco, o centro da organização, as Ligas Camponesas se instalaram estrategicamente ao longo das principais linhas de abastecimento de água e nas proximidades de rodovias, estradas e ferrovias que convergiam em direção a Recife. Apesar de Bohan caracterizar o movimento como paramilitar, ele reconhece que seus membros ainda não recebiam treinamento de guerrilhas, mas que livretos sobre o tema de autoria de Mao Tsé-Tung haviam sido distribuídos aos integrantes da organização.

²⁴⁴ *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*. Op. Cit. slides 775-778.

²⁴⁵ *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*. Op. Cit. slides 776-777.

²⁴⁶ *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*. Op. Cit. slides 778-779.

Informa ainda que o Exército havia feito diversas buscas por armamentos, mas nada foi encontrado²⁴⁷.

Se as Ligas representavam um problema no campo, os estudantes eram o centro da questão nas capitais, principalmente Recife, João Pessoa, Fortaleza e Salvador, grandes polos universitários. Os militares estavam atentos às manifestações estudantis desde junho de 1961. Bohan afirma que poucos dias antes da renúncia de Jânio Quadros, foram interceptados cerca de 200 convites para jovens estudarem na Universidade Patrice Lumumba, em Moscou. Esses jovens representavam a futura elite das cidades e era preocupante que estivessem assumindo posições comunistas. O diplomata sublinha que os livros marxistas eram muito populares nessas universidades²⁴⁸.

A questão das Igrejas começa a aparecer nos relatórios com maior frequência. Bohan diz que os padres não falavam com uma só voz. Em Pernambuco, Paraíba e Ceará, vários padres locais haviam aderido ao discurso radical e passaram a pregar a reforma agrária e social. Esses sacerdotes destoavam das instruções dadas pelo bispo Eugênio Salles,²⁴⁹ que atuava no Rio Grande do Norte promovendo a sindicalização e a educação dos trabalhadores rurais. Bohan afirma que os grupos protestantes que atuavam ativamente na área da educação – como a Cruzada ABC – e que estavam preparando outros projetos, um deles consistia em estruturar uma área de colonização agrícola no Maranhão. O diplomata finaliza lembrando que a influência dos padres no interior dos estados era muito grande, bem diferente do que ocorria nos centros urbanos. Nessas regiões do interior do Nordeste eles eram capazes de alterar as posições políticas de seus fiéis²⁵⁰.

Outra preocupação de Bohan foi avaliar a capacidade das Forças Armadas caso eclodisse o que ele classificava de uma guerra de classes marxista em escala total. O diplomata diz que os oficiais e os militares de carreira tinham um bom treinamento. No entanto, ressalva que a incógnita eram os soldados recrutados por alistamento (ele usa o termo *non-commissioned officer*), pois não se sabia como eles reagiriam a um conflito. Todavia, Bohan garantiu que o exército era eficiente e estava adequadamente preparado

²⁴⁷ *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*. Op. Cit. slides 779-780.

²⁴⁸ *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*. Op. Cit. slides 780-781.

²⁴⁹ Eugênio Salles foi um importante bispo conservador que atuou no Rio Grande do Norte nesse período. Era conhecido pela sua defesa da ortodoxia católica e combateu com vigor a Teoria da Libertação e o engajamento político das Comunidades Eclesiais de Base.

²⁵⁰ *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*. Op. Cit. slide 781.

para reprimir distúrbios locais. Lembrou que o ex-Ministro da Guerra, Odílio Denys, fez uma limpeza no Exército meses antes, removendo e transferindo do Nordeste todos os oficiais suspeitos de atividades com esquerdistas²⁵¹. Demarcando mais uma vez a preparação das Forças Armadas para reprimir o Nordeste.

Um ponto fundamental é a visão de Merwin Bohan sobre a Sudene. Em suas reuniões de conversação pelo Nordeste nesses primeiros meses no Brasil, Bohan parece ter conversado com pessoas de posições extremadas sobre a situação. A Sudene, segundo o diplomata, teve seu prestígio duramente atingido depois de três anos de planejamento e nenhuma ação, mas ganhou novo vigor com aprovação da primeira fase do Plano Diretor no Senado. 1962 deveria começar com o programa de recuperação econômica do Nordeste organizado pela Superintendência. Porém, expressando a mesma confusão mental de outros diplomatas, Bohan tem problemas em definir quem era e o que queria Celso Furtado. Ele afirmava que a Sudene era a definição de seu fundador e líder, a agência refletia a filosofia nacionalista e socialista de Furtado. Para Bohan, a Sudene deveria ser responsável pela revolução pacífica do Nordeste brasileiro. Seu Plano Diretor era uma mescla de filosofia econômica liberal radical e de esquerda refletidas nos técnicos da organização.

Bohan garantia que a folha de pagamento da Sudene incluía elementos comunistas. Afirmou também que muitos acreditavam que num momento oportuno Celso Furtado revelaria as verdadeiras intenções e sua lealdade ao comunismo internacional. Essas pessoas acreditavam que a Sudene era um aparelho bem projetado para a conduzir o Nordeste ao comunismo. O diplomata oscila em suas opiniões, ele parece cauteloso e afirma que essa visão era de observadores apaixonados. Ao mesmo tempo, outros informantes teriam dito que Furtado e os membros do seu alto escalão, embora influenciados pelo marxismo e pelo conceito da luta de classes, são nacionalistas demais para aderir a Internacional Comunista e as ordens de Moscou²⁵².

Bohan dizia que a Sudene possuía o apoio da maioria dos governadores, exceto de Cid Sampaio que acusava a superintendência de estar trabalhando diretamente com a oposição de esquerda contra o seu governo. O diplomata conclui que qualquer esforço, o desenvolvimento econômico no Nordeste teria que ser feito em colaboração com a

²⁵¹ *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*. Op. Cit. slides 781-782.

²⁵² *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*. Op. Cit. slide 782.

Sudene, apesar das suas tendências ideológicas e das frustrantes deficiências administrativas²⁵³.

Bohan inicia uma discussão sobre a presença dos EUA no Nordeste. O diplomata afirmou que os EUA exerciam a maior influência estrangeira no Nordeste desde os portugueses. As bases instaladas durante a Segunda Guerra Mundial trouxeram milhares de aviadores e marinheiros para as regiões de Natal, Recife, Salvador e Fortaleza. As bases de mísseis teleguiados instaladas em Fernando de Noronha, trouxeram também mais de 200 estadunidenses para morar em Recife, além de um grande número de técnicos empregados em postos da Petrobrás em Alagoas, Sergipe e Bahia. Bohan dizia que a presença de estadunidenses bem alimentados e bem vestidos impulsionava ao sentimento antiestadunidense. As empresas multinacionais presentes em todas as grandes cidades, com comerciais preponderantes, deram ao nordestino comum o sentido do imperialismo, a partir disso, esse sentimento foi alimentado pelos esquerdistas. A presença inglesa que um dia existiu como uma classe gerencial da indústria têxtil havia desaparecido nas últimas décadas e a influência cultural da elite era basicamente toda francesa²⁵⁴.

Segundo o diplomata, a União Soviética realizava constantes intercâmbios culturais e visitas, além de convidar os líderes sindicais, professores universitários, políticos e até empresários para bolsas de estudos ou viagens para a URSS. A maioria desses convites não acontecia no Brasil, mas sim na Europa, quando esses indivíduos participavam de congressos e feiras de caráter cultural ou intelectual. A constatação de Bohan tem sustentação. O historiador Tobias Rupperecht, ao examinar as relações entre a União Soviética e a América Latina, apresenta o impacto de uma nova concepção de internacionalismo formulada nos anos após a morte de Joseph Stalin, onde os soviéticos passam a focar no fortalecimento do intercâmbio cultural, procurando conquistar políticos e intelectuais do Terceiro Mundo por intermédio de trocas culturais²⁵⁵.

A Universidade Patrice Lumumba era muito conhecida na região e bolsas de estudo eram oferecidas a uma grande variedade de pessoas. Os chineses também se utilizavam de estratégias similares, fazendo convites a lideranças rurais e sindicais para irem a Pequim. Uma edição do famoso livro sobre guerra de guerrilhas de Mao Tsé-Tung,

²⁵³ *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*. Op. Cit. slide 781.

²⁵⁴ *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*. Op. Cit. slide 781.

²⁵⁵ RUPPRECHT, Tobias. *Soviet Internationalism after Stalin: interaction and exchange between the USSR and Latin America during the Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 23-32.

com uma dedicatória especial aos trabalhadores rurais do Brasil, foi distribuído por todo o Nordeste. Cuba, China e União Soviética faziam transmissões de rádio em ondas curtas na região. Durante o governo Quadros, diz Bohan, muitas publicações entraram no Nordeste, principalmente periódicos de países comunistas. O novo governo havia restringido severamente esse fluxo de jornais, mas era possível encontrá-los facilmente em bancas nas grandes cidades. O diplomata colocou em evidência a já citada estratégia de Francisco Julião com os trovadores e violeiros que seguiam pelo interior em pequenos grupos com mensagens sobre as Ligas Camponesas e a Revolução Cubana. Bohan salienta que era uma forma de propaganda extremamente eficaz²⁵⁶.

Por fim, o diplomata conclui com as suas impressões sobre a revolução no Nordeste. Concordando com o reverendo DuBose Jr., Bohan acreditava que todos os ingredientes para uma revolução estavam presentes no Nordeste brasileiro: grandes massas rurais e urbanas atingidas pela pobreza, condições sociais opressivas, uma situação econômica adversa, oportunidades limitadas e um inimigo convincente: os grandes latifúndios e a elite ostentadora que suprimiam os camponeses. Ele lembra que todos esses elementos estiveram presentes durante séculos na região, o novo ingrediente que fornecia a centelha do caos era a chegada das lideranças revolucionárias dedicadas a espalhar o comunismo. Esse era o fusível que estava faltando durante todos esses anos. Bastava uma faísca para detonar a massa explosiva. Se as pressões continuassem a aumentar ocorreria um tipo de combustão espontânea²⁵⁷.

Bohan lembrou que a maioria dos brasileiros não acredita em uma revolução vinda do Nordeste. A imagem típica do nordestino era a de um sujeito pacífico e até mesmo preguiçoso, questão sempre citada, outros analistas diziam os nordestinos estavam preocupados demais com a própria fome para fazerem uma revolução. Mas havia agora novos elementos, afirma o diplomata, uma nova filosofia que poderia levar esses homens e mulheres marginalizados à violência coletiva. Quando isso iria ocorrer? O diplomata diz, citando Julião, que tudo dependia das eleições de outubro de 1962. Se eles conseguissem seus objetivos elegendo figuras-chave em postos do governo, não seria necessária uma revolta. Na avaliação do diplomata, até as eleições estaduais, não haveria

²⁵⁶ *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*. Op. Cit. slides 781-782.

²⁵⁷ *The Brazilian Northeast: a status report on politico-economic conditions*. Op. Cit. slide 783.

episódios revolucionários expressivos no Nordeste brasileiro. Muito desse documento foi utilizado na versão final do *Bohan Report*.

Façamos uma pausa para discutir os elementos presentes nas perspectivas de Merwin L. Bohan dentro do ideário desenhado no primeiro capítulo. Além disso, também se faz necessário dialogar com os outros autores sobre essa peculiar figura. É evidente que o diplomata pensou o Nordeste em termos de conflito. Há em suas análises um certo militarismo que ainda não era presente em outras análises. Bohan parece convicto das Ligas Camponesas como uma guerrilha armada, isso fica evidente quando ele se atenta para as posições estratégicas nos arredores de Recife, como se ali estivesse se desenhando um cerco a capital pernambucana. Até esse relatório, em nenhum momento Julião e o movimento camponês foram denominadas como um movimento paramilitar. O diplomata classifica a questão com essa alcunha mesmo reconhecendo que não havia armas, muito menos treinamentos de guerrilha.

O programa final de Bohan foi constituído de duas partes: uma onde se delineia programas de longo prazo e outro onde se apresenta propostas de curto prazo, de implementação quase imediata, incorporando muito das análises extremadas das pessoas que conversou. As medidas eram louváveis dentro dos termos da Aliança para o Progresso e angariava várias sugestões do reverendo DuBose Jr. e outros observadores. O projeto incluía, no curto prazo, a perfuração de poços artesianos, a construção de *Quonset huts* na zona canavieira²⁵⁸ destinadas a servir como centros de trabalho da Aliança no Nordeste, com serviços básicos de educação e saúde, alfabetização e treinamento vocacional, além das unidades médicas móveis e distribuição de alimentos. O custo desse programa de impacto seria de 33 milhões de dólares – o equivalente a mais de 276 milhões de dólares em 2019. No longo prazo, as medidas focariam no combate as secas e na construção de estradas, projetos de saúde e de saneamento básico para as comunidades, além da criação de colônias agrícolas removendo populações de áreas que não possibilitavam nenhum tipo de agricultura. O programa teria a duração de cinco anos e custaria aproximadamente 400 milhões de dólares (3,348 bilhões de dólares em valores atuais) como lembra Page, exatamente a mesma quantia que Celso Furtado precisava para completar toda a primeira fase do Plano Diretor e que ele tentou obter em Washington²⁵⁹.

²⁵⁸ Tendões circulares metálicas típicas da Segunda Guerra Mundial.

²⁵⁹ PAGE, Joseph A. Page. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

Segundo Page, o *Bohan Report* constituía uma tentativa competente e recomendável para começar com o pé direito no Nordeste, porém, ele afirma que os eventos políticos se radicalizaram rapidamente com a renúncia de Quadros, a posse de João Goulart, a candidatura de Miguel Arraes e com Francisco Julião incitando uma revolução camponesa. Isso aumentou a ansiedade do Departamento de Estado. O autor salienta, com razão, a situação da política doméstica do governo Kennedy, poucos meses antes havia ocorrido o desastroso ataque à Baía dos Porcos em Cuba. Os democratas estavam sensíveis aos argumentos críticos de que eles tinham perdido a Ilha, da mesma forma que perderam a China há quinze anos. Kennedy não podia arriscar outra perda. Como dissemos no primeiro capítulo, essa é uma questão muito elementar. A cúpula central do Departamento de Estado e da Casa Branca, administrava crises parecidas ao redor do mundo. Acrescentamos ainda que em 1961, Kennedy deu início ao *Strategic Hamlet Program*²⁶⁰ no Vietnã, marcando a escalada do envolvimento do governo dos EUA naquele conflito. O programa consistia em isolar os vilarejos rurais no interior do Vietnã do Sul para proteger a população contra o comunismo, transformando as vilas em campos fortificados e promovendo programas educacionais e de saúde, algo muito parecido com o que vinha sendo proposto para a América Latina. Era uma espécie de versão militarizada da Aliança para o Progresso²⁶¹.

No entanto, a leitura que fizemos dos documentos demonstra perspectivas diferentes do otimismo de Page. Aparentemente todas as ações sugeridas por Bohan não tinham como finalidade desenvolver os programas no Nordeste, mas sua razão de existir era barrar a influência das Ligas Camponesas na região. Jeffrey Taffet afirma que a Aliança não alcançou seus objetivos no campo do desenvolvimento econômico devido ao seu envolvimento profundo nos assuntos políticos²⁶². Não nos parece que ela tenha tido outra razão de existir que não essa. Nos documentos citados anteriormente, foi possível observar que todas as estratégias formuladas foram anteriores a radicalização política de 1962 e 1963, ou seja, não se justificaram pela radicalização, elas já estavam presentes no cerne da Aliança. O financiamento de candidatos favoráveis aos interesses dos EUA ou até mesmo a famosa tese de Lincoln Gordon sobre as ilhas de sanidades administrativa,

²⁶⁰ Para ver como o ideário da modernização agiu no Vietnã ver ELKIND, Jessica. *Aid under Fire: Nation Building and the Vietnam War*. Kentucky: University Press of Kentucky, 2016.

²⁶¹ PAGE, Joseph A. Page. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Op. Cit. p. 134.

²⁶² TAFFET, Jeffrey F. *Foreign aid as foreign policy: the Alliance for Progress in Latin America*. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2007, p. 5.

todas essas ideias estavam presentes em um menor grau de ação antes de 1963, portanto, antes de João Goulart assumir uma posição à esquerda em nome das reformas de base. A radicalização política e o aprofundamento da crise institucional nesse período apenas aceleraram práticas que já estavam presente no ideário dos diplomatas estadunidenses que atuavam na América Latina.

Nossa visão se aproxima em alguns pontos do sociólogo Francisco de Oliveira, que nos livros *A Noiva da Revolução* e *Elegia para uma Re(li)gião*, falou sobre o *Bohan Report*. No período em questão, Oliveira trabalhava no governo Miguel Arraes e na Sudene. Nessas obras, ele se coloca como testemunha ocular do momento histórico que narramos. Em *Elegia para uma Re(li)gião*, Oliveira diz que uma primeira versão do relatório de Merwin Bohan não foi aceita pelo governo brasileiro. Nessa versão a recomendação do diplomata era a criação de milícias armadas para combater as Ligas Camponesas numa tentativa de militarizar a questão. A segunda versão, corrigida pelo governo brasileiro, é a que serviu de base para o Acordo do Nordeste assinado entre Kennedy e Goulart em abril de 1962²⁶³.

Francisco de Oliveira ao analisar o *Northeast Report* afirma que a primeira parte do programa de ações imediatas consistia em ações assistencialistas, cujo objetivo principal era esvaziar politicamente o movimento das Ligas Camponesas e solapar as lideranças populares emergentes. A segunda fase do programa, no longo prazo, consistia, na verdade, em um projeto de esvaziamento demográfico, para diminuir as pressões agrárias e urbanas da região²⁶⁴.

Os norte-americanos não confiavam nem na SUDENE, nem no próprio Governo Brasileiro, e mais que isso, trataram de boicotar deliberadamente os esforços da SUDENE; no que se refere a programas que realmente pudessem promover algo parecido com desenvolvimento econômico, as recomendações do Relatório Bohan quando não eram cautelosas, como a de não mexer na estrutura da zona canavieira, eram negativas [...] Tais cautelas e negatividades são explicáveis [...] não interessava aos norte-americanos hostilizar a burguesia industrial

²⁶³ A versão de possuímos do *Bohan report* foi fornecida por Vandek Santiago já que essa documentação pessoal de Bohan está arquivada na Truman Library, documentos com os quais não trabalhamos. Tentamos contato com o sociólogo Francisco de Oliveira para que ele fornecesse mais informações sobre essa “versão” perdida do relatório, mas não obtivemos sucesso. Ele fornece uma pista, diz que há uma versão desse primeiro relatório no arquivo pessoal de Celso Furtado. Desde 2008 os arquivos pessoais do economista vêm sendo editados pela Contraponto, porém, nada sobre esse tema foi publicado. Os papéis estão em posse da esposa de Furtado, Rosa Freire D’Aguiar, no momento estamos tentando contato para uma possível consulta desses papéis.

²⁶⁴ OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 121

nordestina [...] A ação da USAID no Nordeste visava concretamente minar a própria autoridade da SUDENE, oferecendo ajuda diretamente aos governos estaduais julgados capazes de se contraporem politicamente às forças políticas populares rotuladas de "radicais" [...] O Consulado norte-americano em Recife chegou às proporções de uma verdadeira embaixada, com mais de onze vice-cônsules e uma legião de funcionários que incluía os indefectíveis agentes da CIA, disfarçados em Corpos de Paz, pessoal técnico e pessoal diplomático²⁶⁵.

Não é possível afirmar com certeza essa constatação de Oliveira sobre a sugestão de armar milícias contra as Ligas Camponesas. Porém, a forma como Merwin Bohan pensava o Nordeste brasileiro, em termos de conflito armado, é até coerente com a visão do *cold warrior*. O relatório de Bohan serviu de base para a ação do serviço diplomático no Nordeste, portanto, a perspectiva caótica foi sendo transmitida ao longo dos anos de como veremos adiante, tornou-se combustível para amargar ainda mais as derrotas do governo dos Estados Unidos no ano eleitoral de 1962, nutrindo a visão de uma revolução em andamento.

1962: o ano decisivo

A lista de inimigos do governo Kennedy no Nordeste aumentou quando em meio à crise da renúncia de Jânio Quadros, Miguel Arraes, “o prefeito esquerdista de Recife”, anunciou que seria candidato a governador de Pernambuco. Não é sem motivo que Recife concentra grande parte dos personagens dessa trama. Ali encontrava-se todo o grande *staff* do serviço diplomático e técnico do esforço estadunidense da Aliança para o Progresso, tanto no Consulado como no escritório da USAID. No centro da cidade, no 1º andar de um prédio na Rua Imperador, funcionava o escritório do advogado Francisco Julião. Atrás do gabinete onde o deputado recebia os questionamentos dos camponeses, havia um grande mural foi feito pelo artista plástico Abelardo da Hora, idealizador do Movimento de Cultura Popular (MCP) do governo Miguel Arraes em Recife. No mural, a imagem de Julião entre as de Fidel Castro e Arraes foi filmada em *close* quando a diretora Helen Rogers produziu o documentário *Brazil: The Troubled Land*. O centro político e econômico do Nordeste era Pernambuco. Por esse motivo, construiu-se o consenso entre os funcionários diplomáticos que perder Pernambuco era perder todo o Nordeste.

²⁶⁵ OLIVEIRA, Francisco de. Op. Cit. p. 122.

A peças do tabuleiro começaram a se mover assim que Arraes confirmou sua candidatura durante a crise da renúncia. No dia 14 de setembro de 1961, o governador Cid Sampaio solicitou uma reunião com os membros da USOM/Recife, James L. Haynes e Robert Peterson. O envio do memorando do Consulado de Recife para a Embaixada só foi feito em 6 de outubro. O cônsul Albert Rabida justificou que a demora ocorreu devido a ida de Haynes ao Rio de Janeiro para discutir com os funcionários de lá as perspectivas do governador²⁶⁶.

Os diplomatas reportaram que Cid começou a reunião fazendo uma longa e erudita exposição sobre evolução política do Brasil no século XX. Na visão do governador, aquele momento representava todo um processo histórico de ampliação das bases democráticas no Brasil e da inserção dos interesses populares na política. Haynes e Peterson afirmaram que, para o governador, o ano de 1962 forneceria a chave para a interpretação dos rumos que o país seguiria dali em diante. Cid afirmou ainda que com a formação de uma base popular ampla, o poder político das antigas elites reacionárias estava em xeque. A população identificava na velha classe política a exploração grosseira do poder, dos privilégios e da corrupção. A questão era como e quem iria controlar esse poder popular que emanava da ampliação democrática. Segundo o governador, havia dois grupos em disputa: os esquerdistas demagogos e totalitários e os reformistas democráticos. Essa primeira facção era a que mais fazia barulho e estavam a oferecer uma solução comunista para os anseios da população²⁶⁷.

Haynes e Peterson relataram que nesse ponto da explicação, Cid fez uma digressão do assunto e começou a falar da renúncia de Jânio. Ele afirmou que antes da Revolução Cubana, 99% dos europeus nunca ouviram falar em Fulgêncio Batista. Agora, naquele momento, 99% das pessoas da Europa sabiam quem era Fidel Castro. Sampaio disse que Jânio tinham essa aspiração. Se um país tão pequeno como Cuba podia alterar o cenário internacional de forma tão substancial, imaginem o que poderia fazer um país do tamanho do Brasil. O objetivo do ex-presidente era sentar-se em pé de igualdade com John Kennedy e Nikita Khrushchev nas mesas de negociação internacional, liderando um bloco de países asiáticos e africanos não-alinhados às bipolaridades da Guerra Fria. Os

²⁶⁶ *Further Views of Governor Cid Sampaio on Brazilian Political Situation*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963

²⁶⁷ *Further Views of Governor Cid Sampaio on Brazilian Political Situation*. Op. Cit. slide 278.

funcionários da USOM disseram que apesar de não ter citado durante as explicações, as ideias de Cid se aproximavam muito das teses do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos publicadas no livro recém lançado *A Crise do Poder no Brasil*²⁶⁸.

Segundo o documento, o governador do Pernambuco disse que, mesmo com a renúncia, essa rota aberta por Jânio é bastante clara para qualquer liderança política no Brasil que almeje o poder, seja um líder democrata ou um paranoico aventureiro, e como exemplo desse último citou Leonel Brizola. Cid Sampaio se colocou como oposição ao segundo grupo, ele era parte dos reformistas democráticos e estava tentando articular com outros governadores uma aliança. Essa era a única força política que tinha alguma chance contra o esquadrão das lideranças esquerdistas e totalitárias, disse ele. Sampaio pontuou que naquele momento esses governadores não estavam unidos. Seriam eles o governador de São Paulo (Carvalho Pinto, do PDC), Minas Gerais (José Magalhães Pinto, da UDN), Paraná (Ney Braga, do PDC), Bahia (Juracy Magalhães, da UDN) e ele próprio no Pernambuco²⁶⁹. Essa coalizção formaria uma resistência contra os comunistas nas eleições de 1962, Cid garantia que ainda participaria dessa organização o governador da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Alagoas e do Sergipe; ou seja, abrangeria praticamente todo o Nordeste²⁷⁰.

O governador começou a expor a sua situação no Pernambuco. Disse que foi abandonado pelo governo federal, enquanto Miguel Arraes recebia vultosos recursos para seus projetos na prefeitura de Recife. Arraes e seu vice-prefeito, Pelopidas da Silveira, haviam alterado o tom socialista da administração para uma linha abertamente comunista. Ele afirmou de forma cabal: sem a ajuda necessária não havia dúvidas, Miguel Arraes seria governador do Pernambuco. Sem recursos para concluir seus projetos de habitação, obras públicas e industrialização, Cid não tinha condições de liderar um movimento no Nordeste da mesma forma que fez nas eleições presidenciais de Jânio²⁷¹.

O governador deu os números: precisava de um empréstimo de 10 bilhões de cruzeiros para dar conta de seus projetos e promessas de campanha. Ele afirmou que não poderia se tratar de assistência internacional direta, além da demora desse tipo de ajuda,

²⁶⁸ *Further Views of Governor Cid Sampaio on Brazilian Political Situation*. Op. Cit. slide 278-278.

²⁶⁹ Haynes e Peterson notam que Cid não mencionou Carlos Lacerda da Guanabara, mas afirmam que dias depois em alguns jornais ele já o citou, possivelmente na reunião ele não tinha uma resposta do governador sobre essa coalizção.

²⁷⁰ *Further Views of Governor Cid Sampaio on Brazilian Political Situation*. Op. Cit. slide 279.

²⁷¹ *Further Views of Governor Cid Sampaio on Brazilian Political Situation*. Op. Cit. slide 280.

receber tanto dinheiro de uma nação estrangeira poderia lhe causar constrangimentos políticos. Haynes e Peterson disseram que ele foi bem claro em perguntar se os EUA poderiam ou não fornecer esse empréstimo. Esse foi o motivo da viagem dos agentes da USOM para o Rio de Janeiro e Cid os acompanhou²⁷².

A reunião não terminara. Cid finalizou argumentando que se o governo dos Estados Unidos continuasse com uma política de não-intervenção nos assuntos internos – como haviam feito na China uma década e meia antes – e continuassem a dar suporte às velhas oligarquias corruptas, podres e condenadas, em vez de apoiar ou criar uma reforma popular democrática, o Brasil seria a próxima China. No relatório, Haynes e Peterson concordaram que suas posições eram contundentes. O governador assumiu que organizaria essa coalização de governadores e que outros estados também precisavam de ajuda, entre eles o Paraná e Minas Gerais. Cid sublinha que alguns desses governadores eram jovens demais, e não tinham o mesmo *know-how* que ele, já que possuía três diplomas universitários, incluindo um na França. A reunião terminou com o governador reiterando a necessidade urgente de apoio e marcando a importância fulcral do Nordeste na questão do Brasil²⁷³.

Esse memorando sobre a reunião com Cid Sampaio é fundamental para entender como os políticos de oposição aos agrupamentos de esquerda atuaram sistematicamente para alimentar o ideário estadunidense do Nordeste como um barril de pólvora prestes a explodir. Essa contrapartida de alguns políticos da UDN era fundamental para legitimar a ação do governo dos Estados Unidos em assuntos internos.

O Fiasco de Henry Kissinger em Recife

Em meio a situação preocupante do Brasil, um então jovem assessor foi convidado pelo Departamento de Estado para visitar o país. Henry Kissinger chegou no Rio de Janeiro no final de maio de 1962. Segundo Nail Ferguson, graças aos contatos de Rockefeller e Lincoln Gordon, Kissinger pode marcar encontros com influentes figuras brasileiras, como o general Nelson de Melo, comandante do II Exército; o deputado federal paulista Antonio Sylvio da Cunha Bueno (PSD); o presidente da UDN, Herbert Levy; o então candidato ao governo de São Paulo, José Bonifácio e o sociólogo Gilberto Freyre. Entre as preocupações que relatou em suas memórias sobre o período, Kissinger

²⁷² *Further Views of Governor Cid Sampaio on Brazilian Political Situation*. Op. Cit. slide 279.

²⁷³ *Further Views of Governor Cid Sampaio on Brazilian Political Situation*. Op. Cit. slide 280.

falou da nomeação de Hermes Lima como Ministro da Casa Civil de João Goulart. O jovem diplomata disse: “O New York Times, com sua perspicácia habitual, descreveu [Lima] como um 'socialista moderado'. Se ele é, então, gostaria de ver como é um comunista de verdade²⁷⁴”.

Encontramos interessantes memorandos de reuniões de Kissinger que ocorreram na casa do presidente da UDN junto com Antônio S. Cunha Bueno e o candidato José Bonifácio. Além desses políticos, participaram da reunião dois diretores da empresa Mesbla S.A²⁷⁵, além dos cônsules de São Paulo, Scott C. Lyon e Datus C. Proper. Eles trataram de diversos temas, como a possibilidade Jânio Quadros concorrer a prefeitura de São Paulo, bem como se caso José Bonifácio ganhasse as eleições, Goulart o apoiaria ou não. Mas um ponto chama a atenção: Goulart foi descrito como um político demagogo e oportunista que daria uma guinada à esquerda, assim como fez Jânio Quadros. Mais importante talvez que o conteúdo dessa reunião seja a cena que ela nos evoca: um assessor do Departamento de Estado, membro de um importante centro de estudos de Harvard, acompanhado de funcionários do serviço diplomático e empresários brasileiros, na casa do presidente da UDN, discutindo os rumos políticos do país²⁷⁶.

Como não poderia deixar de ser, Kissinger foi enviado ao Recife. Entre o dia 14 e 16 de junho esteve na capital pernambucana. Ele asseverou que seu objetivo era compreender da melhor maneira possível a situação política local conversando com figuras chave. A viagem foi um fiasco. O Consulado reconheceu a má condução da visita. O Instituto Joaquim Nabuco não recebeu o diplomata alegando não terem sido avisados com antecedência. Kissinger solicitou que o Consulado lhe conseguisse encontros com Francisco Julião, Miguel Arraes, Celso Furtado e Cid Sampaio. Apenas Julião confirmou uma reunião na manhã do dia 15 em sua casa, já que todos os outros três solicitados

²⁷⁴ FERGUSON, Naill. *Kissinger, 1923-1968: the idealist*. Volume 1, New York: Penguin Press, 2015, p. 517-523.

²⁷⁵ A Mesbla S.A era uma rede de lojas de departamento que no início dos anos de 1960 era predominante no setor. Na comemoração de seu Jubileu de Ouro, em agosto de 1962, a loja contava com mais de 8 mil funcionários, operando em 13 filiais pelo Brasil.

²⁷⁶ *Memoranda of conversation between professor Henry Kissinger and São Paulo Officials*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 4, slides 293-298, 1963.

estavam no Rio de Janeiro. Porém, o líder camponês deixou sua residência meia hora antes do horário marcado e não retornou²⁷⁷.

O documento segue relatando que em vistas do insucesso dessas reuniões, outras pessoas se encontraram com Kissinger, entre elas, o líder camponês católico Padre Antônio Melo, além de um industrialista local, Antiogenes Chaves. Na época, Kissinger – que viria a ser um dos mais emblemáticos e controversos secretários de Estado dos EUA – era um membro do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Harvard com contatos no Departamento de Estado. Segundo Naill Ferguson, essa viagem ao Brasil foi fundamental na formação de suas concepções sobre a América Latina²⁷⁸.

A Corrida Eleitoral

Em janeiro de 1961, o general Costa e Silva conduziu junto com o IV Exército uma intensa investigação sobre a capacidade de projeção militar das Ligas Camponesas. Foram analisados os números de membros, onde se localizavam as principais células da organização entre outros estudos, constando que eram cerca de 60 mil camponeses organizados onde a maioria não compreendia as intenções reais da organização e acreditavam que ela servia ao bem-estar dos camponeses. A Liga de Sapé na Paraíba foi classificada como a maior, a mais perigosa e volátil dessas células, com aproximadamente 6 mil membros. Já no Rio Grande do Norte a pouca penetração das Ligas era atribuída ao trabalho do Bispo Eugênio Salles que organizou os serviços para atender a comunidade. Aqui a presença e o papel da Igreja Católica no Nordeste começam a se intensificar e os EUA vislumbram a possibilidade de frear a ação das Ligas por intermédio da ação religiosa. Rabida informa à Embaixada no Rio que uma cópia do estudo e dos mapas feitos pelos militares estava sendo providenciada²⁷⁹.

Em decorrência da gravidade da radicalização política no Nordeste, em 9 de fevereiro de 1962, o Secretário de Estado, Dean Rusk solicitou diretamente ao Consulado Geral de Recife um relatório minucioso sobre as possibilidades de Miguel Arraes vencer em Pernambuco. O relatório deveria conter alguns pontos, como a necessidade de

²⁷⁷ *Visit of Dr. Henry Kissinger to Recife, June 14-16, 1962*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 4, slide 320.

²⁷⁸ FERGUSON, Naill. *Kissinger, 1923-1968: the idealist*. Volume 1, New York: Penguin Press, 2015, p. 517-523.

²⁷⁹ *Military Estimate of Peasant Leagues*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 3, slide 570, 1962.

compreender quais pautas teriam apelo eleitoral; quais as chances das forças moderadas ou conservadoras de apoiar um único candidato forte; e, à luz das eleições governamentais de 1958 e das eleições presidenciais de 1960, indagava-se a possibilidade de fazer um estudo, a partir dos dados das eleições anteriores, sobre o comparecimento do eleitorado pernambucano, assim seria possível entender o equilíbrio entre a quantidade de eleitores em Recife no interior do Estado²⁸⁰. Rusk também solicitou que uma opinião do cônsul geral sobre qual seria o papel dos Estados Unidos nesse jogo eleitoral e em que medida essas eleições comprometeriam o futuro dos programas dos EUA na região²⁸¹.

Não foi possível dentro do enorme fluxo de documentos observar se houve uma resposta direta do cônsul ao Secretário de Estado. Porém, entre fevereiro e março iniciou-se o monitoramento preciso da campanha ao governo do Pernambuco, todo os dados das eleições de 1958 e 1960 foram enviados ao Departamento de Estado, com número de votantes por urna em cada cidade do Nordeste²⁸². Em março, a embaixada iniciou uma série de relatórios chamada *Brazil elections 1962* que durante todo o ano enviou quase 300 relatórios separados por estados e assuntos sobre o desenvolvimento das campanhas nas eleições estaduais. Esses documentos forneceram dados basilares para a formação das estratégias de intervenção nas eleições de 1962.

Cid Sampaio estava impedido de se candidatar a reeleição conforme a constituição do período estabelecia. Por esse motivo, a UDN teria que indicar outro candidato com força suficiente para derrotar Miguel Arraes. Joseph Page sublinha que desde o início Arraes foi visto pelo governo dos Estados Unidos como um candidato a ser derrotado a qualquer custo, o que tornou aquelas eleições muito mais frenéticas do que de costume. Miguel Arraes foi candidato pelo Partido Social Trabalhista (PST), um partido pequeno, mas em coligação com o PTB.

A Frente de Recife, que descrevemos brevemente no segundo capítulo, era portadora de um prestígio político acumulado durante os anos de Arraes à frente da prefeitura da capital pernambucana. O prefeito de Recife apertou as mãos com Paulo

²⁸⁰ A pergunta parece um pouco confusa. Nossa interpretação dessa última questão é que Rusk estava preocupado sobre onde deveriam concentrar esforços, se no interior do Pernambuco ou em Recife.

²⁸¹ *Outgoing telegram to Department of State from AnConGeneral, Recife*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 3 slide 784, 1962.

²⁸² *The Presidential Elections: 1960 official results*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 3, slides 963-977, 1962.

Guerra (PSD), um fazendeiro, deputado estadual e antigo aliado de partido que foi seu candidato a vice. A Frente de Recife não hesitou em se aliar com velhas oligarquias do estado. Mas por qual motivo setores conservadores apoiaram um candidato trabalhista acusado de ser um apoiador de comunistas? Se a política no Brasil não é algo simples e pragmática, no Nordeste menos ainda. Alguns políticos importantes do PSD do interior de Pernambuco estavam extremamente descontentes com Cid Sampaio, que não abriu espaço para eles na sua máquina administrativa estadual. Esses coronéis habituados a ocupar cargos em cartórios, delegacias de polícia, juízes de comarcas, delegados de impostos e consignações, não desfrutavam de seus prestígios históricos desde 1959, quando Sampaio derrotou Jarbas Maranhão, afastando o PSD do poder. Esses coronéis, acostumados a mandar e desmandar nos pequenos municípios, não pensavam em termos de comunismo ou democracia ou direita e esquerda. Como afirma Santos, é interessante notar que a ala mais conservadora do PSD em Pernambuco adensou a base eleitoral da Frente de Recife. Sem esse apoio dificilmente Arraes teria vencido²⁸³.

A UDN indicou então João Cleofas, um “perene perdedor”, define Joseph Page. Cid tentou articular um candidato mais dinâmico e carismático dentro do seu partido. Seus esforços não obtiveram sucesso e os udenistas aprovaram Cleofas como candidato. A única opção do governador era apoiar o escolhido e usar sua influência para ajudá-lo. Apesar das ressalvas e do histórico de derrotas, João Cleofas não era um candidato fraco. Segundo Joseph Page, ele era um latifundiário bem inserido no sistema político e possuía o apoio de todas as grandes famílias que dominavam a economia pernambucana²⁸⁴.

Um novo elemento importante apareceu atuando na política da região no final de março de 1962. Em um *weekly summary*, o Consulado informou que o Instituto de Ação Democrática (Ibad) anunciou naquela semana a intensificação de suas atividades no Pernambuco utilizando-se de todos os meios para ajudar a eleger democratas e candidatos anticomunistas. Segundo um artigo de jornal não mencionado, o Ibad instalou centros de ação em Jaboatão e Vitória do Santo Antão, regiões de intensa atividade das Ligas Camponesas. Outros centros seriam construídos, oferecendo assistência médica, dentistas, assistência técnica aos trabalhadores rurais entre outros serviços de assistência

²⁸³ SANTOS, Roberto Ramos. *A Política de Alianças em Pernambuco: confronto ideológico? (1958/1962)*. Revista Textos & Debates, nº 3, 1996, p. 55-73.

²⁸⁴ PAGE, Joseph A. Page. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972, p. 232.

por intermédio do instituto. Além disso, o Ibad iria criar uma rádio e um programa de televisão no estado nordestino destinado a transmitir programas contrários aos comunistas. Segundo o mesmo jornal citado, os objetivos do Ibad foram expressos na declaração de seu diretor, Frutuoso Osório Filho, que anunciou o desejo de criar em Pernambuco um ambiente de ordem e progresso em proveito da democracia no Brasil e contrário ao totalitarismo.

O cônsul Eugene Delgado-Arias comentou que o Ibad estava atuando em outros locais do país, mas era desconhecido dos pernambucanos e também do Consulado. A organização tinha chances de influir nas eleições, por isso o serviço diplomático iniciaria uma investigação sobre as suas verdadeiras intenções, as suas fontes de financiamento e a sua potencial eficácia política²⁸⁵. No começo de abril, o cônsul Delgado-Arias relatou que o Ibad iniciava as suas atividades em Recife, Caruaru e outros municípios com a distribuição de panfletos contra Miguel Arraes. Além desse ponto, o telegrama trata com preocupação do grande apoio que Arraes angariou entre padres e bispos católicos em todo o Nordeste²⁸⁶. Dias depois, em um telegrama mais detalhado, Delgado-Arias relatou para à Embaixada que 68% dos bispos pernambucanos decidiram apoiar o candidato do PST e apenas 10 por cento apoiavam Cleofas, o restante decidiu esperar a nomeação de outro candidato²⁸⁷. As informações parecem provenientes de alguma reunião ou congresso dos bispos, mas não informam onde nem quando ela ocorreu.

Para o Consulado em Recife, a situação no Nordeste tomou proporções catastróficas no início de 1962. No mesmo *weekly Summary*, ainda sem muitas informações, o Consulado relatou a assassinato do líder camponês de Sapé, João Pedro Teixeira, o *cabra marcado para morrer*²⁸⁸. O cônsul afirmou que as notícias ainda não

²⁸⁵ *Weekly summary N° 6*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 3, slides 952-953, 1962.

²⁸⁶ *Weekly summary N° 8*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 3, slides 1034-1035, 1962.

²⁸⁷ *Weeka telegram 2 N° 311* Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 3, slide 1040, 1962.

²⁸⁸ O assassinato de Pedro Teixeira, presidente das Ligas Camponesas de Sapé, fez com que em 1962 uma equipe de cineastas liderados por Eduardo Coutinho fosse até a Paraíba com intenção de gravar um filme sobre a vida do líder camponês. As filmagens começaram no início de 1964, em Sapé, com o financiamento do Movimento de Cultura Popular (MCP) de Miguel Arraes. O filme foi cancelado após a Chacina de Mari e a subsequente ocupação dos militares na região. O *set* de filmagens foi transferido para o Engenho Galileia. Após o golpe, as filmagens foram canceladas, muitos camponeses foram presos, além de grande parte da equipe e do material de produção. Em 1985, Eduardo Coutinho retornou ao Engenho Galileia para terminar o filme que teve como protagonista dona Elizabeth Teixeira, esposa de João Pedro. Essa magnífica película dá a noção das condições de vida daqueles trabalhadores e a repressão que sofreram após o golpe.

tinham sido divulgadas em jornais não comunistas. O jornal *A Hora*, classificado como comunista, atribuía a morte de Teixeira ao serviço secreto do IV Exército²⁸⁹. Em 11 de abril, Delgado-Arias relatou que dez caminhões carregados com soldados partiram de Batalhões de Infantaria em Recife em direção à Sapé, na Paraíba²⁹⁰. Um detalhe importante: Sapé se encontra pouco mais de 150km de distância da capital pernambucana. Ou seja, era próxima tanto da sede das Ligas Camponesas quanto dos principais quartéis do Nordeste.

A série de documentos relacionadas às eleições no Brasil, feitas pela Embaixada com auxílio dos consulados, começou com os Estados do Nordeste (Maranhão, Ceará e Alagoas). Além de um relatório detalhado de cada estado, um documento chama a atenção. Herbert Levy, presidente nacional da UDN, entregou à Embaixada no Rio um estudo sobre as questões políticas no Nordeste. Ele não deu o nome do relator, apenas afirmou que o documento fora preparado por um observador brasileiro confiável que viajou pela região²⁹¹.

O intuito era, além de fornecer visões sobre a política estadual, ter uma perspectiva panorâmica sobre a região. As ações dos diplomatas sempre se direcionavam nesse sentido. O Nordeste era entendido como uma região importante como um conjunto, mas que possuía epicentros das convulsões sociais maiores, como Recife e Sapé. Nos estudos geográficos, o serviço diplomático sempre salientava os antagonismos da zona úmida do litoral, onde estavam as grandes capitais e a maioria da população, e o interior do agreste e do sertão. Todavia, essas oscilações eram interpretadas como regiões que apenas refletiam os atos dos centros políticos e econômicos maiores. Isso explica as fontes serem concentradas em Recife e seus arredores, mas isso não excluía outras regiões do Nordeste das análises.

Esse relatório entregue pelo presidente da UDN data de 29 de maio de 1962. O documento começa com uma descrição da grave situação dos trabalhadores rurais no Nordeste. Dizia que os grandes latifundiários não possuíam nenhum sentimento pelos problemas sociais da região. O relator confidencial afirma que eles mantinham privilégios

²⁸⁹ *Weekly summary N° 8*. Opening the Archives, rolo 3, slide 1034, 1962.

²⁹⁰ *Weeka telegram 2 N° 311*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 3, slide 1040, 1962.

²⁹¹ *Brazilian Election Report N° 7 – A Brazilian Reports on Situation in the Northeast* Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 4, slides 96-99.

medievais. Nas capitais, o valor pago aos trabalhadores era a metade do salário mínimo nacional, de onde descontavam a previdência social sob o valor do salário mínimo total. O trabalhador, ao ser contratado, já assinava 11 recibos de pagamento completo, mais a sua carta de demissão. Isso impedia qualquer tipo de reclamação por parte dos trabalhadores, qualquer desavença já era motivo de demissão sem nenhum tipo de multa ou recebimento. Segundo o documento, no interior a situação era ainda pior. Os usineiros locais se articulavam constantemente para impedir qualquer fluxo de capital do Centro-Sul, falavam de um imperialismo paulista que queria estragar os trabalhadores nordestinos com altos salários e assistência social. O documento indicava que alguns desses usineiros falavam em separatismo pois, assim, “os nordestinos se uniriam na miséria²⁹²”. O autor do documento destacou que o usineiro supracitado tem dois automóveis, uma casa de luxo na capital e uma fazenda²⁹³.

Na visão do relatório entregue pelo presidente da UDN, a Sudene, que por um momento deu esperanças de mudanças, por enquanto só realizou planos, aumentando o desespero entre todos os círculos da opinião pública nordestina. O observador disse também que a Sudene estava se interessando por assuntos que nada têm a ver com seus objetivos. Se intrometiam em questões de política universitária e trabalhista no estado. O relator acusa o diretor de seleção de pessoal da Sudene, o ex-professor universitário Nailton Santos²⁹⁴, de ser ligado a extremistas e que aplicava “testes ideológicos” para contratar funcionários para a superintendência. Somente aqueles que defendiam a Revolução Cubana eram aprovados, diz o documento²⁹⁵.

²⁹² “the Northeasterners would be united in misery”. *Brazilian Election Report N° 7 – A Brazilian Reports on Situation in the Northeast*. Op. Cit. slides 98-99.

²⁹³ *Brazilian Election Report N° 7 – A Brazilian Reports on Situation in the Northeast*. Ope. Cit. slide 99

²⁹⁴ Nailton de Almeida Santos era irmão do geógrafo Milton Santos e um dos idealizadores da Sudene. Teve prisão preventiva decretada com o golpe, assim como grande parte do conselho diretor da Superintendência. Acabou por se exilar na França junto com o irmão. Logo após o golpe, Celso Furtado relatou em sua autobiografia: “Tivera uma conversa dessa natureza no Rio de Janeiro, quando me despedi de alguns companheiros de trabalho que estavam indecisos sobre o rumo a tomar. ‘Sempre que possível’, dissera eu, ‘devemos resistir nos lugares que ocupamos, pois o golpe não foi improvisado e a reversão tomará tempo.’ Lembro-me de que Nailton Santos, que dirigia o setor de recursos humanos da Sudene, entrou em profunda tristeza quando me ouviu. Ele estava com prisão decretada e não lhe restava senão evitar o pior, saindo do país: ‘Se o que você diz é verdade’, arguiu, ‘temos de reconhecer a falência de nossa geração’. De alguma forma, eu partia do pressuposto dessa falência. Tinha dúvida, apenas, sobre a profundidade do dano que faria ao Brasil uma ditadura militar que se prolongasse por um decênio ou mais”. FURTADO, Celso. *Obra Autobiográfica: a fantasia organizada, a fantasia desfeita, os ares do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras (Ebook), 2009, p. 434.

²⁹⁵ *Brazilian Election Report N° 7 – A Brazilian Reports on Situation in the Northeast*. Op. Cit. slides 98-99.

O relatório conclui que o povo estava esmagado por essas duas forças: uma que desejava a qualquer preço manter seus privilégios medievais e outra que desejava capitalizar toda a situação caótica com o objetivo de obter uma solução aos moldes de Cuba, portanto, contrária aos interesses do país. Nesse cenário, advertiu o autor, os estudantes tem tido papel central. Universitários membros do Partido Comunista, unidos com a juventude católica, falavam abertamente na necessidade de uma revolução para mudar as estruturas arcaicas existentes no Nordeste. As forças políticas regionais refletiam a situação de total confusão. Faltava uma liderança firme. Além disso, católicos de esquerda e elementos ligados ao PDC, estavam numa campanha para destruir as lideranças democráticas que restavam. Carvalho Pinto e José Bonifácio, eram retratados como representantes de grupos econômicos nacionais e estrangeiros e defensores dos grandes proprietários de terra²⁹⁶.

Em junho, João Cleofas e Cid Sampaio partem para as rádios e televisões para atacar Miguel Arraes. O candidato da UDN disse que continuaria todas as políticas iniciadas por Sampaio, como a reforma agrária e os projetos de colonização. Acusou Arraes de ser um comunista disfarçado que lutava por interesses contrários aos do povo de Pernambuco e do Brasil²⁹⁷. No entanto, Cid não estava nem um pouco seguro em relação à capacidade de João Cleofas de derrotar Arraes. O governador percebeu que a política de alianças do prefeito de Recife ganhava densidade. Em 11 de junho, quatro meses antes das eleições, Lincoln Gordon relata uma conversa que teve com Gilberto Freyre, onde este relatou que Cid Sampaio consultaria João Goulart para tentar definir uma coalizão com os trabalhistas. Era uma tentativa de substituir Cleofas por Freyre na disputa das eleições. A lista de Cid ainda continha o nome do arcebispo de Recife, Dom Gouveia Coelho como possível substituto²⁹⁸.

Gordon disse que Freyre não gostava da ideia, mas que não iria se opor caso fosse realmente indicado a substituir Cleofas. O sociólogo acreditava que com o apoio de Cid no interior do Estado e com ele apoiando Cleofas de forma independente na capital, ele teria boas chances de vencer. Gordon lembra que apesar de Freyre ter se vinculado à UDN

²⁹⁶ *Brazilian Election Report N° 7 – A Brazilian Reports on Situation in the Northeast*. Op. Cit. slides 98-99.

²⁹⁷ *Weekly summary N° 16*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 4, slides 115-119, 1962.

²⁹⁸ *Action Department 2917, Information Recife 168*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 4, slide 250, 1962.

em 1946, ele não era filiado ao partido. Essa não era a primeira vez que o nome de Gilberto Freyre aparecia nos relatórios como um possível político de peso em Pernambuco, em outros documentos que buscavam descrever o seu perfil político, essa sugestão já vinha sendo cogitada pela UDN pernambucana desde 1961. Em um dos documentos da série *Brazil Elections 1962*, denominada *Key Political Personalities in Pernambuco* o nome do intelectual brasileiro aparece como um mundialmente renomado sociólogo que possuía uma posição de respeito entre os intelectuais nordestinos. Freyre ocupava o cargo de representante do Ministério da Educação no Conselho da Sudene, mas fazia oposição a Celso Furtado. O perfil termina apontando que ele era bem próximo de Cid Sampaio²⁹⁹.

Diante da busca de Cid Sampaio, só podemos concluir que a campanha de Cleofas entrava numa fase crítica, sem conseguir formar um consenso nem mesmo dentro da UDN, apesar de ter sido indicado por unanimidade na convenção do partido. O perfil dos udenistas desenhado pelo serviço diplomático meses antes parecia se confirmar, publicamente aparentavam uma certa harmonia, mas as cisões internas eram enormes.

Conforme a campanha avançava, as relações de Ibad com o Consulado de Recife parecem se aproximar. No clássico livro de René Dreiffus sobre o golpe civil-militar de 1964, o autor pontuou com grande maestria as conexões internacionais entre o que chamou de “complexo Ipês/Ibad” e o apoio financeiro que esses institutos deram a candidatos de direita e com posições políticas anti-Goulart. Dreiffus sublinha que o Ibad financiou candidatos em 1962 com dinheiro recebido da CIA e de empresas multinacionais³⁰⁰. No caso dos diplomatas do Consulado, essas informações foram compartilhadas e descritas nos telegramas e memorandos de forma discreta, pois se tratava de uma operação secreta. Nosso objetivo é compreender a ação do serviço

²⁹⁹ Alguns apontamentos são necessários. O fato de personagens da política brasileira terem reuniões com funcionários do serviço diplomático estadunidense não faziam deles um “agente dos EUA no Brasil”, como leituras rasas e sensacionalistas por vezes atestam. As posições reacionárias de Freyre na política são bem conhecidas e documentadas por aqueles que se debruçaram sobre a obra do autor. As suas posições políticas, a meu ver, não ofuscam em nada o brilhantismo e a originalidade de seu trabalho. Trato Freyre com a mesma perplexidade que afetava Darcy Ribeiro: o que teria permitido Freyre, o conservador, escrever obras tão libertadoras? Ribeiro elucidou: “A razão preponderante é ser ele um ambíguo. Por um lado, o senhorito fidalgo evocativo de um mundo seu. Por outro lado, o moço formado no estrangeiro, que trazia de lá um olhar perquiridor, um olho de estranho, de estrangeiro, de inglês. [...] Combinando as duas perspectivas nele interiorizadas, sem fundi-las jamais, GF viveu sempre o drama, a comédia - a novela, na verdade - de ser dois: o pernambucano e o inglês.” RIBEIRO, D. *Ensaio Insólitos*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1979, p.29.

³⁰⁰ DREIFFUS, René. *1964: a Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981, p. 354-355.

diplomático à luz da documentação disponível. Portanto, o que constatamos é uma estreita relação do Consulado com o Instituto.

Os pedidos de Cid Sampaio por ajuda financeira para os seus programas não se trataram de doações ilícitas, já que havia um acordo internacional, o *Northeast Agreement* que balizava essas questões. O que a documentação demonstra é que além do dinheiro ilícito vindo do Ibad, as operações que ocorreram dentro dos acordos internacionais estavam eivadas de intenções políticas no sentido de beneficiar este ou aquele governo, de desestruturar um ou outro candidato, conforme os interesses do governo estadunidense no Nordeste.

Em 20 de agosto de 1962, um *weekly summary* relatou os mais recentes acontecimentos da campanha política. Arraes e Cleofas concentravam suas forças no interior do estado. O otimismo voltava a reinar no círculo da diplomacia estadunidense no Recife. Do ponto de vista dos analistas estadunidenses e dos grupos que os rodeava, a estratégia de se concentrar num esforço de denunciar supostas ligações de Arraes com o comunismo pareciam ter dado certo. O cônsul Eugene Delgado-Arias afirma que ouviu várias histórias de partidários de Arraes que mudariam seu voto para Cleofas. O Comitê da campanha do candidato da UDN afirmava que Cleofas venceria com uma margem de 600 mil votos no estado. O cônsul asseverou que, de fato, Arraes vencia em Recife e nos arredores, mas no interior, o udenista teria 70-80% de votos a favor, o que lhe permitiria superar a vantagem de Arraes nas zonas mais populosas de Pernambuco.

A confiança também reinava no lado de Arraes, mas o cônsul lembrou que o crescimento de Cleofas nas últimas semanas poderia abalar o psicológico do candidato do PST e proporcionar mais uma vantagem ao udenista. O consulado pouco falou do terceiro candidato, Armando Monteiro Filho do Partido Republicano Trabalhista (PRT). Porém, nesse telegrama ele é mencionado já que nas últimas semanas teria conduzido ataques à campanha de Cleofas dando suporte para Miguel Arraes. Monteiro Filho passou a denunciar as ações do Ibad em Pernambuco, afirmando que a organização trabalhava com recursos ilimitados em nome do anticomunismo para corromper as eleições de outubro e perverter os resultados. Segundo o cônsul, essas acusações ecoavam do próprio Arraes e do jornal esquerdista *Última Hora*, que denunciou as conexões internacionais do

Ibad e seus fundos de financiamento estrangeiro. O jornal, no entanto, dizia que esses financiadores eram grupos que se opunham ao presidente Kennedy nos EUA³⁰¹.

Em um telegrama de 23 de agosto, Delgado-Arias relatou um almoço com João Cleofas. Após o candidato pontuar seus planos de governo, o cônsul afirmou que ele faria dois discursos naquela semana em Recife, aproveitando a boa passagem que fez pelo interior. Na ocasião, o udenista disse que seus discursos teriam como ponto central denunciar as conexões comunistas de Arraes. Cleofas asseverou que Arraes não passaria de 60% dos votos em Recife. Um elemento fulcral é relatado nesse telegrama. Segundo o cônsul, Cleofas solicitou ao Consulado uma ajuda em materiais de propaganda anticomunista, mais especificamente filmes que relatassem a situação de Cuba sob o governo de Fidel Castro. Eugene Delgado-Arias prometeu fazer o possível para encontrar esse material. Ele recomendou ao Departamento de Estado que esses filmes contivessem principalmente noticiários breves e desenhos animados a serem enviados imediatamente para o uso da campanha. A urgência era vital já que o restavam poucos meses até as eleições. O cônsul lembrou o Departamento de Estado que alguns materiais como livros e panfletos haviam sido produzidos em quantidades substanciais e distribuídos em Cuba, Panamá e Berlim, ou seja, precisavam apenas de tradução e adaptação para a campanha da UDN no Nordeste. Mas esses materiais escritos eram limitados, não teriam o mesmo apelo popular do que o contido fílmico³⁰².

Outros assuntos interessantes foram tratados. O cônsul perguntou se Cleofas estava recebendo apoio financeiro do Ibad. O candidato afirmou que era muito difícil trabalhar com os representantes do Instituto pois, segundo ele, tratava-se de um grupo de radicais mais interessados em seus assuntos privados. O cônsul terminou o documento reiterando a necessidade de apoio e a urgência no envio do material de propaganda, pois poderiam explorar os ventos favoráveis daquele momento³⁰³.

Ao longo de agosto e de setembro a preocupação de Cid Sampaio sobre a capacidade de João Cleofas pareceu dar lugar ao otimismo. Todos os *weekly summaries*³⁰⁴

³⁰¹ *Angecon Recife Weekly summary N° 8*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 4, slides 963-968.

³⁰² *Action Department 185, Information Rio de Janeiro 114*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 4, slides 990-993.

³⁰³ *Action Department 185, Information Rio de Janeiro 114. Op. Cit. slide 993*.

³⁰⁴ *Brazilian Election Highlights, August 25-32*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 4, slides

de fins de agosto e de setembro pontuaram graves problemas na campanha de Arraes, principalmente na sua organização e em imbróglis com o PTB de João Goulart. Na interpretação do consulado, eram sinais claros de que o candidato perdia apoio continuamente. O cônsul relatou que muitos davam a vitória de João Cleofas como certa. Entretanto, outros observadores disseram que, por conta do otimismo exacerbado, o candidato da UDN havia abandonado o seu esforço de campanha depois de atingir o pico de popularidade. Eugene Delgado-Arias sublinhou que o Consulado não concordava com essa avaliação. O certo era que na última semana ambos radicalizaram os discursos em periódicos e rádios locais se atacando mutuamente com acusações e ameaças³⁰⁵.

Em *Brazilian Election Highlights, September 22-28* a Embaixada expressou o mesmo sentimento de confiança na vitória de João Cleofas, avaliou também que o suporte dado pelo Ibad era crucial para a virada que se observava nas últimas semanas³⁰⁶. Nos dois últimos telegrama enviados ao Departamento de Estado antes das eleições, Eugene Delgado-Arias e Lowell Kilday contém um consideravelmente tom de otimismo. Ambos relataram que apesar das alianças de Arraes em Recife, no interior do estado, Cleofas teria boas chances. Mas a situação mudou rapidamente, logo o Consulado percebe que a possível vantagem do candidato udenista na verdade não existia. Uma certa apreensão dominou os diplomatas e não mais uma confiança. Eles passam a reconhecer que a vitória seria por uma margem apertada³⁰⁷.

As eleições ocorreram no dia 7 de outubro e os primeiros resultados começaram a sair no dia 13. Na madrugada desse mesmo dia, 3h28 da manhã, o cônsul Delgado-Arias começou a enviar as tabulações iniciais. Arraes com 114.152 votos perdia para Cleofas por 121.880. Ainda faltavam muitas urnas, principalmente na capital, a avaliação continuava otimista: Cleofas venceria por 10 mil votos de diferença, arriscou o cônsul. Jornais anunciaram que um resultado final era previsto para o dia 15 de outubro. No dia esperado, outro telegrama afirma que na verdade não se conheceria o vitorioso antes do

1039-1042. *Weekly Summary N° 10*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 4, slides 1044-1049.

³⁰⁵ *Weekly summary N°13*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 5, slides 33-39.

³⁰⁶ *Brazilian Election Highlights, September 22-28*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 5, slides 79-82.

³⁰⁷ *Action department 151, information Rio de Janeiro priority 166*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 5, slide 157.

dia 23 de outubro. Apesar das urnas do interior estarem apuradas, em Recife o trabalho era mais lento, a média era de 13 mil votos contados por dia. Nada mudou com relação à esperança depositada em Cleofas, mas o consulado alertava para uma possível aproximação de Arraes. A vitória seria por uma pequena margem final.

As 5h da manhã do dia 20, telegrafou Delgado-Arias, “*Cleofas lead rapidly disappearing*”³⁰⁸. No mesmo dia, outros telegramas foram emitidos e Cid Sampaio já confirmava ao consulado que Arraes era o novo governador de Pernambuco. Com 264.499 votos (47,92%) Miguel Arraes venceu João Cleofas que obteve 251.146 (45,50%) dos votos. Armando Monteiro Filho fez 36.340 votos (6,58%). Os senadores pernambucanos expressaram a polarização: foram eleitos José Ermírio de Moraes (PTB), que apoiou Arraes, e Pessoa Queiroz (UDN), aliado de Cleofas. Julião se reelegeu deputado federal com 16.266 votos, sendo o oitavo mais votado no pleito.

O Consulado definiu a vitória como significativa e espetacular. Arraes lutou contra membros da Igreja e todo o aparato do governo do estado dominado por Cid Sampaio, além de ter ido contra os interesses dos grandes latifundiários e usineiros da região. Seu sucesso foi em Recife, mas demonstrou uma força não esperada no interior de Pernambuco. O cônsul afirmou que era claro que Arraes não teria vencido sem o apoio de elementos externos. A liderança do senador petebista eleito, José Ermírio de Moraes, foi fundamental na campanha, além do apoio evidente que recebeu de presidente João Goulart que lhe garantiu toda a assistência necessária com a máquina eleitoral do PTB. O cônsul acreditava que Arraes recebia, direta ou indiretamente, auxílio de Cuba, da Tchecoslováquia e, possivelmente, da União Soviética, obviamente sem citar nenhuma fonte ou meios que caracterizassem esse auxílio. Por fim, a culpa recaía sobre Cid Sampaio. O consulado avaliou que a indecisão do governador em apoiar Cleofas no início da campanha foi contra produtiva, apesar dos esforços do Ibad terem dado resultados interessantes. Segundo a análise do diplomata, o candidato precisou absorver essa desconfiança de Cid além de arcar com o ônus político de sua administração, que não entregou a maioria das promessas de campanha³⁰⁹.

³⁰⁸ “Cleofas desaparecendo rapidamente”. *Action department 151, information Rio de Janeiro priority 166*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 5, slide 157.

³⁰⁹ *Weekly summary N° 17*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 5, slides 255-257.

Retomemos às mesmas dúvidas que ocuparam a mente do Secretário de Estado, Dean Rusk meses antes: o que a vitória de Arraes representou para a Aliança para o Progresso? A Aliança foi duramente questionada durante todo o ano de 1962. Logo após a publicação do *Bohan Report*, Aluísio Alves, governador do Rio Grande do Norte e outros políticos da região apontaram para os graves erros e incoerências do texto de Bohan. Como dito anteriormente, o texto base do *Northeast Agreement* era o relatório de Bohan. As ações de curto prazo pareciam não ter causado nenhum efeito sobre a conjuntura social da região. Economicamente, Pernambuco enfrentava os efeitos mais devastadores da hiperinflação de 1962, com crises na distribuição de alimentos, gerando casos de saque a mercados e armazéns pela população pobre e desesperada. No âmbito político, as Ligas cresciam e se radicalizavam em meio aos casos de assassinato de suas lideranças camponesas. Goulart tensionava o Congresso para a aprovação do plebiscito pela volta do presidencialismo. Os dólares investidos por intermédio da USAID pareciam se pulverizar em meio à crise.

Segundo Carlos Fico, no bojo da campanha de 1962 a intervenção estadunidense se intensificou, ultrapassando os níveis normais de propaganda ideológica. Os casos de financiamento de campanha de parlamentares e governadores pelo Ibad fez com que em 1963 se instaurasse uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a organização³¹⁰. Em 5 de novembro, o terceiro secretário da Embaixada, Frank Micelotta, enviou um relatório sobre os resultados das eleições. A esquerda tinha motivos para se sentir encorajada, haviam conquistado duas vitórias significativas com Miguel Arraes e Leonel Brizola. Esse último deixou o governo do Rio Grande do Sul, para ser eleito deputado federal pela Guanabara com mais de 250 mil votos, uma vitória estrondosa que demonstrava o poder nacional de Brizola. Na avaliação do secretário, ambos causariam problemas aos interesses dos EUA no Brasil. Na avaliação da Embaixada, as eleições ilustraram bem a marcha nacionalista de esquerda do eleitorado brasileiro. No Congresso, as forças de esquerda conquistaram uma vitória espetacular – leia-se o PTB, que conquistou 116 cadeiras na Câmara – o secretário alertava que poderiam esperar o crescimento do discurso antiestadunidense em todas as sessões, além de projetos prejudiciais aos interesses dos EUA. Para Micelotta, os ultranacionalistas de esquerda

³¹⁰ *Weekly summary N° 17*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 5, slides 255-257

dominavam a Câmara e a tendência era que essa frente aumentasse paulatinamente seu poder nas eleições seguintes³¹¹.

Em uma entrevista coletiva após a vitória, Arraes declarou não ter nenhum compromisso com a Aliança para o Progresso. O governador eleito asseverou que o programa de habitação de Cid Sampaio em parceria com a USAID era desonesto e demagógico. Afirmou ainda não ter qualquer acordo com a Aliança, mas sim com a Sudene e com o Ministério das Relações Exteriores. Eugene Delgado-Arias declarou que na visão de Arraes não era competência do governo do estado lidar com assuntos internacionais³¹².

Esses documentos demonstram o sentimento de derrota dos EUA diante dos seus esforços contínuos em melhorar a sua imagem entre os nordestinos. Com Arraes no governo do maior centro econômico e político do Nordeste a única saída seria a busca incansável por apoio em outros governadores que ainda eram favoráveis à presença da Aliança para o Progresso. Carlos Fico cita um documento importante, uma reunião de 20 de janeiro de 1964, quando a Embaixada afirmava que Arraes “cubanizaria” o Brasil. A decisão de Gordon em conjunto com equipe da USAID era que suas agências deveriam evitar qualquer confronto público que desse a impressão de perseguição a Arraes. Gordon salientava que a Aliança deveria deixar de realizar obras em Pernambuco com recursos dos EUA, e instruiu que esses recursos fossem destinados aos governadores mais afinados com os interesses estadunidenses³¹³.

1963: o ano da radicalização

Você, que sabe que o Presidente da República tinha direitos adquiridos pela Constituição; você, que sabe que as regras do jogo foram mudadas depois da eleição; você, que está vendo que o parlamentarismo não funciona; você, que não admite desrespeito à Constituição, compareça ao dia 6 e marque: NÃO, NÃO, NÃO, NÃO, NÃO...

³¹¹ *Some elections results and first thoughts thereupon*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 5, slides 348-354.

³¹² *Weekly summary Nº 21*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 5, slides 234-238.

³¹³ FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de Chumbo, o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008, p. 78-79

Com a renúncia de Jânio, se instaurou durante a crise de agosto e setembro de 1961 o regime parlamentarista no Brasil, baseado em um amplo acordo entre políticos e militares para acatar a posse de João Goulart evitando um possível conflito. Durante o ano 1962, Jango gastou grande parte de seu esforço para aprovar o plebiscito que restauraria o regime presidencialista. Como demonstra Damien Bezerra de Melo, ao observarmos a composição do gabinete parlamentarista, com Tancredo Neves como primeiro-ministro, ficava evidente o seu caráter conciliador. Era composto por grandes líderes conservadores da UDN (os udenistas Gabriel Passos, na pasta de Minas e Energia e Virgílio Távora, na Viação e Obras Públicas) e do PSD (Ulisses Guimarães, na Indústria e Comércio e o próprio Tancredo Neves). San Tiago Dantas e Estácio Souto Maior ocuparam o Itamaraty e o Ministério da Saúde, respectivamente. Ambos representavam o PTB no governo.

Em 18 de setembro de 1962, Goulart nomeou Hermes Lima (PSB) como primeiro-ministro interino, com um conselho de ministros com “aviso prévio”. A intenção era conduzir o mais rápido possível a volta do regime presidencialista. Grande parte das lideranças políticas do país eram favoráveis ao retorno do presidencialismo, vários deles almejando as eleições de 1965. O Ministro da Casa Civil, Hugo de Faria, foi colocado como coordenador da campanha do plebiscito. Ele viajou até a França onde fez um estudo da campanha plebiscitária de Charles De Gaulle, que conseguiu 62% dos votos para reformar a Constituição Francesa em 1962. Hugo de Faria trouxe cartazes que serviram de modelo para o material de propaganda no Brasil³¹⁵. Tamanho esforço se justificava pelo fato de que a pergunta a ser respondida na cédula de votação era: “Apoia o Ato Adicional que instituiu o parlamentarismo?”. Em suma, para o retorno do presidencialismo era necessário votar NÃO. Como disse Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes isso, com certeza, confundia os eleitores³¹⁶.

³¹⁴ Jingle disponibilizado pelo Arquivo S do Senado Federal, disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infograficos/2018/02/no-plebiscito-de-1963-brasil-derruba-parlamentarismo-e-devolve-poderes-a-jango> acesso: 23/02/2019.

³¹⁵ MELO, Damien Bezerra de. *O Plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009, p. 155.

³¹⁶ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a Ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.115.

No íterim entre o final de 1962 e início de 1963 dois eventos alimentaram o ideário estadunidense no Brasil como palco da Guerra Fria. Um em âmbito internacional: a Crise dos Mísseis em Cuba; o outro, no âmbito nacional, a descoberta dos campos de treinamento de guerrilha das Ligas Camponesas. Fazemos um breve balanço: desde 1960 os EUA monitoraram continuamente as atividades das Ligas Camponesas pelo Nordeste. Os diplomatas viram Julião expandir o movimento dos galileus de Vitória do Santo Antão transformando-o em dezenas de células espalhadas pelo Nordeste com milhares de camponeses associados. Na visão do serviço diplomático, o governo brasileiro parecia não compreender a dimensão do problema. De fato, os brasileiros enxergavam a crise no Nordeste com outros olhos, pois não compartilhavam do entendimento singular do ideário dos *cold warriors*.

A Sudene permanecia como um grande ponto de interrogação, pois não havia um consenso sobre o perfil de Celso Furtado, e, na visão dos diplomatas, até aquele momento os planos da superintendência não haviam surtido efeito algum. Miguel Arraes venceu em Pernambuco, o que representava no ideário o comunismo no poder do estado. A situação econômica do Brasil era vista como desastrosa, não havia sinais de que a inflação diminuiria e o custo de vida aumentava cada dia mais, alimentando a revolta popular. O Itamaraty sob a liderança de San Tiago Dantas aprofundou a Política Externa Independente e, cada vez mais, se observava um descompasso das relações entre o Brasil e os EUA no âmbito internacional. No cenário político, os partidos com proximidades quase íntimas com o serviço diplomático davam munição diária ao ideário estadunidense de que o Brasil era uma locomotiva acelerada em direção ao totalitarismo. Desesperados pelo crescimento da esquerda e dos movimentos sindical e camponês, empresários e conservadores pediam socorro aos diplomatas, desenhando o trabalhador e o camponês brasileiro como um bolchevique.

Não se trata de uma tentativa de justificar a indefensável intervenção em assuntos internos. Trata-se de compreender o pensamento que os levou a ações como a Operação *Brother Sam* e o apoio ao golpistas, indo além de conceitos como imperialismo ou de uma visão dicotômica típica da Guerra Fria, do bem representando pelos capitalistas contra os malvados comunistas. Na ótica do governo dos EUA, suas ações eram portadoras do Destino Manifesto, eram guardiões do processo civilizatório que levaria às novas fronteiras do mundo os benefícios do capitalismo global. Ao enxergar o Nordeste com essas lentes, criava-se um ponto cego que não permitia aos diplomatas vislumbrar que

suas ações estavam acirrando ainda mais os graves conflitos internos no Brasil. A angústia é o tom dos documentos de 1963, o sentimento de derrota é constantemente justificado, numa tentativa de esconder os graves erros que estavam cometendo.

Qual o destino dos camponeses após as eleições? O livro de memórias de Assis Lemos é uma fonte primária valiosa daqueles tempos. O líder camponês paraibano afirmou que desde a viagem de Julião a Cuba ele decidiu pela radicalização do movimento camponês. Foi adepto da formação de guerrilhas e passou a defender uma saída pelo socialismo. Essa radicalização deu origem à famosa frase “reforma agrária na lei ou na marra” e fez com que Julião se isolasse das outras lideranças de esquerda mais moderadas³¹⁷. Julião teve que enfrentar as investidas dos padres católicos Antônio Melo e o Paulo Crespo, que atuavam na região em favor da sindicalização rural, que começou a ser vista como uma solução menos radical do que a expansão das Ligas.

Carlos Aguiar, na sua biografia de Francisco Julião, nos fornece elementos importantes para compreender aqueles tempos. Novas perspectiva de lutas sociais se abriam em nível nacional. Com Arraes no governo de Pernambuco e João Goulart com as reformas de base (sendo a reforma agrária um dos seus principais pontos) formava-se um rolo compressor que isolava o bloco político defensor do antigo sistema agrário dominante, comprometido historicamente com a imobilidade social da região. Havia o entendimento mais ou menos consolidado de que a nova burguesia nacional emergente, com o aval das classes populares, poderia superar essas condições de atraso do trabalhador no campo. Nesse sentido, a estratégia de enfrentamento direto das Ligas começou a se esvaír³¹⁸.

Eis que em 4 de dezembro de 1962, o Estado de São Paulo publicou a notícia de que um campo de treinamento de guerrilheiros havia sido descoberto na cidade goiana de Dianópolis. A notícia informava a prisão de 24 agitadores comunistas e com eles foram apreendidas armas, munições, além de livros sobre guerra de guerrilhas e material de propaganda comunista. Tudo começou quando o chefe do serviço de Repressão ao Contrabando, José de Seixas, recebeu uma denúncia de que muitas caixas contendo geladeiras estavam chegando a uma fazenda em Dianópolis, porém, na região não havia

³¹⁷ LEMOS, Francisco de Assis. *Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponesas e o golpe de 64*. Londrina: Editora UEL/Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1996, p. 136-139.

³¹⁸ AGUIAR, Carlos. *Francisco Julião: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 355-357.

energia elétrica. Quando a polícia invadiu o acampamento encontrou as tais caixas. Para Seixas eles desmantelaram um campo de treinamento militar das Ligas Camponesas. Entre o material, havia bandeiras cubanas e manuais de instrução de combate, bem como retratos e livros de Fidel Castro e Francisco Julião. O ponto mais sério eram os registros de contabilidade que demonstravam apoio financeiro do governo cubano para a montagem dos acampamentos³¹⁹.

Goulart ficou extremamente estarrecido com o fato, pois eram provas de que o governo cubano articulava a derrubada do seu governo. Seixas entregou todo o material apreendido pessoalmente ao presidente. Diante de um caso que poderia gerar muitas consequências internacionais, o presidente tratou de tudo com frieza. Convocou o embaixador cubano e afirmou que se sentia traído, afinal, o governo brasileiro apoiou Cuba em diversos momentos na OEA, além de manter aproximação com o bloco soviético, enfrentando as pesadas críticas dos Estados Unidos. Jango devolveu o material ao embaixador de forma discreta. Contudo, como diz Ferreira e Gomes, “o acaso ou algo mais que o acaso, não se saberá, sabotou sua discricção”. O avião da Varig com o material apreendido sofreu um acidente no aeroporto de Lima, no Peru. Os documentos foram apreendidos por agentes da CIA. Agora os Estados Unidos tinham provas de que Cuba financiava guerrilheiros das Ligas Camponesas no Brasil³²⁰. Após esse fato, qualquer material suspeito apreendido era logo interpretado pelo serviço diplomático como material de guerrilha das Ligas, dando razão as considerações alarmistas de Merwin Bohan.

No dia 6 de janeiro 1963, dia da votação, João Goulart fez um pronunciamento nas rádios onde pediu o comparecimento no referendo. Em seu discurso ligou o retorno do presidencialismo com as reformas de base, com o Plano Trienal e como solução para a crise institucional que se instalou desde agosto de 1961. A votação foi surpreendente, 9.427.400 de pessoas votaram NÃO, apenas 2.073.583 votaram SIM. Jango considerou o retorno ao presidencialismo como uma conquista pessoal.

Os Novo Rumos da Aliança

³¹⁹ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a Ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p.129.

³²⁰ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. 129-131.

Em 04 de janeiro de 1963, o Consulado informou que mais caixas com armas foram encontradas numa região rural próxima de Taubaté. Eram 60 pistolas automáticas, uma metralhadora, quatro mosquetes e munições. Segundo a polícia, as armas eram de fabricação tcheca e a metralhadora estava embrulhada em jornais cubanos. A polícia ainda investigava o caso, mas dizia que o material bélico pertencia às Ligas Camponesas³²¹. Alguns dias depois, novos *weekly summaries* do Consulado de Recife relatavam casos de violência em Pernambuco e na Paraíba, eram choques entre camponeses e latifundiários. Os trabalhadores rurais invadiram diversas fazendas. Em seus comentários, Lowell Kilday afirmou que os camponeses pareciam mais revoltosos e intransigentes do que antes e a velha estrutura paternalista parecia estar ruindo. Segundo o diplomata, era provável que esses conflitos se avolumassem e tomassem a forma de uma guerra de guerrilhas. Kilday asseverou que as Forças Armadas estavam relutantes em usar sua força contra os trabalhadores rurais³²².

Moniz Bandeira, Joseph Page, Vandek Santiago, Carlos Aguiar, Francisco de Oliveira, entre outros apontam para a presença da CIA no Nordeste em 1963. Moniz Bandeira recorre aos números de desembarque de estadunidenses no Brasil como argumento, em 1962 foram 4968 desembarques e em 1963 mais 2463. Os números realmente são expressivos se comparados a 1960 (1184) e 1964 (764). Os jornais lançavam diariamente notícias de pessoas estranhas e cargas de armas vindas dos EUA, até mesmo máquinas de fabricar munição chegando pelo porto de Recife. Moniz Bandeira afirma que soldados *boinas verdes* estavam presentes no Nordeste prontos para contra-atacar em caso de uma revolta³²³. Joseph Page fala de agentes disfarçados de funcionários diplomáticos no Consulado. Todos os autores apontam para a estranha estrutura do Consulado que chegou a contar com 14 vice-cônsules, pontuando que seria entre esses funcionários que estavam os agentes da CIA³²⁴. Nosso compromisso com o empirismo da operação historiográfica nos impede de conjecturar. No entanto, entre os documentos é possível encontrar diversos relatórios feitos por diplomatas e enviados à agência de informações dos EUA. Os telegramas e memorandos contém em seu cabeçalho os locais

³²¹ *Weekly Summary N° 53* (São Paulo). Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 5, slides 784-788, 1963.

³²² *Weekly Summary N° 29 (Recife)*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 5, slides 853-857.

³²³ MONIZ BANDEIRA, Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 419-435.

³²⁴ PAGE, Joseph A. Page. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972, p. 223.

por onde as informações deveria circular, a maioria destes relatórios foram destinados à CIA e às Forças Armadas do EUA. É óbvio que havia uma intensa comunicação entre esses órgãos governamentais.³²⁵

Em uma reunião com o diretor da USAID-Nordeste, em março de 1963, a nova postura da Aliança ficava clara. Na avaliação da USAID, com o resultado das eleições em Pernambuco, diversos membros clandestinos do Partido Comunista agora ocupavam cargos importantes no governo. Para o diretor da USAID, John Dieffenderfer, os comunistas e seus apoiadores continuariam a crescer nas próximas eleições de 1965 e 1966. Era necessário canalizar os recursos da Aliança para outros estados que fossem favoráveis aos interesses dos EUA, assim, não dariam resultados positivos para o governo Miguel Arraes com dinheiro estadunidense. O documento indica dois locais, a Bahia do governo, Juracy Magalhães (UDN) e o Rio Grande do Norte, do governo Aluísio Alves (PSD). Essas seriam as “ilhas de sanidade administrativa” do Nordeste. Como fazer essas operações sem deixar evidente que os EUA estavam fazendo uso político de um programa de ajuda econômica? Dieffenderfer recomendou que as ações não poderiam ser conduzidas por intermédio da Sudene; a superintendência com toda certeza desaprovava tal tipo de política. Também não seria pelo Governo Federal, se os EUA fizessem uso de qualquer outro órgão institucional, a Sudene iria argumentar que essa era sua competência. A solução era conduzir os acordos diretamente com os governos estaduais e as prefeituras³²⁶.

No mesmo mês, após as definições da USAID e do Consulado, Lincoln Gordon encaminhou o pedido de 76 milhões de dólares a serem expandidos para mais 100 milhões para a realização dos programas da Aliança para o Progresso nas áreas favoráveis ao governo dos EUA. O Ceará foi incluído no relatório, além da Bahia e do Rio Grande do Norte. Gordon lembrou que não se tratava de um abandono de Pernambuco, os programas continuariam a funcionar no local. Ainda era possível negociar com Celso Furtado que se

³²⁵ Vandeck Santiago afirma que esses documentos estão abertos no próprio site da Agência de Inteligência dos Estados Unidos, devido ao nosso recorte e ao próprio tempo que uma análise desse tipo necessita não consultamos esses arquivos.

³²⁶ "Community Development Program for Northeast Brazil" (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:353908/>

mantinha disposto em trabalhar com o governo dos EUA, mas era preciso contornar o governo de Arraes³²⁷.

Naqueles meses novas agitações atingiam o Nordeste. As Ligas Camponesas e os sindicatos rurais – que começavam aparecer em toda a região – orquestraram grandes manifestações em favor do pagamento do 13º salário aos camponeses. No início de maio uma dessas manifestações ocorreu em Recife, em frente ao Palácio do Governo. Padre Crespo, junto com o sindicalista Claudio Braga, acompanharam os trabalhadores rurais que erguiam foices e enxadas pelas ruas do centro. O Consulado da capital enviou um observador. Ao conversar com alguns camponeses o cônsul relatou que todos foram instruídos a não responder de qual organização eram, nem comentaram nada sobre Francisco Julião.

Como observou Page, Julião estava em baixa. As lideranças católicas evangelizavam em prol do sindicalismo. Em 2 de março de 1963 o Congresso Brasileiro aprovou a Lei do Trabalhador Rural, estipulando vários direitos e benefícios que não haviam sido garantidos nas décadas anteriores. Assim, se formalizou o direito a sindicalização rural. O governador Arraes deu ordens diretas à polícia estadual para não intervir nas disputas entre camponeses e os latifundiários. Essas alterações institucionais eram as primeiras direcionadas no sentido de estender os direitos trabalhistas aos camponeses. Os padres Antônio Melo e Crespo, haviam se adiantado na empreitada. Com uma atmosfera favorável à sindicalização, as associações de classe, que era o tipo jurídico das Ligas, deixavam de ter sentido de existência³²⁸.

O Partido Comunista possuía uma base urbana tradicional em Recife. Suas relações com Francisco Julião já estavam abaladas há tempos, pois as teses do PCB sobre a luta camponesa no Brasil não estavam escritas sob termos de guerra de guerrilhas. Havia uma divergência séria com o líder camponês sobre os métodos empregados na luta contra o latifúndio. Os comunistas seguiram o caminho dos padres e passaram a ocupar os espaços de sindicalização. Logo eles estavam tendo êxito em organizar os sindicatos rurais.

³²⁷ *Action Department 1995* (1963). *Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s 80s*. Brown Digital Repository. Brown University Library.

<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:353819/>

³²⁸ PAGE, Joseph A. Page. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972, p. 184-185.

O governo Kennedy logo percebeu a mudança nos ares do Pernambuco. O Subsecretário de Estado George W. Ball encaminhou um telegrama à Embaixada do Rio de Janeiro em 10 de abril de 1963; a ordem era que o serviço diplomático avaliasse a cisão entre o presidente João Goulart e Francisco Julião. Goulart teria dado uma ordem a Arraes para “liquidar” o líder camponês de Pernambuco³²⁹. O Subsecretário cita como referência a fala de Goulart um telegrama da Embaixada que não conseguimos localizar (possivelmente ainda classificado). Não sabemos onde ou se Jango usou o termo liquidar, mas claramente ele estava contra Julião naquele momento. Afinal, a luta armada que Julião pregava representaria a queda do presidente que agora gozava de plenos poderes no presidencialismo.

Assis Lemos lembra que Julião se afastou das Ligas Camponesas no Nordeste. Passava a maior parte do tempo viajando por outras regiões, tentando apoio para a sua causa revolucionária. Lemos diz que cobrou de Julião uma maior presença nas manifestações das Ligas, que apesar de enfraquecidas, ainda estavam atuando³³⁰. Alguns setores das Ligas resistiram à sindicalização e hostilizaram a ação dos padres. O governo federal, com o Ministro do Trabalho, Paulo Guerra, ofereceu passagens aos líderes das Ligas para que viajassem até o Rio de Janeiro onde o ministro explicaria as vantagens de se sindicalizar. Esse documento aponta para um esforço do próprio governo Jango no sentido de conduzir as lutas camponesas para o âmbito sindical³³¹.

Voltemos um pouco no tempo. Em agosto de 1962, a Embaixada enviou um relatório ao Departamento de Estado afirmando que a fomentação de sindicatos por padres poderia ser uma alternativa democrática às Ligas Camponesas. Essas ações católicas estavam presentes em pelo menos oito estados. À época o documento já citava os padres Antônio Melo e Paulo Crespo. O Consulado recomendou que fossem destinados recursos para investir na sindicalização. O longo telegrama assinado por Eugene Delgado-

³²⁹ “liquidate”. *Analysis of Goulart Statement* (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:333395/>

³³⁰ LEMOS, Francisco de Assis. *Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponesas e o golpe de 64*. Londrina: Editora UEL/Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1996, p. 136-139.

³³¹ *Weekly Summary No. 48* (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:331520/>

Arias solicitava o treinamento de lideranças sindicais e desses membros da Igreja nos Estados Unidos³³².

O cônsul afirmava que os EUA reconheciam as condições semifeudais que os trabalhadores do Nordeste viviam e sabiam que eles poderiam se tornar uma força revolucionária se as agitações das Ligas continuassem. Para ele, até dois anos atrás, não havia outra alternativa aos trabalhadores rurais que quisessem recorrer aos seus direitos além das Ligas Camponesas. A sindicalização era uma via de abertura que poderia reverter o quadro de ebulição social do Nordeste³³³.

O documento trazia ainda um perfil das duas principais lideranças sindicais em Pernambuco. Padre Paulo Crespo era de Jaboatão, Padre Antônio Melo da cidade do Cabo. Na avaliação do cônsul, Padre Melo era o melhor dos dois em termos de discurso, tinha apenas 28 anos, magro, de olhos arregalados. O cônsul o definia como um demagogo, mas muito capaz de organizar as massas camponesas, às vezes fazia falas contraditórias e um pouco históricas. Padre Crespo, por sua vez, também era jovem, tinha apenas 35 anos, era paciente, inteligente, silencioso, lógico e perspicaz na opinião do consulado. Entretanto, o mais importante era que ambos tinham a convicção de que o caminho para o progresso social no Nordeste deveria ser pacífico e democrático³³⁴.

O diplomata passa a descrever os métodos dos padres. Em agosto de 1962, Pernambuco contava com seis sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e mais onze que estavam em processo de reconhecimento. Crespo criou o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (Sorpe), que possuía sete divisões no estado. Em cada divisão havia uma equipe de cinco pessoas: um presidente e um coordenador geral, um padre, dois professores e um secretário-datilógrafo. A função dessa equipe era selecionar um município e treinar, preliminarmente, as lideranças sindicais em potencial e outras pessoas aptas e dispostas a ajudar, como enfermeiras, professores, advogados, etc. Assim formava-se outra equipe, que ia até a Sorpe e realizava mais treinamentos especializados formando um núcleo de liderança para organizar um sindicato³³⁵.

³³² *Rural Labors Unions in the Brazilian Northeast: the democratic alternative*. Opening the Archives Project - UEM, NARA: C-0080, Records of the U.S. Department of State Relating to Internal Affairs of Brazil, 1960-1963, rolo 13, slides 464-470, 1963.

³³³ *Rural Labors Unions in the Brazilian Northeast: the democratic alternative*. Op. Cit. slides 465-467.

³³⁴ *Rural Labors Unions in the Brazilian Northeast: the democratic alternative*. Op. Cit. slides 465-467.

³³⁵ *Rural Labors Unions in the Brazilian Northeast: the democratic alternative*. Op. Cit. slides 467-468.

Segundo Eugene Delgado-Arias, o objetivo desses sindicatos era simplesmente se tornar um veículo democrático para os trabalhadores rurais obterem um padrão de vida mais elevado e acabar com alguns abusos que sofriam nas mãos dos proprietários. Do ponto de vista de Delgado-Arias, as mudanças por eles buscadas eram quase tão revolucionárias quanto as propostas das Ligas, a diferença era que os sindicatos buscavam seguir um curso de ação legal e pacífico, e pretendiam preservar as formas democráticas de governo³³⁶.

O cônsul fez suas sugestões. Os governos dos Estados Unidos não poderia ser um observador passivo daquele processo, afinal, mesmo os sindicatos tendo bases democráticas, eles seriam disputados pelos membros do partido comunista. O governo dos Estados Unidos deveria fazer tudo o que fosse possível para influenciar a direção desses novos sindicatos. Era uma excelente oportunidade de influir na política regional. Delgado-Arias sugere um programa de treinamento de lideranças sindicais em bases democráticas. Era necessário manter financeiramente às famílias dos líderes camponeses enquanto esses recebiam os treinamentos necessários. O diplomata recomendou que a partir dessas lideranças selecionadas pela Sorpe, alguns membros fossem convidados a viajar para os Estados Unidos com o objetivo de realizar um treinamento técnico de sindicalismo. Essas lideranças deveriam receber instruções de difusão radiofônica, além da criação e administração de cooperativas de consumidores. Por fim, Padre Crespo deveria ser levado aos EUA convidado pela *American Federation of Labor – Congress Industrial Organizations (AFL-CIO)*³³⁷.

Larissa Rosa Corrêa, apresentou em sua tese de doutorado o papel do sindicalismo estadunidense no Brasil durante o período da Ditadura Militar. Por intermédio do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL) e do Instituto Cultural do Trabalho (ICT), entidades que foram financiadas pela AFL-CIO e outras corporações dos EUA, a autora detectou as raízes desses movimentos da IADESIL no Nordeste em 1962. Corrêa sublinha que no ano em questão a USAID foi responsável por fornecer 62% dos recursos utilizados pela entidade³³⁸. Segundo a autora:

³³⁶ *Rural Labors Unions in the Brazilian Northeast: the democratic alternative*. Op. Cit. slides 468-469.

³³⁷ *Rural Labors Unions in the Brazilian Northeast: the democratic alternative*. Op. Cit. slide 470.

³³⁸ CORRÊA, Larissa Rosa. *Disseram que Voltei Americanizado: relações sindicais Brasil-Estados Unidos durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1978)*. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2013, p. 44-45.

A atuação do IADESIL no Brasil e no restante da América Latina justificava-se à medida que os especialistas norte-americanos criavam uma imagem estereotipada sobre o sistema de regulamentação trabalhista na região. Para eles, o Brasil não apenas rejeitava o método da negociação coletiva como também não sabia aplicá-lo. Os confrontos entre patrões e empregados intermediados por um órgão governamental eram inaceitáveis, assim como as relações entre os sindicalistas e autoridades políticas. Pior ainda, aos olhos dos sindicalistas norte-americanos, eram o envolvimento dos trabalhadores nas questões políticas, assim como a mistura das demandas de trabalho relacionadas às reivindicações sociais, práticas que eles denominavam de “barganha política”³³⁹.

Em suma, a política que se intensificou nos anos pós-golpe era fruto uma estratégia elaborada para o Nordeste brasileiro, a sindicalização “democrática” que os documentos se referem foi estimulada como forma de organização trabalhista em contraponto as Ligas Camponesas. De volta a 1963, é possível notar que Padre Crespo passou a se comunicar constantemente com os funcionários do consulado sendo uma importante fonte de informações sobre a infiltração comunista nos sindicatos e um opositor das Ligas³⁴⁰. Em outros relatórios é possível observar alguns cônsules dizendo que superestimaram a capacidade das Ligas Camponesas e de Francisco Julião de conduzirem uma revolta armada no Nordeste³⁴¹.

Na verdade, o problema agora era outro. Os efeitos da sindicalização geraram outras complicações graves. O Conselho Sindical dos Trabalhadores do Pernambuco (Consintra), havia conquistado uma posição de destaque na organização intersindical. O conselho foi criado em 1959, durante o I Congresso dos Trabalhadores do Norte e Nordeste, com o objetivo de promover debates, estudos e de defender reivindicações conjuntas.

As problemáticas provenientes desses desalinhamentos são difíceis de mapear com precisão. Joseph Page fala de uma disputa ferrenha entre padres, Francisco Julião e

³³⁹ CORRÊA, Larissa Rosa. Op. Cit. p. 45-46.

³⁴⁰ *Weekly Summary No. 48" (1963)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:331520/>

³⁴¹ *Weekly Summary No. 50" (1963)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:331843/>

as Ligas, membros do Partido Comunista e dissidentes trotskistas que criaram um verdadeiro caos nas cidades e no campo em torno dos debates sobre a reforma agrária³⁴².

Em 1963, Jango tentou por duas vezes a aprovação de um projeto de reforma agrária, como parte fundamental do plano econômico conhecido como Plano Trienal. Após a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, Jango tentou se utilizar da enorme popularidade entre os trabalhadores para aprovar a reforma. Após disputas ferrenhas entre membros do PSD, do PTB e da UDN em torno das formas de indenização que deveriam ser pagas nas desapropriações, o projeto foi rejeitado no Congresso.

Novamente, em junho de 1963, João Goulart tentou uma aproximação com o Congresso através de uma reforma ministerial. O governo cedia em vários pontos da reforma agrária; aumentou os valores das indenizações e englobou apenas latifúndios com menos de 50% de suas terras improdutivas. Segundo a interpretação das áreas mais conservadoras do Congresso, mais de 50% de uso da terra já caracterizava um latifúndio produtivo. A proposta se tornou tímida demais para ter apoio das esquerdas. A radicalização fragilizava o governo. Além disso, o Plano Trienal foi abandonado ao longo do ano, bombardeado por todos os lados. Nem os projetos mais moderados de reforma agrária conseguiram aprovação no Congresso Nacional.

Em julho, os *weekly summaries*³⁴³ relatam amplas manifestações comandadas pelo conselho sindical comunista (leia-se Consintra) na cidade de Recife. No campo, as Ligas Camponesas mesmo enfraquecidas continuavam a comandar invasões em engenhos. No dia 24 de julho, 600 camponeses invadiram o Engenho Coqueiro de propriedade de Constâncio Maranhão, definido como um latifundiário e senhor feudal. Maranhão aparece no documentário *The Troubled Land* como a representação da oligarquia rural retrógrada. Miguel Arraes e Julião foram até o engenho negociar com os camponeses.

Como discutimos no segundo capítulo, a institucionalização das leis trabalhistas aos camponeses foi um processo custoso. Mesmo com um ambiente institucional

³⁴² PAGE, Joseph A. Page. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972, p. 223.

³⁴³ *Weekly Summary No. 1 (Week of June 30 through July 6, 1963) (1963)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:332171/>
Weekly Summary No. 1 (Week of June 30 through July 6, 1963) (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:332166/>

favorável, com Arraes no governo do estado e João Goulart na presidência, os latifundiários resistiram ferozmente ao Estatuto do Trabalhador Rural. Greves e paralizações foram constantes em todo o Nordeste. Diante da complexificação das organizações de luta, ficava difícil até mesmo saber qual organização havia convocado um ato ou paralisação. Um exemplo interessante desse ciclo de revoltas é relatado em um *weekly summary* de 6 de setembro de 1963, o Consulado afirma que após dias de entraves entre latifundiários e camponeses em toda a Zona da Mata pernambucana, os dois lados chegaram a um acordo sobre alguns pontos do Estatuto. Todavia, ironicamente, o acordo causou uma nova série de manifestações e invasões devido às divergências e contradições presentes no próprio acordo. Era um ciclo vicioso de insatisfações de complexa solução. O Consulado não conseguia nem mesmo identificar se os camponeses estavam organizados pelas Ligas ou pelos sindicatos. Os latifundiários e camponeses tiveram interpretações divergentes sobre os termos do acordo assinado dias antes, causando uma nova onda de ocupações³⁴⁴.

Em Jaboatão, as Ligas Camponesas aliadas ao PCB reuniram-se em protesto contra as orientações sindicais do Padre Crespo. Para o cônsul Delgado-Arias tamanha convulsão social estava paralisando a indústria açucareira e isso levaria ao agravamento da crise econômica, visto que essa era a grande produção rentável de Pernambuco³⁴⁵.

Na perspectiva do serviço diplomático, a situação se tornava cada vez mais caótica. No final de setembro, Carlos Lacerda publicou no jornal Tribuna da Imprensa uma entrevista que concedeu ao *Los Angeles Times*. Na ocasião, criticou os comunistas infiltrados no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e fez acusações sérias contra Goulart, chamando-o de “caudilho” e “totalitário”. O governador da Guanabara pedia ainda a intervenção dos EUA no Brasil como forma de salvar o país do comunismo. Declarou ainda que havia uma articulação de militares brasileiros avaliando se a melhor opção era colocar Jango sob controle ou alijá-lo imediatamente. Os Ministros Militares

³⁴⁴ *Weekly Summary No. 9 (week of August 26 through September 1, 1963)* (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:334255/>

³⁴⁵ *Weekly Summary No. 9 (week of August 26 through September 1, 1963)* (1963). Op. Cit. slide 1.

reagiram com veemência contra as acusações de Lacerda. Consideravam seu discurso uma injúria contra as Forças Armadas³⁴⁶.

As dificuldades estruturais do governo eram constantemente agravadas pela radicalização política. Goulart, chegou a outubro crente que os Ministros Militares estavam ao seu lado, e que o “dispositivo militar” funcionaria caso algum golpe radical fosse tentado contra ele. A cúpula militar, avaliando as crises, as greves e as declarações de Lacerda, pediu a Jango o estado de sítio. Argumentaram com o presidente que a ação de Lacerda não era isolada, mas fazia parte de uma ampla campanha de desestabilização contra o poder Executivo. A intenção do estado de sítio era destituir Lacerda do governo da Guanabara³⁴⁷.

Em início de outubro, seguindo todos os tramites constitucionais, o presidente encaminhou ao Congresso o pedido de estado de sítio. As reações foram imediatas. Organizações aliadas ao presidente pelas reformas de base declararam-se contrárias ao estado de exceção, como a UNE e a CGT. Até mesmo o PTB repudiou a ação do presidente. Miguel Arraes e Leonel Brizola avaliaram que o pedido de estado de sítio atingiria também os seus governos. Primeiro, os militares poderiam caçar os agitadores de direita, mas iriam para cima das esquerdas logo depois, como Vargas havia feito em 1937, quando fechou o Congresso e dissolveu os partidos políticos³⁴⁸.

Foi a partir desse período, nos meses finais de 1963, que os Estados Unidos passaram a considerar com seriedade a possibilidade um golpe para depor Goulart. Phyllis Parker narrou um encontro entre Lincoln Gordon e o almirante Silvio Heck ainda no começo de 1962 onde o militar afirmou que Goulart era um sujeito repugnante e um comunista. Heck solicitou apoio dos EUA caso os golpistas entrassem em ação³⁴⁹. Espantado com essas afirmações, Gordon chegou a solicitar à CIA um levantamento sobre a vida pessoal de Goulart. Na conclusão da agência central, apesar das proximidades do presidente com comunistas, ele não era um perigo imediato aos interesses dos Estados Unidos.

³⁴⁶ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a Ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 187-190

³⁴⁷ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. p. 190.

³⁴⁸ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. 191.

³⁴⁹ PARKER, Phyllis R. 1964: *o papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1977, p. 26-27.

Tanto Carlos Fico como Ruth Leacock³⁵⁰ concordam que a partir do final de 1963, portanto, ainda durante o governo John Kennedy, começaram a ser desenhados pela Embaixada com o auxílio do Departamento de Estado e da Casa Branca os primeiros planos de contingenciamento, um deles desembocaria na Operação *Brother Sam*. Ainda em meados de 1963, em 10 de junho, uma grande reunião ocorreu em Washington, aproveitando a passagem de Gordon pela capital. Na ocasião, o embaixador foi indagado por diversos membros de várias organizações do governo dos EUA. Na reunião estavam presentes Graham Martin, da USAID, coronel King, da CIA e John Sloan do Departamento de Defesa. Gordon afirmou que vários grupos chegaram a conversar com ele sobre o possível apoio a um golpe contra o presidente brasileiro. Ele afirmou que Goulart estava cercado de todas as maneiras, mas que por hora, a Embaixada não levava a questão tão a sério. Gordon era o responsável por informar o governo estadunidense sobre o que ocorria no Brasil, suas afirmações nessa reunião, apesar de não falar abertamente sobre o golpe, foi desenhar Goulart como um presidente incompetente, fraco e isolado politicamente. Graham Martin disse a Gordon para tentar manter a política de não intervenção direta, assegurar os investimentos privados no Brasil, mas suspender as assistências econômicas ao governo federal, apenas os programas no Nordeste seriam mantidos³⁵¹.

Em um relatório extremamente fundamental, escrito em final de agosto de 1963, demonstra a visão de Lincoln Gordon sobre os acontecimentos futuros no Brasil, caso os EUA não intervissem diretamente na questão. Gordon parece ter questionado uma avaliação do próprio Departamento de Estado de que o Partido Comunista não teria grandes proporções no Brasil e por isso não representava um grande perigo. O embaixador afirma que não tinha pretensões de ser um grande entendido de comunismo internacional, mas achava essa avaliação grosseiramente equivocada. Ele lembrou que na Guatemala os comunistas também eram um grupo pequeno e em Cuba, antes da revolução, o Partido Comunista era fraco. Gordon afirmou que a esquerda no Brasil era um zoológico de muitas espécies, a maioria não simpatizava com o comunismo. Mas o

³⁵⁰ FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de Chumbo, o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008, p. 43. LEACOCK, Ruth. *Requiem for Revolution: the United States and Brazil, 1961-1969*. Kent State University Press, 1990, p. 172-173.

³⁵¹ *Current Situation in Brazil (1963)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:668865/>

papel dos EUA não deveria ser o de aferir o número de comunistas, mas sim examinar os círculos de ideias socialistas e esquerdistas que estavam presentes no interior do país³⁵².

Gordon lembrou que o Estado brasileiro, naquele momento, era um herdeiro da estrutura do Estado Novo, o que proporcionava um poder excepcional ao presidente. Ele usa como exemplo de sua análise o campo do trabalho, afirmando como o controle do governo se dava até mesmo nas formas que uma empresa deveria funcionar, como empregar, como demitir, como obter créditos, absolutamente tudo estava concentrado nas mãos do Estado. Segundo o embaixador, os empresários vivam a mercê do governo. Outro campo exemplar seria o das informações, os jornais dependiam dos empréstimos do Banco do Brasil, muitos jornalistas eram funcionários públicos, além das legislações que permitem fechar rádios e TV ao bel prazer do presidente³⁵³.

Ainda para o embaixador, o Estado Brasileiro estava organizado para concentrar poder nas mãos de poucos, o que, somado ao paralelismo de Jango, com o seu apoio e a sua tolerância aos comunistas, constitui-se num mecanismo que ampliaria em cem vezes o poder dos sindicalistas e dos comunistas. Em continuidade, Gordon asseverou que isso tudo dá ao governo poder para neutralizar e destruir opositores e difundir controle sob as massas³⁵⁴.

Para o embaixador, os brasileiros tinham sérias vulnerabilidades à subversão comunista. A primeira, era a crença de que o Brasil possuía uma lógica própria, portanto, as suas experiências políticas e econômicas são únicas e nada tem a ver com os outros países. Isso, impedia que políticos compreendessem que eles passavam por um estágio semelhante a outros países que caíram no totalitarismo. Segundo, havia um excesso de confiança em sua própria inteligência, e uma incapacidade de reconhecer que os outros podem ser tão espertos, decididos e sistemáticos. Com isso, não reconheceriam a potencialidade de perigo de certas organizações³⁵⁵.

Para qual caminho Goulart seguiria? Gordon diz que tudo se aproximava de um regime autoritário sindicalista, com uma posição altamente contrária aos Estados Unidos

³⁵² Gordon, Lincoln, "*Communism in Brazilian Leadership*" (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:672441/>

³⁵³ Gordon, Lincoln, "*Communism in Brazilian Leadership*" (1963). Op. Cit. p. 2.

³⁵⁴ Gordon, Lincoln, "*Communism in Brazilian Leadership*" (1963). Op. Cit. p. 2.

³⁵⁵ Gordon, Lincoln, "*Communism in Brazilian Leadership*" (1963). Op. Cit. p. 3.

e com alto grau de influência dos comunistas. Gordon reclamou sobre quão minguadas eram as lideranças políticas no Brasil e quão plástica era a opinião das massas. Por consequência disso, o curso dos acontecimentos dependia de acidentes da História, como os que colocaram Goulart na presidência³⁵⁶.

O embaixador conclui que o golpe dado por Goulart começaria com movimentos sutis, como a troca de postos militares importantes e algumas mudanças no gabinete ministerial. Essa virada à esquerda que o presidente estava conduzindo era muito mais séria que qualquer zig-zag que Goulart havia dado ao longo de sua carreira. Para Gordon, assim que o apoio popular do presidente se esvaísse, ele mostraria a sua verdadeira face autoritária e populista. No novo regime sindicalista, o sentimento antiestadunidense seria um dos pilares de sustentação emocional do governo, assim como a ampla participação dos comunistas em todos os setores. Gordon finalizou dizendo que reconhecia que um regime sindicalista poderia ser anticomunista, como havia ocorrido com Getúlio Vargas anos antes, mas o mundo agora estava muito diferente dos anos de 1930 e o bloco comunista fornecia a fonte de apoio externo, não mais a Alemanha. As questões que Goulart enfrentava eram muitos mais difíceis do que as que Vargas enfrentou. E na visão do embaixador, o presidente provou ser incapaz de lidar de maneira eficaz com os fatos, ele nem ao menos compreendia a situação. Assim que o novo regime fosse declarado, Goulart seria esmagado pelos comunistas e deixado de lado³⁵⁷.

Essa perspectiva de Gordon demonstra os prognósticos sobre o Brasil. O resultado das convulsões sociais em vários setores levaria ao desmantelamento total do governo e conseqüentemente ao comunismo. O embaixador ocupava o cargo mais importante do serviço diplomático brasileiro, era ele quem interpretava as condições e os eventos e era pelo seu crivo de análise que as políticas do Departamento de Estado eram planejadas. Gordon fez verdadeiros malabarismos argumentativos para fornecer um panorama caótico para o Brasil. Ele decididamente pintou todos os movimentos de esquerda, de trabalhistas aos nacionalistas – o zoológico de muitas espécies – como inconscientes das conseqüências de seus atos. Era o engajamento mítico do discurso de um *cold warrior*, o Brasil era terra selvagem, *wilderness*, a América Latina a nova fronteira. Sujeitos que não

³⁵⁶ Gordon, Lincoln, "Communism in Brazilian Leadership" (1963). Op. Cit. p.3.

³⁵⁷ Gordon, Lincoln, "Communism in Brazilian Leadership" (1963). Op. Cit. p.4.

compreendiam o seu próprio papel. Era preciso da tutela de uma grande nação para demonstrar o verdadeiro caminho da democracia.

Os Ecos dos Tiros em Dallas

Numa sexta-feira, 22 de novembro de 1963, John F. Kennedy foi assassinado com três tiros dados de uma carabina italiana equipada com mira telescópica, em Dallas, no Texas. *Kennedy's death* foi o ponto principal de todos os relatórios do fim de novembro e do início de dezembro em todos os consulados e na embaixada no Brasil. O consulado em Salvador afirmou que foram inundados por cartas e telegramas expressando condolências, governadores e prefeitos decretaram três dias de luto na maioria das cidades do Nordeste. O cônsul Harold Midkiff relatou que Kennedy estava sendo comparado a Franklin D. Roosevelt e a Abraham Lincoln como um cidadão dos EUA que moldou o destino do mundo. O discurso do novo presidente, Lyndon B. Johnson, proferido diante do Congresso, cinco dias após a morte de Kennedy, assegurou que manteria todos os programas assistência mútua na Ásia, na África e a Aliança para o Progresso na América Latina³⁵⁸.

Essa foi a preocupação de alguns jornais nos dias após a morte de Kennedy, muitos se perguntaram se os programas em vigor no Nordeste seriam mantidos após Johnson assumir o poder. A morte de Kennedy se tornou um momento oportuno para as lideranças golpistas no Brasil se aproximarem de figuras chave do governo dos EUA. Lincoln Gordon telegrafou a Ralph J. Burton³⁵⁹, relatando que durante o velório de Kennedy, Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, estaria em Washington e poderiam tratar de como os EUA iriam agir se Goulart tentasse um golpe. Ranieri Mazzilli, presidente da câmara dos deputados, ligou para o embaixador para conceder condolências, Gordon aproveitou a oportunidade para conversar sobre a situação política³⁶⁰.

³⁵⁸ *Weekly Summary (1963)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:333729/>

³⁵⁹ Burton é mencionado na *Foreign Affairs Books (1964-1968)* como “director, office of brazilian affairs, Bureau of Inter-American Affairs, Department of State, until March 1965”.

<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v31/persons>

Moura Andrade in Washington for Kennedy Funeral (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:333294/>

³⁶⁰ *Phone Conversation with Ranieri Mazzilli" (1963)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:333762/>

O discurso de Johnson como novo presidente apontou para a manutenção dos programas de ajuda externa, bem como todos os despachos feitos nos dias posteriores ao seu discurso informaram que a Aliança para o Progresso estava garantida. No entanto, as alterações que Lyndon Johnson conduziu no Departamento de Estado dias após assumir foram cruciais e ocasionaram mudanças profundas nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos.

Como sublinha Carlos Fico, o perfil do novo presidente era modesto. Não havia em torno dele a mesma aura de mistificação que envolvia o jovem John Kennedy. Johnson era um professor de uma pequena cidade no Texas, na fronteira com o México, o que o fazia acreditar ingenuamente que entendia os latinos. Fico lembra que Johnson se sentia intimidado pela equipe de assessores de Kennedy, todos intelectuais prestigiados. Isso o fazia se esforçar em uma rotina noturna de leituras de relatórios, resumos e análises principalmente da CIA e do Departamento de Estado. Mas Johnson não cultivou o mesmo zelo com a América Latina. Diante dos crescentes problemas que teve que enfrentar na região, o presidente optou por escolher um especialista que tivesse carta-branca para agir em todos os assuntos latino-americanos. Em janeiro de 1964, Thomas C. Mann, ex-embaixador dos EUA no México, assumiu as funções de coordenador da Aliança para o Progresso, secretário assistente para Assuntos Interamericanos e assistente especial do presidente para a América Latina³⁶¹.

A presença de Mann no Departamento de Estado foi decisiva para consolidar uma nova abordagem da política externa dos EUA para a América Latina. Mann pertencia a outro ideário, muito mais próximo dos que haviam conduzido o *Point IV* anos antes. Ele não pertencia a cúpula intelectualizada de Kennedy. Schelesinger, Goodwin e outros foram afastados por Johnson. A Aliança agora era vista como uma ferramenta vital, mas estava corroída por uma cadeia de ineficiência. Era preciso ir além dos investimentos públicos e estabelecer um ambiente para os investidores privados. Esses eram os primeiros indícios da Doutrina Mann³⁶².

Segundo Carlos Fico, com a Doutrina Mann, os Estados Unidos deixaram de questionar a natureza dos regimes que estavam recebendo assistência, desde que esses se mantivessem anticomunistas. Não importava mais se o governante era um ditador. Esse

³⁶¹ FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de Chumbo, o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008, p. 34.

³⁶² FICO, Carlos. Op. Cit. p. 35-36

era um dos pontos mais criticados pelos *newfrontiersmen* durante o governo Eisenhower, o apoio que ele teria fornecido a ditadores latino-americanos. No entanto, concordamos com Carlos Fico quando ele salienta que, embora significativas, as mudanças trazidas por Thomas Mann não eram novidades. Kennedy assumiu uma postura mais flexível em relação às ditaduras se baseando no agravamento das crises latino-americanas. Mann trouxe uma mudança de ênfase e não uma alteração profunda da política³⁶³.

Assim que assumiu o governo, Johnson solicitou a vários membros do *staff* do Departamento de Estado uma análise sobre a possível indicação de Mann para assumir a assessoria de assuntos latino-americanos e a direção da Aliança para o Progresso. A maioria das cartas enviadas foi favorável à indicação, mencionando o ótimo trabalho de Mann no México. Apenas Ralph A. Dungan, fornece uma visão crítica. Ele afirma que Johnson precisava estar ciente que o perfil de Mann era de um conservador. Dungan pontuou que Mann tem uma ótima reputação entre os empresários nos EUA, mas ele lembrou que o serviço diplomático era sempre rotulado por atender apenas aos interesses comerciais. Era muito difícil apagar a imagem entre os latino-americanos do ianque imperialista. Dungan concluiu que a imagem de Johnson na América latina era excelente, porém, todos estavam de olho em seus movimentos, indicar Mann para uma pasta tão importante poderia ser interpretado como uma guinada à direita³⁶⁴.

Em duas cartas de Johnson indicando Thomas Mann para os cargos de coordenador da Aliança para o Progresso e assessor de assuntos interamericanos, o presidente lembrou de um ponto que parecia fruto das horas que passou lendo os relatórios da CIA e do Departamento de Estado. Os Estados Unidos deveriam conduzir os latino-americanos a tratar o sindicalismo de forma livre e anticomunista. Em uma das cartas, ele afirma que o objetivo da justiça social é um esforço contínuo, mas há particularidades que até o momento não eram o centro da Aliança para o Progresso. Johnson diz a Mann que ele deve trabalhar em estreita colaboração com os grupos e as instituições privadas que mantinham atividades na América latina. Isso inclui a AFL-CIO, os grupos religiosos e

³⁶³ FICO, Carlos. Op. Cit. p. 36.

³⁶⁴ Dungan, R., "Letter to President Johnson Concerning Thomas Mann's Conservatism" (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.
<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:658461/>

de caridade e o setor privado, fazendo assim contribuições fundamentais à Carta de Punta del Leste, o acordo formal da Aliança³⁶⁵.

Esses eventos elementares no âmbito da política externa ocorreram em paralelo a uma ampla organização dos trabalhadores rurais no Nordeste. Em Pernambuco, entre novembro e dezembro ocorreram 20 dias de paralização, seguidos por 3 dias de greves gerais por todo o estado. No fim, os trabalhadores conseguiram uma conquista histórica, um aumento de 80% no salário, negociado entre os sindicatos e o governo federal. Foi necessário compensar o aumento salarial com a diminuição das taxas de importação sobre o açúcar concedidas por João Goulart. Na ocasião, a demora nas negociações foi atribuída à ineficiência do presidente brasileiro em acelerar as concessões. O cônsul relatou que a diária passava de Cr\$ 200,00, no início de 1963, para uma diária de Cr\$ 900,00. Isso aliviou as condições dos camponeses diante da espiral inflacionária³⁶⁶.

Para o cônsul geral, Edward J. Rowell, essa era a primeira demonstração de força de uma ampla base sindical que havia se formado no Nordeste. As disputas dos diversos líderes parecem ter sido deixadas de lado e eles foram extremamente eficazes em organizar o movimento. Agora o sindicalismo no Nordeste estava bem organizado e respondia rapidamente ao comando das lideranças. Em menos de 24 horas após a convocação da greve cerca de 90% dos 200 mil trabalhadores da indústria açucareira paralisaram os trabalhos. Apesar dos diversos sindicatos não reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, foi a aliança comunista do Consintra que conseguiu capitalizar o ganho salarial aos trabalhadores e isso, na visão do cônsul, era considerado como um problema grave.

O ano de 1963 terminava com o agravamento da situação política de Goulart. Na visão da diplomacia estadunidense, o esgotamento das Ligas Camponesas não havia tornado o Nordeste uma região menos perigosa, no entanto, as preocupações mudaram. Nas primeiras semanas de dezembro Gordon apresentou a Thomas Mann e Raph Burton os planos de contingenciamento elaborados por ele. No documento, avaliou várias

³⁶⁵ Johnson, Lyndon B. (Lyndon Baines), 1908-1973, "Letter from President Johnson Inviting Ambassador Mann to Become Assistant Secretary of Latin American Affairs" (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:658420/>

³⁶⁶ "Weekly Summary No. 19" (1963). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:333698/>

situações possíveis sobre os rumos do presidente brasileiro e entre os planos estava a Operação *Brother Sam*.

1964: o ano da tragédia

A reforma agrária não é capricho de um governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui, no Brasil, constitui a legenda mais viva da esperança do nosso povo, sobretudo daqueles que labutam no campo. A reforma agrária é também uma imposição progressista do mercado interno, que necessita aumentar a sua produção para sobreviver. Os tecidos e os sapatos sobram nas prateleiras das lojas e as nossas fábricas estão produzindo muito abaixo de sua capacidade. Ao mesmo tempo que isso acontece, as nossas populações mais pobres vestem farrapos e andam descalças, porque não têm dinheiro para comprar. Assim, a reforma agrária é indispensável, não só para aumentar o nível de vida do homem no campo, mas, também, para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalhador urbano.

Discurso do presidente João Goulart no comício da central de 13 de março de 1964.

Quando buscamos nos relatos dos personagens que vivenciaram o processo de crescimento dos movimentos sociais no Nordeste entre 1961 e 1964, é possível identificar a ideia de que processo de conquistas sociais que estava em plena aceleração sofre uma freada brusca com o golpe. Assim que ocorreu a instauração da Ditadura, houve a repressão imediata aos movimentos de esquerda em todo o Brasil e, em especial, no Nordeste. Isso é facilmente identificável quando se analisa, por exemplo, os dois primeiros atos do Comando Supremo da Revolução. As lideranças de esquerda como Miguel Arraes e Djalma Maranhão, tiveram os direitos políticos cassados de imediato, e integravam os primeiros nomes da lista de cassação junto com Luiz Carlos Prestes e João Goulart. No segundo ato do Comando, onde se cassou o mandato de 40 congressistas, 14 eram políticos nordestinos.

De janeiro a março de 1964 o fluxo de informações entre o consulado a embaixada e o Departamento de Estado é tão intenso tornando-se um universo à parte. Quanto mais nos aproximamos do golpe, ocorre uma aceleração do próprio tempo histórico, tornando a trama mais complexa, fazendo uma tarefa hercúlea selecionar os fatos causais mais elementares.

Em 20 de janeiro de 1964, a Embaixada do Rio de Janeiro relatou uma reunião que discutiu especificamente a questão do Nordeste, realizada no consulado de Recife. Na ocasião estavam presentes o cônsul geral do Recife, Edward Rowell, o diretor da

USAID-Nordeste, John Dieffenderfer. Em *Assessment of Arraes Regime and United States Attitude Towards It*, os diplomatas avaliaram que em um ano, Arraes criou um governo esquerdista-nacionalista em Pernambuco, extremamente influenciado pelo Partido Comunista e possuidor de uma perspectiva contrária aos interesses Estados Unidos³⁶⁷.

Nesse período, o governo não facilitou qualquer tipo de programa de desenvolvimento integrado ou auxílio à Aliança para o Progresso. Segundo os diplomatas, o governo Arraes incentivou os pequenos negócios, mas não fez nada a respeito dos problemas básicos de confiança do mercado e de fornecimento de crédito para a grande indústria. Para os diplomatas, Arraes negava a boa-fé da Aliança para o Progresso³⁶⁸.

Dessa perspectiva, os diplomatas avaliaram que o governo Arraes havia trabalhado de forma assídua para organizar aparelhos de propaganda e de mobilização de massas por intermédio do Movimento de Cultura Popular (MCP), com campanhas de alfabetização de adultos, programas sindicais e centros de distribuição de alimentos. Para o serviço diplomático, Arraes deu ampla liberdade de ação aos comunistas e trabalhistas radicais, principalmente nas áreas rurais. Segundo o consulado, o objetivo era minar o crescente movimento trabalhista independente e democrático representado pelos sindicatos conduzidos pelos padres, assim os comunistas reduziriam a confiança dos latifundiários nos processos de negociação coletiva³⁶⁹.

O serviço diplomático tentou mapear a filosofia política do governo Arraes e chegou às seguintes conclusões: para o governador, os problemas econômicos e sociais do Brasil são devidos: a) ao fracasso das políticas que são ditadas por uma minoria rica e exploradora e atendendo ao seus próprios interesses; b) aos círculos internacionais que, sob o disfarce de combater o comunismo, buscam aprofundar a exploração econômica no Brasil, com a finalidade de impedir a emancipação econômica e social e manter o país subordinado a uma política imperialista. Destarte, esses problemas só poderiam ser solucionados com um governo de forças populares. Apenas esse tipo de governo é capaz

³⁶⁷ *Assessment of Arraes Regime and U.S. Attitude Toward It. (1964)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:363767/>

³⁶⁸ *Assessment of Arraes Regime and U.S. Attitude Toward It. (1964)*. Op. Cit. slide 2.

³⁶⁹ *Assessment of Arraes Regime and U.S. Attitude Toward It. (1964)*. Op. Cit. slide 3.

de levar adiante um programa nacionalista e progressivo sem prejudicar as liberdades democráticas³⁷⁰.

Numa avaliação internacional, os diplomatas estadunidenses afirmaram que Arraes era muito mais receptivo aos representantes da Cortina de Ferro do que àqueles do mundo ocidental. Mas eles estavam cientes de que ele não havia tomado nenhuma atitude no sentido de “cubanizar” ou implementar o socialismo em Pernambuco. A avaliação era que na possibilidade de Arraes chegar à presidência, com toda certeza ele conduziria o curso de um desenvolvimento de “cubanização”, que entraria em conflito com os interesses dos Estados Unidos³⁷¹.

Em todo caso, esses diplomatas entendiam que era necessário neutralizar Miguel Arraes. O governador poderia criar um ponto de convergência para elementos com ideias semelhantes às suas no Brasil. Ele poderia influenciar toda a política regional, possivelmente o Rio Grande do Norte, a Paraíba e o Ceará. Os atuais governadores desses estados não eram alinhados com Arraes, mas todos os três estados possuíam lideranças capazes de serem eleitas caso se unissem o governador de Pernambuco em troca de seu apoio. Assim, os diplomatas recomendaram: 1) evitar qualquer ação que fortaleça o prestígio de Miguel Arraes como um líder econômico e social; 2) evitar um confronto público direto, pois daria a impressão de que o governo dos EUA estava tentando disciplinar Arraes; 3) quando os interesses dos EUA exigissem a aplicação de programas que pudessem entrar em confronto com o ponto 1), a iniciativa deve ser publicamente identificada com a Aliança. Os diplomatas sugeriram o uso de fontes “não-identificáveis” para chamar a atenção do público para como Arraes estava aceitando os termos da Aliança; 4) por fim, recomendaram a utilização de acordos contratuais com universidades, sindicatos e outras organizações nos EUA como parte dos programas de ajuda ou, se necessário, pela transferência de fundos por “canais secretos”, ou empréstimos por empresas privadas que fortaleçam elementos moderados em Pernambuco³⁷².

É indispensável contextualizar essas visões à luz do ideário estadunidense. Os programas do Movimento de Cultura Popular para a alfabetização no Nordeste são um

³⁷⁰ *Assessment of Arraes Regime and U.S. Attitude Toward It. (1964)*. Op. Cit. slide 3-4.

³⁷¹ *Assessment of Arraes Regime and U.S. Attitude Toward It. (1964)*. Op. Cit. slide 4.

³⁷² *Assessment of Arraes Regime and U.S. Attitude Toward It. (1964)*. Op. Cit. slide 5.

rico caminho de pesquisa que pretendemos explorar futuramente. Alguns materiais foram enviados aos EUA contendo cadernos de alfabetização que seguiam o método de Paulo Freire. As palavras “luta”, “liberdade”, “pão”, eram identificadas como uma forma de incitar à luta revolucionária entre os camponeses por meio da alfabetização. Assim, sob a ótica dos diplomatas, qualquer política pública conduzida pelo governo Arraes, seja na distribuição de alimentos ou em prol da sindicalização era rapidamente classificada como ações contrárias aos interesses estadunidenses. É interessante notar a criação dos verbos para definir esse tipo de ação, *cubanize* e *cubanization*, expressavam um tipo de condução política que levaria a um governo semelhante ao de Fidel Castro.

No campo das recomendações, é possível identificar o uso de meios secretos para propaganda e transferências financeiras com intenções de pressionar o governo e dar suporte às forças contrárias a Arraes. As orientações que fazem parte da política das “ilhas de sanidade administrativa”.

Com base nos planos de contingenciamento de Lincoln Gordon, o serviço diplomático passou a observar os movimentos sutis das trocas em postos militares importantes em todo o Brasil. Na avaliação do Departamento de Estado, esse seria o primeiro sinal da construção de um golpe por parte de João Goulart. Seguindo essa estratégia, os relatórios passaram a contar com o ponto *military changes*, mapeando qualquer troca de comando no Exército, Marinha ou Aeronáutica. Esse plano se estendeu para todas as regiões do Brasil, porém, nosso foco se concentra na 2ª Zona Aérea, e a 7ª e 12ª Região Militar e o 3ª Distrito Naval que englobam todo o Nordeste, todas tinham base em Recife. Nesses relatórios, a preocupação central era se a troca de comando em determinada função poderia ocasionar implicações políticas³⁷³.

Um exemplo dessas preocupações pode ser detectado em janeiro de 1964, quando o comandante da 2ª Zona Aérea sediada em Recife, o Brigadeiro Antônio Joaquim da Silva Gomes foi substituído pelo Major Brigadeiro Homero Souto de Oliveira. O primeiro havia sido indicado ao cargo por Miguel Arraes. Souto de Oliveira, em seu discurso de posse no comando da unidade, deixou claro que não era o tipo de militar que compactuava

³⁷³ *Military Changes (1964)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s 80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:807590/>

com “reformas populares”. Na visão do serviço diplomático, isso já indicava um militar contrário a Arraes, o que era visto com bons olhos pelo consulado³⁷⁴.

O monitoramento das atividades políticas permaneceu, e o Consulado de Recife passou a atentar-se para uma possível coação de Miguel Arraes sobre João Goulart. Em janeiro de 1964, Aluísio Alves esteve em Recife, na ocasião, Arraes proferiu um discurso criticando a posição do governo federal diante da crise econômica e política que atingia o Brasil. Disse que Goulart precisava de uma nova orientação social e econômica no seu governo que fosse ao encontro dos anseios populares. Segundo o relato, Arrais teria dito que essa era a única forma de manter a política externa independente, criar um clima capaz de solucionar os problemas imediatos por meio de uma estrutura democrática, coadunada com a emancipação nacional. O cônsul Rowell identificou que as relações até então frias entre Arraes e Leonel Brizola, agora pareciam aquecidas, já que ambos compartilhavam da mesma estratégia: pressionar Goulart pela esquerda³⁷⁵.

Certas ações dos movimentos sociais foram interpretadas como provocações diretas ao governo dos EUA e mantinham acesa a chama da paranoia anticomunista. No dia 18 de janeiro foi realizado em Recife o VII Congresso Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, que contou com a presença de 500 delegados, sendo sete do Chile, dois da União Soviética, dois da Tchecoslováquia e um da Itália. O Congresso iniciou tocando o hino da Internacional Comunista. Podemos imaginar como esse tipo de ação enraivecia o governo dos EUA. Além disso, por um lado, o evento condenou políticos como Ademar de Barros e Carlos Lacerda. Por outro, os presentes ovacionaram Miguel Arraes, que era um dos principais palestrantes do evento. Uma das resoluções do congresso foi recomendar a legalização do Partido Comunista³⁷⁶.

Um caso é instigante para se entender o nível de radicalização. Em fevereiro de 1964, Celso Furtado foi duramente criticado pelo *Jornal do Commercio*, o periódico recifense acusou Furtado de ser o responsável por deixar 131 milhões de dólares retornar

³⁷⁴ *Weekly Summary No. 22 (Week of December 16 through December 23, 1963) (1964)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:358307/>

³⁷⁵ *Weekly Summary No. 27 (Week of January 19 through 25, 1964) (1964)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:358155/>

³⁷⁶ *Weekly Summary No. 28 (Week of January 26 through February 1, 1964) (1964)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:358114/>

ao governo dos EUA, pois os prazos para o uso do dinheiro e os planos de investimento simplesmente não foram executados. O jornal acusou a Sudene de não implementar os ajuda estadunidense por razões políticas e assim alegar que a culpa estava na ineficiência da USAID³⁷⁷.

Furtado respondeu em uma carta ao periódico que esses valores eram parte de um acordo de venda de trigo para os EUA, e nada tinham a ver com os projetos de longo prazo da Sudene inserido no Acordo do Nordeste. O diretor da superintendência informou ainda que o dinheiro para os projetos da USAID dependia de aprovações do Congresso dos EUA, e naquele momento mais de 34 milhões de reais em projetos estavam em vias de aprovação. Furtado lembrou que a Sudene possuía projetos de longo prazo, que necessitavam de amplos estudos prévios para serem realizados. O economista acusou o jornal de agir em prol de interesses de setores conservadores que queriam tirar a credibilidade da Sudene³⁷⁸.

O jornal replicou afirmando que a superintendência deveria cuidar de assuntos regionais e nada tinha a ver com o problema do preço do trigo nacional. Utilizou-se ainda a crítica mais habitual da oposição contra a Sudene: até agora tinham entregado ao povo nordestino apenas projetos e mais projetos sem nenhuma ação concreta. O periódico se defendeu afirmando não ter compromissos com nenhum grupo, mas com a verdade. O cônsul Rowell se impressionou com a posição do Jornal do Commercio, sempre apático diante dos fatos importantes, e concordou com a críticas. Ele afirmou que essas ações talvez tornassem a Sudene mais sensível aos anseios populares³⁷⁹.

Em documento de 2 de março, os diplomatas estadunidenses identificaram uma maior intensificação das relações do Nordeste com o bloco soviético. Entre 18 e 21 de fevereiro, o diplomata soviético Andrei A. Fomin esteve em Recife. Na capital, ele se encontrou com Arraes, Furtado e Pelopidas Silveira, prefeito da capital. O Consulado relatou que os assuntos tratados foram meramente de interesse econômico, principalmente sobre o fornecimento de maquinário para a instalação de uma indústria

³⁷⁷ Jornal do Commercio, 14 de fevereiro de 1964.

³⁷⁸ Jornal do Commercio, 14 de fevereiro de 1964.

³⁷⁹ *Weekly Summary No. 31 (Week of February 16 through February 24, 1964) (1964)*. Opening the

Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.

<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:329293/>

têxtil na região, mas que representava a proximidade do governo do Pernambuco com o bloco comunista.

Na mesma semana, Arraes recebeu o cônsul geral Rowell no palácio do governo e passou várias horas com ele. Fazia quatro anos que Arraes não atendia nenhum diplomata estadunidense. Na ocasião, o governador convidou o embaixador Lincoln Gordon para jantar no dia 28 de fevereiro. Na avaliação do consulado, esses gestos de aproximação de Arraes eram parte de uma contrapropaganda pela recepção grandiosa que deu ao diplomata soviético, na qual ele também ofereceu um jantar de honra.

O mesmo memorando indicou que Francisco Julião estava em Havana desde 10 de fevereiro. O mesmo documento informava que na capital cubana, Julião acusou Goulart de dividir a esquerda para manter o poder e chamou os revolucionários da América Latina para organizarem um comitê continental de movimentos socialistas latino-americanos com base no Brasil. Em paralelo, as poucas forças das Ligas Camponesas ainda tiveram a capacidade de organizar em Vitória do Santo Antão uma invasão a engenhos da região. O consulado sempre identificava essas manifestações como mando de Julião³⁸⁰.

Há um certo consenso na historiografia de que o comício organizado na Central do Brasil no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, foi o gatilho para o golpe. No “Comício das Reformas”, como ficou conhecido, Jango proferiu o histórico discurso pelas reformas de base e decretou a criação da Superintendência de Política Agrária (Supra), desapropriando todas as áreas rurais que ladeavam eixos de rodovias federais, leitos de ferrovias e as terras no entorno de açudes em benefício da reforma agrária. No entanto, poucos se lembram da composição desse gigantesco evento no coração do Rio, antes de Goulart, discursaram também José Serra da UNE, Leonel Brizola, que pediu o fechamento do Congresso Nacional e Miguel Arraes.

O governador do Pernambuco falou em tom crítico dizendo que o decreto da Supra era um passo débil em relação à reforma agrária que o povo desejava, mas era uma

³⁸⁰ *Weekly Summary No. 31 (Week of February 16 through February 24, 1964)* (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.
<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:329293/>

conquista concreta, que justificava o comício³⁸¹. Num relatório de 17 de março, feito pelo Consulado de Recife, o cônsul afirmou que durante o discurso, Arraes inflamou a multidão e ignorou completamente o presidente sentado ao lado dele. Convocou o povo a forçar as reformas, mas mencionou apenas uma única vez o nome do presidente, em comparação referiu-se a Leonel Brizola diversas vezes, a quem lembrou como uma voz de comando na defesa da legalidade em 1961. Rowell disse que especificamente Arraes fez críticas à participação internacional. (daqui em diante é o relatório ou você?) Na fala, convocou a unidade do povo para obter o reescalonamento das dívidas brasileiras no exterior e para lutar contra as intervenções estrangeiras e as empresas multinacionais. Curioso é o fato de Rowell ter identificado no discurso do governador pernambucano uma omissão pensada do presidente João Goulart, concluindo que Arraes tornaria o presidente um dos principais alvos do movimento reformista assim que o novo regime estivesse consolidado. Essa perspectiva ia ao encontro da tese de Gordon de que Goulart seria eliminado por elementos mais radicais, caso tentasse um golpe³⁸².

A partir do Comício da Central, os *weekly summarys* tornaram quase *daily summarys*, sendo enviados com intervalos de 3 a 4 dias para a Embaixada no Rio de Janeiro. O monitoramento se intensificou, no dia 26 de março, o cônsul relatou um reavivamento de movimentos radicais no Nordeste como consequência do discurso do presidente dias antes. Cid Sampaio foi à televisão no dia 20 daquele mês, onde atacou o comício e defendeu a legalidade democrática, criticando o plano de reformas do presidente. Rowell declarou que Arraes negava ter diferenças com o presidente. O governador asseverou que daria início às desapropriações baseadas no decreto da Supra na zona da mata pernambucana de forma imediata. O Consulado concluiu que não havia dúvidas do aumento da tensão no Nordeste após o Comício, pois todos os elementos estavam esperando os próximos passos do governo federal para agir. Desse ponto de vista, uma nova onda de violência poderia ser desencadeada pelos camponeses, além de uma resistência organizada por aqueles que se opunham ao atual governo³⁸³.

³⁸¹ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 269-270

³⁸² *Arraes Appeals to People, Ignores Goulart, at Rio Comicio (1964)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:343570/>

³⁸³ *Weekly Summary No. 35 (March 17 - March 23, 1964) (1964)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:329045/>

O memorando informa que as Ligas Camponesas convocaram uma nova onda de ocupações a engenhos em algumas regiões de Pernambuco. O Engenho Frágoso e o Engenho Serra, que já haviam sido invadidos em outros momentos, receberam novas ocupações. Todos se localizavam nos arredores da capital e tiveram suas desapropriações prometidas pelo governo pernambucano. Segundo Rowell outras propriedades menores também foram invadidas por elementos que advogavam uma reforma agrária radical³⁸⁴.

Após o decreto de criação da Supra, a documentação traz um crescimento exponencial de manifestações das Ligas Camponesas e de sindicatos ligados ao Consintra. O Consulado afirma que um amplo aparelho de propaganda entrou em ação no Nordeste declarando o início das desapropriações e a morte do latifúndio. Para o cônsul em Recife, o Comício da Central foi um chamado de Goulart para a invasão de propriedades. O caso do Ceará preocupava, já que o estado possuía números açudes que poderiam ser ocupados pelos camponeses. Arraes declarou que o decreto da Supra deveria ser acompanhado da quebra da resistência de elementos contrários às reformas. Segundo Rowell o decreto foi na direção contrária a qualquer tentativa de manter um clima político equilibrado no Nordeste e tinha apenas intenções demagógicas. A criação da Supra foi um estímulo para as atividades das Ligas Camponesas e outras organizações que agitavam o Nordeste por uma reforma agrária radical³⁸⁵.

Em 25 de março de 1964, Rowell emitiu um telegrama para o Secretário de Estado, Dean Rusk, afirmando que uma nova onda de invasões de terras coincidiu com a decisão de Arraes de desapropriar propriedades na zona úmida para a produção de alimentos, com base no decreto da Supra. O consulado identificou dois agitadores com longo histórico de atividades subversivas, Clodomir Moraes, ex-deputado federal de Pernambuco e o comunista Gregório Bezerra, ex-sargento, que agora se aliaram ao governador para desapropriar o Engenho Frágoso, ocupado há (presente e futuro a, passado há) mais de uma semana pelas Ligas Camponesas. O governo de Pernambuco não tomou nenhuma medida para reprimir as ações desses agitadores, pelo contrário, Arraes parabenizou as lideranças das Ligas pelo clima democrático das ocupações. Um

³⁸⁴ *Weekly Summary No. 35 (March 17 - March 23, 1964) (1964)*. Op. Cit. slide 5.

³⁸⁵ *Weekly Summary No. 36" (1964)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.
<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:329747/>

novo slogan radical ecoava pelo Nordeste: “propriedade para quem trabalha na terra”. Rowell afirmou que o decreto da Supra em si não era considerado radical, mas abriu portas para complicações mais amplas³⁸⁶.

Se o Comício da Central do Brasil pelas reformas de base foi o gatilho do golpe, a rebelião dos marinheiros foi a gota d’água para os militares golpistas. O que começou como uma simples festa em comemoração aos dois anos da criação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), acabou por se tornar uma revolta de subalternos da Marinha por melhores condições de trabalho e de salário. Diante do ambiente de crise política, o evento que foi realizado no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara, reuniu cerca de dois mil marinheiros e fuzileiros navais. 12 deles já tinham prisão decretada pelo ministro da Marinha, Silvio Mota, pela organização do evento. Nenhum dos altos oficiais convidados apareceu, nem o presidente, que foi convidado, mas estava em São Borja com a família. Durante o ato, os ânimos se exaltaram e os subalternos passaram a exigir o imediato cumprimento das suas exigências. De fato, a condição de trabalho desses homens era deplorável, suas exigências eram legítimas. Todavia, como lembra Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, o ambiente daquele momento potencializou o ato e transbordou o copo da crise política³⁸⁷.

Não caberia no escopo deste texto discutir longamente sobre os detalhes do discurso do presidente da AMFNB, o cabo José Anselmo dos Santos, que teve um nítido tom radical, evocando uma união de soldados e sargentos, camponeses e trabalhadores urbanos em nome das reformas de base. Cabe salientar que durante a Ditadura Militar, cabo Anselmo passou a delatar para às forças da repressão companheiros que posteriormente foram mortos e torturados. Essas ações deram margem a interpretação que no dia da solenidade da AMFNB, ele fosse um “elemento infiltrado”, com o objetivo de causar uma crise e prejudicar o fragilizado governo de João Goulart. Entretanto, como lembra Ferreira e Gomes, essas acusações se construíram após o golpe de 31 de março. É

³⁸⁶ *New wave land invasions (1964)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:360649/>

³⁸⁷ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 278-284.

interessante notar que o evento foi interpretado pelos militares da época como a destruição de um dos pilares mais fundamentais das Forças Armadas: a hierarquia³⁸⁸.

João Goulart, um negociador, tentou uma saída que evitasse a prisão de marinheiros. Porém, tratava-se de subalternos desafiando o oficialato, o que gerou uma crise de grandes proporções no seio das Forças Armadas. Jango se recusou a punir os marinheiros presentes na reunião. Antes do evento ocorrer, seus assessores o aconselharam a não permitir o evento. O presidente deu essa ordem a Sílvio Mota, mas ele não a cumpriu e ainda mandou prender os dirigentes do movimento. Em decorrência da decisão de Goulart, Mota pediu demissão do cargo de ministro da Marinha.

Após o evento no sindicato, os fuzileiros e marinheiros saíram pelas ruas do Rio em protesto. Ferreira e Gomes narram detalhadamente esses eventos com o objetivo de fixar o clima emocional daquele final de março. Era uma demonstração pública pelas ruas do Rio de Janeiro da insubordinação dos militares de baixa patente, demolindo a base disciplinar que é um fundamento elementar para os oficiais. Goulart, em uma decisão complicada, concedeu anistias aos marinheiros revoltosos. Tratava-se de uma afronta às Forças Armadas, que o presidente não desejou e nem conseguiu controlar. Foi então que o movimento golpista tomou proporções que nenhuma das forças de esquerda parecia ter previsto.

O golpe no Nordeste

Em 30 de março de 1964, Dean Rusk encaminhou um telegrama para a Embaixada e os consulados no Brasil. Todos os movimentos militares ou políticos deveriam ser reportados. Todos os postos do serviço diplomático deveriam manter 24hrs de vigilância. Logo após a deflagração do golpe com o movimento iniciado em Minas Gerais, o Comandante do IV Exército, Joaquim Alves Bastos, anunciou sua adesão total ao golpistas mineiros. Em 1 de abril, as tropas do exército cercaram o Palácio das Princesas no centro do Recife. Sem resistência, Miguel Arraes se entregou. Em poucas horas o governador foi destituído e os militares tomaram conta de Pernambuco. Os diplomatas avaliaram que a tomada do poder foi extraordinariamente pacífica. Todas as forças de esquerda, desde funcionários do governo, sindicalistas e ativistas camponeses e comunistas se entregaram ou fugiram. Apenas em Vitória do Santo Antão, as Ligas

³⁸⁸ FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. Op. Cit. p. 284-290.

tentaram tomar uma emissora de rádio na tentativa de transmitir instruções e organizar uma manifestação em Recife. Foram rapidamente reprimidos, sem derramamento de sangue³⁸⁹ Arraes foi levado por um avião da Força Aérea para uma prisão em Fernando de Noronha, com várias dezenas de aliados³⁹⁰.

Logo após a tomada do governo, uma gigantesca operação do exército em conjunto com as forças policiais “reorganizadas” (leia-se depuradas) iniciou buscas e apreensões com o objetivo de acabar com a infiltração comunista no Nordeste. O prefeito do Recife, Pelopidas da Silveira, aliado de Arraes, também foi preso, bem como todas as pessoas suspeitas de atividades comunistas. Segundo o relatório, grandes quantidades de material de propaganda comunista foram apreendidas, sem definir exatamente o que eram. O consulado informou que logo após a prisão de Arraes, a Assembleia Legislativa de Pernambuco declarou vaga a posição e o moderado vice-governador Paulo Guerra, do (PSD) assumiu o governo. Segundo o cônsul, Guerra formou rapidamente um novo governo de direita com elementos moderados e prometeu fazer um governo de reformas, mas com uma estrutura democrática. A Câmara Municipal seguiu o exemplo da Assembleia, declarou vaga a prefeitura, e convidou Augusto Lucena (PSP), vice de Pelopidas da Silveira, para assumir o cargo. A Sudene se manteve fechada, mas o governo golpista já anunciou o novo superintendente, o general Manuel Expedito Sampaio. Celso Furtado, que não estava na cidade, pediu demissão do cargo após o golpe³⁹¹.

No comentário de praxe, o cônsul tentou responder uma indagação: Por que Pernambuco, reduto mais radical da esquerda no Brasil, ofereceu tão pouca resistência? Ele apontou quatro pontos. Primeiro, o isolamento físico do estado que o deixou distante das outras forças de esquerda do país, sem a possibilidade de organização de uma resistência; segundo, a rapidez, a eficiência e a disciplina do IV Exército em organizar os planos de prisão que foram executados com velocidade e precisão cirúrgica; terceiro, nenhum elemento das forças policiais atenderam ao chamado de defesa do governo

³⁸⁹ *Weekly Summary No. 37 (March 31-April 6, 1964) (1964)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:329705/>

³⁹⁰ *Situation Report (1964)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:363530/>

³⁹¹ *Situation Report (1964)*. Op. Cit. p. 3.

Arraes; quarto, a falta de vontade dos comunistas de enfrentar as Forças Armadas apenas por uma exibição vã de resistência³⁹².

Os relatórios rapidamente utilizaram o termo do movimento usado pelos militares, tratava-se de uma revolução, não de um golpe. Em Alagoas, o governador Luís Cavalcanti rapidamente deu ordem a polícia para prender os elementos de esquerda do estado, antecipando a ação militar. Na Paraíba, Pedro Godim saiu em apoio ao comandante Joaquim Alves Bastos, e disse fazer parte do movimento mineiro. Todas as tentativas de apoio a Goulart foram rapidamente reprimidas e os distúrbios resultaram em 50 feridos no estado. No Rio Grande do Norte, Aluísio Alves declarou apoio irrestrito à “revolução” e não houve grandes distúrbios sociais. O consulado informou a prisão do prefeito comunista de Natal, Djalma Maranhão. Uma Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi marcada em Natal e o governador saiu em defesa de Humberto Castello Branco para presidir o Brasil. No Ceará, o governador conservador Virgílio Távora controlou rapidamente a situação, pois apenas alguns estudantes em Fortaleza tentaram organizar protestos, que rapidamente foram reprimidos pelas tropas do IV Exército³⁹³

A preocupação principal era com os camponeses nordestinos. Naquele momento, o consulado dizia que Julião estava fugindo para Brasília numa tentativa desesperada de se esconder atrás de sua imunidade parlamentar. Enquanto isso, Pedro Guerra tentava argumentar que os anseios dos camponeses por melhores condições não seriam esquecidos. Fez isso nomeando um delegado de polícia para mediar as discussões entre camponeses e latifundiários, assegurando que dessa forma os trabalhadores estariam protegidos. A crença ingênua dos diplomatas era que as demandas camponesas não seriam esquecidas pelos golpistas. Depois da operação de limpeza, novos comandantes foram nomeados para postos importantes das Forças Armadas no Nordeste. Segundo dados do Consulado mais de 2 mil pessoas foram presas apenas em Pernambuco³⁹⁴.

Após o golpe, nove governadores nordestinos (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) endossaram a posse

³⁹² *Situation Report (1964)*. Op. Cit. p. 4.

³⁹³ *Weekly Summary No. 37 (March 31-April 6, 1964) (1964)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.
<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:329705/>

³⁹⁴ *Noon situation report (1964)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library.
<https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:359850/>

de Humberto Castello Branco como presidente do Brasil³⁹⁵. No dia 09 de abril todos os governadores do Nordeste lançaram uma declaração em apoio a todas as medidas de Castello Branco e da “revolução”. O golpe foi consumado no Nordeste.

Em um telegrama para o Departamento de Estado de junho de 1964, o embaixador Gordon e Castello Branco trataram dos aspectos de manutenção da Aliança para o Progresso. O presidente pontuou a necessidade de manter certos programas de ajuda no Nordeste, principalmente no investimento em capital humano. Gordon relatou que Castello Branco não acreditava que o fomento da industrialização no Nordeste fosse a solução para os problemas da região³⁹⁶.

Os esforços da Sudene para promover a indústria por meio de iniciativas estatais foram imediatamente abandonados. Sem as Ligas e com os sindicatos sob controle, o clima para o capital estrangeiro se tornou favorável. Em um *weekly summary* do final de maio, o cônsul Edward J. Rowell afirmou que o clima em Pernambuco era outro. A região passou a atrair o capital internacional em apenas dois meses após a “revolução de 31 de março”. Naquele mês, um grupo de 19 membros de uma missão econômica japonesa liderada por Ioshizo Kirokawa, presidente da empresa Kanematsu do Brasil, viajaram por diversas capitais interessados em investir na região, principalmente na extração de madeiras tropicais, na cera de carnaúba e na produção de cacau do Norte e Nordeste, ou seja, atividades extrativas com mão de obra barata. Francisco Reti da Martine & Rossi, uma empresa multinacional italiana de bebidas alcoólicas, comemorou o golpe e disse que logo investiriam 2 milhões de dólares na região. William Max Pearce, presidente da multinacional estadunidense Willys Overland, montadora dos famosos jipes e picapes Willys, também manifestou interesse abrir fábricas em Recife. Todos reiteraram que isso só era possível graças a revolução³⁹⁷.

³⁹⁵ *Nine Northeast States Sign Endorsement of Castello Branco (1964)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:363486/>

³⁹⁶ *Gordon, Lincoln, "Chase Gordon's Meeting with Castelo Branco" (1964)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:677467/>

³⁹⁷ *Weekly Summary No. 44" (1964)*. Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:329316/>

Conclusão

Há valores, expressos na formação dos Estados Unidos e sustentados nos grandes momentos de sua história, que afirmam o necessário respeito pelo mérito e dignidade do homem como um meio de reger a sociedade. [...] Os homens que criaram os Estados Unidos presumiram que a proteção desses valores era um meio eficaz e racional de definir as funções de uma nação. No entanto, o confronto entre tais valores e a política externa adotada pelos Estados Unidos é desconcertante. O programa de ação norte-americano parece estruturado para beneficiar os Estados Unidos – política, econômica e militarmente – mas, ao que tudo indica, sem maior consideração pelo impacto de seus empreendimentos sobre a integridade das instituições de outros povos. Segundo esse critério, os direitos reivindicados pela Declaração da Independência soam cada vez mais como princípios que se aplicam somente aos Estados Unidos e seus cidadãos e frequentemente à custa de sacrifício desses mesmos direitos em outras nações.

Phyllis R. Parker, 1964: *O papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março*.

James N. Green e Abigail Jones analisaram em nota um telegrama de agosto de 1963 de Lincoln Gordon para o Secretário de Estado Dean Rusk. O que mais chama a atenção é a lógica do embaixador. Gordon admitiu em diversas ocasiões que João Goulart não era um comunista, assim como o governo dos EUA acreditou, em 1959, que Fidel Castro era um democrata. Para o embaixador, Goulart tomaria o poder em 1º de maio de 1964, no simbólico Dia do Trabalhador, em São Paulo. Seguindo os passos de seu instrutor – Getúlio Vargas – Goulart tomaria o poder, mas ele era muito menos competente e inteligente, logo seria deposto pelos comunistas e o Brasil mergulharia no totalitarismo. Green e Jones sublinham que apenas a *paranoia* da Guerra Fria poderia apresentar tal sequência de eventos como algo factível³⁹⁸.

A paranoia está frequentemente vinculada a uma teoria, à ideia pré-formada de um engendramento lógico de eventos catastróficos prestes a acontecer. Em linhas gerais, traições, infidelidades e conspirações são o alimento da mente paranoica. Como afirma Vinícius Liebel, todo pensamento paranoico tende a ser aparentemente racional, mas se

³⁹⁸ GREEN, James N.; JONES, Abigail. *Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964*. Revista Brasileira de História, v. 29, n° 57, 2009, p. 67-89.

baseia em uma lógica falsa³⁹⁹. No caso da Guerra Fria, construiu-se todo um edifício lógico de causas e consequências sustentados em suspeitas mútuas de soviéticos e estadunidenses, que se retroalimentavam em ameaças extremamente úteis para os seus objetivos políticos: é o caso do pavor de uma hecatombe nuclear e dos serviços de espionagem, verdadeiras máquinas de nutrir o medo social. Essas ações justificavam os gastos volumosos na corrida armamentista e com a tecnologia espacial, por exemplo. Essa lógica fazia sentido no embate frenético entre a União Soviética e os Estados Unidos pela liderança do mundo, pois ambos os países se utilizavam desse frenesi.

Quando esses edifícios lógicos se expandiram para os países da América Latina, Ásia e África as suas sustentações se fixaram na área movediça. Toda a estrutura de pensamento fundada na guerra contra os soviéticos foi automaticamente transferida para uma região onde as sociedades se organizavam de modos distintos, onde muitas vezes as ações não significavam a mesma coisa que em território estadunidense. A paranoia, segundo a psicanalista Melanie Klein, está inextricavelmente ligada a uma ansiedade em relação ao ambiente e aos semelhantes, criando uma permanente sensação de perseguição e de observação dos indivíduos. Liebel, estende essas noções de Klein do âmbito privado para a esfera pública. Assim, em grupos, uma unidade coletiva pode agir na direção de potencializar essa ansiedade, alimentando a condição paranoica.

Fazendo uma reinterpretação do conceito apresentado por Klein para o âmbito dos governos, Liebel afirma que a violência, que é parte inerente da paranoia, é justificada constantemente como autodefesa. O historiador propõe discutir a paranoia atrelada ao pensamento político conservador. Não se trata de caracterizá-la como campo político ou como um traço exclusivo dos movimentos de direita. Como afirma Klein, todos têm possibilidades de sofrer distúrbios paranoicos em algum nível. Todavia, Liebel identificou ao longo da história contemporânea diversos momentos quando o pensamento conservador se relacionou com a condição paranoica de forma muito harmônica⁴⁰⁰.

Na Revolução Francesa, a paranoia emergiu quando o pensamento antirrevolucionário e anti-iluminista gerou símbolos envolvendo satanistas, a maçonaria, os *illuminatis* que conspiravam contra Deus, o rei e as tradições. Liebel estuda especificamente como a condição paranoica atingiu a Alemanha entre 1917 e 1918 nas

³⁹⁹ LIEBEL, Vinícius. *Uma Facada nas Costas: paranoia e teoria da conspiração entre conservadores no refluxo das greves de 1917 na Alemanha*. Revista Brasileira de História, v. 37, nº 76, 2017, p. 47-71

⁴⁰⁰ LIEBEL, Vinícius. Op. Cit. p. 47-48.

suas reflexões do imediato pós-guerra, reordenando antigos cismas, principalmente o antissemitismo, o que possibilitou a ascensão de grupos conservadores extremistas, e entre eles o Partido Nazista⁴⁰¹. Num campo político oposto, poderíamos estender essas noções para a União Soviética sob o governo de Josef Stalin.

É possível compreender a condição paranoica do anticomunismo na história do Brasil Republicano, que ganhou muita força a partir de 1935 com a chamada “Intentona Comunista”, mas atinge seu auge no início da década de 1960. Esse tema foi intensamente trabalhado pela historiografia brasileira sobre o período⁴⁰². Neste trabalho procuramos compreender como essa lógica paranoica dos *cold warriors* do serviço diplomático estadunidense agiu no Brasil, mais especificamente no Nordeste de 1960 a 1964. O primeiro capítulo foi dedicado a demonstrar como ocorreu a construção de um edifício lógico de ajuda externa como método eficaz de auxiliar o anticomunismo na América Latina. O desenvolvimento econômico era tão inescapável e a reformulação das estruturas sociais arcaicas das regiões agrícolas era tão necessária que levou os teóricos estadunidenses a defenderem um projeto revolucionário, no sentido que propunha uma mudança substancial na tessitura dessas sociedades. Entretanto, dessa perspectiva, tal revolução seria controlada, guiada por uma figura quase paternal, que vigiaria e orientaria; seria direcionada à inserção completa de todo o Brasil no mundo benéfico do capitalismo global.

A construção lógica da Aliança, seus preceitos e ideias mais do que justos, foram alicerçados em um solo movediço, pois, como se tentou demonstrar no segundo capítulo, todo o ideário partiu de erros básicos de análise, da expansão desse edifício lógico da Guerra Fria para uma região singular, operando com mecanismos ideológicos distintos. A Aliança para o Progresso foi alicerçada numa visão alarmista de uma América Latina perdida e à deriva no mundo bipolar. Sob essas lentes, os países latino-americanos estavam sedentos por uma ideologia que os guiasse rumo à superação de suas condições históricas de atraso. Especificamente, em relação ao Brasil, acrescentava-se a essa visão a percepção de um Nordeste em ebulição, em direção ao socialismo castrista, onde

⁴⁰¹ LIEBEL, Vinícius. Op. Cit. p. 51-53.

⁴⁰² Ver em SÁ MOTTA, Rodrigo P. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2000. RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, 1945-1964*. Rio Grande do Sul: EDIUPF, 1998. VIANNA, Marly de A. G. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

camponeses eram a massa de um exército revolucionário doutrinado pelo marxismo. Ali se vislumbrou a oportunidade de demonstrar a superioridade do capitalismo diante do comunismo, fazendo do Nordeste, um dos palcos principais da Guerra Fria na América Latina.

As questões políticas se avolumaram em radicalismos de ambos os lados. Mas não foi isso que ruiu a Aliança para o Progresso, não foi somente as pressões de um país que passava por um dos momentos mais complexos e marcantes de sua história. O esforço por desenvolvimento econômico não foi solapado pela ideologia política. Desde do cerne de seu desenvolvimento, desde os *policy-makers* que a pensaram e a colocaram no papel, a Aliança só teve um lema e ele era essencialmente estruturado na paranoia da Guerra Fria: *no second Cuba*.

As constatações de Leonard Saccio de que o problema brasileiro não estava nos grandes centros urbanos, nem no presidente trabalhista, mas no Nordeste revolucionário, levou à construção material da paranoia. Não à toa que das recomendações de Saccio a que mais se efetivou foi a expansão da presença dos EUA no Nordeste. Um consulado com centenas de funcionários e o escritório da USAID no coração de Recife.

Em junho de 1974 Mewin L. Bohan foi entrevistado por Richard D. Mckinzie integrando o projeto de história oral da Truman Library. Na entrevista, a última pergunta de Mckinzie foi como as coisas mudaram do governo Truman para o governo Eisenhower, particularmente sobre as noções de ajuda externa. Bohan respondeu que há muito tempo havia percebido um problema com o *Point IV* no Brasil. O governo dos Estados Unidos estava duplicando as equipes e a presença de estadunidenses no Brasil convivendo com as pessoas comuns, tendo coisas que elas não tinham. Bohan fala de bens materiais e oferece como exemplo o acesso a bebidas alcoólicas caras e carros dos EUA. O diplomata conclui que havia muita presença dos EUA no Brasil.

Na sua missão no Nordeste, Bohan teria recomendado a Teodoro Moscoso, diretor da Aliança, uma equipe técnica de não mais que sete ou oito pessoas no Nordeste para trabalhar com a Sudene. Em um ano, havia mais de cento e cinquenta pessoas em uma pequena cidade nordestina, mas não cita o nome. O lema era expansão, expansão e expansão. O programa geral foi arruinado pela burocracia. Bohan parece ter entendido, *a posteriori*, que a presença dos EUA no Nordeste acirrou a luta de classes. Eles

representavam um novo ator global no bojo da crise gerada pela modernização sem mudanças⁴⁰³.

Nesta dissertação, o primeiro e o segundo capítulos constituíram um esforço fornecer uma explicação dessa lógica da Guerra Fria no Brasil em um estudo pormenorizado. O que constantemente denominamos de ideário dos diplomatas foi um conjunto de ideias, experiências e interpretações do serviço diplomático sobre o Brasil, em geral, e sobre o Nordeste, em específico, que influenciou diretamente na radicalização política e na condução do golpe civil-militar de 1964.

No capítulo três, demonstramos como a visão embrionária de um Nordeste explosivo, que vinha se constituindo no ideário dos diplomatas antes mesmo do governo Kennedy, resultou no encontro da teoria da modernização de W. W. Rostow e do imaginário político da *New Frontier* com o Nordeste em ebulição política, produzindo a interpretação de que ali seria o batismo de fogo da Aliança para o Progresso.

1961 foi um ano de estudos, viagens, técnicos, observações e levantamento de dados conduzidos pelo ideário estadunidense, nutrindo o lado racional da lógica, com a versão mais avançada do pragmatismo intelectual produzido nas universidades dos Estados Unidos. Isso levou à interpretação de que as singularidades do Nordeste conduziriam o Brasil a se tornar um novo país do bloco soviético. Em 1962, as derrotas, as falhas, os planos que não funcionaram e os resultados frustrantes aumentaram a ansiedade e o medo diante de um suposto avanço do comunismo. Em 1963 a complexidade aumentou. O espectro político brasileiro se radicalizava, as crises se aprofundavam e o serviço diplomático agia conforme a conjuntura, apagando incêndios sem conseguir colher as implicações desejadas. Os planos de curto e de longo prazo do Acordo do Nordeste pareciam ruir. O fracasso era constantemente justificado. A Aliança não se desenvolvia por culpa da radicalização, dos governos incompetentes, dos erros de João Goulart, do comunismo infiltrado no governo de Miguel Arraes. Naquele contexto, os diplomatas jamais reconheceriam que os seus próprios planos continham falhas.

Há um tipo de leitura da política externa dos EUA que sempre os enxerga como vencedores dos processos históricos. Uma leitura que a própria historiografia dos Estados

⁴⁰³ Entrevista disponível na Truman Library. Oral History Interview with Merwin L. Bohan by Richard D. Mckinzie.

<https://www.trumanlibrary.org/oralhist/bohanm.htm> acesso em 11/03/2019.

Unidos mantém viva. Sempre que algum país ousa confrontar seus interesses, o enorme poderio militar da grande potência ou a sutileza do serviço secreto entra em ação. Isso, por vezes, oculta um outro lado. O governo dos EUA foi constantemente derrotado no interior dos países latino-americanos, asiáticos e no Oriente Médio. Seu domínio político, econômico e cultural é custoso e as soluções autoritárias são movidas não apenas pela insanidade do interesse monetários, pelo imperialismo sangrento, mas pela desconfiança, pela paranoia, pelo medo e, principalmente, pela incompreensão. Muitas vezes houve, e ainda há, a elaboração de estratégias baseadas no *soft power* com o objetivo de garantir ampliar os interesses dos EUA em diferentes áreas do planeta, mas, quando essa via não dá os resultados esperados, as visões paranoicas ganham primazia e abrem caminhos para o uso do *hard power*. No período da Guerra Fria, manter essa paranoia era política de Estado e objetivo de governo.

Por fim, a hipótese central se sustentou. Durante os anos que vão de 1960 a 1964, os *policy-makers* do Departamento de Estado compreenderam o Nordeste como a maior ameaça aos seus interesses no Brasil. O direcionamento de vultosos recursos financeiros e de capital humano para a região por intermédio da Aliança para o Progresso, o intenso trabalho dos diplomatas e a ampliação do quadro de servidores de diferentes matizes nos consulados são sinais claros dessa presença em constante expansão. Trilhamos os meandros da formulação de uma política externa. Um dos objetivos desse trabalho foi analisar o processo de criação da Aliança para o Progresso, do seu desenho inicial baseado em teorias econômicas e nas experiências históricas, até sua efetivação em Punta del Este. Posteriormente, mapeamos como essa política foi efetivamente posta em confronto com a complexidade da realidade social do Nordeste, passando por profundas reformulações.

O golpe realmente não partiu de Washington, foi construído e planejado pelos militares brasileiros com o auxílio e o apoio das forças políticas conservadoras do país. O papel dos Estados Unidos foi fundamental para a consolidação da estratégia e a legitimação internacional do novo regime. Cremos ser possível afirmar que no processo decisório dos *policy-makers*, quando os diplomatas pensaram os planos de contingenciamento e os cenários possíveis, na sua equação, frear o processo de desenvolvimento das lutas camponesas foi um fator fundamental.

Acervos Digitais Consultados

Opening the Archives Project - Brown University

https://repository.library.brown.edu/studio/collections/id_644/

Opening the Archives Project - Universidade Estadual de Maringá

<http://www.comcap.uem.br/cdo/>

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

John Kennedy Library

<https://www.jfklibrary.org/>

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Carlos. *Francisco Julião: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. Trad. George Komikiaris. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ANDRADE, Manoel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª Ed., 1973.

_____. *Área do Sistema Canavieiro*. Recife, SUDENE-PSU-SRE, 1988

_____. *Estado, Capital e Industrialização no Nordeste*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1981.

AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América: os Corpos de Paz no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BASTOS, Elide Rugai. *Ligas Camponesas*. Petropolis: Vozes, 1984.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. Trad. Jacó Guinsburg e Tereza da Mota. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CALLADO, Antonio. *Os industriais da seca e os galileus do Pernambuco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

_____. *Tempos de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*. Rio de Janeiro: editor José Amaro, 1964.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Hector Perez. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CASTRO, Josué de. *Sete Palmos de Terra e um Caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 5ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2015.

CHAIA, Vera. *A Liderança Política de Jânio Quadros (1947-1990)*. São Paulo: Humanidades, 1991.

DABAT, Christiane Paulette Yves Rufino. *Moradores de Engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Tese (Doutorado) apresentada na Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

DREIFFUS, René. *1964: a Conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DUNNE, Michael. *Kennedy's Alliance for Progress: countering revolution in Latin America. Part I: from the White House to the Charter of Punta del Este*. International Affairs, Oxford-UK, v. 89, issue 6, p. 1389-1409, November 2013.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

ELKIND, Jessica. *Aid under Fire: Nation Building and the Vietnam War*. Kentucky: University Press of Kentucky, 2016.

FERGUSON, Naill. *Kissinger, 1923-1968: the idealist*. Volume 1, New York: Penguin Press, 2015.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____; DELGADO, Lucília Neves (org.). *O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Terceira República (1945-1964). (Coleção O Brasil Republicano). 8ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da operação Brother Sam aos anos de Chumbo, o governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2008.

FIGUEROA, Manuel. *Cuestiones de Política Agrícola Regional no Nordeste do Brasil*. MINTER/SUDENE, Recife, 1972.

FURTADO, Celso. *Obra Autobiográfica: a fantasia organizada, a fantasia desfeita, os ares do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras (Ebook), 2009.

FREEDMAN, Lawrence. *Kennedy's Wars: Berlin, Cuba, Laos and Vietnam*. New York: Oxford University Press, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. São Paulo: Editora Global, 2013.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. 2ª ed, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOMES, Angela de Castro [et. al.]. *O Brasil Republicano, v. 10: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GOODWIN, Richard N. *Remebering America: a voice from the sixties*. New York, Open Road Integrated Midia, 1988.

GREEN, James N.; JONES, Abigail. *Reinventando a história: Lincoln Gordon e as suas múltiplas versões de 1964*. Revista Brasileira de História, v. 29, nº 57, 2009, p. 67-89.

HAZLITT, Henry. *Illusions of Point Four*. Irvington-on-Hudson, NY: Foundation for Economic Education, 1950.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914,1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOGAN, Michael J. *The Marshall Plan: America, Britain, and the reconstruction of Western Europe, 1947-1952*. New York: Cambridge University Press, 1987.

JULIÃO, Francisco. *O que são as Ligas Camponesas?*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao Sul do Rio Grande – imaginando a América Latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2000.

LATHAM, E. Michael. *Modernization as Ideology: american social science and "Nation Building" in the Kennedy Era*. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 2000.

LEACOCK, Ruth. *Requiem for Revolution: the United States and Brazil, 1961-1969*. Kent State University Press, 1990.

LEMOS, Francisco de Assis. *Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponesas e o golpe de 64*. Londrina: Editora UEL/Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1996.

LIEBEL, Vinícius. *Uma Facada nas Costas: paranoia e teoria da conspiração entre conservadores no refluxo das greves de 1917 na Alemanha*. Revista Brasileira de História, v. 37, nº 76, 2017

LOUREIRO, Felipe Pereira. *Empresário, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

_____. *Varrendo a Democracia: considerações sobre as relações políticas de Jânio Quadros com o Congresso Nacional*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, nº 57, 2009.

LOWENTHAL, Abraham F. *Alliance Rhetoric versus Latin American Reality*. Foreign Affairs. 5 Sept. 2017. Web. 5 Sept. 2017.

MANTEGA, Guido. *Economia Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984

MARINGONI, Gilberto; GENTIL, Denise Lobato; TEIXEIRA, Aloísio. *Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945*. Brasília: Ipea, 2010.

MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos A. da (org.). *Repensando a História*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984.

MARTINS, José de Souza. *Camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

MEIER Charles S. The World Economy and the Cold War in the Middle of the Twentieth Century. In: *The Cambridge History of the Cold War*, Volume I: Origins, ed. Melvyn P. Leffler and Odd Arne Westad. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MELO, Demien Bezerra de. *O Plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

MILLIKAN, M.; ROSTOW, W. *A Proposal: Key to an Effective Foreign Policy*. New York: Harper & Brothers, 1957.

MONIZ BANDEIRA, Alberto. *24 de Agosto de Jânio Quadros*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1961.

_____. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 7ª ed, Rio de Janeiro, Brasília, UNB, 2001.

MUNHOZ, Sidnei J. *George Frost Kennan e a arquitetura da política externa dos EUA na gênese da Guerra Fria*. Revista Diálogos, v.22, n.1, p. 26-43, 2018.

_____; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI*. Maringá: Eduem, 2011.

_____. *Guerra Fria: um debate interpretativo*. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.). *O Século Sombrio*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.

- NETTO, Araújo. A Paisagem. In: DINES, Alberto. *Os Idos de Março e a Queda em Abril*. Rio de Janeiro, José Alvaro Editor, 1964.
- PAGE, Joseph A. Page. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.
- PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1977.
- PATEL, Kiran Klaus. *New Deal: a global history*. New Jersey: Princeton University Press, 2016.
- PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. *Criando Ilhas de Sanidade: os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- RIBEIRO, Darcy. *Ensaio Insólitos*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1979.
- RIBEIRO, Flávio Diniz. *Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento: ideologia, política e ciência na Guerra Fria*. Tese de Doutorado em História apresentada na Universidade de São Paulo, 2007.
- RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-EUA*. Tese (Doutorado em Ciência Política) Universidade de Campinas. São Paulo, 2006.
- RICUPERO, Rubens. *A Diplomacia na Construção do Brasil, 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.
- RIST Gilbert. *The History of Development: From Western Origins to Global Faith*. 3rd Edition London: Zed Books, 2008.
- RODEGHERO, Carla Simone. *O Diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul, 1945-1964*. Rio Grande do Sul: EDIUPF, 1998.
- VIANNA, Marly de A. G. *Revolucionários de 1935: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ROSTOW, Walt W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não comunista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.
- RUPPRECHT, Tobias. *Soviet Internationalism after Stalin: interaction and exchange between the USSR and Latin America during the Cold War*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- SÁ MOTTA, Rodrigo P. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- SANTOS, Roberto Ramos. *A Política de Alianças em Pernambuco: confronto ideológico? (1958/1962)*. Revista Textos & Debates, nº 3, 1996.
- SANTOS, Taciana Mendonça. *Alianças Políticas em Pernambuco: A(s) Frente(s) do Recife (1955-1964)*.

SARAIVA, João Gilberto Neves. *Para Ler a América Latina: Tad Szulc, as relações interamericanas e a política externa dos Estados Unidos (1955-1965)*. Tese (doutorado) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

_____. *Todo Nordeste que couber a gente publica: o The New York Times e as representações do nordeste brasileiro na era da política da boa vizinhança (1933-1945)*. 2015. 143f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SCHLESINGER JR, Arthur. *Mil Dias: John Fitzgerald Kennedy na Casa Branca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Volume 1, 1966.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: São Paulo, 2000.

SIGAUD, Lygia. *A Idealização do Passado numa área de plantation*. In: Contraponto, Ano II, Nº 2, Niterói, Rio de Janeiro, 1977.

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Brasília: Ipea, 2010.

SMITH, Bruce L. R. *Lincoln Gordon: Architect of Cold War Foreign Policy*. University Press of Kentucky, 2015.

SMITH, Peter H. *Talons of the Eagle: Dynamics of U.S – Latin American Relations*. New York: Oxford University Press, 1996, p. 195.

TAFFET, Jeffrey F. *Foreign aid as foreign policy: the Alliance for Progress in Latin America*. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2007.

TOTA, Antonio Pedro. *Um Plano Marshall para os pobres ou os caminhos da modernização brasileira*. Revista USP: São Paulo, n.115, p. 69-76.

VALDÉS, Eduardo Devés. *El pensamiento latino-americano em el siglo XX: desde la Cepal al Neoliberalismo 1950-1990*. Buenos Aires: Biblos, 2003

VILAR, Pierre. *Desenvolvimento econômico e análise histórica*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

WEGNER, R. *A Conquista do Oeste: a Fronteira na Obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

WELCH, Clifford Andrew; Malagoldi, Edgard... [et.al.] (orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora: Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, V.1, 2009.

WILLIAMS, William Appleman. Open Door Policy and the Cold War. *In: The Cold War: A Conflict of Ideology and Power*. 2nd Edition, ed. Norman A. Graebner. Lexington, Massachusetts: D.C. Heath and Company, 1976.

WINTERHALF, Kevin Ray. *Truman's New Deal: Point Four and the Genesis of Modern Global Development*. University of Saskatchewan Undergraduate Research Journal, vol. 4, issue 2, 2018.